

MARIA APARECIDA C.R. TORRES MORAIS

DO PORTUGUÊS CLÁSSICO AO PORTUGUÊS EUROPEU MODERNO:
Um estudo diacrônico da cliticização e do movimento do verbo

Campinas

1995

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Maria Aparecida
C.R. Torres Moraes
aprovada pela Comissão Julgadora em

08/02/95

MARIA APARECIDA C.R. TORRES MORAIS

Tese apresentada ao
Departamento de Linguística do
Instituto de Estudos da
Linguagem como requisito parcial
para a obtenção do título de
Doutor em Ciências.

Orientadora:
Profa. Dra. Charlotte C. Galves

Campinas

1995

MORAIS, Maria Aparecida C. R.
Torres

Do português clássico ao português
contemporâneo moderno um estudo

AGRADECIMENTOS

A Charlotte Galves, minha orientadora, devo muito mais do que o reconhecimento pela sua orientação teórica segura, sua constante disponibilidade, o estímulo e confiança que constantemente me ofereceu.

Devo-lhe ainda amizade, compreensão e a enorme paciência que me dedicou por ocasião de um longo período de dificuldades de ordem pessoal que tive que enfrentar durante o tempo que escrevia esta dissertação. Sem isto, teria sido muito difícil recomeçar a caminhada.

A Mary A.Kato quero expressar a minha gratidão e respeito por tudo o que ela representou para minha formação acadêmica, nestes anos que estive no Programa de Pós-Graduação da UNICAMP.

O seu contínuo esforço em proporcionar aos seus alunos inestimáveis oportunidades de crescimento intelectual e pessoal, o seu constante entusiasmo para desenvolver e promover a pesquisa séria na área da Lingüística representam constante inspiração e estímulo para todos nós.

Ian Roberts exerceu constantemente uma enorme influência na minha formação como lingüista e despertou em mim o interesse pela pesquisa em sintaxe diacrônica. Sou-lhe imensamente grata por ter me recebido de braços abertos em seu Departamento de Lingüística na Universidade de Wales. Ali encontrei condições perfeitas para pesquisar, refletir sobre o meu trabalho e ainda usufruir de suas inesquecíveis aulas, discussões e interesse.

Há alguns anos atrás quando achei que as dificuldades para enfrentar o Doutorado seriam maiores do que eu podia sustentar, encontrei uma pessoa que me ofereceu o estímulo e o apoio que me eram tão necessários : Fernando Tarallo. A ele expressei meu carinho, minha saudade e gratidão.

Certamente, muitos outros contribuíram para o desenvolvimento desta tese. Em particular, Giampaolo Salvi enviou-me textos, comentou meus dados e fez importantes observações sobre eles. Por isto, agradeço-lhe muito.

São tantos os amigos que me vêm neste momento à lembrança e aos quais gostaria de abraçar e agradecer. Cada um deles foi de alguma forma muito importante em vários momentos e nas mais diferentes circunstâncias. Todos eles representaram encorajamento, entusiasmo, alegria. Em especial, gostaria de agradecer a Rosane Berlinck por ter me cedido, com a maior boa-vontade, grande parte do material que usei para a organização dos corpora.

Aos amigos, Susan Clack, Najib Jarad, Anna Roussou, Angela, Inge Rich, Jô e Paulo Moreira, Maria e Paulo Scarpa, quero agradecer por terem tornado minha vida em Bangor tão mais agradável.

Gostaria de agradecer ainda a todas aquelas pessoas, entre elas meus familiares, que me deram o apoio material e o apoio emocional indispensável, sem os quais teria sido impossível desenvolver este trabalho.

Finalmente, meu muito obrigada ao CNPq pela ajuda financeira que me proporcionou, em especial, pela bolsa "sanduíche", que me permitiu a estadia na Universidade de Wales, U.K. Espero que meu trabalho possa corresponder à confiança que me depositaram.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS.....1

CAPÍTULO I - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....6

1.0. Introdução.....	6
1.1. Os níveis de representação: um novo modelo de gramática.....	6
1.2. A teoria X-barra.....	9
1.3. Operações do sistema computacional.....	12
1.4. Estrutura de frase e teoria do caso.....	16
1.4.1. Derivação de uma sentença transitiva.....	19
1.4.2. A checagem do nominativo e a natureza do Spec,TP.....	24
1.4.3. Outras estratégias para checagem do nominativo.....	27
1.5. A checagem dos traços verbais.....	32
1.5.1. As noções de "forte" e "fraco".....	35
1.5.2. As noções de "rico" e "pobre".....	38

PARTE II UM PROGRAMA DE PESQUISA.....42

1.6. Os termos do programa.....	42
1.6.1. A natureza da gramática universal.....	44
1.6.2. A mudança lingüística e a teoria dos princípios e parâmetros.....	47
1.7. Os limites da experiência detonadora.....	49
1.8. A natureza da mudança paramétrica.....	54
1.8.1. Caracterização da mudança sintática.....	56
1.9. Conclusão.....	60

CAPÍTULO II - FALANDO DE V2.....63

2.0. O V2 nas germânicas.....	63
2.1. As análises.....	69
2.1.1. A análise tradicional.....	69
2.1.2. Dois tipos de movimento do V nas	

línguas V2.....	72
2.1.3. A natureza do C nas línguas V2.....	77
2.1.4. A natureza do V2 residual.....	77
2.1.4.1. O V2 residual nas línguas românicas.....	80
2.1.5. Topicalização nas declarativas.....	86
2.1.6. A natureza híbrida de C.....	89
2.1.7. Agr em C.....	93
2.1.8. A ordem V1 nas línguas V2.....	96
2.2. As análises alternativas.....	97
2.2.1. Agr1 e a subordinada V2.....	98
2.2.2. Agr1 é a posição Wackernagel no alemão.....	101
2.2.3. Agr1 e as línguas germânicas antigas.....	102
2.3. O V2 revisitado.....	104
2.3.1. SVO é diferente.....	105
2.3.2. A operação AgrS para Comp.....	107
2.3.2.1. Outras evidências empíricas para AgrS.....	108
2.3.2.2. Posição dos sujeitos e objetos clíticos.....	109
2.3.2.3. A concordância sujeito-verbo.....	110
2.4. Conclusão.....	111

PARTE II O V2 NAS ROMÂNICAS.....122

2.5. A ordem das palavras	122
2.5.1 O caso do francês.....	123
2.5.2. O sujeito nulo.....	126
2.5.3. A posição do objeto direto.....	132
2.6. O francês medieval.....	133
2.7. Causas da mudança.....	135
2.7.1. A hipótese prosódica.....	135
2.7.2. As explicações sintáticas.....	137
2.8. Clíticos no francês antigo.....	141
2.8.1. Agr1 e os clíticos no francês antigo.....	144

CAPÍTULO III - A ORDEM DAS PALAVRAS NO PORTUGUÊS ANTIGO.....150

3.0. Considerações iniciais.....	150
3.1. Alguns aspectos da abordagem tradicional e gerativa.....	151
3.2. Contextos de próclise e ênclise.....	158
3.2.1. O Paradigma de Huber.....	158
3.3. Uma explicação sintática para a posição dos clíticos.....	162

3.4.	A mudança.....	165
3.4.1.	A Interpolação.....	167

PARTE II A VOLTA PARA O PRESENTE.....171

3.5.	Introdução.....	171
3.5.1.	Topicalização, Deslocação à Esquerda Clítica e Focalização.....	171
3.5.2.	Os eternos contextos de próclise.....	181
3.5.2.1.	Os quantificadores e a construção de TOP e DEC.....	184
3.5.2.2.	Os advérbios e a colocação pronominal.....	185
3.5.3.	Diferenças entre sujeito tópico/foco.....	188
3.5.4.	As noções de dado/novo.....	192
3.5.5.	O português europeu e a sintaxe dos clíticos.....	201

CAPÍTULO IV - O SÉCULO XVIII.....214

4.0.	Considerações metodológicas.....	214
4.1.	Os dados.....	220
4.2.	A ordem das palavras.....	223
4.2.1.	A ordem SV(X).....	223
4.2.2.	A ordem SXV.....	227
4.2.3.	A ordem XSV.....	229
4.2.4.	A ordem V(X) ou V1.....	234
4.2.5.	A ordem VS.....	236
4.2.6.	A ordem XV.....	242
4.2.7.	A ordem (X)VXS.....	252
4.2.8.	A ordem XXV.....	253
4.3.	A posição dos clíticos nas diferentes ordens de palavras.....	254
4.3.1.	Contextos de ênclise obrigatória.....	257
4.3.2.	Contextos de próclise obrigatória.....	258
4.3.3.	Contextos alternativos.....	263
4.3.3.1.	A ordem XV com conectivos do tipo <u>e</u> , <u>mas</u> , etc.....	263
4.3.3.2.	A ordem XV com advérbios, complementos e sintagmas preposicionados.....	267
4.3.4.	A ordem SV(X) e a variação entre a próclise e a ênclise	279
4.3.5.	As construções de DEC.....	285

CAPÍTULO V - O SÉCULO XIX E A REANÁLISE GRAMATICAL.....287

5.0. Os dados.....	287
5.1. A ordem das palavras.....	292
5.1.1. A ordem SXV.....	292
5.1.2. A ordem XSV.....	295
5.1.3. A ordem VS.....	297
5.1.4. A ordem XXV.....	297
5.1.5. A ordem (X)VXS.....	298
5.1.6. A ordem XV.....	309
5.1.7. A ordem SV(X).....	321

PARTE II A DISCUSSÃO.....321

5.2. Considerações iniciais.....	321
5.3. A reanálise das estruturas SV(X).....	325
5.4. Agr1 e os clíticos no português europeu.....	329
5.5. Os Contextos de próclise.....	332
5.6. Os contextos de ênclise.....	335
5.7. Causas da reanálise.....	339
5.7.1. Uma língua de sujeito nulo.....	341
5.7.2. A reanálise dos contextos de próclise e ênclise.....	346
5.7.3. Assentamento de parâmetros e passos na mudança.....	348
5.8. Considerações finais.....	351

OBRAS CONSULTADAS.....361

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....363

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Nos anos recentes, intensificou-se o debate sobre a variação da ordem das palavras entre as línguas. Uma das suposições fundamentais dentro do quadro dos Princípios e Parâmetros é que esta variação é derivada de um conjunto altamente restrito de parâmetros (o parâmetro da direcionalidade do núcleo, por exemplo) interagindo com os princípios universais. A Gramática Universal (GU) permite que uma dada representação hierárquica esteja associada a mais de uma ordem linear. Negando esta suposição, Kayne (1993) postula uma teoria ainda mais restrita da variação da ordem das palavras e estrutura de frase e propõe que a estrutura X-Barra é universalmente a mesma, de modo que em todas as línguas o especificador sempre precede o núcleo e o complemento sempre o segue. Na visão de Kayne, a ordem SOV, por exemplo, não é básica, mas sim derivada por movimento do objeto para uma posição funcional mais alta do que aquela ocupada pelo verbo.

No Programa Minimalista, Chomsky (1992,1994) postula que o movimento na sintaxe tem uma única motivação: checagem de traços morfológicos. As línguas variam em relação ao valor "forte" ou "fraco" destes traços. Os traços morfológicos fortes ativam o movimento do verbo e dos NPs na sintaxe visível (estrutura-s) e este movimento se reflete na Forma Fonológica determinando as diferenças nos arranjos dos constituintes nas diferentes línguas.

Relacionado ao fenômeno da ordem das palavras está o fenômeno denominado V2, observado nas línguas germânicas modernas e nas línguas românicas em suas fases antiga e medieval. Atualmente, são ainda controvertidas as hipóteses a respeito das causas do fenômeno, e de como ele se manifesta não só na fase moderna das germânicas, mas também no desenvolvimento das românicas. Ribeiro (1991,1995) apresenta evidências para corroborar a hipótese de que

o português antigo manifestou a sintaxe V2 na ordem das palavras. Com base nestes trabalhos, e com base nas discussões recentes de outros autores, um dos objetivos desta dissertação é trazer novos dados referentes à manifestação do V2 no desenvolvimento do português europeu (PE) a partir do século XVIII.

Deste modo, questões centrais que os pesquisadores se propuseram, entre elas: (i) o que realmente causa o efeito V2? (ii) o que leva certas línguas a perderem a restrição V2?, serão aqui retomadas. Em particular, tomarei como ponto de referência os estudos dedicados à manifestação do fenômeno na história do francês e do português antigo. Estes estudos servirão como ponto de partida para uma abordagem da evolução do português clássico do século XVIII para o português europeu moderno do século XIX.

O debate que se tem estabelecido em relação à sintaxe dos verbos no desenvolvimento do português esteve, muitas vezes, relacionado àquele que diz respeito ao comportamento dos clíticos. Assim, partindo dos fatos relativos à distribuição dos clíticos, Manzini (1992) define o PE como uma língua V2 do tipo do alemão. Do mesmo modo, outros autores como Benincà (1989,1991) e Salvi (1990,1991,1992,1993) desenvolvem estudos comparativos entre as línguas românicas antigas e modernas e elaboram hipóteses a respeito da sintaxe do verbo no PE, levando em conta as restrições sintáticas na colocação dos clíticos.

Como se sabe, um dos aspectos mais intrigantes da história do PE relacionado à sintaxe dos clíticos diz respeito ao fato de que esta língua se distancia de outras línguas românicas como o italiano, o francês e o espanhol por apresentar, na sua fase atual, ênclise obrigatória nas sentenças principais com verbo finito e restrição ao clítico em posição inicial na frase, como ilustrado respectivamente em (1a-b) e (2a-b):

- (1) a. O João deu-me os discos de música clássica.
b. *O João me deu os discos de música clássica.
- (2) a. Encontramo-nos no cinema.
b. *Nos encontramos no cinema.

Atualmente, estes aspectos da sintaxe dos clíticos no PE têm

sido investigados por vários autores, entre eles, Barbosa (1991), Madeira (1992), Rouveret (1992), Martins (1993,1994), Uriagereka (1992,1994), Galves (1992a,1992b,1994). Como estes autores, tenho como objetivo discutir os fatos relacionados ao comportamento dos clíticos no PE, mas, ao contrário de alguns deles, procurarei enquadrar esta discussão dentro daquela que diz respeito ao V2. Minha discussão sobre a sintaxe dos verbos e dos clíticos no PE está ainda totalmente centrada na preocupação de descrever a reanálise gramatical que tem suas primeiras manifestações nos dados já a partir da primeira metade do século XVIII, e que se consolida no início do século XIX. A reanálise em questão está relacionada, particularmente, com os contextos de ênclise e próclise nas sentenças principais afirmativas.

Um terceiro objetivo que procuro alcançar nesta tese é apresentar argumentos convincentes para corroborar a hipótese de que, na evolução do PE, tanto na fase clássica -século XVIII- quanto na fase moderna -século XIX - a estrutura interna da frase inclui uma categoria funcional projetada entre CP e IP. Este objetivo se relaciona a um outro: demonstrar que os desenvolvimentos observados nestes períodos decorrem da natureza e das propriedades do núcleo desta projeção funcional, ou seja, tal categoria funcional desempenha um papel importante nos efeitos V2, nos vários tipos do efeito clítico² (CL2) e na checagem do Caso Nominativo.

Crucial para esta hipótese a respeito do PE é, portanto, a proposta de uma estrutura de frase com Agr Duplo, tal como desenvolvida por Cardinaletti & Roberts (1991) a partir dos fatos da colocação dos verbos e clíticos nas línguas germânicas e línguas românicas antigas. Tentarei argumentar, de modo convincente, que a proposta por eles formulada, realizadas as reinterpretações necessárias em uma teoria da checagem sem regência, tem as melhores chances de ser bem sucedida na abordagem da evolução do PE a partir do século XVIII.

A idéia de uma projeção funcional entre CP e IP tem sido também bastante explorada recentemente nos trabalhos de diversos autores.

No que diz respeito ao PE, podemos destacar, entre outros, os estudos de Rouveret (1992), Uriagereka (1992,1994), Martins (1993,1994) Raposo (1994a,b). Propostas alternativas de estrutura de frase que atribuem à natureza morfológica de C as peculiaridades da distribuição dos clíticos e sintaxe dos verbos finitos serão também mencionadas em nosso trabalho. Entre elas, Barbosa (1991), Manzini (1992), Madeira (1992), Galves (1994).

No Programa Minimalista foi proposto que a variação paramétrica está reduzida aos elementos funcionais e a propriedades gerais do léxico. Por sua vez, autores como Lightfoot (1991,1993) e Roberts (1993a) têm assumido que a mudança lingüística ocorre durante a aquisição da linguagem, de modo que, para corroborar esta hipótese, os autores têm apresentado interessantes propostas para uma caracterização do papel da experiência lingüística na mudança e na aquisição da linguagem. Trazer alguns pontos importantes destas discussões para embasar uma reflexão a respeito das reanálises gramaticais que se verificam no desenvolvimento do PE é outro objetivo deste trabalho.

A tese vai estar organizada em cinco capítulos:

No Capítulo I, apresento os pressupostos teóricos relacionados à teoria sintática e à teoria da mudança, que compõem o quadro teórico que será assumido na abordagem, tanto do português clássico do século XVIII, quanto do português moderno a partir do século XIX.

O Capítulo II está dividido em duas partes: na primeira, faço uma revisão de algumas propostas que buscam descrever e explicar o fenômeno V2 tal como ele se apresenta nas línguas germânicas modernas. Nesta revisão procuro destacar os pontos principais da análise tradicional, contrapondo-os àqueles apresentados em algumas propostas alternativas. Busco também dar ênfase às discussões que dizem respeito à estrutura de frase e à natureza das categorias funcionais envolvidas na abordagem do fenômeno.

Na segunda parte, apresento os argumentos principais de algumas propostas recentes a respeito da sintaxe do verbo e dos clíticos na evolução do francês. O objetivo é realçar os aspectos

das análises que evidenciaram que o francês antigo é a mais "alemã" das línguas românicas.

O Capítulo III, por sua vez, tem uma parte dedicado às discussões a respeito da ordem das palavras no português antigo, em particular, à discussão da ordem V2, com destaque para aqueles estudos que buscaram evidenciar que este fenômeno está relacionado com a caracterização dos contextos de próclise e ênclise. O objetivo principal é mostrar que as diferenças que se manifestam entre o francês e o português nos estágios antigos de seus desenvolvimentos permite uma melhor compreensão do português do século XVIII e dos rumos que esta língua tomou a partir do século XIX. Ainda neste capítulo, apresento alguns fatos e propostas a respeito da colocação pronominal do português europeu atual, dando destaque às construções "marcadas", nas quais o NP sujeito não é o elemento inicial na frase. Apresento também considerações a respeito da natureza do sujeito pré-verbal e pós-verbal, enfatizando o que se tem denominado na literatura como sujeito tópico/foco.

No Capítulo IV, discuto o português do século XVIII. Em primeiro lugar, faço uma análise das principais ordens de palavras encontradas no "corpus" destacando as estruturas com a ordem XV, a ordem típica das línguas V2. As percentagens obtidas com a análise quantitativa dos dados constituem argumentos empíricos para sustentar a idéia de que o século XVIII pode ser considerado como um período de "instabilidade" no sentido de que o sistema apresenta contextos de variação que serão reanalisados posteriormente pela nova geração de falantes.

Finalmente, a Capítulo V é dedicado ao século XIX. A análise dos nossos dados mostra que já a partir da primeira metade deste período está caracterizada a gramática atual no que se refere à colocação dos clíticos, estrutura de frase e sintaxe dos verbos finitos nas sentenças principais.

CAPÍTULO I

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.0. Introdução

Nesta tese, assumirei como quadro teórico o modelo da Economia de Chomsky (1992), também denominado Programa Minimalista para a Teoria Lingüística. No que se segue, apresentarei uma visão geral apenas daquelas noções teóricas que serão relevantes para uma discussão dos fatos do desenvolvimento da ordem no português, nos aspectos relacionados à sintaxe do verbo e clíticos, caso nominativo e estrutura de frase.

Naturalmente, muitas das suposições assumidas em refinamentos recentes da teoria (Chomsky, 1994), incluindo detalhes técnicos bastante importantes, não foram aqui mencionados, ou discutidos em detalhes. A apresentação focalizará aspectos relacionados aos níveis de representação, teoria do Caso e checagem dos traços morfológicos. Darei um especial destaque às noções de "forte" e "fraco" para os traços morfológicos e sua relação com os princípios da economia como motivação para o movimento.¹

1.1. Os níveis de representação: um novo modelo de gramática

O modelo dos Princípios e Parâmetros (P&P) constitui uma ruptura definitiva na forma como as questões relacionadas com a linguagem têm sido formuladas. A suposição fundamental é a de que

¹ A apresentação está baseada não apenas nos textos de Chomsky (1992), mas também em vários outros trabalhos que deram importantes contribuições às idéias originais de Chomsky, entre eles, Zwart (1992), Bobaljik & Carnie (1993), Jonas & Bobaljik (1993), Watanabe (1993). Lembramos que, recentemente, há trabalhos importantes que nos permitem estabelecer uma relação comparativa entre o Minimalismo e o modelo de Regência e Ligação, entre eles, Horsntein (1994).

as línguas não têm regras ou construções gramaticais no sentido tradicional, a não ser como artefatos taxonômicos.

O modelo concebe a Gramática Universal (GU) como um conjunto de princípios universais invariantes, que são parte do patrimônio genético de todos os seres humanos, e um conjunto finito de parâmetros de caráter essencialmente morfológico, que determina a variação lingüística. Os parâmetros estão, assim, limitados ao léxico, na verdade, a uma parte específica do léxico relacionada às categorias funcionais.

No programa minimalista, Chomsky mantém estas suposições gerais do modelo dos P&P, mas oferece uma revisão total dos princípios da GU. O objetivo é desenvolver uma teoria da gramática absolutamente elegante, assumindo unicamente aquelas noções que são conceptualmente necessárias.

Em primeiro lugar, não se contesta que as sentenças das línguas naturais são pares de som e significado. Este conceito "natural" é o mínimo requerido por virtualmente qualquer teoria da gramática. Esta é uma das motivações que leva o autor a propor que os níveis de interface Forma Fonológica (FF) e Forma Lógica (FL) são os únicos níveis de representação gramatical, ou seja, os únicos níveis conceptualmente necessários. A FF faz a interface entre o sistema lingüístico, ou sistema computacional, e o sistema articulatório/ perceptivo. A FL faz a interface entre o sistema lingüístico e o sistema conceptual.

Claramente, esta nova concepção de gramática está em contraste total com a concepção antiga. Agora, os níveis de representação denominados estrutura-S (estrutura superficial) e estrutura-P (estrutura profunda) não são mais considerados e, conseqüentemente deverão ser abandonados. Em termos concretos, isto significa, antes de mais nada, que as condições nas representações como caso, ligação, etc., são motivadas pelas propriedades dos níveis de interface e se asseguram unicamente nestes níveis.

Na verdade, Chomsky afirma que estas condições se estabelecem em nível de FL. A idéia é que caso, por exemplo, é necessário nas representações da FL porque torna visíveis os sintagmas nominais.

Sem caso, os NPs não podem ser interpretados e, portanto, não são objetos legítimos neste nível.

Em segundo lugar, afirma-se a elegância do modelo ao se assumir que as computações da faculdade da linguagem e as descrições estruturais que elas geram obedecem a rígidos princípios de economia (cf. seção, 1.5.1.). Conseqüentemente, não há símbolos ou passos supérfluos na forma como se obtém estas representações e derivações. O que existe, portanto, é um esquema do tipo $C(L) = FF, FL$, ou seja, um único sistema computacional (C), invariante em todas as línguas humanas, e apenas uma limitada variedade lexical. O sistema computacional opera com palavras do léxico (L), produzindo descrições estruturais (DE), ou expressões lingüísticas, que satisfazem os níveis de interface FF e FL.

Chomsky (1994,8) assume que cada entrada lexical tem um formato do tipo $\{P, S, F, \}$, onde componentes de P servem apenas para produzir objetos na FF (traços fonológicos); componentes em S servem apenas para produzir objetos na FL (traços semânticos); e componentes de F (traços formais, como, por exemplo, os traços categoriais [+ N, + V]) podem entrar nas computações, mas devem ser eliminados ao menos na FF para convergência.

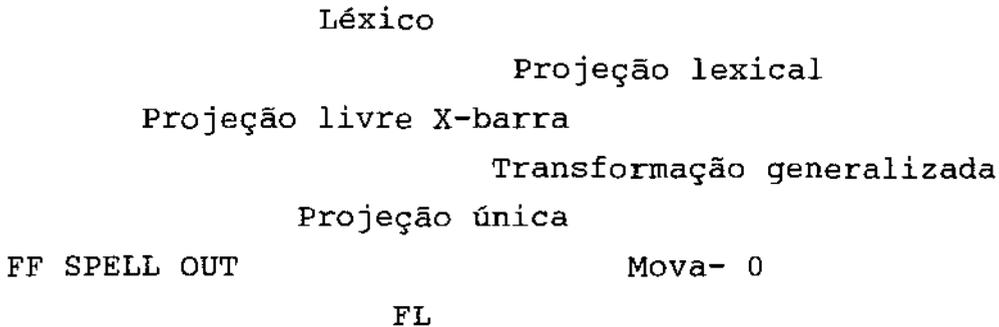
O autor afirma ainda que L é um arranjo ("array") de itens lexicais. A idéia de Numeração é introduzida para significar um conjunto de pares (l, n) , onde l é um item do léxico e n é seu índice, aqui entendido como o número de vezes que l é selecionado. O sistema computacional seleciona um item de N e reduz seu índice a 1, desempenhando então computações permissíveis. O sistema computacional não converge, a menos que todos os índices sejam zero. A noção é fundamental na avaliação das derivações que têm a mesma numeração, isto é, no sentido de uma ser mais econômica do que a outra. Por exemplo, dadas duas sentenças como ilustradas em (1a-b),

- (1) a. There is a man in the
b. A man is the room.

não se tem como compará-las, uma vez que ambas apresentam uma diferente numeração, ou seja, um diferente arranjo de itens lexicais.

O novo modelo de gramática pode ser visualizado da seguinte forma (cf. WU, 1993):

(1)



No que se segue, destacaremos alguns aspectos do programa minimalista que, como dissemos, estão diretamente relacionados aos fatos que queremos discutir neste trabalho.

1.2. A teoria X-barra

Como Chomsky afirma, a GU tem meios para apresentar os itens provindos do léxico numa forma acessível ao sistema computacional. Esta forma é a Teoria X-barra.² Isto significa, em outras palavras, que os sintagmas ou marcadores de frases são formados a partir dos itens lexicais, e que as relações e propriedades fundamentais que se estabelecem entre eles estão em termos da estrutura X-barra, a qual é composta de projeções dos núcleos selecionados do léxico.

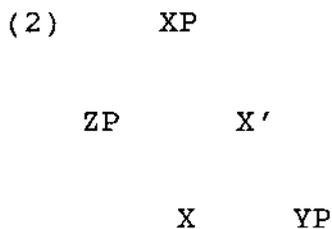
Os marcadores de frase codificam duas noções fundamentais estabelecidas entre os itens lexicais: a relação de dominância, realizada através da sua estrutura hierárquica e a relação de

² Em Chomsky (1994,9,16) há uma importante revisão e análise crítica das propriedades da Teoria X-barra dentro das suposições minimalistas assumidas em Chomsky (1992).

precedência, dependente da relação de comando. Comando é uma relação da GU definida para núcleo e projeção máxima, permitindo que se possa ordenar linearmente as categorias que entram nesta relação.³

Assim, somente relações locais como a relação do núcleo com seu complemento e a relação especificador-núcleo são consideradas. A antiga noção de regência por núcleo é dispensada, de modo que a regência por antecedência é uma propriedade das cadeias e se expressa em termos de comando.

Observemos a estrutura abaixo:



Sem considerar a adjunção, uma estrutura desta forma envolve as duas relações locais acima mencionadas: a relação espec-núcleo, que se estabelece entre ZP e X, e a relação núcleo-complemento, que se estabelece entre X e YP. A relação núcleo-complemento, segundo Chomsky, é mais local e associada às relações temáticas. Outras possíveis relações envolvem núcleo-núcleo e os elementos que formam as cadeias. O mais importante a ser destacado é o fato de que a restrição da localidade impede que a relação entre X e um sintagma incluído dentro do ZP, ou YP, possa ser estabelecida. Deste modo, caso nominativo não pode ser atribuído em configuração de regência.

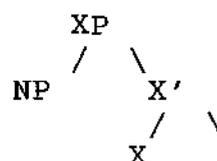
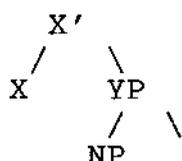
Esta nova concepção das possíveis relações que se podem estabelecer entre os constituintes vem de encontro a uma das mais

³ Há uma distinção necessária entre projeções máximas (Pmax) e núcleos, ou projeções mínimas (Pmin). Os itens no especificador e na posição de complemento são ambos núcleos e Pmax. A projeção X' não tem estatuto teórico de modo que o sistema computacional opera apenas com núcleos e Pmax.

influentes propostas apresentadas na pesquisa recente atribuída a Koopman & Sportiche (1988). Segundo estes autores, seriam duas as configurações permitidas pela teoria X-barrá para assinalamento do caso nominativo ao sujeito das frases: configuração de regência e configuração de concordância. As duas estão ilustradas abaixo:

(3) a. Caso sob regência

b. Caso sob concordância



A relação de regência representada em (3a) se estabelece entre o núcleo (X) e o especificador (NP) do seu complemento (YP). A relação de concordância (3b) se estabelece entre o núcleo (X) e seu especificador (NP). A possibilidade de caso nominativo por regência e concordância permitiram, naturalmente, estabelecer parâmetros que deram conta das diferenças entre as línguas nestes aspectos. Para tornar o ponto mais concreto, observemos as sentenças abaixo:

(2) a. O que comprou o José com este dinheiro?

b. O que o José comprou com este dinheiro?

A sentença (2a) ilustra uma interrogativa com inversão sujeito-verbo. Esta inversão é obrigatória nestes contextos no português europeu. Por sua vez, a sentença (2b) ilustra uma interrogativa sem inversão sujeito-verbo, gramatical no português brasileiro. Assumindo uma estrutura de frase com projeção CP(=XP), e com base no sistema de K&S, pode se analisar a interrogativa ilustrada em (2a), supondo-se movimento obrigatório do V para C (=X), movimento este que permite ao V atribuir Nominativo ao NP sujeito no especificador de IP (=YP) em configuração de regência. A interrogativa ilustrada em (2b), porém, indica a ausência da inversão sujeito-verbo e, conseqüentemente, a ausência da

configuração em que o Nominativo possa ser atribuído por regência. Nas estruturas sem inversão, o NP sujeito checa caso em configuração de concordância espec-núcleo com o V finito em I. Não há movimento do V para C uma vez que este movimento destruiria o contexto da checagem de caso do NP sujeito.

O parâmetro que está aqui em jogo para a inversão sujeito-verbo é, portanto, o parâmetro formulado em termos da possibilidade ou não de o caso nominativo ser checado por regência.⁴ Entretanto, se a noção de regência não é mais considerada, a tarefa de repensar o fenômeno da inversão sujeito-verbo, nas suas diferentes manifestações, nas diferentes línguas, coloca-se de imediato. Além disso, fica em aberto a questão de saber quais parâmetros teriam estado envolvidos para explicar a perda da possibilidade de inversão sujeito-verbo, que se manifestou também na história de várias línguas.

1.3. Operações do sistema computacional.

No programa minimalista, o movimento é concebido em termos de uma única operação, denominada Transformação Generalizada (TG). A TG instancia duas diferentes operações de construção, uma binária, a outra, singular, denominadas respectivamente Combinar (Merger) e Mover. Dado dois marcadores de frase K1 e K2, Combinar compõe estes marcadores de modo que um deles projeta. A operação é binária porque opera com pares de marcadores de frase e constrói uma estrutura sintática única de duas estruturas separadas.

Suponhamos que o sistema computacional selecione duas categorias [N João] e [V'partiu]. A operação Combinar atua da seguinte forma:

(4)

⁴ Roberts (1993a) aplica este sistema na história do francês para explicar a perda da possibilidade da inversão no desenvolvimento das interrogativas e declarativas. Este sistema foi ainda aplicado por Lopes-Rossi (1993) e Torres-Morais (1993) para explicar, respectivamente, a perda da inversão nas interrogativas e declarativas na história do português do Brasil a partir do século XVIII.

- a. Toma um marcador de frase [*V'partiu*]
- b. Adiciona uma posição vazia u externa a *V'*
u [*V'partiu*]
- c. Toma um marcador de frase [*NP João*]
- d. Substituiu a posição vazia u pelo marcador de
frase [*NP João*] e forma [*NP João [VP [V' partiu]]*]

A operação cria, portanto, os marcadores de frase com a projeção de complementos, especificador, adjunção de núcleo e de projeção máxima como nos esquemas abaixo:

(5)

a:complemento	b: espec	c:adj.núcleo	d.adj.Pmax.
X --- X'	X'--- X	X----X	XP---XP
/ \	/ \	/ \	/ \
X YP	ZP X'	Y X	YP XP

Em outras palavras, o novo objeto % que resulta da aplicação de Combinar a dois objetos & e @ tem que incluir @ e &. O que é % ? Se & e @ vêm do léxico, % não tem uma realidade própria, separada daquela dos elementos que o formou.

Por sua vez, Mover é entendida como uma operação única e, ao contrário de Combinar, que é uma operação de substituição binária, é definida como uma operação de substituição singular. Ela não constrói os marcadores de frase, mas afeta a estrutura interna de um único objeto sintático.

A operação Mover atua da seguinte forma

(6)

- a. Dado um marcador de frase [*C' [IP João comprou o quê]*]
- b. Visa *C'* com [*DP o quê*]
- c. Produz [*CP [DP O que] [C'[IP João comprou t]]*]

Finalmente, a adjunção atua como a operação anterior, com a

diferença de que o nóduo criado é um segmento adicional de um nóduo já existente. A adjunção não cria um novo nível de projeção como exemplificado em (7a-c):

(7)

- a. Dado um marcador de frase [*VP comprou o livro*]
- b. Visa VP com [*AdvP ontem*] retirado do léxico
- c. Produz [*VP comprou o livro*] [*AdvP ontem*]

É importante observar que o acesso lexical e Combinar são permitidas até o "Spell-Out" ou até que a representação na FF seja alcançada. Neste ponto, uma mudança na estrutura interna da frase não é mais possível. As transformações do tipo Mover, porém, são permitidas até atingir a FL. Por sua vez, o termo estrutura-s continua a ser empregado apenas para se referir à sintaxe visível (overt syntax), ou seja, àquele ponto na derivação em que ocorre a passagem para o componente fonológico através da operação "Spell-Out"⁵

Se as restrições gramaticais se aplicam exclusivamente na FF e na FL, a representação sintática pode atingir o "Spell-Out" a qualquer momento durante a derivação, contanto que as exigências da FF ou da FL sejam satisfeitas. Partes do sistema computacional são relevantes apenas para o sistema fonológico (FF); outras, para o componente semântico (FL). As partes do sistema computacional que são relevantes para ambos os componentes constituem a sintaxe visível.

Lembramos que a suposição básica do programa minimalista é apresentada por Chomsky nos seguintes termos: "The linguistic

⁵ O termo "Spell-Out" (sem tradução) se refere a uma operação do sistema computacional que toma o conjunto dos marcadores de frases e bifurca para os componentes FF e FL. As regras do FF se aplicam, então, produzindo derivações convergentes, ou não-convergentes. Após o "Spell-Out", os processos computacionais prosseguem na FL, levando a uma representação que pode ou não convergir. Não se vai diretamente da FF para a FL. Vai-se do conjunto inicial até o "Spell-Out", e neste ponto, mapeia-se a FF e FL independentemente.

expressions are the optimal realizations of the interface conditions, where "optimality" is determined by the economy conditions of UG" (Chomsky, 1992, 6). Neste sistema, as condições, ou princípios de Economia (cf. seção 1.5.1.) determinam as operações de movimento e restringem as derivações, ou seja, determinam as possíveis expressões lingüísticas. A derivação converge se é plenamente interpretável nos níveis de interface, e a representação é plenamente interpretável se contém apenas objetos legítimos, onde objetos legítimos são aqueles que têm todos os seus traços morfológicos checados.

Naturalmente, o sistema lingüístico tem um critério para avaliar representações legítimas. Chomsky o denomina Princípio da Interpretação Plena. Uma dada representação F satisfaz o critério da Interpretação Plena na FF se a derivação que a formou consiste de objetos legítimos na FF. Do contrário, ela não converge e aborta. Isto significa que, se um objeto contém um elemento morfológico que sobrevive na FF, este não será interpretado. Como veremos mais adiante, os traços morfológicos "fortes" não são interpretados na FF e deverão ser checados ou eliminados antes do "Spell-Out".

Do mesmo modo, uma representação L satisfaz a Interpretação Plena na FL se ela consiste inteiramente de objetos legítimos neste nível. Na FL, os objetos legítimos são definidos em termos de cadeias bem formadas $C = (a_1 \dots a_n)$, onde C é um núcleo, um argumento, um adjunto ou uma construção operador-variável. As cadeias refletem a história dos movimentos e, nesta visão ainda derivacional de gramática, os movimentos dos elementos não têm outra motivação a não ser checar traços morfológicos.

Do que foi dito acima a respeito dos níveis de representação, fica claro que as condições na FL não são relevantes. Conclui-se que as línguas são iguais na FL e no nível da representação única após a operação Combinar. Se o momento do "Spell-Out" varia, as diferenças entre as línguas resultam dos movimentos do verbo e dos NPs que ocorrem na sintaxe visível antes do "Spell-Out." Somente

estes movimentos são visíveis na FF. Os movimentos que ocorrem na FL são encobertos e não podem ser recuperados na FF. Assim, à medida que as condições da FF e FL são empiricamente determinadas, elas refletirão propriedades das interfaces.

Obviamente, estas suposições a respeito dos níveis de representação vão ter importantes conseqüências para a teoria da aquisição e para a teoria da mudança, as quais assumem que é no processo de aquisição que a criança fixa diferentes parâmetros e reanalisa as estruturas da sua língua. Como os parâmetros têm uma natureza altamente abstrata, uma diferença mínima no valor associado a um deles provoca diferenças superficiais marcantes nas diferentes línguas.

Por outro lado, se a variação lingüística está reduzida às propriedades morfológicas da FF, as quais determinam quando o "Spell-Out" se aplica no curso da derivação, e se as línguas são semelhantes na FL, uma teoria da mudança que assume a teoria da Economia vai buscar caracterizar as diferenças entre as línguas e explicar as causas das mudanças que nelas ocorrem unicamente nas propriedades morfológicas que se refletem na FF.⁶

1.4. Estrutura de frase e teoria do caso

A estrutura de frase proposta por Chomsky (1992), baseando-se na

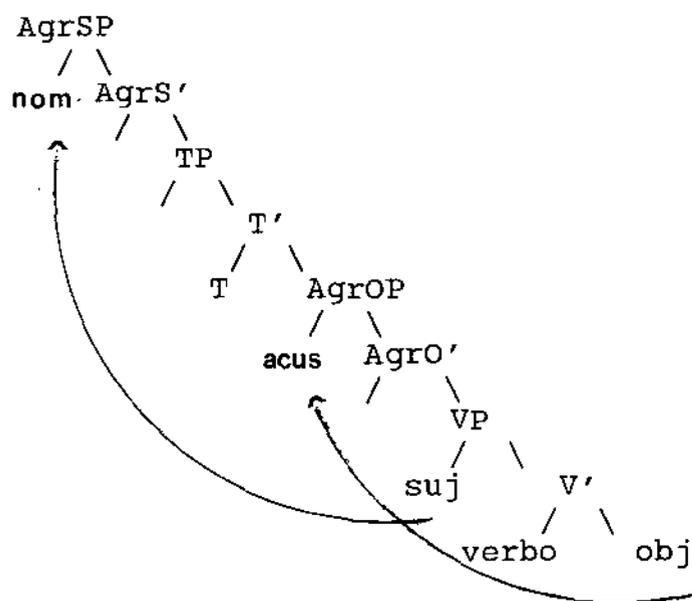
⁶ Como se sabe, faz-se na teoria uma distinção entre sistemas funcionais e lexicais. Assume-se ainda que os elementos flexionais podem ser morfemas flexionais, ou palavras separadas como will no inglês, ou haver no português.

Em outras palavras, diz-se dos itens lexicais que estes se dividem em lexicais e funcionais. As variações nos itens lexicais não afetam o sistema computacional. Apenas as variações nos itens funcionais podem afetá-lo. Como dissemos, os itens funcionais podem ser morfológicamente "fortes" ou "fracos" e a necessidade de checar elementos fortes morfológicamente antes da FF detona os movimentos sintáticos. As línguas não diferem, assim, com relação ao tipo de movimento que elas podem ter, mas na "força" dos morfemas que requerem estes movimentos.

Trabalhos recentes em aquisição, entre eles, Meisel (1990), Tsimpli (1991), Guilfoyle & Noonan (1991), Kato (1991), já apresentam evidências para a pertinência desta distinção no estudo da aquisição da linguagem. Os autores discutem o hipótese de que a criança adquire as categorias funcionais após um período em que sua gramática tem apenas categorias lexicais e uma estrutura de frase com projeção de VP.

proposta de Pollock (1989), está representada em (8), as flechas indicando movimento do NP sujeito para checagem do caso Nominativo e movimento do NP objeto para checagem do caso Acusativo.⁷

(8)



Como se pode ver na representação em árvore (8), a hipótese do sujeito gerado no interior do VP é aceita no programa minimalista. Assume-se, portanto, que o sujeito está na posição de especificador, enquanto o objeto está como complemento do V. Na

⁷ A estrutura de frase proposta por Pollock (1989) projeta TP acima de AgrP. Chomsky (1989) e Belletti (1990) assumem, porém, que AgrP está em posição mais alta do que TP. Os autores tomam por base o Princípio do Espelho de Baker (1985) segundo o qual, numa dada palavra, a ordem dos afixos reflete a derivação sintática da palavra, ou seja, reflete a ordem na qual a afixação acontece através do processo sintático do movimento do verbo.

Entretanto, dentro da visão de morfologia flexional assumida no programa minimalista não está muito claro que importância empírica ou conceptual a ordenação das categorias funcionais poderia ter. Watanabe (1993) afirma que a ordem hierárquica dos elementos flexionais se segue da teoria do Caso proposta por Chomsky (1992). Se o V tem que estar adjacente a AgrO para checar seu traço de caso, AgrOP deve dominar VP imediatamente. Pela mesma razão, AgrSP deve dominar TP para que T possa checar o traço de caso do sujeito.

Note-se ainda que a estrutura de frase apresentada em (8) não inclui categorias funcionais como NegP, Spec, TP e outras que podem ser projetadas. Como veremos oportunamente, os fatos da sintaxe da ordem no desenvolvimento do português nos levarão a discutir o inventário das categorias funcionais possíveis.

verdade, esta hipótese já havia sido desenvolvida em vários trabalhos na última década, possibilitando que novas propostas pudessem ser formuladas a respeito da estrutura da frase e da posição canônica do sujeito de uma frase.

Dissemos ainda que a motivação para o movimento, tal como proposta na teoria minimalista, é a checagem dos traços morfológicos. Em particular, a motivação para o movimento dos NPs sujeito e objeto se resume à checagem de caso/conc. Em Chomsky (1981), o caso estrutural para o sujeito se estabelecia na relação espec-núcleo, enquanto o caso estrutural para o objeto se estabelecia na relação de regência com o V. Esta hipótese da assimetria entre sujeito e objeto não é mais considerada. Agora, todo caso estrutural (caso abstrato e concordância) é visto como manifestação de um relacionamento especial entre o núcleo e seu especificador. O que Chomsky propõe é que AgrS e AgrO são coleções de traços-0 (gênero, número, pessoa), comuns à concordância do sujeito e à concordância do objeto. Por sua vez, as propriedades do caso dependem das características do T e do V: T se move para AgrS e V se move para AgrO. Os complexos que resultam do movimento de T e V, respectivamente para AgrS e para AgrO, incluem os traços-0 de AGR e os traços de caso proporcionados por T e V. Embora não explore Spec,TP como posição do sujeito, Chomsky não descarta esta possibilidade. Assim, na seção 1.4.2. veremos como Spec,TP pode ser uma posição-A potencial em algumas línguas.

A noção fundamental é a de que em todas as línguas, o sujeito e o objeto se movem de sua posição temática no interior do VP para checar traços de caso/conc no relacionamento espec-núcleo com um núcleo funcional apropriado. Nas sentenças transitivas, o núcleo funcional apropriado para o sujeito checar o caso nominativo é AgrS, o qual contém T. Por sua vez, o núcleo apropriado para o objeto checar o caso acusativo é AgrO, o qual contém o V. A checagem pode se dar tanto na FF como na FL, dependendo da "força" do traço relevante.

Deste modo, as novas propostas para a motivação da checagem dos traços morfológicos levam naturalmente a uma necessidade de

repensar os conceitos de posição-A e posição-A', os quais, embora razoavelmente claros em Chomsky (1981), já haviam sido colocados em xeque através da hipótese do sujeito gerado na base. Como se sabe, antes desta hipótese, a posição-A era definida como aquela que podia receber um papel temático. As outras posições eram posições-A' como, por exemplo, a posição Spec,CP ocupada por operadores.

Em particular, assume-se neste momento que Spec,IP é uma posição-A, uma vez que é nesta posição que o sujeito é assinalado com seu papel temático. Da mesma forma, a posição de complemento do V é uma posição-A, uma vez que é nesta posição que o objeto é assinalado com seu papel temático. A idéia de um sujeito gerado no interior do VP, porém, permite afirmar que o V apenas assinala os seus papéis temáticos dentro do VP. Isto muda radicalmente o estatuto do Spec,IP, e leva a novas questões a respeito dos fatos que eram abordados levando em conta a diferença no estatuto A/A' do Spec,CP e Spec,IP.⁸

Desta forma, Chomsky (1992,40) conclui que as noções de posição A e posição A' devem ser entendidas de forma apenas intuitiva e propõe redefini-las em termos da noção Lexicalmente Relacionada. Na seção 1.5. teremos uma idéia mais clara do que esta noção significa ao considerarmos mais de perto o sistema verbal, ou seja, as propriedades morfológicas dos itens verbais.⁹

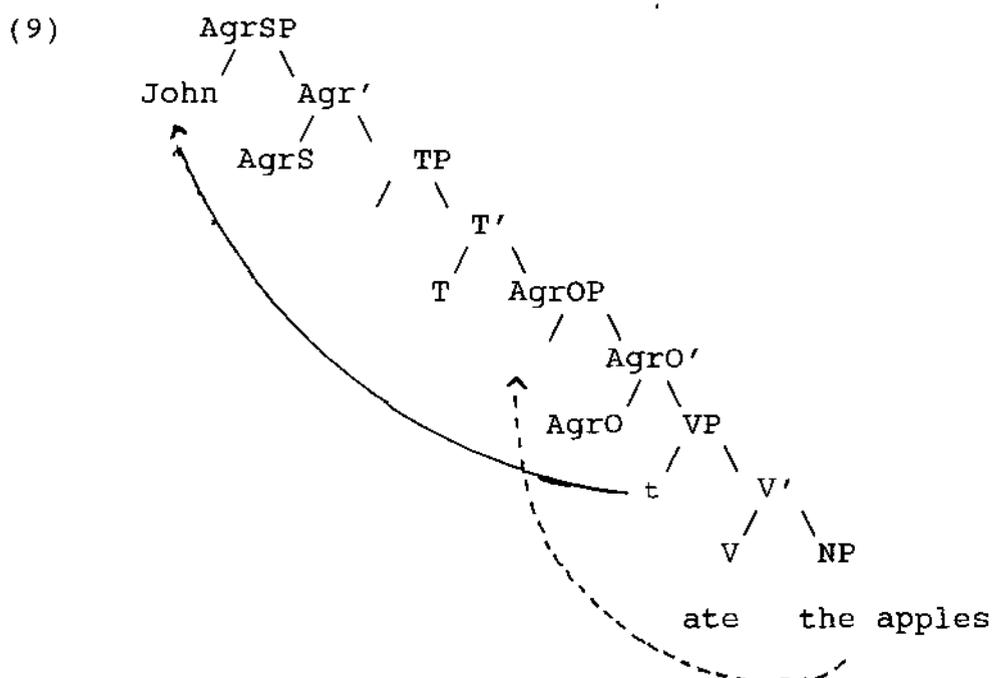
1.4.1. Derivação de uma sentença transitiva

Como tem sido também aceito sem controvérsias nestes últimos anos, e agora retomado em termos do minimalismo, uma sentença transitiva no inglês do tipo John eat the apples supõe que o V e o objeto não se movem na sintaxe visível, permanecendo no interior do

⁸ A hipótese do sujeito gerado no VP leva vários autores a afirmarem que uma posição de especificador pode ter um estatuto de posição A, ou A', dependendo tanto do elemento que ocupa esta posição, como do seu relacionamento com o núcleo (cf. Diesing (1990), Rizzi (1990b), Santorini (1992)).

⁹ Para um estudo destas posições dentro da teoria dos Princípios e Parâmetros, veja Chomsky & Lasnik (1991).

VP antes do "Spell Out." Porém, ao contrário do que ocorre com o V e com o objeto, o NP sujeito deve se mover visivelmente para Spec,AgrS para checar seus traços de caso/conc. Observemos, portanto, a estrutura em (9) ilustrando a derivação da sentença transitiva no inglês. As linhas pontilhadas indicam os movimentos que se realizam na FL.



Observando a seqüência dos movimentos para checagem do nominativo e acusativo indicada pelas flechas, vemos que o resultado destes movimentos são caminhos cruzados. Além disso, a seqüência dos movimentos para checagem de caso/conc cria dificuldades para se entender por que o NP objeto não se move para Spec,AgrS, ou, vice-versa, por que o NP sujeito não se move para Spec,AgrO. Dito de outra forma, a questão é saber por que não há movimento para posições inadequadas.

Em particular, como se explicaria o movimento do objeto para Spec,AgrO, tanto numa língua que tem este movimento na sintaxe visível, como numa língua que tem o movimento posposto para a FL? Primeiramente, vemos que o movimento do objeto "cruza" o sujeito, ou seu vestígio, no Spec,VP, violando a Minimalidade Relativizada (Rizzi,1990a), uma vez que esta seria a primeira posição para o objeto se mover. Chomsky (1992,24) apresenta uma proposta para dar conta deste problema através de duas importantes concepções teóricas: o Princípio do Movimento mais Curto (Shortest Movement) e o Princípio da Equidistância.

O Movimento mais Curto pode ser traduzido informalmente nos seguintes termos:

(10) Movimento mais Curto

Um elemento X com um traço não checado deve se mover para a posição apropriada mais próxima na qual seu traço possa ser checado.

A posição apropriada para os diferentes elementos se moverem retomam antigas suposições aceitas na teoria sintática e podem ser apresentadas da seguinte forma (cf. Jonas & Bobaljik, 1993,5):

- (a) núcleo para o movimento do núcleo.
- (b) Spec,AgrP, TP, VP para movimento A.
- (c) Spec,CP e posições de adjunções para movimento A'.

Assim, na derivação da sentença transitiva em (9), o sujeito se move diretamente de sua posição de base para Spec,AgrS, sem violar a Economia. Isto evidencia que, se Spec,AgrO e Spec,TP não são gerados (preenchidos) neste ponto da derivação em que o sujeito se move, elas não "contam" como posições eqüidistantes. Conseqüentemente, no inglês, a posição apropriada para o sujeito checar caso/conc é Spec,AgrS.

Como vimos acima, o mesmo não se pode dizer do movimento do NP objeto. De fato, nos termos do Movimento mais Curto, caracteriza-se como ilegítimo o movimento do NP objeto para Spec,AgrO, valendo isto tanto para o movimento que se dá na FL, que é o caso do inglês, como também para o movimento na estrutura-s, como ocorre em outras línguas. Para contornar a violação deste princípio, provocada pelo movimento do NP objeto, Chomsky utiliza, como dissemos, a noção de eqüidistância baseada, por sua vez, na noção de cadeia. A eqüidistância pode ser informalmente formulada nos seguintes termos:

(11) Eqüidistância

Quando Y se move para X, a cadeia que resulta deste movimento torna a posição do especificador de YP e XP eqüidistante de ZP.

Se supomos que Y= Verbo, e ZP= NP objeto, o movimento do V

para AgrO =X forma a cadeia C=(V..t), criando um domínio mínimo que inclui Spec,AgrO, Spec,VP e o objeto. Com a formação da cadeia que resultou do movimento do V para AgrO, Spec,AgrO e Spec,VP se tornam eqüidistantes do NP objeto. Conseqüentemente, o objeto pode cruzar Spec,VP em seu caminho para Spec,AgrO, sem violar o Movimento mais Curto. Spec,AgrO "conta" como uma posição legítima para o NP objeto em termos de distância, mesmo tendo Spec,VP no meio do caminho. Em princípio, portanto, cada núcleo pode ter dois especificadores dentro do seu domínio de checagem.

Obviamente, esta análise prediz que o alçamento do objeto na sintaxe visível só será possível com o movimento do V na sintaxe visível.¹⁰

O Movimento mais Curto como uma estratégia de economia parece estar, porém, em contradição com outra aparentemente bastante diferente: a de que a derivação mais econômica sempre é a preferida. Ora, para uma derivação ser mais econômica, é necessário que ela tenha menos passos. No entanto, se o movimento mais curto para o alvo mais próximo deve ser escolhido, a derivação será automaticamente mais custosa em termos do número de passos necessários. O paradoxo é só aparente, porém, uma vez que a operação básica não é Mover, mas Formar Cadeias (cf.Uriagereka,1994b). Na derivação em (9), o movimento do V para T e para Agr forma uma única cadeia. A cadeia como um todo é o objeto real, enquanto os elos são apenas parte do objeto maior e não têm realidade própria.

Uma hipótese adicional que condiciona a operação Mover é denominada Condição do Ciclo Estrito. Esta condição impõe uma ordenação nas derivações sintáticas e determina que, numa língua com alçamento visível do objeto para Spec,AgrO, este deve preceder o movimento do sujeito para fora do VP. Se o sujeito ocupasse a posição Spec,AgrO, o objeto não teria como checar seu caso na

¹⁰ Roberts (1992a), baseando-se em Holmberg (1986), apresenta evidências empíricas e teóricas para a hipótese de que, no desenvolvimento do inglês, o movimento do objeto na sintaxe (object shift) deixa de ser possível com a perda do movimento visível do verbo.

relação espec-núcleo. Justifica-se, assim, porque, no minimalismo, as derivações possíveis apresentam caminhos cruzados (cf. Chomsky 1992:25). Por sua vez, como dissemos, o movimento do V deve preceder o movimento do objeto. Esta ordenação está intimamente relacionada com a formação das cadeias como condição para a criação das posições eqüidistantes e para determinação dos domínios de checagem (Chomsky 1992,27).

1.4.2. A checagem do nominativo e a natureza de Spec,TP

Dada a teoria da checagem dos traços em conjunto com os princípios da economia, em particular o Princípio do Movimento mais Curto, e dada a noção de eqüidistância e a hipótese do sujeito gerado no interior do VP, pode se considerar que, em princípio, tanto Spec,TP como Spec,AgrSP representam posições potenciais para o sujeito de uma sentença transitiva checar seus traços de caso/conc na sintaxe visível.¹¹

Partindo destas suposições do programa minimalista a respeito das condições para o movimento dos núcleos e para movimento dos NPs, Jonas & Bobaljik (1993), Bobaljik & Carnie (1993), investigando, respectivamente, as posições estruturais visíveis do sujeito no islandês em diferentes construções e os fatos ligados à ordem das palavras no irlandês, apresentam evidências empíricas e teóricas para uma análise destes fenômenos, a qual leva em conta a hipótese de que Spec,TP é a posição do sujeito indefinido nestas línguas.

Em particular, os primeiros afirmam que diferenças na ordem das palavras em algumas línguas germânicas decorrem de um único

¹¹ Considerar que Spec,TP possa ser a posição do sujeito vai de encontro à posição assumida por Chomsky (1992). Segundo o autor, tanto a checagem do Nominativo quanto a checagem do acusativo envolve Agr. Na sua nota (11), porém, Chomsky considera que pode ser uma possibilidade real o movimento do NP para Spec,TP para assinalamento de caso, e, então, para Spec,AgrS para checagem de concordância. Veja também a este respeito Chomsky (1994).

parâmetro: o licenciamento de Spec,TP como posição-A intermediária na sintaxe. Assim, construções próprias do islandês, como exemplificadas em (3a-d), só poderiam ser analisadas dentro dos pressupostos da teoria minimalista se o parâmetro do licenciamento do Spec,TP fosse considerado. Vejamos os exemplos abaixo:

(3)

- a. Margir stúdentar lásu bókina ekki .
Muitos estudantes leram o livro não
'Muitos estudantes não leram o livro.'
- b. það borðuðu margir atrákar bjúgun ekki öll.
expl comeram muitos estudantes as salsichas não
todas
'Os estudantes não comeram todas as salsichas.'
- c. Í gaer kláradi músin sennilega ostinn ekki.
Ontem terminou o rato provavelm/ o queijo não.
'Ontem provavelmente o rato não terminou o queijo.'
- d. Í gaer kláridi sennilega mús ostinn ekki.
Ontem terminou provavelm/ um rato o queijo não.
'Ontem provavelm/ um rato não terminou o queijo.'

Em (3a) tem-se uma construção com movimento visível do NP objeto; em (3b), uma construção transitiva expletiva com movimento do NP objeto, em que tanto o sujeito expletivo það como o sujeito lexical margir atrákar estão presentes na estrutura visível. Finalmente, em (3c-d) tem-se exemplos de construções transitivas, as quais ilustram diferentes posições para o sujeito definido músin e para o sujeito indefinido mús, delineadas pela posição do objeto, advérbio e negação.

A análise proposta para (3a) supõe que o NP objeto se move para Spec,AgrO. Este movimento na sintaxe visível é evidenciado pela posição relativa do objeto e da negação. Uma vez que a negação é analisada como um elemento gerado em adjunção a VP, e se o objeto antecede a negação, a conclusão óbvia é que este está fora do VP, e ocupa a sua posição de checagem do caso acusativo antes do "Spell-Out". Duas condições são necessárias para o movimento

visível do objeto: o movimento obrigatório do V para a formação do seu domínio de checagem e o licenciamento da posição Spec,TP como uma posição intermediária para checagem do nominativo. Neste caso em discussão, márgir stúdentar, o sujeito da sentença (3a), não pode se mover para Spec,AgrS porque Spec,AgrO está preenchido. Tal movimento violaria a condição do Movimento mais Curto.

O exemplo (3b), por sua vez, é analisado supondo que o sujeito expletivo paø ocupa Spec,AgrS enquanto o sujeito indefinido márgir atrákar, ocupa Spec,TP. A evidência para o sujeito indefinido estar fora do VP é, novamente, a sua posição em relação ao objeto. Como ocorreu no exemplo anterior, neste, o objeto antecede não apenas a negação, mas também o quantificador øll.

Em (3c) o sujeito definido antecede o advérbio sentencial sennilega, o que evidenciaria sua posição no Spec,AgrS. Entretanto, em (3d), embora o sujeito indefinido mus siga o advérbio, levando a supor que ele pudesse estar dentro do VP, o fato de que ele precede o objeto e a negação não permite senão concluir que sua posição é Spec,TP.

Em todos estes casos, portanto, a checagem do caso nominativo acontece separada da checagem da concordância sujeito-verbo.¹² Conclui-se, ainda, do que foi dito acima, que o movimento do NP objeto na sintaxe requer que Spec,TP seja uma posição-A potencial, não para o movimento do objeto, mas para o subsequente movimento do sujeito. Se Spec,AgrO estiver ocupado pelo NP objeto, Spec,TP é a única posição equidistante para o NP sujeito se mover. O sujeito não poderia se mover diretamente para Spec,AgrS, uma vez que este movimento violaria princípios de economia. Deste modo, se uma língua não licencia Spec,TP como posição do sujeito, o objeto não se move para Spec,AgrO na sintaxe visível, mesmo que a língua tenha

¹² Baseando-se no fato de que outras línguas germânicas como o alemão, holandês, ídiche têm não só posições distintas para o sujeito definido e indefinido, mas também o movimento visível do objeto direto, Jonas & Bobaljik sugerem que o licenciamento do Spec,TP como posição do sujeito estaria relacionado à morfologia flexional verbal das línguas germânicas V2. Por esta hipótese, uma língua licencia Spec,TP na estrutura-s, se e somente se tem morfologia independente de tempo e concordância.

movimento obrigatório do V. Por seu lado, duas posições de sujeito visíveis na FF, como em (3b), ambas externas ao VP, são esperadas somente em línguas com movimento visível do objeto.

A discussão apresentada acima tem também importantes conseqüências para a caracterização do estatuto de Spec,TP. De fato, Jonas & Bobaljik (1993) afirmam que Spec,TP, não é, universalmente, uma posição-A disponível na FL. Como eles concluem, tal suposição força todos os NPs sujeitos das sentenças transitivas a se moverem para fora do VP na sintaxe, independentemente do fato de a língua ter ou não movimento do objeto na sintaxe. Se Spec,TP não é uma posição intermediária para o sujeito se mover na FL, espera-se que ele se mova para Spec,AgrS para a operação de checagem de seus traços. Porém, após o movimento do NP objeto para Spec,AgrO, neste nível, para checar seus traços de caso/conc, o sujeito não poderia se mover para Spec,AgrS diretamente de sua posição no interior do VP, uma vez que tal movimento violaria o Princípio do Movimento mais Curto.

Desta forma, se o movimento dos dois NPs de uma sentença transitiva pode ocorrer na FF, o mesmo não se pode dizer em relação à FL. Neste nível, pelo menos o NP sujeito já deve ter realizado sua operação de checagem. Em outras palavras, nas sentenças transitivas, o sujeito não poderia permanecer no interior do VP na sintaxe visível, mesmo numa língua como o inglês em que o objeto e o verbo só se movem na FL. Aqui, se o sujeito perder a chance de checar seu caso no Spec,AgrS antes do "Spell-Out", esta estará definitivamente perdida.

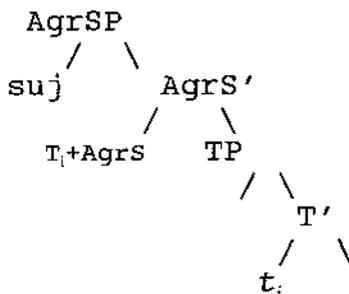
1.4.3. Outras estratégias para checagem do nominativo

Em termos distintos daqueles propostos na discussão acima, Chomsky (1992,47) sugere que a exigência de que todas as sentenças tenham sujeito -Princípio da Projeção Extendida- se reduz a uma propriedade morfológica de T. Em algumas línguas, T tem traços-N fortes e é esta propriedade morfológica que obriga o movimento do

NP sujeito na sintaxe para verificar o seu traço de caso/conc. De fato, como vimos na seção 1.4.1, o inglês apresenta movimento obrigatório do NP sujeito, evidenciando, assim, nos termos de Chomsky, a presença de traços-N fortes em T, a qual requer que algum NP se mova para sua posição de especificador para que a configuração espec-núcleo possa se estabelecer para a operação de checagem.

Entretanto, segundo a tese de J&B, que bastante resumidamente apresentamos na seção anterior, não haveria nenhuma possibilidade para se supor que línguas como o inglês licenciam Spec,TP como posição para o sujeito. Os autores se propõem a resolver esta contradição aparente assumindo que, ao contrário de algumas línguas germânicas que licenciam Spec,TP para checagem do traços-N fortes de T, as línguas do tipo do inglês apresentam uma outra estratégia: T se move para Agr na sintaxe visível. Deste modo, o alçamento do sujeito, diretamente do interior do VP para Spec,AgrS, pode satisfazer a exigência de checagem dos traços-N de T através da concordância espec-núcleo com o núcleo complexo [T+Agr]. Esta estratégia está parcialmente ilustrada em (12):

(12)



Se comparamos a estratégia de checagem de caso, tal como se realiza no inglês, com as diferentes possibilidades encontradas nas outras línguas germânicas, concluímos que implicações importantes resultam destas propostas que apresentam estratégias alternativas para a checagem do nominativo.

Neste ponto, uma pergunta natural que nos ocorre poderia ser formulada nos seguintes termos: dentro deste cenário, em que posição ficariam as línguas românicas como o português e o francês?

O caso destas línguas é certamente mais complicado. Por um lado, duas das condições que foram consideradas para evidenciar licenciamento de Spec,TP na sintaxe são preenchidas nestas línguas: a primeira, o movimento do V na sintaxe, movimento este necessário para criar os domínios potenciais de checagem dos NPs; a segunda, o paradigma flexional com distinção de tempo e pessoa. No entanto, nenhuma das evidências apresentadas para o islandês para postular o licenciamento de Spec,TP, entre elas, posições distintas para o sujeito indefinido e definido, movimento visível do objeto na sintaxe e construções transitivas com expletivos, é encontrada no francês e no português.

Consideremos agora a questão do movimento do objeto na sintaxe visível. Os argumentos que apresentamos anteriormente procuraram demonstrar que, se uma língua não licencia Spec,TP, o movimento do objeto é proibido. Na verdade, Chomsky (1992) assume que, no francês, o movimento do objeto só acontece na FL. A ausência deste movimento é atribuída aos traços-N fracos de AgrO. Considerando ainda que AgrS e AgrO têm a mesma natureza, o autor conclui que AgrS deve ter, igualmente, traços-N fracos. Assim, ao assumir que está correta esta valência atribuída aos traços-N de ambos os Agrs, a única alternativa para justificar que há movimento visível obrigatório do NP sujeito para Spec,AgrS para checar o caso nominativo, é considerar que este é detonado pelos traços-N fortes de T. Se ainda levamos em conta a proposta de J&B, podemos dizer que a estratégia de checagem do Nominativo no francês seria, portanto, a mesma do inglês: T se move para AgrS e o NP sujeito checa os seus traços de caso/ónc na relação espec-núcleo com o complexo formado pelo movimento de T para Agr, em AgrSP.

Com os fatos relacionados ao movimento visível do NP sujeito no francês fica mais uma vez evidente que, se uma posição de especificador não está licenciada, como é o caso de Spec,TP, ela não conta para os efeitos da minimalidade. A estratégia proposta para a checagem do nominativo no francês revela, ainda, que núcleos funcionais com traços-V fortes como é o caso de AgrO e AgrS, os quais detonam o movimento do V, podem ter traços-N fracos, de modo

que, ou a posição do especificador não é gerada na sintaxe visível, neste caso, Spec,AgrO, ou é gerada para checar traços de um núcleo complexo como é o caso de Spec,AgrS.

Quanto ao português, pospomos para o Cap.2 uma discussão mais detalhada sobre estes fatos. Diremos, apenas, que a agramaticalidade de (4b) abaixo pode nos levar à conclusão de que, nesta língua, não há movimento do objeto na sintaxe, e conseqüentemente, Spec,TP não poderá ser licenciado como posição A.

(4) a. O Pedro tinha comprado o piano.

b.*O Pedro tinha o piano comprado.

Se levamos em conta a hipótese de Belletti (1990) de que o participio está numa posição acima de AgrO, a agramaticalidade de (4b) mostra que, no português, o NP objeto não se move do interior do VP na sintaxe visível. Com isto, esta língua estaria, tipologicamente, ao lado do inglês e do francês por não licenciar Spec,TP como posição para o sujeito nominativo.¹³

Por outro lado, gostaríamos de sugerir que, talvez, a relação de dependência entre licenciamento de Spec,TP e movimento visível do objeto possa ser unilateral, ou seja, a língua que tem movimento do objeto evidenciaria Spec,TP como posição dos sujeito e movimento do V na sintaxe, mas o movimento do sujeito para Spec,TP não implicaria, necessariamente, no movimento visível do objeto, estando este dependente apenas do movimento obrigatório do V. Neste caso, o parâmetro envolvido para o licenciamento de Spec,TP estaria relacionado unicamente com o fato de que uma língua possa ter ou não traços-V fortes em T ou Agr. Em outras palavras, o que estaria

¹³ Recentemente, Martins (1993) afirma que o português europeu (PE) tem posições distintas para o sujeito definido ou específico, e para o sujeito não-específico. A autora afirma que este contraste semântico se reflete nas diferentes posições que o sujeito ocupa na estrutura-s e se relaciona com a distribuição dos clíticos. A conclusão é que a posição do sujeito pós-verbal no PE é Spec,TP. Oportunamente, retomarei esta importante discussão das diferentes posições do sujeito, não só para uma análise do PE, como também para uma análise do seu desenvolvimento a partir do século XVIII.

em jogo seria apenas a valência dos traços-V das categorias funcionais relevantes.¹⁴

Por outro lado, como o V se move na sintaxe visível no francês e no português, evidenciando que T e Agr têm traços-V fortes, a ausência de movimento visível do objeto nestas línguas indicaria que ter ou não movimento do V não é condição suficiente, embora necessária, para o movimento do objeto. Parece, então, "natural" atribuir esta ausência de movimento visível do objeto nestas línguas ao não-licenciamento do Spec,TP como posição do sujeito.¹⁵

¹⁴ Outras derivações são possíveis se imaginamos que os traços-N e os traços-V de um mesmo núcleo funcional são assimétricos em relação a sua valência. Existem, porém, restrições.

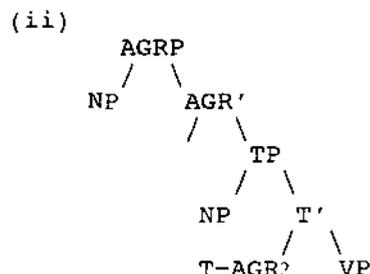
Imaginemos, por exemplo, uma língua que tem traços-N fortes em AgrO e AgrS. Neste caso, tanto o NP objeto como o NP sujeito têm que se mover na sintaxe visível para checar estes traços. Entretanto, se os traços-V de AgrS, AgrO e T são fracos, o V não se move na sintaxe visível. Ora, se o V não se move, o objeto, igualmente, não pode se mover para não ferir a minimalidade. Concluimos, portanto, que tal língua não poderia existir.

¹⁵ Entretanto, a possibilidade de ter Spec,TP como posição para o sujeito Nominativo foi explorada por Galves (1992b) para o português do Brasil (PB). Adaptando a hipótese de Cardinaletti & Roberts (1991) de que certas línguas evidenciam a presença de dois Agrs como posição para o sujeito, Galves afirma que, no PB, Agr2 (ou o Agr que contém a morfologia flexional verbal) não é um núcleo funcional autônomo, mas um traço em T. Assim, o núcleo de TP é uma categoria complexa T-Agr2 enquanto Spec,TP é parametrizado como posição do sujeito. Galves baseia sua hipótese no trabalho de Iatridou (1990), a qual afirma que Agr não é uma projeção funcional, mas um relacionamento espec-núcleo. Deste modo, algumas variações no movimento do verbo podem ser atribuídas à natureza morfológica de T e não à natureza de Agr. Como a autora observa, esta possibilidade de atribuir a T não uma riqueza interpretativa na base dos traços + ou - finito, mas uma riqueza morfológica tem importantes consequências sintáticas.

A possibilidade de parametrizar Spec,TP como posição do sujeito, leva Galves a apresentar ainda uma importante discussão a respeito do que ela chama de fenômeno do sujeito duplo no PB. Este fenômeno exibe diferentes propriedades das quais estão ilustradas em (i).

- (i) a. O café já descascado *ele* pode ser exportado assim.
 b. A minha senhora logo depois que casamos...talvez uns três ou quatro meses *pro* ficou grávida...

Vejamos a representação em (ii):



1.5. A checagem dos traços verbais

A seguir, retomamos aqueles pontos discutidos na teoria minimalista que nos permitirão entender melhor porque o movimento na sintaxe visível se processa, levando em conta as suposições fundamentais expressas nos seguintes termos:

- a. todo movimento é motivado para checar os traços morfológicos de certos elementos lexicais.¹⁶
- b. as operações de movimento são restritas de várias maneiras por princípios de economia.

De acordo com a proposta de Galves, as duas posições de sujeito projetadas na frase estão preenchidas. Assim, os sujeitos lexicais das sentenças em (i), respectivamente O café e A minha senhora, ocupam Spec,AgrP, uma posição A-barra. Por sua vez, os sujeitos pronominais ocupam Spec,TP, onde recebem Caso Nominativo atribuído por T na configuração spec,núcleo. Assume-se, pois, que as duas posições de sujeito estão coindexadas, através de uma "cadeia de concordância."

A mesma estrutura de frase permitiria ainda dar conta de outros casos, nos quais o NP em Spec,AgrP não é repetido por um pronome em posição nominativa, mas por genitivos ou objetos de preposição, como no exemplo abaixo. Segundo a autora, estas construções provocam "a stronger feeling of left-dislocation".

(ii) A Maria_i eu_j não quero nada com ela_i.

Naturalmente, os fatos relacionados às estruturas de "sujeito tópico" no PB, que Galves discute, evidenciam que estamos diante de outra particularidade da sintaxe do PB.

¹⁶ Refinamentos recentes na teoria minimalista têm postulado que outros parâmetros estão em jogo na variação da ordem das palavras. Um deles, que já comentamos na seção anterior, está relacionado à natureza do Spec,TP. Outra proposta recente (cf. Zwart, 1992) considera que o núcleo funcional em determinadas línguas deve ser preenchido lexicalmente para que a checagem do nominativo se realize na sintaxe visível.

Vimos na seção anterior como os NPs se movem de sua posição de base, motivados pela necessidade de verificar caso/conc. Consideremos, agora, como fica a questão da checagem no sistema verbal. Chomsky (1992,39) afirma que, a princípio, haveria duas maneiras de se considerar as propriedades morfológicas dos itens lexicais verbais, ou seja, de interpretar a morfologia flexional. Na primeira, supõe-se que um processo de afixação do radical verbal com suas flexões de concordância e tempo se dá por movimentos sintáticos de incorporação que podem apresentar dois mecanismos: ou o V se move para Agr e T para se incorporar aos seus afixos, ou os afixos se abaixam para se incorporar ao V.

Na segunda alternativa, a única que é considerada no modelo atual, supõe-se que tanto os elementos verbais como os elementos nominais têm os traços flexionais no léxico como uma propriedade intrínseca, o que permite que eles sejam inseridos no componente sintático plenamente flexionados. Os traços flexionais são então verificados, ou checados, por confronto com os traços dos núcleos funcionais apropriados.

Nestes termos, o verbo é uma seqüência do tipo $(\alpha, \text{INFL}_1, \dots, \text{INFL}_n)$, onde α é um complexo morfológico Raiz + afixos. As regras da FF somente consideram o complexo. Quando o V se adjuge a uma categoria funcional, AgrO, por exemplo, o traço AgrO do V é checado nesta categoria funcional. Se os traços combinam, a derivação converge. Se não combinam, a derivação não converge e aborta. Em princípio, portanto, AgrO não representa morfemas de concordância de uma língua particular, mas uma coleção de traços morfológicos abstratos.¹⁷

Na realidade, Chomsky propõe que os núcleos funcionais, T e os

¹⁷. Parece estar claro dentro do programa minimalista que a checagem dos traços morfológicos na sintaxe não está num relacionamento um a um com a morfologia visível. Uma vez que as palavras estão plenamente flexionadas no léxico, pode se supor que nem sempre a morfologia verbal visível é que determina o movimento obrigatório do verbo. Voltaremos a isto em outros pontos desta dissertação. Assumiremos, porém, que a caracterização forte/fraca dos traços-V não varia de modo totalmente arbitrário através das línguas. Ao menos certos aspectos desta variação deverão estar ligados à morfologia flexional visível.

dois Agrs, têm dois tipos de traços morfológicos: traços verbais (traços-V) e traços nominais (traços-NP), os quais desempenham duas funções a saber: os traços-V de Agr checam as propriedades do verbo que se move para esta posição; os traços-NP de Agr checam as propriedades do NP que se move para a sua posição de especificador, assegurando o relacionamento de concordância NP,V. O mesmo acontece com T: os traços-V de T checam o tempo do verbo e os traços-N checam o caso do sujeito. A operação de checagem pode se realizar em qualquer estágio da derivação para a FL. Com esta operação, os traços desaparecem.

Na seção 1.4. mencionamos que a noção de posição A e posição A' são redefinidas em termos da noção Lexicalmente Relacionada. Observemos, agora, que esta noção está, por sua vez, intimamente ligada à noção de traços morfológicos das categorias funcionais, e que são justamente estes traços que Chomsky (1992, 28-29) considera como traços lexicalmente relacionados:

" More generally, let us call such features of a lexical item L-features. Keeping to the X-bar-theoretical notions, we say that a position is L-related if it is in a local relation to an L-feature, i.e., in the internal domain of a checking domain of a head with an L-feature. Furthermore, the checking domain can be divided into two categories: non adjoined (Spec) and adjoined. Let us call these positions narrowly and broadly L-related, respectively. A structural position that is narrowly L-related has the basic properties of A-positions: one that is not L-related has the basic properties of A'-bar positions, in particular, the specifier of C, not L-related if C does not contain a V feature."

Naturalmente, a redefinição da distinção entre posição-A e posição-A' se estende à distinção entre movimento-A e movimento A', agora entendidos, respectivamente, como movimento para uma posição relacionada lexicalmente e não-relacionada lexicalmente.

O movimento motivado para checagem de caso, ou para Spec,AgrP, é o antigo movimento-A, enquanto topicalização e adjunção são exemplos de movimento A'. Como veremos no decorrer da nossa análise dos fatos do desenvolvimento do português, estas noções são importantes para uma caracterização da estrutura de frase, movimento do V e dos

NPs, e, em particular, para uma abordagem da ordem dos clíticos.

1.5.1. As noções de "forte" e "fraco"

Em 1.4.1. vimos que os núcleos funcionais Agr e T têm traços (N)ominais e traços (V)erbais que são parametrizados nas diferentes línguas como "fortes" ou "fracos". Os traços-N determinam o movimento do NP para Spec,AgrS. Os traços-V determinam o movimento do verbo para os núcleos funcionais. Os traços "fortes" não são interpretados na FF e devem ser checados (eliminados) na sintaxe, antes do "Spell-Out". Os traços "fracos" podem esperar até a FL para serem checados. Este movimento não é visível, ou melhor, audível na FF.

Pollock (1989) traz vários argumentos para mostrar que o inglês e o francês apresentam diferenças relevantes em relação à sintaxe do verbo e se propõe a explicar estas diferenças utilizando as noções "rico" e "pobre" na caracterização de Agr. O paradigma ilustrado em (5) e (6) constitui uma parte da exemplificação de Pollock para a discussão deste ponto:

- (5) a. *John likes not Mary.
 b. *John kisses often Mary.
 c. *My friends love all Mary.
- (6) a. Jean n'aime pas Marie.
 b. Jean embrasse souvent Marie.
 c. Mes amis aiment tous Marie.

Como se vê nos exemplos (5a-c) e (6a-c) acima, a posição da negação, advérbios e quantificadores indica que, no francês, o verbo antecede estes elementos, enquanto, no inglês, esta anteposição do verbo não é possível. Pela análise de Pollock, este contraste evidencia que o movimento do verbo finito para Agr é

possível no francês, mas não no inglês. Nesta língua, o verbo lexical (em oposição aos auxiliares) não se move para Agr na sintaxe visível.

Assumindo a intuição de Pollock em relação à natureza de Agr, Chomsky (1992) afirma, nos termos da teoria minimalista, que os traços-V de Agr são "fortes" no francês, e "fracos", no inglês. Conseqüentemente, a posição do "Spell-Out" varia: antes do alçamento do verbo no inglês e após o alçamento do verbo no francês. Nestes termos, as diferenças que se manifestam no escopo do movimento do verbo nas duas línguas se resumem a uma diferença na valência dos traços-V de Agr (e T, acrescentamos).

Que este possa ser um parâmetro em jogo com respeito ao escopo do movimento do verbo nas duas línguas, parece ter ficado evidenciado também na seção 1.4.2. Como vimos ali, embora o francês e o inglês se diferenciem na questão do movimento do verbo, esta diferença não impede que ambas as línguas apresentem a mesma estratégia para checagem do nominativo, ou seja, movimento do NP sujeito para Spec,AgrS na sintaxe visível. Este movimento também evidencia que, em ambas as línguas, não apenas T tem traços-N fortes que precisam ser eliminados antes da FF, como também, que os traços-N de AgrS são fracos.

O mesmo se poderia afirmar em relação aos traços-N de AgrO. Aqui, pode se supor que tanto no francês, como no inglês, AgrO é "fraco", suposição esta corroborada pela ausência do movimento do objeto na sintaxe visível. O quadro abaixo nos daria, assim, uma possível especificação dos traços de Agr e T que podem ser propostos para as duas línguas.

(13)	Inglês	AgrS	traços - V	fracos
	Francês	AgrS	traços - V	fortes
	Inglês	AgrO	traços - N	fracos
	Francês	AgrO	traços - N	fracos
	Inglês	T	traços - V	fracos
	Francês	T	traços - V	fortes
	Inglês	T	traços - N	fortes
	Francês	T	traços - N	fortes

Naturalmente, ao se chegar neste ponto, a pergunta óbvia que se pode fazer é a seguinte: o que determina que o verbo não se mova na sintaxe numa língua, como o inglês, em que ambos os Agrs têm traços-V fracos? Chomsky (1992:43) responde à questão em termos de uma condição de Economia denominado Princípio da Procrastinação, o qual determina que o movimento na FL é menos custoso do que o movimento visível. As operações que ocorrem na FL são realizadas mecanicamente e não apresentam nenhum efeito que possa ser diretamente observável. O sistema tenta atingir a FF o mais rápido possível, minimizando a sintaxe visível. Portanto, se o movimento não é forçado por convergência, ele será barrado por princípios da economia.

O movimento na sintaxe tem ainda um caráter de "salve-se a si mesmo." O Princípio da Avidéz (greed) impede que o movimento de um elemento A seja realizado para atender necessidades do elemento B. Como Chomsky (1992,4) afirma: "Derivations are driven by the narrow mechanical requirement of feature checking only, not by a search for intelligibility or the like". O movimento na sintaxe é visto assim como uma operação de "último recurso" para salvar uma estrutura que, de outra forma, seria não-convergente. Observe-se ainda os exemplos abaixo, ilustrando o movimento do NP:

- (7) a. O João parece t estar doente.
 b. *Parece o João estar doente.

Em (7a), o sujeito da sentença o João tem que se mover para Spec,AgrS para que seus traços-N sejam checados. Se este movimento não for realizado, como ilustrado em (7b), o NP sujeito não tem como realizar a operação de checagem de seus traços de caso/conc, a derivação não converge e, conseqüentemente, aborta.

As diferenças que se manifestam entre o inglês e o francês em termos da checagem morfológica constituem ainda um bom exemplo de como a ordem superficial dos elementos pode refletir histórias derivacionais distintas nas diferentes línguas. No caso do inglês,

por exemplo, SVO significa sujeito em Spec,AgrS na sintaxe visível e V no interior do VP. Já no francês, a ordem SVO é derivada pelo movimento visível do V para AgrS e movimento do sujeito para Spec,AgrS.

Além disso, dentro de uma mesma língua, a mesma ordem de palavras pode inspirar diferentes análises. Tomemos como exemplo a ordem VSO. Primeiramente, vemos que ela é analisada de forma a ser considerada distinta da ordem SVO por não ter Spec,AgrS ocupado pelo NP sujeito. Chomsky (1992,44) assume que a ordem VSO é derivada por movimento do V para AgrS, enquanto o sujeito e objeto permanecem no interior do VP na sintaxe visível. Segundo esta análise, o que distingue línguas SVO de línguas VSO é o fato de que, nas línguas VSO, como o irlandês, por exemplo, T tem traços-N fracos que são checados apenas na sintaxe invisível, ou seja, na FL.

Desafiando, porém, esta análise, Bobaljik & Carnie (1993) assumem que a ordem VSO do irlandês é resultado não apenas do movimento visível do V para AgrS, mas também do movimento do sujeito e do objeto para fora do VP antes do "Spell Out." Com esta análise, os autores caracterizam o irlandês como uma língua que apresenta movimento do sujeito e do objeto na sintaxe visível, licenciando Spec,TP como posição do sujeito.

1.5.2. As noções de "rico" e "pobre"

A suposição de que muitas das diferenças superficiais entre as línguas estão relacionadas à morfologia verbal não é nova na teoria sintática. Uma longa tradição de estudos dentro da teoria gerativa considerou que diferenças observadas entre as línguas com relação à sintaxe do verbo e licenciamento do sujeito nulo referencial, por exemplo, estavam relacionadas à "riqueza" dos paradigmas flexionais verbais. No entanto, o que fica claro em todos estes estudos é que a caracterização do que significa morfologia "rica" está longe de ser uma tarefa trivial.

Como dissemos anteriormente, Pollock (1989) caracterizou o

francês como uma língua de Agr "rico", explicando, assim, o movimento obrigatório do verbo finito para esta posição. As noções de "rico" e "pobre" no sistema de Pollock estão ligadas às noções de "transparente" e "opaco". O Agr "rico" é "transparente" para a atribuição de papel temático, ou seja, quando o verbo se move para Agr "transparente", não perde sua propriedade de assinalar sua grade temática. No inglês, entretanto, Agr é "opaco" e isto explica porque apenas verbos auxiliares, os quais não assinalam papel temático, possam se mover para esta posição.

Por outro lado, Rizzi (1982) propõe que línguas como o italiano, que licenciam sujeito nulo referencial, têm um Agr [+pronominal], ou seja, um Agr "rico". A riqueza, neste caso, diz respeito a uma riqueza funcional. Portanto, o que estas propostas parecem sugerir é que a noção de "forte", tal como desenvolvida no minimalismo, e a noção de "rico" não são sinônimas. As línguas românicas com Agr "forte" como o francês têm movimento do V, mas não, necessariamente, sujeito nulo referencial: este depende, em parte, da riqueza morfológica. Por outro lado, riqueza morfológica pode significar tanto "transparência" nos termos de Pollock, como presença de morfologia flexional visível nos termos de Rizzi.¹⁸

¹⁸ Importantes propostas para uma caracterização acurada da "riqueza" dos paradigmas flexionais verbais estão em Jaeggli & Hyams (1987), Jaeggli & Safir (1989) e Roberts (1993a). Para os primeiros, a condição de licenciamento que dá conta da possibilidade dos sujeitos nulos é a "uniformidade morfológica". Assim, paradigmas "morfologicamente uniformes" se caracterizam por terem todas ou nenhuma de suas formas morfolologicamente complexas. Em outras palavras, se um paradigma é misto, i.é. se algumas de suas formas são morfolologicamente divisíveis em raiz-afixos, enquanto outras formas são apenas raízes, então ele não é uniforme.

Roberts, por sua vez, adaptando a idéia da uniformidade morfológica, propõe a noção de "riqueza formal" a qual, ao lado da noção de "riqueza funcional", é relevante para dar conta da distribuição do sujeito nulo nas diferentes línguas. O autor considera que um paradigma é "formalmente rico" se cada forma verbal tem um afixo. Permite-se, porém, um bom número de sincretismos, mas não a terminação zero. Já o paradigma "funcionalmente rico", caracterizado nos moldes da riqueza "pronominal" de Rizzi (1982, 1986), exhibe distinções flexionais em todas as pessoas e não permite mais do que um sincretismo, embora a terminação zero possa ser um deles. Deste modo, as línguas de sujeito referencial nulo, como o italiano, o português e o espanhol se distinguiriam das outras por terem paradigmas flexionais do segundo tipo.

A história do francês (cf. Parte II, Cap.2), mostra, realmente, que não há uma relação direta entre morfologia "rica" e sujeito referencial nulo. Nesta língua, a condição de riqueza é necessária, mas não suficiente para licenciamento do sujeito nulo referencial. O mesmo se verifica na história do inglês, em relação

No programa minimalista, a força de um traço vai variar de língua para língua e espera-se que esta força esteja refletida de algum modo na morfologia visível ao invés de ser um fenômeno paramétrico totalmente abstrato. Em outras palavras, espera-se que a morfologia seja levada a sério e que sejam respondidas as questões sobre as suas possíveis conseqüências sintáticas. Na abordagem minimalista, porém, não parece estar muito claro se as caracterizações de "forte" e "fraco" se referem, ao menos parcialmente, à riqueza morfológica, incluindo a noção de "rico" e "pobre". Em relação ao licenciamento do sujeito nulo, por exemplo, Chomsky (1992,14) retoma as propostas de Rizzi nos seguintes termos: "pro is licensed only in the SPEC-head relation to [AGR α AGR], where a is [+tense] or V, AGR strong or V= V*. Licensing of pro thus falls under Case Theory in a broad sense. Similar considerations extend rather naturally to PRO." Por outro lado, parece que a noção de "riqueza" no sentido de paradigma flexional pode ser de algum modo relevante. Sabemos que, no árabe, são possíveis duas ordens nas declarativas: SVO e VSO. A concordância sujeito-verbo, porém, manifesta-se morfológicamente apenas na ordem SVO quando o sujeito precede o verbo. Assim, Chomsky (1992,44) toma como ilustração este fato para afirmar que "...a language might allow both weak and strong inflection, hence weak and strong NP features: Arabic is a suggestive case, with SVO versus VSO correlating with the richness of visible verb-

à perda do movimento do verbo. De fato, após a perda do paradigma flexional verbal, ainda se conservam no sistema gramatical, por dois séculos, evidências sintáticas do movimento do verbo (cf. Lightfoot, 1991, 1993), Roberts (1993a), e outros.

Por seu lado, Belletti (1990) afirma que a idéia central de Pollock de explicar o contraste observado no movimento do verbo no francês e no inglês, com base na diferente natureza dos paradigmas flexionais verbais, não resiste aos fatos da sintaxe do verbo no italiano. Segundo a autora, embora a flexão de infinitivo seja idêntica no italiano e no francês, isto não impede que, apenas no primeiro, o movimento do verbo para Agr seja generalizado, enquanto no segundo, este se restringe às sentenças finitas.

Segundo Roberts (1993a), a autora sugere que seja considerada uma projeção abaixo do nível lexical, i.é., abaixo do nível da palavra, caracterizada como X¹ e interpretada em termos da teoria X-barra. A posição X¹ é ocupada por afixos. A parametrização entre o francês e italiano estaria, portanto, relacionada à presença vs ausência deste nível. Voltamos a estas importantes discussões oportunamente.

inflection."

Concluimos, portanto, que se o valor "forte", ou "fraco" de um traço morfológico não está, necessariamente, ligado à variação morfológica visível, uma vez que ele pode ser arbitrário, isto não significa que ao menos certos aspectos desta variação não estejam relacionados com esta morfologia flexional visível. Além disso, como iremos discutir em maiores detalhes no Cap.2, dedicado ao fenômeno V2 nas línguas germânicas, nem todo o movimento é motivado pela morfologia flexional verbal visível como, por exemplo, o movimento do V para C e movimento de um XP para Spec,CP. De fato, Chomsky (1992,13) afirma que a estrutura CP "is largely forced by other properties of UG ." Ora, se a operação Mover é determinada por motivação morfológica, o movimento do V para C e o movimento de um XP para Spec,CP serão, igualmente, motivados morfológicamente.

Logo, a suposição natural é que C deve ter um traço de uma outra natureza, de modo que este traço é também uma propriedade dos constituintes que se movem para Spec,CP. De fato, como veremos a seguir, os casos mais comuns de movimento de operadores se referem ao movimento-wh e à topicalização a nível de CP nas línguas V2. Isto evidencia que a caracterização da natureza de Spec,CP tem uma importância fundamental para a análise do fenômeno V2.

PARTE II

UM PROGRAMA DE PESQUISA

1.6. Os termos do programa.

A lingüística moderna tem investigado o que constitui o conhecimento lingüístico e como este conhecimento é adquirido.

O processo de aquisição é esquematizado com em (1) e com base nestes termos pode-se delinear um programa para o estudo da linguagem.

(1)

Experiência ---> faculdade ---> gramática nuclear ---> expressões
lingüística da linguagem Língua X estruturadas

Primeiramente, lembremo-nos de que a noção de faculdade da linguagem, ou Gramática Universal (GU), introduzida por Chomsky, e discutida em muitos dos seus textos (cf. 1975, 1986, 1988), refere-se a uma propriedade inata e, portanto, comum a todos os seres humanos. O termo GU é ainda ambíguo e diz respeito tanto a esta faculdade de linguagem inata, característica da espécie humana, quanto à teoria do linguísta que busca caracterizar a natureza desta faculdade. Neste sentido, a GU é a teoria do conhecimento, não do desempenho, e está preocupada com a estrutura interna da mente humana. Além disso, a caracterização da natureza do conhecimento lingüístico é inseparável do problema de como ele é adquirido. Deste modo, hipóteses a respeito da faculdade da linguagem, ou afirmações propostas para a GU, são ao mesmo tempo afirmações substantivas sobre a mente do falante/ouvinte e sobre a natureza da aquisição.

Exposta aos dados ou a uma língua particular, a criança, ou seja, este dispositivo de aquisição da linguagem que é o componente inato da sua mente, forma uma gramática nuclear de uma língua

particular, ou um sistema computacional de algum tipo que proporciona representações estruturadas das expressões lingüísticas. Assim, o que se afirmou para o termo GU, também se afirma para o termo gramática: este é ambíguo sistematicamente e tem sido usado para se referir tanto à natureza do sistema computacional, como também à teoria do lingüista a respeito deste sistema computacional.

Chomsky (1986a) propõe o termo Língua Interna (Língua-I) para se referir à gramática interna, ou sistema computacional, que está representada na mente do falante. Esta é uma noção que se opõe àquela de Língua Externa (Língua-E). A Língua-E é uma coleção de sentenças "understood independently of the properties of the mind ." (p.20) O lingüista que baseia seus estudos na Língua-E busca colecionar amostras de sentenças e descrever suas propriedades, considerando a língua como um fenômeno social, ou seja, " as a collection (or system) of actions or behaviors of some sort". (p.20)

Colocando isto em outros termos, pode-se dizer que no estudo da Língua-E, o lingüista relaciona a sentença com a situação no momento da fala, ou com o relacionamento social entre falante e ouvinte. A pesquisa na Língua-E constrói uma gramática para descrever as regularidades que são encontradas na amostra, uma vez que "a grammar is a collection of descriptive statements concerning the E-Language." (p.20) Portanto, muito do trabalho no campo da sociolingüística, análise do discurso e gramática funcional está baseado no estudo da Língua-E.

A Língua-I, ao contrário, é considerada como "some element of the mind of the person who knows the language acquired by the learner and used by the speaker/hearer". (p.22) A Língua-I é o objeto de investigação do lingüista gerativo e a única epistemologicamente relevante, segundo Chomsky. Na verdade, a noção de Língua I antecede epistemologicamente a Língua-E, uma vez que

esta é considerada como produto do conhecimento interno do falante.¹⁹

Desta forma, ao considerar a língua como uma propriedade interna, ou propriedade da mente humana, e não como algo externo, a lingüística da Língua-I está preocupada em caracterizar a gramática interna do falante, i.é., em caracterizar o que o falante sabe a respeito de sua língua e de onde vem este conhecimento. Naturalmente, dentro deste programa de pesquisa, a tarefa do lingüista é descobrir a natureza dos elementos tais como expostos em (1). Assim, partindo das expressões estruturadas, ou julgamentos dos falantes, o lingüista tentará primeiramente construir uma gramática de uma língua particular. Segundo Chomsky (1988,61), "It is a hard and demanding task, a task of describing a real object of the real world, the language that is represented in the mind brain of the mature speaker of a language".

A seguir, o lingüista tentará explicar porque os fatos são desta e não daquela forma e, ao criar uma teoria da GU, tenta formular os princípios que entram em operação na faculdade da linguagem. A GU é, assim, uma abordagem do estágio inicial da faculdade da linguagem antes de qualquer experiência, enquanto a gramática de uma língua particular é a abordagem da faculdade da linguagem após a sua exposição aos dados da experiência.

1.6.1. A natureza da gramática universal

A caracterização da natureza da GU tem partido da hipótese da "pobreza do estímulo". Chomsky (1975,1980,1986,1988) observa que a gramática que o falante desenvolve é um sistema complexo e abstrato, enquanto a experiência lingüística é limitada. A mente

¹⁹ No meu entender, isto não deve significar, porém, que não exista uma ligação muito estreita entre o trabalho filológico tradicional e o trabalho do gerativista. Isto porque, sem as descrições das mudanças que ocorrem na experiência lingüística em nível de Língua-E, não se tem como caracterizar a mudança paramétrica em nível de Língua I. Para uma reflexão a respeito de Língua-E e Língua-I, veja também Roberts (1993b).

humana não poderia ter atingido conhecimento de tamanha complexidade com base em tão precárias informações. Indaga-se como é possível que a criança adquira conhecimentos complexos e altamente estruturados a respeito de sua língua materna sem receber qualquer tipo de instrução formal e exposta a uma experiência limitada que não lhe oferece evidências diretas a respeito da análise correta das estruturas.

Para Chomsky, "o problema lógico" da aquisição retoma o "problema de Platão". Como se sabe, a indagação fundamental de Platão a respeito da aquisição do conhecimento diz respeito ao contraste entre o conhecimento sofisticado do mundo que o ser humano adquire e o contacto precário que estabelece com ele. Para responder a este dilema, Platão usa o argumento de que o conhecimento é recordado de existências anteriores e despertado na mente por experiências.

A este argumento da pré-existência, Chomsky relaciona o argumento do inatismo, propondo que, para uma caracterização das propriedades inatas da mente humana, seria preciso descobrir que aspectos do conhecimento não poderiam ter resultado da contribuição do ambiente durante o processo da evolução de um estágio para outro. A Teoria dos Princípios e Parâmetros desenvolvida a partir de Chomsky (1981) é que busca responder a esta questão, isto é, ela evolui como um meio de resolver a tensão entre a pobreza do estímulo e a riqueza do conhecimento adquirido. De acordo com a teoria dos Princípios e Parâmetros, a GU instancia um conjunto de princípios universais invariáveis que se aplicam a todas as línguas e um conjunto de opções paramétricas que variam de uma língua para outra dentro de limites definidos.

Como vimos, os parâmetros são caracterizados com dois valores + ou -, os quais não apenas explicam certas variações entre as línguas, como também direcionam o processo de aprendizagem. Assim, adquirir uma língua significa aprender como estes princípios se aplicam a uma língua particular e qual valor é apropriado para cada parâmetro. Além disso, como os princípios da GU são altamente abstratos, uma diferença mínima no valor de um parâmetro associado

a um destes princípios em duas diferentes línguas determina diferenças superficiais importantes nas sentenças destas línguas. Pode se concluir, portanto, que estas afirmações a respeito da GU não são vagas ou indeterminadas, mas precisas e baseadas em evidências específicas.

A propriedade Dependente de Estrutura, por exemplo, foi uma das primeiras a serem propostas para ilustrar o fato de que a criança aprende sem instrução ou evidência direta a fazer operações complexas computacionalmente, revelando que o conhecimento lingüístico se baseia em relacionamentos estruturais estabelecidos entre os sintagmas e não na seqüência linear dos constituintes, ou dos itens (cf. Chomsky, 1975). Observemos os fatos do inglês. Como se sabe, nesta língua, perguntas sim/não (1b) têm inversão obrigatória sujeito-auxiliar :

- (1) a. The man is tall
b. Is the man tall?

Chomsky afirma que se pode pensar em duas hipóteses de análise logicamente possíveis para a sentença em (1b). Em uma delas, a criança observa a " primeira ocorrência" do verbo is e move este item para o início da sentença. Na segunda, a criança considera os sintagmas abstratos. Não há, porém, necessidade lógica para as línguas serem dependentes de estrutura, de modo que se poderia obter uma interrogativa, invertendo a ordem dos constituintes com movimentos independentes de estrutura, como na primeira hipótese. Aplicar esta hipótese a estruturas mais complexas, porém, leva a uma sentença impossível como no exemplo (2b) abaixo:

- (2) a. The man who is tall is in the room.
b.* Is the man who tall is in the room?

Ora, como o autor observa, a criança não comete este tipo de erro, o que evidencia que ela não considera a hipótese independente de estrutura, a qual envolve apenas a análise da sentença, levando

em conta a propriedade "primeira ocorrência", definida em termos da seqüência das palavras. Dizendo de outro modo, a criança não considera a operação mais simples. A ausência de erros deste tipo corrobora a hipótese de que a criança opera em termos da dependência de estrutura, ou seja, através de uma operação que envolve uma análise na qual a "primeira ocorrência" é definida, não em termos de seqüência de itens, mas em termos de sintagmas abstratos.

Seria interessante lembrar também que Chomsky não nega que a teoria do uso complementa a teoria do conhecimento. Assim, não se rejeita a idéia de que a língua possa ser usada levando em conta a situação. De fato, em alguns de seus trabalhos, o autor fala de uma competência pragmática que se refere ao conhecimento de como a língua está relacionada com a situação na qual ela é usada. Mas o conhecimento pragmático difere da competência lingüística. Por exemplo: é próprio da descrição da competência pragmática mostrar se o falante que diz

(3) Por que você não fecha a porta?

está fazendo uma simples pergunta, ou se está dizendo que está com frio. A descrição da competência vai explicar, porém, porque o falante sabe que a sentença em (3) é gramatical em oposição à agramaticalidade de (4):

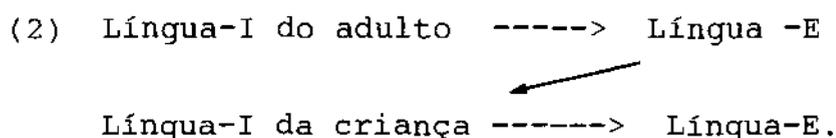
(4) * Por que fecha não você a porta?

Do que brevemente expusemos acima, podemos concluir, portanto, que há um estreito relacionamento entre os componentes de (1), de modo que qualquer afirmação sobre um deles terá conseqüências sobre os outros restantes. Se o dado lingüístico primário fosse bem organizado e rico, menos rica seria a informação codificada geneticamente, e vice-versa.

1.6.2. A mudança lingüística e a teoria dos princípios e parâmetros

O desenvolvimento da teoria dos princípios e parâmetros proporcionou ainda um fundamento sólido para que os estudos comparativos se desenvolvessem e para que os trabalhos em sintaxe diacrônica pudessem abranger um conjunto enorme de línguas o qual inclui não apenas as línguas indo-européias mais conhecidas, mas outras ainda muito pouco estudadas.

A teoria paramétrica muda também a concepção que se tinha dos estudos históricos. O desenvolvimento sintático de uma dada língua, ou seja, a mudança sintática, são vistos agora em termos de variação paramétrica. Dentro desta perspectiva, determinar quais são os mecanismos da mudança paramétrica torna-se a tarefa fundamental. Assume-se que a mudança paramétrica é direcionada pela aquisição e causada por alguma indeterminação nos dados lingüísticos primários. Mais importante, assume-se que a criança não tem acesso direto à gramática interna do adulto, ou Língua-I, que gera os dados da experiência lingüística a que elas estão expostas, ou Língua-E. Assim, a GU é que proporciona uma ligação entre a Língua-I da criança e a Língua-E dos seus pais. O relacionamento entre a gramática da criança e a gramática do adulto está ilustrado no esquema abaixo:



O problema lógico da mudança é, então, formulado nos seguintes termos: Qual é o relacionamento entre a gramática do adulto, que produz um determinado conjunto de expressões lingüísticas, e as hipóteses da criança, que vão diferir, em certos aspectos, das hipóteses do adulto? Naturalmente, a idealização de que a aprendizagem é instantânea, ou de que cada geração converge com sucesso para a gramática do adulto através da fixação dos parâmetros "corretos", é útil para o estudo do problema lógico da aquisição da linguagem, mas obscurece a relação entre a aquisição

e a mudança.²⁰

Nestes termos, a mudança implica que o falante, em algum momento, "falha" em fixar corretamente o valor de um parâmetro específico, de modo que o problema lógico da mudança passa a ser o problema de saber explicar porque a criança não é "bem sucedida" em convergir para a gramática do adulto. A tarefa dos diferentes autores que trabalham nesta área é, portanto, a busca de respostas para resolver o problema lógico da mudança, relacionando-o com o problema lógico da aquisição.

1.7. Os limites da experiência detonadora

Os trabalhos de Lightfoot (1979, 1982, 1991) nos oferecem resultados muito importantes da aplicação de uma teoria sintática formal na explicação das mudanças sintáticas e uma nova possibilidade de relacionar teoria gramatical, aquisição da linguagem e certas mudanças que as línguas sofrem. Assumindo que a GU e a exposição a uma experiência lingüística (dados primários) determinam na criança o crescimento da sua gramática individual, o autor afirma que as mudanças sintáticas que ocorrem por necessidade biológica, ou seja, que não podem ser atribuídas a fatores do acaso, ou a fatores como empréstimos, contacto, etc., devem ser explicadas através de uma teoria da aquisição da linguagem, esquematizada nos termos expostos em (1) . . .

Em Principles of Diachronic Syntax (1979), Lightfoot

²⁰ A idealização do processo da aquisição cria problemas também para a pesquisa na área da aquisição da linguagem, uma vez que esta tem que levar em conta o tempo real, ou seja, tem que levar em conta que o conhecimento lingüístico se desenvolve por etapas. Recentemente, têm sido propostas duas hipóteses que buscam conectar a teoria dos princípios e parâmetros a uma teoria explícita do desenvolvimento gramatical. Uma destas hipóteses, denominada Hipótese da Continuidade, assume que a GU está disponível à criança desde o início de modo que as diferenças que se observam entre a sua gramática e a gramática do adulto são devidas a outros fatores. Os adeptos da Hipótese da Maturidade, por sua vez, afirmam que algumas partes da GU não estão disponíveis à criança desde o início, mas emergem através de um processo de amadurecimento biológico (cf. Hymes (1987), Wexler e Manzini (1987)).

analisou várias mudanças sintáticas, buscando explicá-las através da teoria da gramática. Ele afirma, neste momento, que se pode explicar não somente como tais mudanças acontecem, mas também porque elas acontecem. Além do modelo gramatical assumido (o Modelo Padrão Extendido), Lightfoot propõe o Princípio da Transparência concebido não como um princípio de mudança, mas como um princípio da gramática, ajudando a definir o que seria uma gramática possível de uma língua natural e manifestando-se a si mesmo através da mudança diacrônica.

Como formulado, o Princípio da Transparência requer que as derivações sejam minimamente complexas e que as estruturas subjacentes estejam próximas de suas respectivas estruturas de superfície. Ao caracterizar o limite para o grau de complexidade derivacional permitido, o princípio determina que quando tal complexidade se aproxima do seu limite máximo, algum tipo de reanálise terapêutica acontece para eliminar a opacidade crescente. Em outras palavras, pode se prever o ponto em que as reanálises radicais ocorrem. Nos seus trabalhos subseqüentes, porém, Lightfoot abandona esta idéia, assumindo que tal tipo de princípio não pode ser uma condição suficiente para direcionar a criança no processo da aquisição.

Assim, em seus estudos mais recentes, Lightfoot (1982, 1991) se volta para o problema da caracterização da experiência lingüística ou experiência detonadora, a que a criança está exposta, lamentando que os lingüistas tenham negligenciado este aspecto tão importante para a abordagem da mudança sintática.

Geralmente, a literatura mostra que a experiência detonadora é pobre e limitada em três aspectos: (i) a experiência da criança é finita, mas a capacidade que ela desenvolve encobre um domínio infinito; (ii) a experiência consiste, parcialmente, de dados degenerados ou "ruídos" que não têm nenhum efeito na capacidade emergente; (iii) a experiência falha em não proporcionar evidências para muitos princípios e generalizações presentes na capacidade lingüística madura. A estes aspectos, Lightfoot acrescenta que a experiência lingüística nada mais é do que um conjunto de sentenças

usadas dentro de um contexto apropriado do tipo que a criança está acostumada a ouvir freqüentemente, isto é, sentenças simples estruturalmente. Em outras palavras, o que Lightfoot assume é a hipótese de que a experiência detonadora se compõe de dados robustos (freqüentes) e não inclui informações negativas ou informações de que certas estruturas não ocorrem. Portanto, ao contrário dos lingüistas, a criança, ao construir sua gramática, não tem ao seu dispor muito do que estes têm para escolher entre suas hipóteses. Finalmente, o autor afirma que a experiência detonadora é ainda mais restrita: ela representa apenas um subconjunto da experiência lingüística total a que a criança está exposta.

Esta visão mais radical a respeito da experiência detonadora leva Lightfoot (1991) a propor ainda que, se as mudanças sintáticas estão enraizadas numa teoria da aquisição, que reconhece a limitação das evidências a que a criança está exposta, estratégias específicas e inatas, independentes da GU, deverão ser assumidas para explicar a natureza da aquisição e, conseqüentemente, a natureza da mudança. Uma destas hipóteses é a de que a criança é um aprendiz de Grau-0, ou seja, ela só é sensível ao material que ocorre em um Domínio de Ligação que não faz parte das sentenças subordinadas. Portanto, não há nada a ser aprendido no material subordinado. O Domínio de Ligação inclui, porém, as propriedades de COMP e INFL das subordinadas, além das sentenças principais:

"So, some well-studied parameters which appeared to depend on complex experiences can in fact be set by simple triggers. This makes one wonder whether children acquiring the usual mature capacities ever need access to complex triggering experiences. Indeed, once one treats the trigger with proper respect as a legitimate entity in one's theorizing, there are good methodological reasons to assume that children respond only to simple triggering experiences and to impose the burden of proof on linguists who invoke richer triggering structures." (1991,43).

Segundo o autor, outras estratégias inatas de aquisição, entre elas, o Princípio do Subconjunto (Berwick, 1985), direcionaria

a criança na sua interação com a experiência lingüística e determinaria que a primeira escolha que se faz no desenvolvimento real da aquisição leva sempre a uma gramática menor. Isto faz com que, mais tarde, em outro ponto de sua evolução, a criança vá necessitar de mais evidências para voltar atrás em sua decisão inicial e fazer a escolha certa. Como Lightfoot conclui:

"The claim that children are degree-0 learners stands alongside the Subset Principle and reflects a property of their "learning" capacity and not of Universal Grammar. Universal Grammar constitutes the initial state of a person's linguistic capacity and incorporates the principles and option points of eventual mature capacity. It cannot say anything about the conditions under which its parameters are set. If children set their parameters on the basis of simple, unembedded data, this must follow from the learning strategies available to them: children may "learn" only from simple structures." (1991,40)

Ainda segundo o autor, os argumentos mais precisos para a hipótese da aprendizagem de Grau-0 vêm das mudanças diacrônicas. As gramáticas não teriam mudado, da forma como mudaram, se a criança fosse sensível às estruturas complexas, ou se estas tivessem influenciado as estruturas emergentes. A natureza de certas mudanças é que possibilita que se definam os limites estruturais da experiência detonadora, de modo que se possam definir certos parâmetros de uma maneira mais clara. Como ele afirma:

"I take it that this is farly obvious intuitively, and that it shows that there is little to be learned about the trigger experience from simply tape-recording everything uttered within a child's hearing. The triggering experience cannot be the sum of what a child hears or understand. More can be learned from historical changes that language undergo." (1991,14)

Outro aspecto fundamental do sistema de aquisição da linguagem, delineado por Lightfoot, e importantíssimo para quem está buscando explicar uma determinada mudança com base em uma teoria da aquisição, é a questão das estruturas obsoletas. Segundo o autor, é preciso levar em conta as estruturas obsoletas. Como

estas estruturas são ouvidas, mas não mais são parte do "trigger", uma vez que as crianças as ignoram totalmente, elas são indicadoras de que um novo valor paramétrico foi fixado. Assim, uma forma nova pode ser introduzida na experiência lingüística por motivos de ênfase, ou novidade, mas ela não se torna obsoleta por razões de expressividade, ou por influências de outra língua.

1.8. A natureza da mudança paramétrica

Como dissemos anteriormente, embora as mudanças paramétricas na gramática interna ocorram por necessidade biológica, imposta por princípios inatos da GU e por princípios da aquisição, isto não significa dizer que todas as mudanças sejam desta natureza e que possam ser explicadas pela teoria gramatical. O ambiente lingüístico muda constantemente, mas muitas destas mudanças são independentes das propriedades estruturais das gramáticas individuais. Estas mudanças não-estruturais não requerem nem aceitam explicações em termos de parâmetros. São atribuídas ao acaso e não dizem muito a respeito da natureza das gramáticas.

Desta forma, uma teoria paramétrica não teria a pretensão de explicar todos os tipos de mudanças que as línguas sofrem. Estas mudanças se relacionam com a maneira como a língua é usada e não com a sua estrutura interna. Como sempre, existe a possibilidade do desenvolvimento divergente, a GU não pode prescrever o caminho, ou o rumo que as mudanças tomarão, ou mesmo uma ordem pré-determinada para as mudanças, porque não pode prever a influência do acaso.

Com base nestas reflexões, Lightfoot (1981, 1991) afirma que fatores não-gramaticais têm um efeito causal na mudança porque, embora não afetem as gramáticas individuais, afetam a experiência detonadora e a modificam gradativamente. A mudança na experiência lingüística causada por estes fatores interage com os princípios da GU e com as estratégias de aquisição e pode levar a novos reassentamentos de parâmetros, os quais, por sua vez, constituem o tipo de mudança que só será explicado por uma teoria da gramática e por um modelo de aquisição.

Outro aspecto importante desta argumentação diz respeito à gradação da mudança. Para o autor, o fato de que a mudança paramétrica se manifesta através de um conjunto de efeitos simultâneos reflete a sua natureza catastrófica. As gramáticas internas assinalam diferentes estruturas a expressões lingüísticas

de uma geração a outra e provocam um rápido declínio das antigas estruturas.²¹ Conseqüentemente, a mudança paramétrica é abrupta e não pode ser reduzida a um critério de gradação.²²

Acredita-se, entretanto, que, ao contrário do que ocorre com a mudança paramétrica, a experiência detonadora deve mudar gradualmente e novos assentamentos de parâmetros podem gradualmente se espalhar pela comunidade. Mas estas mudanças graduais podem não ter efeito no reassentamento de parâmetros estruturais. Um tipo particular de construção pode se tornar mais freqüente por razões de expressividade, refletindo uma mudança no desempenho dos falantes, em termos da possibilidade de escolher entre as duas formas disponíveis. Mas não é necessário supor que a mudança gradual observada nos textos representa uma mudança na gramática dos indivíduos. Além disso, certas mudanças como aquelas que ocorrem nos paradigmas flexionais, ou a gramaticalização de certas formas novas, tendem a levar um longo período de tempo e, ao contrário da mudança paramétrica que provoca um desaparecimento rápido das antigas estruturas, têm um efeito gradual.²³ Concluimos, portanto, que paralelamente às mudanças resultantes de fatores não-gramaticais, estas que decorrem de reanálises gramaticais também afetam a experiência detonadora. Desta forma, o declínio da freqüência de uma construção, ou o aparecimento de uma nova

²¹ Kroch (1989) mostra graficamente que a mudança paramétrica é caracterizada por uma curva S.

²² Lightfoot (1979, 1991) critica os primeiros trabalhos em lingüística histórica que falam de gradação na mudança. A sua crítica se estende também à visão de mudança dos tipologistas, dominante nos anos 70, os quais estabelecem universais diacrônicos, acreditando que as línguas progredem de um tipo consistente para outro, perdendo e adquirindo propriedades harmônicas de ordem de palavras numa seqüência prescrita. Naturalmente, isto os obriga a reconstruir muitos estágios não atestados para dar conta da gradação nas mudanças. Assim, postula-se esta reconstrução para certos casos como aqueles que derivaram as línguas românicas do latim, uma vez que se considera que mudanças tipológicas completas tenham acontecido.

Portanto, segundo a visão não-histórica de mudança lingüística de Lightfoot, não há métodos confiáveis de reconstrução, não oferecendo estes modelos explicações para as mudanças sendo atestadas.

²³ Veja Roberts (1992b) para uma abordagem formal da gramaticalização na história da forma do futuro nas línguas românicas.

construção, interage com outros fatores para assentar um novo parâmetro.

Normalmente, neste ponto, uma mudança abrupta acontece e, por isso, o fato importante que deve ser destacado é o de que a mudança paramétrica se manifesta nos dados de forma catastrófica. Isto, por seu lado, não está em contradição com o fato de que esta mudança paramétrica abrupta foi precedida por mudanças graduais que, às vezes, por longos períodos, afetaram a experiência detonadora, mas não as gramáticas internas.

Relacionado também ao que foi dito, está a afirmação de que um novo assentamento de parâmetros pode se espalhar gradualmente através de uma comunidade de fala. No entanto, isto é esperado, uma vez que a experiência detonadora pode mudar gradualmente, e uma vez que as gramáticas são construtos individuais existindo na mente dos falantes, possibilitando que o novo parâmetro possa atingir a cada um em diferentes momentos. Como dissemos, porém, esta gradual acumulação não é evidência de um novo parâmetro. Um parâmetro só será fixado de forma diferente quando a experiência detonadora muda de maneira crítica. De fato, como Lightfoot argumenta,

"In the transitional period, individual writers and speech communities show much variation in the forms they employ. This kind of gradual cumulativeness is generally not a hallmark of new parameter." (1991,167)

1.8.1. Caracterização da mudança sintática

Roberts (1993a), do mesmo modo que Lightfoot, assume que a mudança paramétrica acontece durante o processo de aquisição da linguagem mas, de modo particular, vê a mudança ocorrendo nos dados em três fases distintas. A primeira, que ele denomina Passos, se reflete no aparecimento de uma nova construção, ou em uma

significativa mudança na frequência de uma construção em vários textos. A observação deste novo passo no corpus não implica, necessariamente, uma mudança na gramática interna dos falantes. Ela significa, principalmente, uma mudança na experiência lingüística, uma relação diacrônica entre os conjuntos de sentenças produzidos pelos falantes das diferentes gerações, ou seja, relações entre Línguas-E.

A segunda noção denominada Reanálise Diacrônica atua de modo a reduzir drasticamente a ocorrência de certas construções, ou a permitir que elas sejam interpretadas de outra forma. Deste modo, ela pode ser pensada como uma relação entre a experiência lingüística (Língua-E) da geração mais velha e a gramática interna (Língua -I) das novas gerações.

Por fim, a noção de Mudança Paramétrica envolve uma explicação da mudança lingüística à medida que trata um conjunto de mudanças em termos de um novo assentamento no valor de um único parâmetro. A nova geração de falantes fixa um dado parâmetro de sua gramática interna de modo diferente daquele de seus pais. As Mudanças Paramétricas são, portanto, relações diacrônicas entre gramáticas internas. Como Roberts observa, há uma diferença conceptual entre a noção de reanálise diacrônica e mudança paramétrica. A primeira é mais local em seus efeitos na gramática à medida que afeta somente as construções. A segunda tem um efeito muito mais abrangente na gramática. Não há, porém, uma relação lógica entre as duas noções. Na verdade, o que existe entre elas é uma relação causal: as reanálises diacrônicas podem afetar a experiência detonadora levando a criança a reanalisar um parâmetro de modo diferente daquele do adulto; a mudança paramétrica, por sua vez, pode detonar reanálises diacrônicas, e, ao mesmo tempo, só é realmente observável através destas reanálises.

Roberts reconhece igualmente que as mudanças sintáticas estão enraizadas numa teoria da aquisição, que reconhece a limitação do "trigger", ou "pobreza do estímulo" e conclui que, para se explicar a perda de uma construção, é necessário apelar para algo mais do que uma experiência detonadora inadequada: algum princípio de

aquisição interagindo com a experiência detonadora deve estar atuando. Como Lightfoot, o autor assume o Princípio do Subconjunto como uma destas estratégias e, inspirando-se nos fatos da história do francês, postula ainda o que ele denominou o Princípio do Menor Esforço, o qual levaria a criança a escolher, no processo de derivação de certas estruturas, aquela que tem um número menor de movimentos ou um número menor de elos na cadeia.²⁴ Muitas mudanças ocorrem, portanto, não como uma necessidade das gramáticas, ou como resultado de um princípio da gramática, mas

"...rather to the Least Effort Strategy, which we take to be a principle of acquisition, and so a principle whose effects are manifested in language change through Diachronic Reanalysis, a relationship between the grammars of successive generations." (1993a,153).

Note-se, ainda, pela rápida apresentação destas idéias de Roberts, a relação que elas apresentam com as afirmações de Lightfoot, no que diz respeito à natureza da mudança paramétrica. De fato, ambos os autores reconhecem a gradação da mudança na experiência detonadora, a qual não afeta as propriedades estruturais das gramáticas, em oposição à natureza da mudança paramétrica, que se manifesta nos dados radicalmente, ou de forma catastrófica.

Recentemente, Clark & Roberts (1993) têm apresentado novas idéias para resolver o problema lógico da mudança, ou seja, para explicar porque a criança acaba por não ser "bem -sucedida" em adquirir a gramática do adulto. A questão como sempre é a seguinte: o que levaria a criança a fazer diferentes hipóteses a respeito do ambiente lingüístico, atingindo uma gramática que é sistematicamente diferente da gramática do adulto? Assumindo que a mudança, assim como a aquisição, é um processo de fixar parâmetros, os autores propõem um algoritmo genético que contém uma métrica de

²⁴ Como Roberts observa, a Estratégia do Menor Esforço como um princípio de aquisição difere daquele postulado por Chomsky (1986a), que o considera como um princípio da gramática. A sua noção de "menor esforço" está, segundo o autor, mais próxima do Princípio da Transparência de Lightfoot (1979)

avaliação, a qual serve como mediador entre a criança e a experiência detonadora. A motivação por trás deste algoritmo genético é restringir ainda mais o espaço de hipóteses que a criança tem que fazer para fixar corretamente os parâmetros da sua língua. Como os autores argumentam, embora a teoria dos princípios e parâmetros tenha reduzido consideravelmente este espaço, ele ainda é muito amplo para que se possa garantir que a criança converja para a gramática do adulto num espaço de tempo adequado.²⁵

O algoritmo genético, ou métrica de adequação, pressiona a criança a fixar os parâmetros que são expressos robustamente em diferentes tipos de construções. Dito com outras palavras, aquelas hipóteses que contêm o valor de um parâmetro expresso freqüentemente no ambiente terão maior oportunidade de serem selecionadas para reprodução e serão fixadas eficientemente pela criança. A métrica determina a convergência, e a criança acaba por escolher a hipótese mais adequada, mesmo se ela difere da hipótese do adulto. Isto proporciona uma definição simples para a noção de dado detonador: uma sentença é evidência para um parâmetro se ela expressa este parâmetro.

Ao contrário, o parâmetro que não é expresso robustamente, isto é, que se manifesta de forma ambígua, não afeta a métrica da mesma forma. A criança não está, neste caso, tão pressionada a fixar tal parâmetro e, tanto a hipótese certa, como a incorreta podem sobreviver no ambiente. Neste caso, a métrica de adequação não será tão decisiva para direcioná-la na fixação do parâmetro. Neste ponto, a escolha apropriada de um valor paramétrico, ou a seleção de uma gramática particular, que não é determinada pelo ambiente lingüístico, leva a criança a recorrer a fatores internos como o Princípio do Subconjunto e o Princípio do Menor Esforço, como proposto por Roberts (1993a).

²⁵ A argumentação se desenrola da seguinte forma: se o espaço de hipóteses contém, por exemplo, 30 parâmetros binários haverá, neste caso, 2 elevado a 30, o que permite 1,073,741,824 gramáticas. Se a criança fosse testar cada uma destas gramáticas possíveis, na média de uma por segundo, ainda assim levaria 34 anos para chegar à gramática do adulto.

Podemos concluir, portanto, que, segundo esta perspectiva, a mudança ocorre quando o "input" contém valores paramétricos que não podem ser determinados unicamente pela experiência, ou seja, quando a evidência apresentada à criança é formalmente compatível com um número de diferentes e conflitantes valores paramétricos.

Finalmente, podemos lembrar que dentro do programa minimalista outras questões se levantam, entre elas, aquela de saber se os valores dos parâmetros estão em aberto, sem nenhuma especificação, ou se um deles já está dado. Uma resposta a esta questão é também apresentada por Roberts (1994). Neste trabalho, o autor assume uma teoria da marcação na qual o valor "fraco" dos traços funcionais é dado (default). Deste modo, a criança só vai aprender que a sua língua realiza o valor "forte" (marcado) ao estar exposta a dados positivos, robustos. Se, porém, nenhuma evidência a leva a esta conclusão, o valor "fraco" é "naturalmente" assumido. Em particular, uma das conseqüências desta abordagem, ao lado da suposição de que os valores paramétricos se restringem às categorias funcionais, é que ela supõe que a experiência que detona (trigger) o valor de um parâmetro está conectada de alguma forma com a riqueza visível da morfologia flexional: a morfologia "rica", em algum sentido, detona o traço V-forte, enquanto uma morfologia "pobre" está associada com o traço fraco.

1.9. Conclusão

Pode se dizer que os autores aqui apresentados deram uma resposta para o problema lógico da mudança, ou para a questão do porquê a criança escolhe um valor paramétrico, diferente daquele escolhido por seus pais. Assim, Lightfoot (1979) aborda o problema através da noção de "opacidade" nos dados, propondo o Princípio da Transparência como um princípio da gramática, o qual leva a criança a fixar um diferente parâmetro para resolver esta opacidade.

Vimos que esta noção é abandonada posteriormente e que, em trabalhos recentes (1982, 1991), o autor focaliza sua atenção na

natureza da experiência detonadora, propondo a teoria da Aprendizagem de Grau-0. De acordo com esta teoria, o que detona a mudança paramétrica são os dados provenientes das sentenças principais, entendidas como um Domínio de Ligação Local, que inclui INFL e COMP das subordinadas.

Em Roberts (1993a), é sugerido que a "opacidade" da experiência lingüística deveria ser entendida em termos da noção do "menor esforço", vista como uma estratégia de aquisição que pode atuar como condição suficiente para a mudança. Relacionado à noção do menor esforço está o Princípio do Subconjunto, formulado a nível dos parâmetros, o qual estabelece que a criança opta por fixar aquele que resulta numa gramática "menor". Dado que a criança não é exposta a dados negativos, se ela fizer uma opção por uma gramática maior, não terá como retroceder, ou não terá instruções, nos dados, de que está fazendo uma opção "errada".

Apresentamos ainda alguns aspectos do trabalho desenvolvido em Clark & Roberts (1993), o qual relaciona uma abordagem da aprendizagem, baseada num algoritmo genético, com os fatos da mudança. Mostramos que este tipo de abordagem que reintroduz uma avaliação métrica na teoria propõe que tal métrica direciona a criança na resolução dos problemas de ambigüidade que emergem da experiência detonadora. Por fim, mencionamos Roberts (1994) e sua idéia de que o valor "fraco" de um parâmetro é dado, enquanto o valor "forte" necessita de evidência robusta para ser fixado.

Concluimos, afinal, que embora os autores aqui apresentados tenham elaborado diferentes hipóteses para explicar a mudança paramétrica, estas hipóteses revelam que, dentro da visão gerativista, não há uma teoria da mudança independente da teoria gramatical, de modo que o assentamento dos valores paramétricos procede na base de dois fatores: por um lado, há a Gramática Universal, construída como a teoria das Línguas-I, e, por outro, o "corpus", ou Língua-E, que constitui o dado primário da aquisição. Acima de tudo, há o fato de que a criança não tem acesso direto à Língua-I de seus pais que se manifesta na experiência lingüística a que ela está exposta.

Esperamos ainda que a discussão que desenvolveremos no Cap.5 a respeito de uma possível reanálise diacrônica, ocorrida no português europeu (PE), a partir do século XIX represente uma tentativa para oferecer um argumento empírico e conceptual para a teoria da mudança, a qual assume que é no processo de aquisição que as crianças reanalisam as estruturas de sua língua. Tendo em vista que as propostas aqui apresentadas introduzem toda uma "elucubração" extra a respeito da mudança e aquisição, além da "mera" noção de mudança paramétrica e da noção de fixação de parâmetros, buscaremos considerar, no decorrer do nosso trabalho, sobre o seu papel na abordagem da mudança. Os fatos do PE, certamente, nos darão oportunidades para refletir sobre estas propostas.

CAPÍTULO II

FALANDO DE V2

2.0. O V2 nas germânicas

O fenômeno V2 tal como se manifesta nas línguas germânicas modernas, com exceção do inglês, tem sido investigado com muito interesse na pesquisa sintática recente. A intensidade destes estudos tem revelado, porém, que estão longe de serem esgotadas as questões a respeito do que tem sido comumente caracterizado como fenômeno V2. O que se pode constatar depois de uma cuidadosa apreciação de uma boa parte da literatura é que perguntas fundamentais formuladas pelos diferentes pesquisadores, tais como, (i) o que caracteriza o efeito V2? (ii) qual é a natureza do núcleo para o qual o V se move? (iii) qual é a natureza da assimetria principal-subordinada na manifestação do V2? (iv) que parâmetros estão envolvidos nas línguas V2?, têm recebido respostas muitas vezes contraditórias que mais obscureceram do que explicaram a verdadeira natureza do V2. Como observa Uriagereka (1992,24) "The problem is that we do not really know what verb second reduces to, and proposals for its explanation are numerous and even mutually incompatible."

Em nível descritivo, o fenômeno V2 é entendido como uma restrição na ordem das palavras, a qual determina que o verbo finito apareça na segunda posição em todas as sentenças principais. Neste nível, segunda posição significa que o verbo está precedido por um único constituinte. Não há qualquer restrição de ordem sintática, semântica ou pragmática em relação ao constituinte que ocupa a

posição inicial. Se o sujeito não é este constituinte inicial, ele deve ocupar normalmente a posição imediatamente pós-verbal.²⁶

Os exemplos abaixo ilustram o efeito V2 no alemão. O constituinte que antecede o verbo finito pode ser um elemento-wh (1a), o sujeito da oração (1b), um complemento objeto (1c), um advérbio (1d). A estrutura (1e) ilustra, por sua vez, a ausência do efeito V2 na sentença subordinada. Neste caso, o verbo finito ocupa a posição final. Como veremos oportunamente, uma das características principais das línguas do tipo do alemão é a assimetria entre a principal e a subordinada com respeito ao V2.

Observe também que o exemplo (1f) é mal formado porque mais de constituinte antecede o verbo.

- (1) a. Was kauft Hans?
O que comprou H.?
- b. Hans kauft das Buch gestern
H. comprou o livro ontem
- c. Das Buch kauft Hans gestern.
O livro comprou H. ontem
- d. Gestern kauft Hans das Buch.
Ontem comprou H. o livro.
- e. ...dass Hans das Buch gestern kauft.
...que H. o livro ontem comprou.
- f. *Gestern Hans kauft das Buch.

Similarmente, (2a-b), (3a-b) e (4a-b) abaixo ilustram os fatos

²⁶ Haider & Prinzhorn (1986,1) registram que o fenômeno V2 no alemão já havia sido descrito corretamente por Erdmann (1886). Segundo os autores, esta descrição tem um aspecto importante que parece ter sido esquecido nos estudos posteriores do fenômeno: o de que o sujeito é um destes elementos arbitrários que ocorre em posição inicial. No entanto, como podemos ver pela tradução para o inglês do texto de Erdmann, este afirma que a escolha do primeiro constituinte é livre: "The choice of the nominal phrase preceding the verb is left in German to the preference of the speaker, he fronts the noun, which presents the most opportune starting point for the purpose of the speech. It is entirely wrong for some grammarians to concede to the subject a peculiar right to initial position; any oblique case, any adverbial or predicate modifier can just as well be fronted, in fact emphatically stressed or entirely insignificant, short or very extensive phrases."

do V2 em um grupo das línguas escandinavas modernas (sueco, norueguês, dinamarquês) as quais apresentam um comportamento bastante semelhante ao do alemão.²⁷ A assimetria principal/subordinada está evidente na posição do verbo em relação à negação e advérbios mediais.²⁸ Nas sentenças principais, o verbo finito antecede estes elementos; nas subordinadas, ele os segue. Como se pode ainda observar através dos exemplos (2b), (3b), (4b), a ordem SVO das sentenças subordinadas contrasta com a ordem SOV do alemão em (1e):

(2) Norueguês

- a. Dette spørsmålet skjønte Jens ikke.
Esta questão entendeu J. não.
- b. Vi vet at Jens ikke skjønte dette spørsmålet.
Nós sabemos que J. não entendeu esta questão.
(Taraldsen, 1986)

(3) Sueco

- a. Erik hade verkligen köpt boken.
E. tinha realmente comprado o livro.
- b. Jag frågade om Erik verkligen had skrivit boken.
Eu perguntei se E. realmente tinha escrito o livro.
(Platzack, 1986)

(4) Dinamarquês

- a. Peter har ofte drukket kaffe om morgenen.
P. tinha freqüentem/e bebido café de manhã.
- b. ...at Peter ofte har drukket kaffe om morgenen.
...que P. freqüentem/e tinha bebido café de manhã.
(Vikner, 1991)

Os exemplos acima apresentados deixam claro que, nas línguas

²⁷ Embora não façamos uma apresentação do V2 no holandês, esta língua está relacionada ao alemão na manifestação do fenômeno. Para maiores detalhes, confira Zwart (1992)

²⁸ Advérbios mediais são aqueles que não ocorrem em posição inicial ou final na sentença, mas numa posição entre o sujeito e o objeto.

germânicas, a posição do verbo finito está condicionada pela estrutura da frase principal-subordinada. Enquanto na primeira o verbo finito ocupa a segunda posição, nas subordinadas, o verbo ou está em posição final, como no alemão/holandês, ou está em posição medial, como no sueco, norueguês e dinamarquês.

Entretanto, algum refinamento é necessário para a caracterização do V2 como um fenômeno das sentenças principais. Uma aparente exceção são os casos bastante conhecidos, em que se verifica a topicalização de complementos e advérbios nas subordinadas. Os pesquisadores observaram, porém, que a ordem V2 nestes contextos está restrita a um grupo de sentenças completivas, subcategorizadas por determinados verbos nas sentenças principais.²⁹ No alemão, em particular, é interessante destacar uma restrição adicional nas completivas V2: a ausência do complementador (daß) é obrigatória. Se este estiver presente, o verbo não se move para a segunda posição. Se estiver ausente, o verbo finito se move obrigatoriamente. Abaixo, o exemplos (5a,b) ilustram este ponto:³⁰

(5) Alemão

- a. Er sagt diesen Film haben die Kinder gesehen.
Ele disse este filme tinham as crianças visto.
- b.*Er sagt daß diesen Film haben die Kinder gesehen.
Ele disse que este filme tinham as crianças visto.
(Vikner, 1991)

Nas línguas escandinavas, ao contrário, o complementador está sempre realizado lexicalmente. Deste modo, o que diferencia a

²⁹ Estes verbos que permitem completivas V2 como dizer, pensar, etc. são denominados verbos-pontes na literatura (cf. Vikner, 1991 para uma lista destes verbos).

³⁰ No holandês, que é idêntico ao alemão, também neste aspecto, o complementador está sempre realizado lexicalmente. Conseqüentemente, nunca há possibilidade de V2, nem mesmo em um restrito ao grupo das completivas dos verbos-pontes.

subordinada V2 (6a) da subordinada não-V2 (6b) no dinamarquês, por exemplo, é somente a posição do verbo em relação à negação e em relação aos advérbios e não a ausência/presença do complementador. Note-se que o complementador at assim como daß equivalem ao nosso que o qual introduz as subordinadas completivas.

(6) Dinamarquês

- a. Vi ved at denne bog har Bo ikke last.
Nós sabemos que este livro tinha Bo não lido.
- b. Vi ved at Bo ikke har last denne bog.
Nós sabemos que Bo não tinha lido este livro.
(Vikner, 1991)

O importante sobre o fato da assimetria principal-subordinada é que, após os verbos-pontes, pode se obter um novo domínio temporal, ou seja, tais subordinadas têm características de sentença-raiz. O tempo da subordinada não depende do tempo da principal. Portanto, uma vez que estas sentenças podem ser analisadas como principais, elas não comprometem a afirmação de que V2 é essencialmente um fenômeno de raiz. Entretanto, embora os fatos acima apresentados dêem a impressão de que V2 é um fenômeno unitário em todas as línguas germânicas, isto é apenas uma ilusão. Os estudos descritivos têm revelado que algumas delas, notavelmente o islandês e ídiche, apresentam uma diferença marcante em relação às línguas V2 assimétricas: a topicalização de advérbios e complementos é generalizada nas subordinadas, e inclui não apenas um grupo das completivas dos verbos-pontes, mas também, completivas dos verbos factivos, completivas nominais, relativas, etc.³¹

Para tornar mais concreto este ponto, vejamos os exemplos (7a-b) do islandês, os quais ilustram, respectivamente, V2 na principal e V2 na completiva do verbo dizer. Naturalmente, não são estes

³¹ Para uma apresentação detalhada dos fatos do V2 no islandês e ídiche, veja Vikner (1991), Cardinaletti & Roberts (1991), Iatridou & Kroch (1992), Roberts (1993a). Para uma proposta alternativa com base nos fatos do ídiche, veja também Diesing (1990).

casos que fazem a diferença entre o islandês e as germânicas assimétricas. No entanto, o exemplo (7c) é crucial e ilustra V2 com a completiva de um verbo factivo lamentar, impossível nas línguas que manifestam a assimetria principal/subordinada.

(7) Islandês

- a. Helgi hefur trúlegas keypt bókina.
H. tem provavelm/e comprado o livro.
- b. Jón segir að Helgi hafi trúlega keypt bókina.
J. disse que H. tem provavelm/e comprado o livro.
(Thrainsson, 1986)
- c. Eg harma at þegar hefur Maria lesis þessa bok.
Eu lamento que já tenha M. lido este livro.
(Vikner, 1991)

Uma observação mais atenta da ordem das palavras nas sentenças (7a-b) nos permite ainda reconhecer dois outros fatos relevantes que dizem respeito ao arranjo dos constituintes nas subordinadas: a ordem SVO e a ausência da inversão verbo-advérbio. Estes fatos, aliados ao V2 generalizado, fazem com que a ordem das subordinadas possa ser sempre idêntica à ordem das principais. Como veremos posteriormente, estas particularidades do islandês, que são também características do ídiche, revelam outros aspectos do movimento do verbo nestas línguas que não são compartilhados pelas línguas germânicas assimétricas. Antes, porém, vamos rever alguns dos argumentos mais importantes de algumas propostas que têm sido apresentadas na literatura para dar conta da natureza do V2 nas germânicas modernas.³²

³² Lembramos ainda que a ordem V2 é impossível nas questões indiretas, como ilustrado para o alemão:

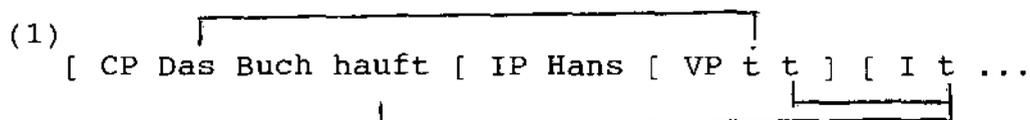
- (i) *Ich weiß nicht welchen Film haben die Kinder gesehen.
Eu sei não qual filme tinha a criança visto
(Vikner, 1991)

No ídiche e islandês, porém, a inversão V2 ocorre em interrogativas

2.1. As análises

2.1.1. A análise tradicional

Diferentes análises têm sido propostas para o fenômeno V2. Adotando a extensão da Teoria X-barra para as categorias funcionais C e I tal como proposta em Chomsky (1986b), muitos pesquisadores como Holmberg & Platzack (1988), Platzack & Holmberg (1989), Schwartz & Vikner (1989), Vikner (1991), Roberts (1993a), Watanabe (1993), para só citar alguns, assumem a hipótese da estrutura de frase principal com a projeção CP para as línguas germânicas V2.³³ Por esta hipótese, a ordem dos constituintes nas sentenças principais é derivada através de dois movimentos na sintaxe visível: movimento do verbo finito de sua posição de base no interior do VP para I e para C e movimento de um constituinte para a posição Spec,CP. Em (1) ilustramos a estrutura da sentença (1c) Das Buch kauft Hans gestern (O livro comprou o João ontem) dentro da hipótese do V2-CP:



indiretas, ressalvadas certas condições (cf. Vikner, 1991). As razões para a exclusão do movimento do V para C nestes contextos são independentes do V2. Supõe-se que C da subordinada, selecionado pelo verbo saber, contém o traço [+wh] para satisfazer a exigência de subcategorização do verbo. O traço [+wh], porém, é incompatível com o movimento do V para C nestes contextos. Esta argumentação está baseada em Rizzi (1990b, 1991) segundo a qual, I tem o traço [+wh] e se move para C para atribuir este traço a C nas interrogativas principais. Nas subordinadas, como o traço [+wh] já é atribuído a C por subcategorização, o movimento de I para C é proibido.

³³ Como os diversos autores afirmam, a análise do V2-CP, que é reconhecida como a mais influente na literatura dos últimos dez anos, remonta a Den Besten (1977, 1983). Vários trabalhos que aplicam esta análise tradicional podem ser ainda encontrados em Haider & Prinzhorn (1986). Também em Schwartz & Vikner (1989) encontramos uma discussão interessante, na qual os autores assumem que, embora a análise tradicional não possa dar resposta a todos os problemas relacionados com a questão do V2, ela tem mais chance de dar conta de um número maior de fatos.

Supondo-se que o verbo finito se move obrigatoriamente para C nas sentenças principais, pode-se, naturalmente, dar conta da ordem das subordinadas: nestas, C está ocupado pelo complementador e o verbo não tem como se mover para esta posição. Em conexão com a análise tradicional, assume-se ainda que INFL ocupa uma posição à direita do VP no alemão/holandês. Assim, embora o verbo finito não se mova para C nas subordinadas, ele não está forçado a permanecer dentro do VP. Desde que I é final, o verbo finito pode se mover para esta posição, embora, tanto a posição I final, como o movimento do V para I não possam ser visivelmente demonstrados. Em (2) demonstra-se a análise da sentença (1d) ...daß Hans das Buch kauft (...que H.o livro comprou):³⁴

(2)

[CP daß [IP Hans [VP das Buch t [I kauft]]]

No entanto, como vimos anteriormente, a ordem V2 se manifesta em certos tipos de completivas nas línguas assimétricas e de forma generalizada em línguas como o ídiche e islandês. Ora, a ausência desta assimetria parece representar um problema para a análise tradicional, que justamente baseou toda a sua argumentação a respeito de segunda posição, no fato de que o verbo finito não se move para C nas sentenças subordinadas porque este está lexicalizado pelo complementador. Além disso, embora a topicalização nas subordinadas do alemão/holandês somente seja possível com o complementador ausente, o mesmo não acontece com o sueco, norueguês e dinamarquês. Nestas línguas, a ordem V2 coocorre

³⁴ Esta hipótese está claramente ligada à suposição da abordagem tradicional de que, no alemão e no holandês, a ordem da subordinada SOV é a ordem básica. Conseqüentemente, como a representação (2) mostra, I é gerado como núcleo final.

Entretanto, Zwart (1993b), seguindo a teoria de Kayne (1993), segundo a qual a ordem básica em todas as línguas é SVO, propõe que no holandês (e alemão), I está em posição medial e que a ordem OV da subordinada resulta de uma operação de movimento do objeto na sintaxe visível para uma projeção funcional mais alta do que aquela ocupada pelo verbo finito. Zwart afirma que não há nenhuma evidência para o movimento do V para I final nestas línguas por dois motivos: o movimento não pode ser demonstrado na sintaxe e a língua obedece à restrição V2.

com a presença do complementador lexical.

Para dar conta destes fatos, alguns autores que adotam a análise do V2-CP, entre eles, Vikner (1991), propõem a hipótese do CP recursivo para as subordinadas. Segundo esta hipótese, as completivas V2 projetam dois CPs: o primeiro C, selecionado pelo verbo da principal, contém traços [+/-wh]; o segundo, selecionado pelo primeiro, tem a mesma natureza do C das principais.

A representação em (3) ilustra a estrutura parcial com CP recursivo para a sentença (5a) do alemão Er sagt Film haben die Kinder gesehen (Ele disse este filme tinham as crianças visto):

(3) Er sagt
 [CP1 0 [CP2 Diesen Film haben [IP die Kinder [VP t t] [I...

Pela hipótese do CP recursivo, a ordem das palavras em sentenças como (5a) é derivada através do movimento do V para C2 e topicalização de um constituinte para a posição Spec,CP2. O núcleo C1 é ocupado pelo complementador. No alemão, como vimos, os dois Cs têm uma forma diferente: o primeiro é nulo e o segundo preenchido pelo verbo flexionado como o C das sentenças principais. Para Vikner (1991) não haveria nenhum motivo para não estender a hipótese do CP recursivo mesmo aos casos em que V2 se apresenta de forma generalizada nas subordinadas. O autor propõe que a única diferença entre as línguas com V2 generalizado, como o ídiche e o islandês, e as línguas com V2 assimétrico como o alemão, o holandês e as línguas escandinavas é que, nestas, o V2 das sentenças subordinadas é selecionado pelo verbo da principal, enquanto, nas primeiras, V2 não depende desta subcategorização. Atualmente, a hipótese do CP recursivo tem sido bastante explorada para dar conta não só dos fatos da topicalização nas subordinadas das germânicas V2, mas também para dar conta dos fatos da inversão em outras línguas não-V2 como, por exemplo, a inversão sujeito-verbo com tópicos negativos nas subordinadas do inglês. O exemplo abaixo é de Authier (1993):

- (8) John swore that under no circumstances would he accept their offer.
 João jurou que sob nenhuma circunstância aceitaria a oferta deles.

Em seu texto, Authier afirma que uma sentença como (8) tem a inversão sujeito-auxiliar motivada pela presença do constituinte topicalizado. Se se assume como Chomsky (1986b) que a inversão sujeito-auxiliar é o resultado do movimento sintático do auxiliar de I para C, então a conclusão que se tira é a de que, em (8), o auxiliar would é o núcleo de uma projeção CP. No entanto, como o complementador that introduz a sentença, na qual o auxiliar aparece, a conclusão é que a subordinada contém não apenas uma, mas duas projeções CPs.³⁵

2.1.2. Dois tipos de movimento do V nas línguas V2.

A discussão de alguns aspectos importantes da análise tradicional do V2 para as línguas germânicas que estivemos revisando na seção anterior deixa claro que dois diferentes tipos de movimento do verbo finito estão em questão: V para I e V para C, detonado pela restrição V2. Como era de se esperar, esta análise levanta inúmeros problemas, entre eles, a necessidade de se caracterizar para as diferentes línguas as diferentes motivações que detonam o movimento do verbo para duas posições funcionais distintas.

Vikner (1991) tem uma importante reflexão a respeito dos diferentes movimentos do verbo finito nas línguas V2. Ele afirma que o movimento do V para I (Agr e T) na sintaxe tem a mesma

³⁵ Do mesmo modo, Cardinaletti & Roberts (1991) observam que os fatos do inglês confirmam que, independentemente do V2, os complementos dos verbos-pontes podem ter as propriedades das sentenças principais, uma vez que permitem CP recursivo em seus complementos. Para se evitar, porém, que haja recursividade ilimitada de CPs é necessário propor que cada C tenha diferentes propriedades: o primeiro permitiria complemento proposicional, enquanto o segundo permitiria somente complemento predicacional, nos termos de Rizzi (1990b).

motivação em todas as línguas, sejam elas V2 ou não. Este movimento está relacionado com a riqueza da morfologia flexional verbal. Porém, nas línguas V2, o movimento do V para I é apenas parte do movimento maior e obrigatório que o V faz para C, a posição funcional mais alta na estrutura da frase. Nas línguas não-V2, ao contrário, o movimento do V para I é independente e sua história derivacional termina aí. Não há movimento para a segunda posição, a não ser em caráter residual como veremos na seção 1.1.4.³⁶

Os dois tipos de movimento do V para I, um independente, o outro, parte de um movimento maior, acontecem em circunstâncias diferentes e não-relacionadas. Deste modo, uma das conseqüências destas diferenças pode ser vista na derivação de uma simples sentença principal com a ordem SVO. No francês, por exemplo, uma língua não-V2, CP não é projetado de modo que a ordem SVO é derivada com movimento do V para I e movimento do NP sujeito para Spec,IP. No alemão, ao contrário, a ordem SVO resulta da topicalização do NP sujeito para Spec,CP e movimento do V para I e para C. Nas línguas V2, portanto, o V nunca é visto em I nas sentenças principais.³⁷

Como comentamos no Cap.1, não está claro dentro do programa minimalista que importância atribuir à morfologia visível como fator necessário, ou suficiente, para detonar o movimento do V para

³⁶ Análises alternativas como apresentadas em Diesing (1990), Hulk e van Kemenade (1991), Santorini (1992) consideram que o fenômeno V2 pode ser descrito como movimento obrigatório do V para I, ao invés de movimento V para C nas línguas que não apresentam a assimetria principal-subordinada como islandês, ídiche, francês antigo. Para Diesing, por exemplo, Spec,IP tem uma natureza dual: ora é uma posição-A para o sujeito em posição inicial, ora uma posição A-barra se o constituinte inicial não for o sujeito. Nestes casos, o sujeito em posição pós-verbal permanece no interior do VP. Portanto, para as análises alternativas não é importante caracterizar a natureza do movimento do V, isto é, se este movimento é motivado morfologicamente, levando o V a checar os seus traços flexionais, ou se o movimento é motivado por outros traços abstratos, independentes da morfologia flexional.

Para um proposta alternativa de abordagem do V2 na história do inglês, veja também Pintzuk (1992,1993)

³⁷ Este fato levanta importantes pontos para as hipóteses que se podem fazer a respeito da aquisição das línguas V2, e para as evidências que a criança tem para postular movimento do V para I e movimento do V para C. (cf. Lightfoot, 1993).

I. Entretanto, concordamos com a suposição de Vikner de que o movimento do V para I depende em parte da morfologia visível, e lembramos que argumentos para corroborar esta hipótese podem vir de alguns estudos diacrônicos, realizados dentro das próprias línguas V2, uma vez que elas diferem entre si com relação a este aspecto.

Holmberg & Platzack (1988), Platzack & Holbertg (1989), por exemplo, estudando a diacronia e o papel da flexão na sintaxe das línguas escandinavas apresentam argumentos empíricos para a hipótese de que, no sueco, a emergência da ordem advérbio-verbo nas subordinadas, assim como a perda da concordância sujeito-verbo, são consequências diretas da perda do I "forte", ou seja, em termos minimalistas, da perda da morfologia flexional visível que evidencia traços-V fortes em Agr. Assumindo que o fator relevante é a distinção de pessoa, os autores apresentam ainda argumentos para mostrar que várias diferenças sintáticas observadas entre as línguas escandinavas como aquelas que se verificam entre o sueco e o islandês, por exemplo, estão relacionadas à natureza de Agr nestas línguas. Assim, enquanto o sueco teve seu paradigma flexional empobrecido, o islandês, ao contrário, conservou um paradigma flexional verbal com distinções de número e pessoa, instanciando a concordância sujeito-verbo.³⁸

Outro argumento diacrônico para evidenciar a hipótese de que o movimento do V para I é sensível à morfologia flexional verbal provém da história do inglês. Roberts (1993a, Cap.3) discute o desenvolvimento do sistema de concordância e sistema do auxiliar no inglês do século XVI e afirma que várias reanálises atestadas no período, resultam de uma mudança paramétrica relacionada com o sistema flexional- mais especificamente, com a perda da distinção de número no paradigma flexional verbal. O empobrecimento do rico sistema de concordância sujeito-verbo leva posteriormente à perda

³⁸ As línguas escandinavas que perderam a concordância sujeito-verbo são o sueco, dinamarquês e norueguês. Para uma detalhada discussão dos fatos da mudança nas escandinavas e para uma tentativa de caracterização precisa da "riqueza" dos paradigmas flexionais nestas línguas, veja também Roberts (1993a, Cap.3).

do movimento do V para I nesta língua. Assim, as evidências históricas que o autor obtém com o estudo do inglês permite estabelecer, mais uma vez, uma ligação entre marca visível de concordância e movimento do V na sintaxe.³⁹

No entanto, como o autor reconhece, os fatos históricos do inglês evidenciam também que, mesmo depois do empobrecimento da morfologia de concordância verbal, a perda do movimento V para I não foi imediata, mas persistiu nos dados por quase dois séculos.⁴⁰ Ainda outros casos discutidos na literatura sobre as línguas germânicas documentam que, em certos dialetos, a ausência de concordância sujeito-verbo coocorre com movimento do verbo.

Com base nestes fatos, Roberts (1993a,1994) sugere que a relação entre morfologia "rica" e traço-V "forte" em I não é uma equivalência, mas uma implicação: se a língua tem marca de concordância verbal do tipo relevante, tem também movimento do V para I, ou em termos do minimalismo, tem traços-V "fortes" em Agr. Por outro lado, se a língua não tem a morfologia relevante, esta pobreza do paradigma flexional verbal não implica, necessariamente, que não se tenha movimento visível do V para I. A perda da marca de concordância verbal por si só não é condição necessária, embora suficiente, para a mudança no valor do traço-V forte de Agr e, portanto, tal mudança não afeta o movimento do V para I. Em outras palavras, se a presença da morfologia flexional evidencia Agr com traços-V "fortes", ela nada diz sobre o estatuto de Agr na ausência da morfologia relevante.

Acreditamos que os estudos diacrônicos que acima mencionamos, deixam também claro que a mudança nos paradigmas flexionais, que

³⁹ Na verdade, Roberts (1993a, pp.253,271) apresenta uma discussão relevante a respeito da riqueza da flexão, oferecendo uma importante tentativa de quantificar a noção de riqueza, a fim de que esta quantificação possa ser falsificável. A partir de dados provenientes de diversas línguas, o autor pode concluir que a concordância "fíca", neste caso, a marca morfológica distinta de plural, constitui uma manifestação de Agr⁻¹, a posição dos afixos.

⁴⁰ Veja também a este respeito Lightfoot (1991)

condiciona de alguma forma a perda do movimento do V para I, não atua da mesma forma no movimento do V para C. Isto evidencia, naturalmente, que os dois movimentos têm motivações distintas. De fato, a mudança nos paradigmas flexionais verbais do inglês que Roberts (1993a) localiza no século XVI é posterior à perda da restrição V2 já concluída na língua no século anterior. Em outras palavras, pode se dizer que, de um modo geral, as línguas podem sofrer mudanças na natureza do movimento do V para I com conseqüências sintáticas relevantes sem que esta mudança afete a sua condição de língua V2. Isto não quer dizer, naturalmente, que não seja afetada a forma como o V2 se manifesta nestas línguas.

Do mesmo modo, uma comparação entre o português europeu (PE) e português brasileiro (PB) poderá nos mostrar que muitas das diferenças sintáticas entre as duas línguas, hoje registradas em vários trabalhos, como, por exemplo, diferenças na estrutura da frase e colocação dos clíticos, diferenças no licenciamento do sujeito nulo, diferenças na natureza do objeto nulo, podem ser atribuídas, em parte, a uma mudança paramétrica na natureza dos traços verbais de Agr instanciada no empobrecimento das flexões verbais (cf. Duarte, 1993, Cyrino, 1993, Galves, 1993).

Finalmente, gostaríamos de observar que o reconhecimento da distinção entre os diferentes tipos de movimento do V nas línguas V2 vai ser muito importante para nossa abordagem do desenvolvimento do PE a partir do século XVIII. Se adaptarmos a discussão tradicional do fenômeno para o quadro da teoria da checagem dos traços morfológicos, podemos concluir que, independentemente da "riqueza" morfológica, o movimento do V para uma posição funcional mais alta é motivado pelos traços-V abstratos das categorias funcionais relevantes que deverão ser checados nas línguas V2.

Concluimos ainda que a distinção dos movimentos do V nas línguas V2 deixa claro que a simples caracterização da riqueza da flexão verbal não é suficiente para afirmar se as línguas V2 têm ou não movimento do V para I na sintaxe visível, uma vez que este movimento é obscurecido pela sintaxe V2.

2.1.3. A natureza de C nas línguas V2

Voltando novamente para a linha da discussão do V2 tal como desenvolvida por Vikner (1991), podemos nos perguntar agora quais seriam as conseqüências e previsões que decorrem da análise tradicional. Sem dúvida, considerar o fenômeno V2 como movimento do V para C e estender esta análise a todas as germânicas modernas leva os autores a uma tarefa bastante árdua para dar conta de uma série de problemas, entre os quais, a necessidade de caracterização da natureza da categoria funcional mais alta para onde o V finito se move obrigatoriamente, e a caracterização da natureza da operação obrigatória de topicalização de um constituinte único para a posição inicial.

De fato, ao se rever a literatura relevante, conclui-se que a primeira questão levou a várias hipóteses todas elas preocupadas em definir o tipo de traço que é instanciado em C, o qual obriga o V finito a se mover para esta posição.⁴¹

A seguir vamos nos aproximar com mais atenção de algumas destas propostas que nos parecem importantes para a discussão do V2. A primeira, delineada por Rizzi (1990b,1991); a segunda, por Roberts (1993a) e, finalmente, a abordagem de Zwart (1992), baseada nas suposições do programa minimalista. Antes, porém, vamos fazer uma digressão para lembrar o que tem sido considerado na literatura como V2 residual.

2.1.4 A natureza do V2 residual

Rizzi (1990a) introduziu na literatura a noção de V2-residual

⁴¹ Haider, (1986), por exemplo, propõe que C das línguas V2 contém INFL, forçando o movimento do V para C para se associar a INFL. Holmberg & Platzack (1988) e Platzack & Holmberg (1989) propõem que C contém um operador de finitude [+F], o qual não assinala Caso, mas é licenciado quando regido por um elemento com Caso Nominativo. Watanabe (1993) assume que C tem um traço V forte que precisa ser checado antes do "Spell-Out."

para se referir às manifestações da operação I para C em construções específicas nas línguas não-V2 como o inglês, francês, ou seja, línguas que não generalizam a ordem V2 nas declarativas principais. Os exemplos (9a-c) ilustram um destas construções com a inversão obrigatória sujeito-auxiliar nas interrogativas do inglês. A agramaticalidade de (9b,c) mostra, respectivamente, que o elemento-wh não pode permanecer "in situ" e que o movimento-wh do objeto direto interage com o movimento V+I para C.

- (9) a. Who has Mary seen ?
 b. *Mary has seem whom ?
 c. *Who Mary has seen ?

Segundo Rizzi, a adjacência obrigatória entre o elemento-wh e o verbo nas interrogativas principais pode ser expressa em termos da estrutura de frase com projeção CP e em termos do movimento I para C, o qual cria a configuração espec-núcleo que envolve o elemento wh e o verbo flexionado. Para dar conta deste V2 residual, o autor propõe, então, que o movimento do V+I para C é determinado pelo critério-wh formulado nos seguintes termos:

(4) Critério-wh

- a. Um operador [+wh] deve estar numa configuração espec-núcleo com um X [+wh]
 b. Um X [+wh] deve estar em uma configuração espec-núcleo com um operador [+wh].

Entendido como um princípio geral de boa formação no escopo dos operadores-wh, o critério-wh se aplica universalmente na forma lógica (FL) de modo que, mesmo as línguas que não têm movimento do operador na sintaxe visível, como é o caso do japonês, ou do chinês, vão tê-lo na FL para satisfazer o critério. A questão crucial, segundo Rizzi, é considerar de que modo a especificação

+wh pode ser licenciada nas sentenças principais. Para isto, é necessário, segundo o autor, observar o comportamento das perguntas indiretas, comparando-o com o comportamento das perguntas diretas. O paradigma relevante para os contextos subordinados está ilustrado em (10):

- (10) a. I wonder who Mary has seen.
 b.*I wonder Mary has seen whom.
 c.*I wonder who has Mary seen.

O exemplo (10a), o único gramatical no paradigma, mostra que embora V+I não se mova para C, o sintagma-wh é obrigado a se mover para Spec,CP. Ora, como ficou claro no exemplo (9a), esta estratégia não é permitida na sentença principal, onde tanto o movimento do operador-wh quanto o movimento do V são necessários para satisfazer o critério-wh. Por sua vez, os exemplos agramaticais (10b-c) mostram, respectivamente, a impossibilidade da estratégia do wh "in situ" e do movimento do I para C nestes contextos. A indagação natural, portanto, é a de saber porque a ausência do movimento I para C nas subordinadas indiretas não viola a cláusula-b do critério-wh.

Para resolver esta questão, Rizzi sugere que o mecanismo de licenciamento do traço +wh nas questões indiretas é realizado através da estratégia da subcategorização: verbos como wonder subcategorizam C especificado com o traço +wh e é isto que impede que o V possa se mover para esta posição. Entretanto, mesmo sem o movimento do V, o critério-wh assegura o movimento obrigatório da frase-wh na sintaxe, garantindo assim que a cláusula-a não seja violada.

Se na sentença subordinada o núcleo é especificado com o traço +wh pelo mecanismo da seleção morfológica, na sentença principal,

como Rizzi propõe, a especificação '+wh' é independentemente licenciada em I, ou mais especificamente em T, o local do tempo independente da sentença.⁴² Portanto, nas línguas V2-residual como o inglês, I é especificado com o traço [+wh], um traço substantivo e, neste caso, o papel funcional da inversão é mover este traço que está em I para a posição em que pode entrar numa relação de concordância espec-núcleo com a frase-wh.

2.1.4.1. O V2 residual nas línguas românicas

A inversão sujeito-clítico nas interrogativas principais do francês representa também, segundo Rizzi, um caso de V2 residual. Entretanto, como o autor observa, ao lado da estratégia do movimento simultâneo do objeto-wh e do verbo, como ilustrado em (11d), existem, no francês, opções que são impossíveis no inglês e que, aparentemente, violam o critério-wh. Observe os exemplos abaixo:

- (11) a. Elle a rencontré qui?
 b. Qui elle a rencontré ?
 c. *a-t elle rencontré qui ?
 d. Qui a-t elle rencontré ?⁴³

⁴² Rizzi afirma que a teoria do licenciamento não pode supor que cada elemento seja licenciado por outro: é necessária uma posição ou especificação que seja independentemente licenciada, e a partir da qual a cadeia de licenciamentos possa começar. A flexão poder carregar tal traço de especificação é ainda, segundo o autor, fortemente comprovado pelo fato de que, em certas línguas, o verbo manifesta uma morfologia especial em interrogativas. Veja também Watanabe (1993)

⁴³ Lembramos que, no francês, se o sujeito é um elemento lexical a inversão sujeito-verbo é impossível nas interrogativas:

- (i) a.* Qui a Marie vu?

A observação do paradigama em (11) nos revela que na sentença em (11b) tem-se o movimento simples do objeto-wh e, em (11a), a estratégia do wh "in situ". Como dar conta destas opções extras no francês? Em outras palavras, como explicar que o sintagma-wh possa permanecer "in situ" ou que possa se mover na sintaxe visível sem exigir a inversão sujeito-verbo? De fato, a única opção impossível é o movimento do V finito sem movimento do elemento operador. Novamente, Rizzi adota o mesmo procedimento usado para dar conta do V2 residual do inglês e considera que estas particularidades da aplicação do critério-wh nas sentenças principais do francês só serão entendidas, observando-se o que acontece nas sentenças subordinadas. Vejamos o paradigma em (12a-b):

(12) a. *Je ne sais pas elle a recontré qui.
Eu não sei ela encontrou quem.

b. Je ne sais pas qui elle a recontré.
Eu não sei quem ela encontrou.

O que os fatos das sentenças subordinadas evidenciam é que, no francês, assim como no inglês, o critério-wh se aplica na sintaxe visível. Ou seja, o movimento da frase-wh é obrigatório para o Comp no qual o traço [+wh] tenha sido selecionado pelo verbo mais alto. Para explicar (11a-c) Rizzi sugere, então, que línguas como o francês têm um meio adicional de licenciar o traço [+wh] além dos dispositivos de seleção lexical e independente licenciamento em I que são as únicas estratégias possíveis no inglês: a concordância. Neste caso, um elemento-wh que se move para Spec,CP pode induzir uma especificação [+wh] em C através da concordância espec-núcleo sem necessidade do movimento do V para esta posição. A tipologia de concordância para satisfazer o critério-wh compreende, portanto, dois processos:

(i) Concordância estática, realizada na configuração espec-núcleo

quando os traços instanciados no núcleo é os traços instanciados no seu especificador se associam, uma vez que, tanto o núcleo quanto o especificador são especificados, independentemente, com este traço;

(ii) Concordância dinâmica, na qual o especificador atribui ao núcleo o traço de especificação relevante.

Assim, se a satisfação do critério-wh sempre envolve a concordância estática, como no inglês, o V finito se move obrigatoriamente para C nas interrogativas principais. E, nestes casos, se o traço +wh não é especificado sob I, não se terá outro recurso para introduzi-lo mais tarde. Por sua vez, a concordância dinâmica pode livremente se aplicar na sintaxe visível e na sintaxe da FL em línguas que não têm o movimento obrigatório do V para C como é o caso do francês. As opções "extras" do francês são, portanto, reduzidas a este dispositivo adicional de licenciamento do traço [+wh].

Quanto à possibilidade da frase-wh "in situ", Rizzi a explica através de uma definição funcional de operador composta de duas cláusulas:

(5) Definição funcional de operador

- (a) O operador é um frase-wh numa posição-A', ou seja, numa posição de especificador ou de adjunto a nível de CP.
- (b) O operador está numa posição de escopo.

Pela termos das cláusulas em (5a-b), um operador na posição argumental não é um operador, mas sim, um argumento numa posição-A. O wh "in situ" está numa posição-A e, portanto, não se qualifica como um operador.

Observemos agora que, além do francês, outras línguas românicas apresentam o V2 residual, entre elas o espanhol e o português europeu. No espanhol, o V2 residual se manifesta na inversão obrigatória sujeito-verbo tanto nas interrogativas diretas como nas interrogativas indiretas.⁴⁴

Os exemplos (13a-b) e (14a-b) ilustram os fatos relevantes do espanhol.

(13) a. *Qué Maria compró ?

b. Qué compró Maria ?

(14) a. *No sé qué Maria compró .

b. No sé qué compró Maria .

Como se vê pelos exemplos acima, um fato importante a ser destacado na inversão sujeito-verbo obrigatória nestes contextos é que o sujeito não pode intervir entre o elemento-wh e o verbo finito.

⁴⁴ As estruturas denominadas de Topicalização (Focalização) também exigem movimento obrigatório do verbo na sintaxe visível no espanhol. Para uma análise detalhada destas estruturas de inversão sujeito-verbo cf. Torrego (1987).

No português europeu, porém, a inversão obrigatória nas interrogativas diretas está limitada a um conjunto muito restrito de elementos-wh. Se o elemento-wh é acompanhado de expressões referenciais, esta obrigatoriedade deixa de existir. Ambas as possibilidades estão ilustradas respectivamente em (15a-b) e (16a-b):

- (15) a. *O que a Maria comprou?
 b. O que comprou a Maria ?

- (16) a. Que livros a Maria comprou?
 b. Que livros comprou a Maria?

Além disso, é sempre possível adotar a estratégia de introduzir um é que expletivo, o qual permite a ordem SV nas estruturas com inversão sujeito-verbo obrigatória:⁴⁵

- (17) O que é que a Maria comprou?

Da mesma forma a estratégia do wh "in situ" nas interrogativas principais parece estar disponível no português europeu sem a interpretação de pergunta-eco. Conseqüentemente, a resposta a uma pergunta como (18a) pode perfeitamente ser aquela em (18b):

- (18) a. A Maria comprou quantos livros ?

⁴⁵ Âmbar (1992, 58-60) afirma que a inversão sujeito-verbo não está em distribuição complementar com é que, de modo que a sua coocorrência é aceitável. Afirma ainda que, nos casos em que o caráter obrigatório da inversão desaparece, muitos falantes requerem para estas construções um acento contrastivo sobre o sujeito, ou sobre o constituinte interrogado:

- (i) ?Que amigo o João encontrou no cinema?
 (ii) Que amigo O JOÃO encontrou no cinema?
 (iii) QUE AMIGO o João encontrou no cinema?

Para uma revisão da literatura tradicional sobre a inversão sujeito-verbo no Português europeu moderno, veja também Âmbar (1988).

- b. Ela comprou três livros: um de lingüística e dois da Aghata Cristie.

Finalmente, como ocorre no francês e no inglês, os exemplos (19a-b) mostram que, no português europeu, as perguntas indiretas exigem movimento obrigatório do elemento-wh, evidenciando que o critério-wh se manifesta na sintaxe visível.

- (19) a. *O João está louco para saber a Maria dançou com quem na festa da formatura.

- b. O João está louco para saber com quem a Maria dançou na festa da formatura.

Uma conclusão que se pode tirar com base nos fatos acima apresentados é a de que, ao contrário do espanhol, e da mesma forma que o francês, o português europeu instancia, ao lado da estratégia da concordância estática, a concordância dinâmica, explicando esta última possibilidade porque nas interrogativas principais o operador pode se mover para Spec,CP sem o movimento do V para C. Outra conclusão a que se chega é a de que a obrigatoriedade do movimento da frase-wh não é incompatível com a estratégia da concordância dinâmica.

Entretanto, no programa minimalista, há importantes revisões a respeito do movimento-wh na sintaxe visível. Assumindo Watanabe (1991), Chomsky (1992) afirma que não há variação paramétrica com relação ao wh "in situ", as diferenças entre as línguas se reduzindo à morfologia, neste caso, à morfologia das frases-wh. Dentro da teoria da checagem, como as operações de movimento são motivadas por necessidade morfológica, o alçamento de um operador para Spec,CP deve ser dirigido por tal necessidade. Segundo Chomsky, (1992, 45):

"The natural assumption is that C may have an operator feature (which we can take to be Q or wh-feature standardly assumed in C in such cases), and that this feature is a morphological property of such operators as-wh. For appropriate C, the operators raise for feature checking to the checking domain of C:(SPEC,CP), or adjunction into specifier (absorption), thereby satisfying their scopal properties."

Ainda seguindo Watanabe, Chomsky assume que o operador-wh é universalmente forte, o que o leva a aceitar a conclusão de que, nas línguas em que não há movimento do operador-wh na sintaxe, um operador nulo se move para Spec,CP e checa seus traços nesta posição. Quanto às noções de concordância estática e concordância dinâmica, não está claro qual estatuto atribuir a elas dentro da teoria minimalista. De qualquer modo, é preciso dar conta do fato de que, em algumas línguas, o movimento de um constituinte para Spec,CP não detona o movimento obrigatório de I para C.

2.1.5. Topicalização nas declarativas

Antes de nos voltarmos para algumas das análises concernentes à natureza do movimento do V para C nas línguas V2, consideremos primeiramente alguns aspectos que referentes à caracterização da natureza da operação envolvendo o movimento obrigatório de um constituinte para Spec,CP. Como temos visto, o traço notável das línguas V2 não é apenas o movimento do verbo finito para C nas sentenças principais, mas o fato de que este movimento coloca o verbo imediatamente após o constituinte inicial, independentemente da natureza gramatical, semântica/pragmática deste constituinte.

Na tarefa de caracterizar a natureza da operação obrigatória que move um constituinte qualquer para a posição imediatamente pré-verbal, algumas perguntas fundamentais são normalmente colocadas,

entre elas: (i) em que condições o constituinte ocorre no Spec,CP? (ii) qual é a relação entre as duas operações que produzem o efeito V2? (iii) por que a Topicalização é obrigatória? Assim, na literatura do V2-CP, o termo Topicalização tem sido usado para se referir não apenas à operação que move um constituinte para a posição inicial, mas também, num sentido bastante restrito, para se referir ao movimento de um constituinte para Spec,CP, movimento este que detona a inversão obrigatória sujeito-verbo se o elemento topicalizado não for o sujeito.

Lightfoot (1993) considera, porém, "misleading" o termo Topicalização uma vez que, na literatura, o termo tem sido empregado para denominar operações totalmente diferentes desta que é específica das línguas V2. Para evitar esta ambigüidade, passo a usar o termo Topicalização V2 (TOPV2). Assim, os exemplos (23a-f) abaixo ilustram construções de TOPV2, nas quais um advérbio está "topicalizado" em posição pré-verbal.

- (20) a. *Hier a Jean acheté an livre.
 Ontem tinha o João comprado um livro.
- b. Hier Jean a acheté un livre.
 Ontem o João comprou um livro.
- c. *Yesterday has John bought a book.
 Ontem tinha o João comprado um livro.
- d. Yesterday John has bought a book.
 Ontem o João comprou um livro.
- e. *Ontem comprou o João um livro.⁴⁶

⁴⁶ No português europeu (PE), o sujeito em posição pós-verbal é foco. Assim, um dos contextos possíveis para a sentença (6e) é aquele de pergunta-resposta, no qual a sentença seria gramatical se interpretada como resposta a uma pergunta do tipo: "Quem comprou um livro ontem?" (cf. Ambar, 1992). Nestes casos, a ordem direta que resultasse na seqüência "O João comprou o livro ontem" seria agramatical. Como veremos posteriormente, há uma importante diferença semântica entre o sujeito pós-verbal e o sujeito pré-verbal no PE. Por outro lado, e isto também será discutido posteriormente, a derivação da sentença (6e) não instancia a TOPV2, daí a justificativa para estar sendo

- f. Ontem o João comprou um livro.
- g. Gestern kauft Karl das Buch.
Ontem comprou K. o livro.
- h.*Gestern Karl kauft das Buch.
Ontem K. comprou o livro.

Os exemplos acima deixam evidente que, nas línguas não-V2 como o francês, o inglês e o português europeu, se um advérbio está topicalizado, deve preceder o sujeito. Conseqüentemente, a inversão sujeito-verbo é impossível nestes contextos. Situação oposta a esta está exemplificada em (20h) para o alemão. Neste caso, a agramaticalidade da sentença resulta do fato de que o advérbio em posição inicial não coocorre com a inversão obrigatória sujeito-verbo.

Lightfoot (1993) observa ainda que, muitas vezes, os lingüistas se preocupam exclusivamente em caracterizar a natureza da segunda posição para a qual o V se move, em detrimento da caracterização da natureza da segunda operação que detona o efeito V2. Ao criticar as análises nos moldes tradicionais, o autor afirma que muitas delas são implausíveis, ou seja, trazem problemas para uma teoria da aquisição. Por estas análises, seria necessário pressupor que, no processo de aprendizagem, a criança pode ter acesso indireto a dados negativos, uma vez que a única evidência que ela tem para o movimento do V para C é a obrigatoriedade do próprio movimento. Seguindo Taraldsen (1986), o autor propõe que, muito mais plausível, é assumir que a presença de um elemento na posição do especificador mais alto é que atrai o verbo para C e não o contrário, ou seja, não é a natureza obrigatória do movimento do V para C que leva um constituinte a se mover para Spec,CP,

considerada aqui como agramatical.

satisfazendo a restrição de concordância espec-núcleo. Isto explicaria porque muitas línguas, como o irlandês, que tem a ordem VSO nas principais, podem ter movimento do verbo sem detonar a topicalização.

Pudemos verificar em nossa pesquisa sobre o V2 nas línguas germânicas e românicas que os autores têm se dividido quanto a esta questão, afirmando alguns deles que, no sentido técnico, V2 significa o movimento do V para C, independentemente do efeito V2. Como veremos no Cap.3 , esta tem sido a posição de alguns lingüistas a respeito do português europeu. Benincà (1991), por exemplo, estudando os fatos do desenvolvimento do português assume que esta língua, embora se diferencie das línguas germânicas no que diz respeito à natureza da topicalização, é uma língua V2 pelo fato ter movimento obrigatório do V para C. Outros autores, entre eles, Adams (1987), afirma que o fenômeno V2 não deve ser entendido neste sentido técnico, mas considerado como o resultado das duas operações sintáticas.

Recentemente, Watanabe (1993) assume também que o movimento do V para C e topicalização são operações totalmente independentes, o que permitiria diferentes combinações, entre elas, topicalização sem movimento do V para C, movimento do V para C sem topicalização. Entretanto, ambas as operações é que caracterizariam as línguas V2.

2.1.6. A natureza híbrida de C

Rizzi(1990a,1990b), por sua vez, afirma que a topicalização obrigatória das línguas V2 é detonada por diferentes exigências daquelas que causam a topicalização residual. O que detona o V2 residual é o critério-wh. E o V2 obrigatório? Em primeiro lugar, vejamos o que o autor assume como sendo o fator que detona o movimento obrigatório do V para C em todas as declarativas nas

línguas V2. Lembramos que a sua intuição fundamental é a de que, tanto o V2 pleno como o V2 residual têm o papel funcional de carregar algum traço de especificação para C. No V2 residual, a especificação em C é [+wh]. Nas línguas V2-pleno, a especificação é Tempo. Seguindo Laka (1990), o autor assume um princípio universal segundo o qual a especificação Tempo deve c-comandar todas as outras categorias.

Para explicar porque Tempo é o detonador do movimento do V para C nas línguas V2-pleno, Rizzi propõe uma caracterização das categorias funcionais. Assim como os núcleos lexicais podem se diferenciar em termos dos traços [+/-N] e [+/-V], os núcleos funcionais podem ser caracterizados em termos dos traços [+/-C] e [+/-I]. A diferença entre V2 residual e V2 pleno resitiria, pois, nos traços do núcleo do CP, ou seja, [+C,-I] nas primeiras e [+C,+I] nas segundas. O traço [+C] é interpretado como "proposicional" e o traço [+I] como "predicacional." A categoria [+C,-I] que designa a proposição projeta o CP das línguas não-V2 e das construções não-V2 nas línguas V2. A categoria [-C, +I] designa a predicação e projeta IP. Finalmente, [+C,+I], ao mesmo tempo proposicional e predicacional, é a categoria híbrida característica das línguas V2. Ora, se Tempo é uma especificação de I e se Tempo deve c-comandar as outras categorias [+I], conclui-se que o elemento flexional [-C,+I] se move obrigatoriamente para o C híbrido [+C,+I] nas línguas V2.

De acordo com a proposta de Rizzi, portanto, a localização da categoria [+I] mais alta está sujeita a variação paramétrica. Nas línguas V2, a categoria é C, enquanto nas línguas não-V2 esta categoria é I. Entretanto, observe-se ainda que, se a distinção entre V2 residual e V2 pleno não é apenas uma questão de grau, uma análise comparativa deveria não apenas descrever o fato de que o V2 residual não-produtivo é detonado em contextos restritos, mas também explicar certas diferenças qualitativas observadas entre

eles. Como se sabe, uma destas diferenças, observada no inglês, se refere à assimetria entre o movimento do sujeito operador e o movimento do objeto operador. Ao contrário do que ocorre nas línguas V2, no inglês o movimento I para C é impossível quando é o sujeito-wh que se move para Spec,CP :

(21) a. *Who does love Mary?

b. Who loves Mary?

Como Rizzi argumenta, esta diferença pode ser explicada através da natureza morfológica de C:

"Suppose that, along the lines of the analysis initiated by den Besten (1983), the defining property of productive V-2 languages is a C intrinsically endowed with appropriate morphosyntactic features...these features may attract I thus triggering V-2 structures in all root clauses and some embedded tensed clauses, and give C a governing force adequate to license a subject trace. In a non-V2 language, such as English, the construction specific residual case of I-to-C movement is triggered (in a way that remains to be clarified) by a (root) C specified +wh - a feature that, contrary to T, does not affect the (lack of) governing capacity of C."

Num sistema assim concebido, C é inerte para reger o vestígio do sujeito, daí a agramaticalidade de (21a). Por seu lado, a gramaticalidade de (21b), que apresenta movimento da frase-wh para C, sem movimento de I para C, se explica através de um processo de indexação: o vestígio do sujeito está coindexado com I e, portanto, com who. O último, por sua vez, está coindexado com C. Deste modo, C forma uma cadeia com I, que contém a especificação [+wh], satisfazendo o critério-wh na sintaxe. Estas operações estão ilustradas em (6):

(6) [CP whoi [Ci [IP ti Ii ...]]

Assim, a estratégia de formação de cadeias para licenciar um

vestígio estaria restrita ao movimento local do sujeito-wh nas línguas V2 residual. Este sistema permite, ainda, dar conta do fato de que, nas línguas V2, o movimento de I para C não impede que a posição pós-verbal seja uma posição de caso. Ora, esta é uma preocupação comum para todos os pesquisadores que optaram pela análise clássica do V2. Pode se dizer que, se a caracterização da natureza do traço que é instanciado em C difere nas análises do V2-CP, o que é comum entre elas é a suposição de que Caso Nominativo pode ser assinalado sob regência ao sujeito em posição pós-verbal.

Em outras palavras, nas análises anteriores ao quadro minimalista, assumiu-se que o movimento do V finito para C cria a configuração para assinalamento do Nominativo por regência ao sujeito em posição pós-verbal. O mesmo paralelo foi traçado entre a possibilidade de Caso Nominativo sob concordância e ausência do movimento do V finito para C, ou ausência de inversão sujeito-verbo como acontece nas línguas não-V2. Mais uma vez, o ponto fundamental da análise do V2-CP é atribuir a C as propriedades que nas línguas sem a restrição V2 são atribuídas a I.

Para concluir este ponto, lembramos que, em sua discussão das diferentes propostas para explicar o movimento do V para C nas línguas V2, Vikner (1991,76), embora reconheça que todas elas têm problemas, adota a pressuposição básica da abordagem tradicional de que V em C assinala caso ao sujeito por regência. No entanto, acredita que esta não seria a motivação para o movimento do V para C. Como ele sugere:

"...the real V2 reason could thus very well be that there is a particular feature in C, which subcategorizes for a finite verb (or I or T). This feature could be agreement, [+F] or [+I]. Either of these would be compatible with the phenomena discussed above."

Finalmente, voltemos para a questão da topicalização

obrigatória. Em primeiro lugar, lembremo-nos de que, relacionado a esta questão, está o problema, levantado pela hipótese do V2-CP, e que ficou implícito em diversos trabalhos, que se refere à topicalização do sujeito para Spec,CP. De fato, se o sujeito se move por razões de caso/conc, qual seria a motivação teórica e empírica para se supor um movimento adicional para a posição de Spec,CP? Por que o sujeito deveria ocupar esta posição? Novamente, dentro da análise tradicional, é a proposta elaborada por Rizzi (1990b) que parece dar uma resposta a este problema. O autor sugere que uma posição se qualifica como posição-A se é assinalada com papel-0, ou se é especificador de um X com o qual ele estabelece uma relação de concordância. A consequência desta hipótese é que a posição Spec,CP pode ser considerada uma posição-A quando preenchido pelo sujeito. No entanto, quando outro constituinte se move, Spec,CP é uma posição A-barra. Nas línguas V2, o V se move para I e para C. Se o Spec,CP é preenchido pelo sujeito, há concordância entre o especificador e V+I em C. Em outras palavras, o que se propõe é que o núcleo [+C] licencia um operador, ou vestígio, em uma cadeia A-barra; o núcleo [+I] licencia o sujeito na posição de especificador; o núcleo híbrido [+C+I] permite que o especificador seja ocupado por uma frase-wh, ou vestígio-wh por ser [+C], e/ou pelo sujeito da predicação por ser [+I].

2.1.7. Agr em C

Uma proposta bastante semelhante à de Rizzi no que diz respeito à caracterização da natureza de C pode ser encontrada em Roberts (1993a). Assumindo o tratamento clássico do movimento do V para C nas línguas germânicas V2, o autor propõe uma variante do sistema de Tomaselli (1990) segundo a qual C é pronominal nas línguas V2 uma vez que atrai o verbo para esta posição.

Em particular, o autor afirma que C contém C¹ com um traço de seleção morfológica [+Agr_]. Desde que Agr seleciona T e T seleciona o V, o resultado é que o complexo verbal termina em C. Agr em C explicaria não apenas o movimento obrigatório do verbo finito para esta posição, mas também porque em certos dialetos das germânicas V2, C manifesta concordância com o sujeito, licencia sujeito nulo expletivo e constitui posição para o clítico. Ainda graças ao traço [+Agr], na verdade o traço responsável por V2, o vestígio do movimento do sujeito para Spec,CP pode receber caso em configuração de regência.

Naturalmente, como o autor observa, certas línguas escandinavas apresentam problemas para a teoria de Tomaselli, uma vez que as evidências apresentadas para corroborar a hipótese de que C contém Agr não são encontradas nestas línguas. Realmente, o fato de que um grupo das escandinavas (sueco, dinamarquês e norueguês) não apresente morfologia visível de concordância sujeito-verbo tem levado alguns autores a formularem a hipótese de que, embora se possa supor um Agr abstrato nestas línguas, o V não se move para esta posição. Supondo, porém, que Agr está presente, mas vazio, se C selecionasse Agr da morfologia flexional, isto não afetaria a posição do verbo finito.

Com base nestes fatos, Roberts assume que, nas escandinavas, o V se move para Agr em seu caminho para C, mesmo que um passo deste movimento seja sintaticamente invisível. Além disso, como o autor argumenta, se Agr não é projetado nas escandinavas e, supondo que Spec,TP não seja uma posição para os sujeitos definidos, não se teria posição para o sujeito externo ao VP. Conclusão: para estender a análise de Tomaselli a todas as línguas V2 e integrar as línguas escandinavas, que não têm manifestação visível da presença de Agr, não se pode fazer uma abordagem do V2 dependente da concordância verbal.

Portanto, uma das possibilidades para uma análise unificada

das línguas germânicas V2 seria considerar que C nas escandinavas tem uma estrutura morfológica tal que impõe a necessidade de lexicalização, mas que não há nenhuma exigência com relação à categoria do elemento que se move para C. Assim, se Agr está vazio, [T V+T] se move para C. Por outro lado, a idéia de um Agr independente da morfologia visível poderia ser estendida a todas as germânicas, de modo que as propriedades "pronominais" que Tomaselli atribui a C seriam, na verdade, propriedades de um núcleo funcional mais baixo do que C, mas mais alto do que o Agr que contém a concordância verbal.

Como veremos mais adiante, esta categoria funcional, à qual o autor se refere como Agr1, é independente do Agr da morfologia verbal, ou Agr2. Com um sistema em que Agr1 é uma categoria distinta de Agr2 que contém a morfologia flexional, é possível concluir que a perda da flexão de concordância em algumas das escandinavas, supondo que elas se desenvolveram deste sistema de Agr Duplo, significa perda de Agr2 e não perda de Agr1. O Agr abstrato que se propõe para as escandinavas modernas corresponde, assim, a Agr1, uma posição que nunca instanciou a morfologia flexional verbal.

Em outras palavras, o que Roberts propõe é que a natureza morfológica de C nas germânicas V2 não está relacionada intrinsecamente com C, ou com a noção de paradigma flexional, e tem reflexos sintáticos em termos de movimento dos NPs. Ao contrário de Lightfoot, portanto, o autor assume que é a natureza morfológica de C que detona o movimento do XP para a posição de especificador, impedindo que o constituinte que se move para a posição inicial esteja numa posição fora do CP. Deste modo, a topicalização obrigatória nas línguas V2, ou seja, a presença de um constituinte no Spec,CP é vista como uma condição formulada nos termos em (7), relacionada com o Princípio da Projeção Extendida:

- (7) Um núcleo que contém Agr deve ter o especificador preenchido.⁴⁷

Como formulada, a condição (7) interage com a proposta de que Agr incorpora em C e força o movimento do XP para o Spec,CP.

2.1.8. A ordem V1 nas línguas V2

Recentemente, vários autores têm se preocupado em destacar o fato de que, mesmo dentro do sistema V2, é possível encontrar a ordem V1 em certos contextos, entre eles, interrogativas sim/não, condicionais, e V1 narrativo. Enquanto as duas primeiras são comuns a todas as línguas germânicas, o V1 narrativo parece bem mais freqüente nas línguas que tem V2 generalizado como é o caso do ídiche e do islandês. Observemos os exemplos em (22) e (23) abaixo, os quais ilustram, respectivamente, uma interrogativa sim/não do alemão e o V1 narrativo do islandês:

(22) Alemão

Hat er sie gesehen?
Tinha ele ela visto
(de Haider, 1986)

(23) Islandês

Kom Olafur seint he.
Veio O. tarde para casa.
(de Vikner, 1991)

Na literatura V2, diferentes análises têm sido propostas para

⁴⁷A condição garante não apenas que Spec,CP seja preenchido nas línguas V2, como também que Spec,IP seja preenchido nas línguas não -V2.

dar conta do V1 narrativo. Cardinaletti & Roberts (1991) e Roberts (1993a), por exemplo, propõem que a frequência destas construções em línguas como o ídiche e islandês evidenciaria que o V1 narrativo resulta de um movimento de topicalização do V para C, uma vez que, nestas línguas, V2 é realizado a nível de Agr1.

Outros autores, como Vikner (1991), discordam desta análise, alegando que V1 não é propriedade exclusiva das línguas V2 simétricas. Partindo deste fato, Vikner conclui que a ordem V1 pode não estar relacionada com a restrição V2, mas com a presença de algum elemento discursivo no Spec,CP o qual detona o movimento do V para C.

A suposição de que Agr em C é que força o movimento de um XP para Spec,CP, leva também Roberts (1993a) a analisar as estruturas V1 como estruturas V2, ou seja, um elemento fonologicamente nulo ocuparia Spec,CP. Este elemento pode ser caracterizado como um morfema interrogativo (Q), um operador modal, um operador ilocucionário de algum tipo. Obviamente, a vantagem desta análise para as estruturas V1 é permitir uma abordagem unificada de todas as sentenças V2 e uma justificativa para a presença obrigatória de um XP no Spec,CP.

Finalmente, Zwart (1992) acha muito difícil definir o estatuto destas construções nas línguas germânicas modernas. De qualquer modo, qualquer que seja o estatuto que a elas seja atribuído, e qualquer que seja a análise que se lhes atribua, é preciso reconhecer que a construção designada como V1 narrativo é uma realidade dentro das línguas V2.

2.2. As análises alternativas

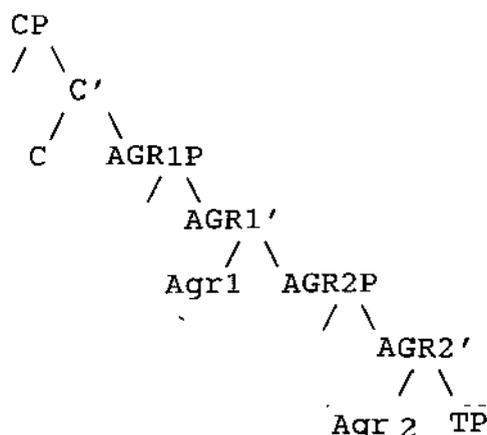
Na seção 2.1.1., discutimos sobre o fato de que os adeptos da análise padrão assumem a hipótese do CP recursivo para dar conta

tanto da ordem V2 restrita a um grupo das subordinadas completivas, como também do V2 generalizado nas línguas simétricas. Nesta seção, vamos nos deter em duas propostas alternativas, semelhantes entre si em muitos aspectos, as quais apresentam evidências não apenas empíricas, mas conceptuais, para questionar este aspecto da análise tradicional.

2.2.1. Agr1 e a subordinada V2

A primeira destas propostas, atribuída a Cardinaletti & Roberts (1991), questiona a hipótese do CP recursivo para as línguas simétricas e apresenta uma análise unificada para um conjunto de fenômenos de segunda posição. Os autores oferecem uma nova perspectiva para conectar efeitos V2 com vários tipos de efeitos clítico2 (CL2) nas línguas românicas antigas e nas línguas germânicas, propondo que, além das categorias funcionais tradicionais, estas línguas apresentam evidências para se postular uma projeção funcional que intervém entre CP e AgrP, denominada Agr1P. Desta forma, enquanto Agr2 é a posição de checagem dos traços-V, Agr1 está fundamentalmente relacionada ao Caso Nominativo. Isto explica o fato de que verbos finitos e clíticos se movam para esta posição. Observemos a representação em (8):

(8)



Quando confrontada com a análise tradicional, a proposta de C&R é alternativa porque considera que as línguas V2 parametrizam em relação à categoria funcional mais alta para a qual o V finito se move. O V2 generalizado no ídiche e islandês pode, assim, estar relacionado com a presença de Agr1. Nestes termos, a sentença V2 não é CP, mas Agr1P. Agr1 é a segunda posição nestas línguas e tem as propriedades do CP das línguas V2 com assimetria principal/subordinada. Portanto, a principal vantagem desta abordagem parece ser a de evitar que o CP recursivo se generalize a todo tipo de complemento, ao invés de ser uma propriedade apenas dos complementos de uma certa classe de verbos nas sentenças principais.⁴⁸

Pela proposta do Agr Duplo, a subordinada ilustrada em (7c), para o islandês, aqui repetida como (24) teria a derivação parcial como em (9):

(24) Eg harma at pegar hefur Maria lesis pessa bók.
Eu lamento que já tenha a M. lido este livro.

(9) [CP at [Agr1P pegar [Agr1'hefur [Agr2 Maria [Agr2 t...

Na derivação da sentença (24), o verbo finito se move para Agr2 para se incorporar a sua morfologia flexional e para Agr1, a posição V2. Por sua vez o NP sujeito se move para Spec,Agr2 onde recebe Caso Nominativo por regência do V em Agr1. Os complementos

⁴⁸ A hipótese de que CP recursivo não pode ser assumido para línguas V2 simétricas está corroborada em Iatridou & Kroch (1992). Os autores fazem um estudo detalhado da natureza do CP recursivo e chegam à conclusão de que a recursão é limitada em escopo, ocorrendo apenas com verbos como dizer, acreditar, etc. Além disso, a recursão obedece a condições de licenciamento que impedem que elas possam ocorrer em línguas como islandês e ídiche.

e advérbios topicalizam em Spec,Agr1. As conclusões de C&R para o islandês e ídiche podem ser resumidas nos seguintes termos:

(10)

- a. V em Agr1 pode assinalar Nom sob regência
- b. Spec,Agr2 é uma posição de sujeito definido.
- c. Spec,Agr1 é uma posição de tópico
- d. Spec,CP é uma posição de operador.

É interessante observar que, ao distinguir Spec,Agr1 como posição dos constituintes topicalizados, entre eles, o sujeito, C&R assumem que Spec,CP é a posição exclusiva de operadores nas línguas V2 simétricas. Isto nos leva a concluir que os autores atribuem à TOPV2 um estatuto diferente daquele atribuído às construções com operadores-wh, deixando em aberto importantes questões a respeito da natureza da topicalização e do movimento-wh.

Como mostramos, a hipótese de uma estrutura de frase mais elaborada com dois Agrs para o sujeito é motivada por duas suposições fundamentais: Caso Nominativo em configuração de regência e movimento do verbo para se incorporar a sua morfologia flexional. No programa minimalista, porém, a noção de regência não é mais considerada. Agora, caso é checado na relação espec-núcleo, enquanto o movimento do verbo é motivado unicamente por necessidade de checagem de traços morfológicos. No entanto, como tentaremos mostrar posteriormente, quando mais detalhadamente nos voltarmos para os fenômenos de segunda posição das línguas românicas, a hipótese do Agr1 como posição para os clíticos e verbos tem motivação empírica e teórica dentro da nova proposta de gramática, desde que sejam feitas algumas reinterpretações necessárias.

2.2.2. Agr1 é a posição Wackernagel no alemão

Como se sabe, os fatos da colocação dos clíticos no alemão moderno apresentam aspectos muito interessantes, principalmente quando confrontados com as línguas românicas. Vejamos alguns deles: (i) os clíticos estão, obrigatoriamente, separados do verbo finito nas subordinadas (25a-b) e, opcionalmente, separados do verbo finito nas principais (25d); (ii) quando adjacentes ao verbo finito, os clíticos estão sempre em posição pós-verbal; (25c); (iii) os clíticos podem ocorrer entre o núcleo funcional lexicalmente ocupado pelo verbo finito e o sujeito definido (25c).

(25)

- a. ...daß es ihm der Johann gestern gegeben hat
 ...que o-lhe o João ontem dado tinha
- b. ...daß der Johann es ihm gestern gegeben hat.
 ...que o João o-lhe ontem dado tinha.
- c. Gestern hat es ihm der Johann gegeben.
 Ontem tinha o lhe o João dado.
- d. Gestern hat der Johann es ihm gegeben .
 Ontem tinha o João o-lhe dado .
 (cit. em C&R, 1991)

Ao analisar as particularidades da colocação pronominal no alemão tais como acima ilustradas, Cardinaletti & Roberts (1991) observam que, tanto os pronomes pós-verbais, quanto os pronomes pré-verbais têm a mesma natureza clítica e, portanto, ocupam a mesma posição funcional, distinta do verbo finito. Esta posição, segundo os autores, é Agr1, definida como a posição W(ackernagel) do alemão. Por outro lado, como o verbo finito não ocupa nunca a posição W, ele deve se mover para C diretamente de Agr2, a posição da morfologia flexional verbal.

Da mesma forma, a distribuição dos clíticos e dos verbos em

relação ao sujeito definido motivam a hipótese de uma projeção funcional entre CP e IP. De fato, como a possibilidade de exemplos do tipo de (25a-d) deixa claro, se esta posição não fosse considerada, não se teria como explicar as diferentes posições do sujeito em relação aos verbos e clíticos e a assimetria da ordem principal/subordinada.

2.2.3. Agr1 e as línguas germânicas antigas

A sintaxe dos verbos e clíticos no inglês e no alemão antigos podem representar também novas evidências para justificar empiricamente Agr1. Tomando como base os estudos do inglês antigo de van Kamenade (1987) e os estudos do alemão antigo de Tomaselli (1990), Cardinaletti & Roberts (1991) concluem que Agr1 é a posição dos clíticos nestas línguas. As construções abaixo ilustram os fatos do inglês antigo.

(26)

- a. God **him** worhte þa reaf of fellum.
Deus lhes fez então vestimentas de pele.
- b. ...þat **him** his fiend wæren æfterfylgende.
...que o seus inimigos estavam perseguindo.
...que seus inimigos o estavam perseguindo
- c. Ne geseah **hine** nan man nates-hwon yrre.
Nunca viu o ninguém tão calmo
Nunca ninguém o viu tão calmo.
(cit. em C&R, 1991)

No exemplo (26a) tem-se uma construção com a ordem XP cl V, ou ordem V3, uma vez que, nas germânicas, o clítico "conta" como uma constituinte; (26b) ilustra uma subordinada, na qual o clítico está separado do verbo pelo NP sujeito; (26c), por sua vez, é uma construção com topicalização do elemento negativo. Os elementos negativos (e interrogativos) ocupam Spec,CP e detonam o movimento do verbo para C, mas não o movimento do clítico. Isto

explica a ordem V-cl nestas construções.

Com o sistema do Agr Duplo pode se atribuir, então, uma análise unificada a estas três construções nos termos a seguir.

Na sentença (26a), o clítico e o verbo são analisados como ocupantes de Agr1. Embora fosse um língua V2, a ordem cl-V, como ilustrado em (26c), era proibida no inglês antigo se sistema CP está ativado. Ora, a impossibilidade do clítico estar com o verbo flexionado em C motiva uma análise na qual CP não é ativado em sentenças como (26a), de modo que o verbo se move apenas até Agr1 nestes contextos. Mais uma vez, fica claro que, em certas línguas, a ordem V2 pode resultar não do movimento do V para C, mas do movimento do V para Agr1.

Por sua vez, o exemplo (26b), no qual o clítico não está adjacente ao verbo flexionado, é analisado no sistema dos dois Agrs, supondo o verbo em Agr2 para checar a morfologia flexional, enquanto o clítico está em Agr1. Como C está ocupado pelo complementador, o verbo não se move para esta posição. Finalmente, o exemplo (26c) deixa claro que, se o clítico não está em C nas topicalizações de certos elementos (e nas interrogativas), é porque a presença deste elemento interfere com o critério-wh e destrói a possibilidade da concordância espec-núcleo entre o operador no Spec,CP e o núcleo. Este seria, pois, outro aspecto crucial que, radicalmente, diferencia as línguas germânicas das línguas românicas. Nas primeiras, o clítico conta como um elemento para destruir a configuração V2, como vimos para o alemão moderno nos exemplos em (25a-d) e, portanto, não se move com o V para C. Isto explica a não-ocorrência da próclise na interrogativas e nas estruturas V2 com topicalização.

Pelo fato de o verbo flexionado se mover para C sem passar por Agr1, o clítico aparece em terceira posição linear, resultando um efeito de ênclise. A estrutura de frase mais elaborada permite distinguir, assim, a posição dos clíticos da

posição do verbo flexionado, e uma análise geral da segunda posição, ao postular que Agr1 é a posição estrutural dos clíticos nas línguas germânicas.

Nas línguas românicas modernas, ao contrário, todas os fatos da colocação dos clíticos e verbos levam à conclusão de que estes formam um complexo sintático e não podem ser separados por nenhum constituinte.

2.3. O V2 revisitado

A abordagem do fenômeno V2 nas línguas germânicas e, em particular, no holandês, apresentada por Zwart (1992) dentro da teoria da Economia difere igualmente da análise padrão em vários aspectos, e envolve críticas de nível empírico e conceptual a esta análise. Para Zwart, V2 não pode ser entendido como movimento do V para C por uma simples razão: dentro do quadro da teoria minimalista, não há lugar para noções como "segunda posição" embora se possa falar em "efeitos" de segunda posição. Como ele afirma (1992,33):

"Second" effects are not unexpected in the economy approach. In this approach, movement are caused by the requirement that syntactic features be licensed in specific positions and configurations. More exactly, abstract morphological features such as case /agreement, [+operator], have to be licensed at some level of representations in heads and specific positions of functional projections. Given the general notions of X-bar Theory (Chomsky, 1986b), a "second effect" shows up whenever both the head and the specifier position of a functional projection are filled in overt syntax (and there are no overt elements present in higher functional projections). If we can explain why this is generally the case in main clauses in Dutch and related languages, we have an account for the verb second effect without make references to a second position."

2.3.1. SVO é diferente

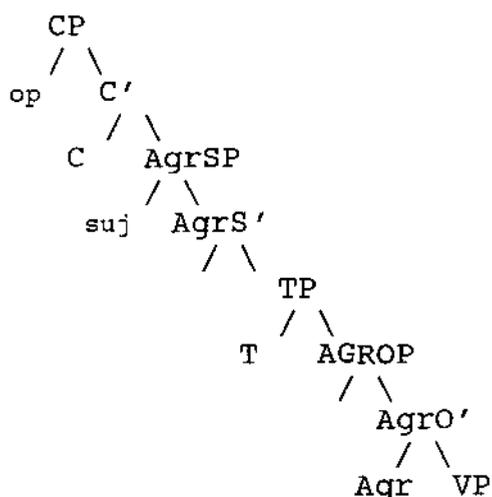
A suposição da análise tradicional de que o V se move obrigatoriamente para C como resultado de um traço morfológico em C não se sustentaria, porque proporcionaria um tratamento unificado a processos que, segundo Zwart, são totalmente distintos. Primeiramente, a análise não daria conta das diferenças entre sentenças com tópico inicial e sentenças com sujeito inicial, em relação ao movimento dos NPs. Estas diferenças poderiam ser interpretadas de duas maneiras: ou os tópicos estão em uma posição diferente daquela ocupada pelo sujeito, ou estão na mesma posição. Neste último caso, a posição tem uma natureza diferente, dependendo se o elemento que a ocupa está ou não numa relação espec-núcleo com o verbo. Qualquer que seja a hipótese, as motivações para o movimento dos NPs serão diferentes.

Assumindo a primeira destas hipóteses, Zwart afirma que, dentro da teoria da checagem, não haveria qualquer motivação para se postular o movimento do sujeito para Spec,CP. Esta é a posição de checagem designada para operadores e apenas os elementos-wh e elementos topicalizados vão para esta posição. Os sujeitos não são tópicos, e, portanto, não têm traço [+operador] para ser checado. Ora, se o sujeito não se move para Spec,CP para onde ele se moveria nas estruturas SVO? Zwart responde a esta questão, propondo que, tanto na principal como na subordinada, a posição de checagem do NP sujeito é AgrS, um núcleo funcional abaixo do CP. Esta análise permite, portanto, manter o pressuposto minimalista de que se os NPs sujeitos se movem para ter seus traços de caso/conc checados numa configuração espec-núcleo com um núcleo funcional designado, não se justifica um movimento para uma projeção funcional mais alta como CP. Por outro lado, a topicalização não é motivada por concordância com o verbo, mas por uma propriedade do tipo "tópico".

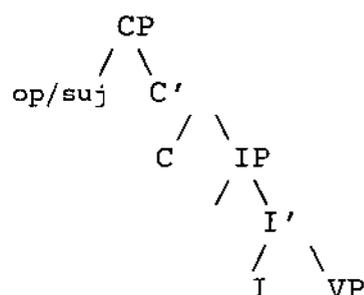
As figuras (11) e (12) ilustram como se opõem entre si a

proposta alternativa de Zwart e a visão tradicional do V2-CP para as línguas germânicas:

(11)



(12)



De modo similar ao que ocorre com o movimento dos NPs, Zwart propõe que o movimento do verbo deve ter diferentes motivações nas diferentes construções. Nas interrogativas, o que detona o movimento do verbo é o critério-wh, válido para todas as línguas que apresentam a inversão sujeito-verbo nestas construções, independentemente do fato de elas serem línguas V2-pleno, ou V2-residual. Nas topicalizações, o verbo se move para C para assitir na checagem do traço [+ operador] do constituinte que se move para Spec,CP. Em ambos os casos, o V se move diretamente para C.⁴⁹ Nas sentenças SVO, porém, não se justifica este movimento do V para C.

⁴⁹ Zwart assume que o V não apenas se move para checar traços morfológicos, mas para assitir na checagem de outros elementos, aparentemente violando o princípio de que um elemento só se move para satisfazer a si mesmo (Avidez). O autor justifica esta hipótese, afirmando que o movimento do verbo tem sempre como alvo uma posição que ele teria que ocupar em algum ponto da derivação, em particular na FL. Assim, embora o V se mova para C na sintaxe motivado pelo traço [+operador] do elemento no Spec,CP, ele teria mesmo que ocupar esta posição para checar seu próprios traços em algum ponto da derivação. O autor não explicita, porém, quais seriam estes traços, uma vez que não postula traços-V para AgrS.

Zwart propõe, então, que AgrS hospeda o verbo nas sentenças principais com sujeito inicial. AgrS tem traços-N fortes que necessitam ser checados e eliminados na sintaxe visível. Nas sentenças SVO, o V se move para AgrS para assistir na checagem deste traço e o NP sujeito se move para Spec,AgrS para a verificação dos traços de conc/caso . Em outras palavras, pode se dizer que o autor postula diferentes escopos para o movimento do V finito nas sentenças principais, estabelecendo uma dicotomia entre a ordem SVO e a ordem XVS, própria das interrogativas-wh e das construções de Topicalização. Nas declarativas com sujeito inicial, tem-se movimento do V para AgrS. Nas interrogativas e nas Topicalizações, tem-se movimento do V para C. Nas subordinadas, o V permanece na posição final. Cada um destes movimentos tem motivações particulares.

2.3.2. A operação AgrS para COMP

Ao negar o pressuposto fundamental da análise padrão de que o V se move obrigatoriamente para C nas línguas V2, Zwart se encontra também diante do problema de dar conta da assimetria principal-subordinada com relação ao V2, encontrada em um grupo das línguas germânicas. A solução para o problema vem na forma de uma análise alternativa, baseada totalmente na natureza de AgrS.

Distanciando-se, neste ponto, do sistema de Chomsky (1992), segundo o qual a checagem do traço-N forte das categorias funcionais se realiza apenas com o movimento do NP para a posição de especificador (é o caso do inglês), Zwart acredita que esta operação de checagem de um traço-N forte, ou visível na FF, só se concretiza se AgrS for também lexicalizado. Para isto, AgrS deve se adjungir a um núcleo com conteúdo fonológico na sintaxe visível. Esta lexicalização de AgrS poderia ser realizada por duas operações diferentes: ou pelo movimento do V para AgrS, como ocorre nas

sentenças SVO, ou como resultado da operação AgrS para C. Esta segunda possibilidade de checagem dos traços-N fortes de AgrS se realiza nas topicalizações e interrogativas. Antes do movimento de AgrS para C, AgrS está vazio. Após o movimento, AgrS está preenchido pelo vestígio e é este vestígio que cria a configuração para a checagem dos traços-N de AgrS, e para a checagem do caso do sujeito em configuração espec-núcleo.

Segundo Zwart, o movimento AgrS para C lexicalizado pelo V nas interrogativas e topicalizações expressa uma relação específica entre dois núcleos funcionais. Ora, é justamente esta relação que bloqueia também o movimento do V para AgrS nas subordinadas, explicando a assimetria principal subordinada, apresentada por algumas línguas V2. Em outras palavras, nas subordinadas, C está lexicalizado pelo complementador e Agr se move para C impedindo o movimento do V para esta posição.

Do que foi dito, pode se concluir que o ponto fundamental da proposta do autor é que Agr em C não resulta de movimento de V para C, como foi postulado na análise tradicional, mas do movimento de AgrS para C. A checagem dos traços-N não é uma necessidade de C, mas uma propriedade de AgrS que necessita ser lexicalizado. Portanto, na visão de Zwart, o que diferencia as línguas V2 das línguas não-V2 é a categoria funcional AgrS com um traço morfológico arbitrário, e o relacionamento entre AgrS e C.

2.3.2.1. Outras evidências empíricas para AgrS

A distribuição dos sujeitos e objetos clíticos, as diferentes formas da concordância do sujeito-verbo, dependendo se o verbo está ou não em posição final na sentença, e a concordância do complementador com o sujeito em alguns dialetos germânicos são outros argumentos empíricos que Zwart traz para postular um núcleo funcional mais baixo que Comp e a esquerda do VP, e para justificar

as diferentes posições do verbo finito nas diferentes construções com efeito V2. No que se segue, apresentamos alguns pontos de sua argumentação a respeito destas evidências. Note-se que AgrS é uma posição que tem em comum com Agr1 o fato de ser a posição dos clíticos. Portanto, os argumentos para justificar a sua presença são também justificativas para Agr1.

2.3.2.2. Posição dos sujeitos e objetos clíticos

Como Zwart observa, no holandês, os sujeitos clíticos (ao contrário dos sujeitos lexicais) seguem imediatamente o complementador lexical nas subordinadas (27a), e os verbos flexionados nas principais com topicalização (27b). No entanto, se estão em posição inicial, os sujeitos clíticos precedem o verbo como no exemplo (27c):

- (27) a. ... dat' k vandaag appels eet.
 ... que eu (cl) hoje maçãs como
- b. Natuurlijk eet 'k vandaag appels.
 Naturalm/e como eu (cl) hoje maçãs
- c. 'k eet vandaag appels.
 Eu (cl) como hoje maçãs

As conclusões a que se chega para o diferente padrão de movimento do verbo nestas construções são as seguintes: a posição pré-verbal do sujeito clítico na sentença (27c) indica que o verbo finito não está em C, mas numa posição funcional mais baixa, ou AgrS. Por sua vez, nas sentenças (27a-b), a posição relativa dos sujeitos clíticos e dos verbos finitos mostra que estes estão, respectivamente, em posição final na subordinada e em C nas principais com topicalização.

Do mesmo modo, a distribuição dos objetos clíticos, separados

do verbo finito pelo sujeito (28a), evidência que estes ocupam uma posição funcional distinta daquela ocupada pelo verbo, ou seja, posição de adjunção a AgrS.

(28) a. Heb je't gezien?
Tinha você o visto?

b. *heb't je gezien?
Tinha o você visto?

Assumindo, portanto, uma análise muito semelhante àquela que Cardinaletti & Roberts (1991) adotaram para o alemão, o autor propõe que a agramaticalidade da sentença (28b) indica que o V não se move para AgrS em seu caminho para C.

2.3.2.3. A concordância sujeito-verbo

Certos dialetos das germânicas têm uma manifestação morfológica visível da concordância do complementador com o sujeito. Nestes casos, observa-se que a concordância sujeito-comp das subordinadas e das topicalizações (29a-b) difere da concordância sujeito-verbo das principais SVO (29c). No primeiro caso é a concordância do complementador que se manifesta. Nas principais com sujeito inicial, ao contrário, manifesta-se a concordância do verbo.

(29) a. dat-e wij speul-t.
que -1PL nós tocamos-1PL

b. Wat speul-e /*speul-t wij?
O que tocamos 1PL nós?

c. Wij speul-t /*speul-e.
Nós tocamos-1Pl

De fato, se compararmos as sentenças principais (29b) e (29c), vemos que a flexão do verbo finito em (29c) difere da flexão que se

observa no verbo quando outro XP que não o sujeito está no início da sentença, como em (29b). Neste caso, a flexão do verbo é a mesma que se observa quando o verbo está em posição final na sentença subordinada (29a).

Além disso, note-se que nas topicalizações, como ilustrado em (29b), a flexão que se manifesta no V é a mesma que se manifesta no complementador da subordinada (29a). De acordo com a análise de Zwart, isto pode ser atribuído ao fato de que o V se move para C em (29b) manifestando a concordância do complementador. A ordem das palavras em (29a-b) revela ainda que a concordância sujeito-comp não é reflexo de uma relação de concordância espec-núcleo, uma vez que o sujeito não ocupa Spec,CP. A pergunta que se coloca agora é a seguinte: do que seria reflexo morfológico esta concordância do complementador com o sujeito? Zwart afirma que a morfologia do complementador é um reflexo do movimento do núcleo AgrS para C. Se Agr se move para C, a concordância está representada neste núcleo mais baixo do que C antes do movimento. Se a concordância está em AgrS, o sujeito é licenciado nesta posição. Isto explica porque o complementador e o sujeito nunca entram numa relação de checagem espec-núcleo. Em outras palavras, nas sentenças com sujeito inicial, o sujeito está no especificador de AgrS e concorda com Agr. Se Agr se move para C, o complementador concorda com o sujeito, instanciando o mesmo tipo de concordância do verbo com o sujeito.

2.4. Conclusão

Ao destacar aspectos da análise tradicional e de algumas análises alternativas do fenômeno V2 nas línguas germânicas modernas, tivemos como objetivo apresentar algumas das reflexões que consideramos mais relevantes em alguns autores, e delinear o

quadro teórico básico dentro do qual pretendemos situar também os fatos relacionados à sintaxe do verbo finito no desenvolvimento das línguas românicas, em particular, no desenvolvimento do português. Concluimos inicialmente que a análise tradicional, enquanto motiva o movimento do V para C como resultado de um traço morfossintático em C, ou como resultado da natureza específica de C, possibilita um tratamento unitário a todas as construções que manifestam o efeito V2, permitindo distinguir línguas V2-pleno e línguas em que o V2 se manifesta apenas em caráter residual. Assim, a grande vantagem da análise tradicional em termos minimalistas parece ser atribuir ao C das línguas V2 uma natureza morfológica específica, ou um traço abstrato que justifica o movimento V+I para C para checagem deste traço. Entretanto, vários problemas se tornam imediatamente evidentes, em termos da teoria da checagem, com relação à hipótese tradicional de que os verbos se movem invariavelmente para C em línguas V2 assimétricas, como o alemão e holandês,

Em primeiro lugar, lembramos que todo movimento na sintaxe tem que ser detonado pela necessidade de eliminar traços morfológicos e que um princípio de Economia, denominado Avidez, restringe o movimento a necessidades do próprio núcleo que se move. Ora, se C das línguas V2 tem um traço-V forte que detona o movimento do verbo finito para esta posição, não se tem como explicar porque nas línguas V2 assimétricas, o verbo finito permanece em posição final nas subordinadas, movendo-se na sintaxe visível apenas nos contextos de verbos-pontes. Em termos minimalistas, a hipótese do movimento obrigatório do V para C não pode se sustentar, pois se o V se move nas sentenças principais para checar traços-V fortes, e para seu proveito, estes mesmos traços deveriam forçar o movimento do verbo para C nas subordinadas.

Outro problema da análise tradicional diz respeito à inversão sujeito-verbo, obrigatória nos contextos de interrogativas e topicalizações. A maioria dos lingüistas que trabalha dentro dos

pressupostos da análise tradicional, enquanto oferece uma abordagem para o fato de que o verbo finito deve estar em uma posição como C, não tem muito a dizer a respeito da natureza do movimento obrigatório de um constituinte para a posição inicial, uma vez que, ou se tem condicionado a Topicalização obrigatória à operação V+I para C, ou se tem assumido que o XP em Spec,CP requer um núcleo apropriado para concordar, nos moldes da análise do V2 residual proposta por Rizzi(1990b).

Tópicos e elementos-wh se movem para uma posição à esquerda da frase e, dentro do programa minimalista, também este movimento deve ser motivado pela necessidade de checar ou eliminar um traço morfológico. Como sabemos, Chomsky inclui traços como wh, tópico, foco no inventário dos traços morfológicos e assume que a checagem destes traços envolve o sistema CP, ou seja, envolve movimento para o domínio CP. Ora, se supomos que estes traços podem ser caracterizados como traços-N do núcleo do CP, podemos igualmente assumir que, nas línguas V2, o traço-N tópico é forte, detonando o movimento obrigatório de um XP para Spec,CP para a operação de checagem deste traço. Entretanto, o traço-N forte não explicaria o movimento obrigatório do V para C.

Uma saída, pois, para explicar o movimento obrigatório do V para C nestes contextos, seria propor que um traço relacionado a V deve estar aqui envolvido, traço este associado não só com sentenças SVO, mas também com a topicalização e movimento-wh. Deste modo, o movimento do V para C é requerido sempre que o traço [+tópico] ou [+wh] está presente em C. O fato de que certas línguas não tenham movimento obrigatório do V para C nas topicalizações e interrogativas poderia ser visto, então, como uma parametrização dos traços-V de Top e Foc: fortes em línguas V2, fracos nas outras. Esta análise, no entanto, vai de encontro à caracterização de posições lexicalmente relacionadas, como proposta por Chomsky (1992). Como comentamos no Cap.1, uma posição é relacionada

lexicalmente se tem um traço-V que deve ser checado em associação com os traços do verbo. Ora, os traços wh, tópico, foco, estão envolvidos com movimento não L-relacionado, de modo que o movimento do verbo para C (=Top/Foc) não pode estar sendo detonado por um traço-V de Top ou Foc.

Vejam, ainda, o caso das sentenças SVO. Em termos dos Princípios da Economia, por que o sujeito deveria se mover para Spec,CP? De fato, o estatuto destas construções se torna um desafio para qualquer abordagem do V2 e, como vimos, os diferentes autores têm divergido a este respeito. Inicialmente, verifica-se que o tratamento deste problema pode ser feito em termos da análise, assumida por Rizzi (1990b), de que qualquer especificador que concorda em traços de caso/conc com seu núcleo pode ser uma posição-A, e conseqüentemente, uma posição de sujeito. Assim, pode se postular um estatuto A/A-barra para Spec,CP, o qual pode variar, dependendo do seu conteúdo e do seu relacionamento com o núcleo.⁵⁰

Vejam agora a análise de Zwart. Como frisamos, este autor postula uma análise para o V2 dentro do minimalismo, propondo para as línguas V2 uma categoria funcional denominada AgrS com traços-N fortes que necessitam ser checados na sintaxe visível. Para a checagem do traços-N de AgrS, tanto Spec,AgrS quanto AgrS têm que ser lexicalmente preenchidos. O movimento AgrS para Comp é uma forma de lexicalizar AgrS. Este tipo de operação ocorre nas topicalizações, interrogativas e nas subordinadas. Uma vez que AgrS é lexicalizado por movimento AgrS para Comp e que o sujeito se move para Spec,AgrS, os traços-N fortes de AgrS podem ser checados e eliminados. Da mesma forma, nas sentenças SVO, os traços-N de AgrS devem ser checados. Sendo Spec,AgrS a posição designada para a checagem de caso do sujeito, este se move para esta posição para

⁵⁰ Para um proposta de reformulação da distinção entre posição A/A-barra na teoria da sintaxe, reformulação esta forçada por considerações teóricas e empíricas, veja Mahajan (1990).

realizar esta checagem. AgrS, porém, deve estar associado com um categoria lexical, neste caso, o verbo.

Em outras palavras, pode se dizer que, segundo Zwart, há diferentes escopos para o movimento do verbo finito nas sentenças principais, resultando uma dicotomia entre construções SVO e XVS, esta última instanciada nas interrogativas-wh e nas topicalizações. Nas declarativas SVO, tem-se movimento do V para AgrS. Nas interrogativas e topicalizações, tem-se movimento de V para C. Cada um destes movimentos tem motivações particulares.

Segundo o autor, o movimento AgrS para Comp explica também, de forma natural, a assimetria principal-subordinada. Se o movimento AgrS para Comp é uma outra forma de permitir a checagem dos traços-N, nas subordinadas, esta operação impede o movimento do V para AgrS, explicando a complementariedade entre Comp lexicalizado e movimento do verbo. Não é, portanto, uma propriedade de Comp, mas uma propriedade de AgrS que força a lexicalização de AgrS antes do "Spell Out", ou seja, não há razão para estipular que AgrS tem um traço-V forte o qual força o movimento do V antes do "Spell Out." Como o autor explica:

" Nothing we have said so far force verb movement before Spell Out. By economy, therefore, the verb in Dutch does not move in overt syntax, unless there is no other way to check and eliminate the strong N-feature of AgrS. If the Agr-to-COMP hypothesis is correct, movement of Agr to COMP is another way to ensure elimination of the strong N-feature of AgrS. This other way does not involve verb movement, and therefore, by economy, Agr-to-COMP movement takes precedence over verb movement."(p.25)

Entretanto, há movimento obrigatória do V para C nas topicalizações, mesmo com a operação AgrS para Comp tendo se realizado. Zwart dá conta deste fato, associando o movimento do verbo para Comp nestes contextos às exigências de checagem de um elemento [+operador], que força estes elementos a se moverem para

Spec,CP. Este último ponto nos leva a concluir que a análise proposta pelo autor, embora apresente uma motivação morfológica para o movimento do sujeito, não tem como explicar porque, nas línguas V2, a Topicalização requer movimento obrigatório do V para C, enquanto nas línguas não-V2 esta obrigatoriedade não se verifica. De fato, o autor considera que as diferenças que se observam entre línguas-V2 e línguas não-V2 residem unicamente no traço arbitrário em AgrS que necessita ser lexicalizado na sintaxe visível.

Consideremos, porém, o V2 residual do inglês. Segundo Rizzi (1991), este decorre do critério-wh. Ora, que a inversão sujeito-verbo, resultante do movimento do V para C, ocorra apenas em caráter residual parece ser um argumento suficiente para que se possa reconhecer a existência de diferenças entre Topicalização residual e Topicalização obrigatória. Naturalmente, estas diferenças se relacionam, ou com a natureza morfológica de C, ou com a natureza morfológica de uma categoria entre CP e IP, ou com a natureza do traço [+operador] dos constituintes topicalizados. Portanto, ao postular que o movimento obrigatório do V para C nestes contextos é motivado por um elemento em Spec,CP, Zwart não explicita porque este movimento não fere o Princípio da Avidéz e porque não é obrigatório nas línguas não-V2. Deste modo, concluímos que as grandes vantagens do seu sistema residem, em primeiro lugar, na hipótese de que a estrutura de frase nas línguas-V2 inclui AgrS, uma categoria funcional abaixo do CP com traços morfológicos fortes e, em segundo lugar, na caracterização de um relacionamento específico entre estas duas categorias, resultando na operação AgrS-C.

A mesma hipótese de uma estrutura de frase mais elaborada está motivada na análise do V2 para as línguas germânicas tal como proposta por Cardinaletti & Roberts (1991) e Roberts (1993a). Como vimos, de acordo com os autores, Agr1, a categoria funcional que se

projeta entre CP e IP, possui uma natureza tal que pode "atrair", nas diferentes línguas, tanto o verbo finito como o clítico para esta posição. Agr1 se justifica para uma abordagem das diferenças que se manifestam entre as línguas V2 assimétricas e línguas V2 simétricas e para dar conta da posição relativa de clíticos e verbos em línguas como o alemão e o holandês. Com base na hipótese do Agr Duplo, assume-se que C contém C¹, isto é, um traço de seleção morfológica [+Agr], mas que o Agr que está relacionado ao C das línguas-V2 é o Agr recursivo, distinto do Agr da morfologia flexional visível.

No que se segue, tomarei como base o que as análises do V2 propostas por Rizzi (1990b,1991), C&R (1991), Zwart (1992) e Roberts (1993a) têm em comum, e tendo em vista os pressupostos do programa minimalista, em particular, a teoria da checagem dos traços morfológicos, vou tentativamente sugerir que a categoria funcional que se projeta entre CP e IP, e que passarei a chamar de Agr1, tem em línguas V2 assimétricas traços-V e traços-N fortes que serão checados na sintaxe visível. No alemão, em particular, os traços-N detonam o movimento do sujeito-NP e dos clíticos.⁵¹ A força morfológica de Agr1 explica, por sua vez, porque o sujeito definido pós-verbal pode checar seus traços de caso/conc nesta posição. Entretanto, levando em conta o que foi dito a respeito da sintaxe dos verbos e clíticos nesta língua e, considerando que os traços de Agr1 são de dois tipos, i.é. relacionados ao NP e relacionados ao V, entendo que a teoria da checagem nos permitiria assumir, como plausível, a hipótese de que, nas diferentes línguas, estes diferentes traços de Agr1 podem ser realizados em diferentes núcleos, ou seja, os clíticos e o V finito escolhem diferentes posições para realizar a checagem de seus traços. Desta forma, numa

⁵¹ A motivação para o movimento dos clíticos será melhor entendido na discussão que apresentamos no Cap.III, Parte II.

estrutura de frase com Agr Duplo, pode se postular que os traços-V de Agr1 são checados em C, enquanto os traços-N são checados em Agr1, independentemente dos traços-V. Isto explicaria porque, no alemão e no holandês, o V sempre se move para C nas principais e porque o V e o clítico nunca ocorrem no mesmo núcleo funcional. Em outras palavras, explicaria a possibilidade que tem o clítico e o verbo de ocupar núcleos funcionais distintos.

Nestes termos, distancio-me dos autores que propuseram um traço em C como justificativa para o movimento do V para C, e assumo a hipótese de que o traço que é checado em C não é um traço inerente a C, mas um traço de Agr1. Ao contrário, portanto, de Cardinaletti & de Roberts (1991) que propõem que Agr1 não é uma posição L-relacionada, e ao contrário de Zwart que não supõe traços-V nesta categoria para serem checados na sintaxe visível, assumo que Agr1 tem traços-V e traços-N que devem ser checados na estrutura-s. A exigência de checagem destes traços é que detona o movimento do V e do sujeito NP na sintaxe visível, nas sentenças principais.

Lembramos que Roberts (1993a) e Zwart (1992) propõem que a distribuição dos verbos e clíticos no alemão e no holandês evidenciam que o V se move diretamente para C sem passar por Agr1 ou AgrS. Ora, se Agr1 checa seus traços-V em C ficaria também explicado porque este movimento não fere a restrição ao movimento mais curto. O movimento aparentemente longo do V proposto na literatura se reduziria à ausência de checagem dos traços-V de Agr1 nesta posição. De fato, isto não parece tão absurdo se pensamos que, qualquer que seja a análise que se proponha para a distribuição dos clíticos nas línguas germânicas, esta terá que dar conta de que o clítico não é hospedado pelo verbo. O movimento do verbo cruza o núcleo que hospeda o clítico, levando a uma representação do tipo V XP cl.

Assim, em outras palavras, dentro da hipótese do Agr Duplo, a

dissociação entre os traços-N e traços-V de Agr1 parece estar confirmada pela distribuição dos clíticos objetos. Nas sentenças principais, estes não são levados para C através do movimento do V para C. Além disso, a posição do especificador do núcleo ocupado pelos clíticos é a posição do sujeito.

Como vimos ainda, Roberts (1993a) explica o movimento obrigatório de um constituinte para Spec,CP propondo que C [+Agr] deve ter o seu especificador preenchido. Não está muito claro, porém, dentro do programa minimalista, em especial por causa do Princípio da Avidéz, porque um elemento topicalizaria nesta posição, como resultado da presença de traços-V fortes em C. Para contornar este problema, proponho, mais ou menos dentro do espírito de Chomsky (1992) e Watanabe (1993), que C contém diferentes traços como wh, foco, tópico que apresentam reflexos sintáticos em termos da natureza do elemento que ocupa seu especificador. Deste modo, nas línguas V2 do tipo do alemão, por exemplo, C manifestaria não apenas os traços-V de Agr1, mas também o traço [+tópico] que se associa, ou que combina com o traço [+tópico] do elemento que se move para seu especificador. Nestes termos, tópico é um traço de C (=TOP) que necessita ser checado na sintaxe visível nas línguas V2. Entretanto, a presença deste traço não manifesta, necessariamente, reflexos semânticos ou pragmáticos, justificando, assim, que elementos como os sujeitos expletivos, que não topicalizam semanticamente, possam aparecer em Spec,CP. Quando o sujeito é o elemento inicial, a sentença pode ser, pragmaticamente, uma sentença não-marcada. Mas o elemento inicial pode também ser topicalizado semanticamente, ou receber ênfase. Dizendo de outra forma, sugiro que o traço tópico está relacionado à topicalização de qualquer XP para Spec,CP. Supondo, então, que os traços de caso/conc do NP sujeito que se move para Spec,CP já tenham sido checados em outras posições, esta fica disponível para receber um XP de qualquer natureza gramatical e com função

semântica /pragmática arbitrária. Conseqüentemente, nas línguas V2, Spec,CP estaria tipicamente associado com movimento A-barra, diferindo, assim, da proposta de Rizzi (1990b), o qual assume uma natureza dual para Spec,CP. A proposta está também em confronto com aquela apresentada por Zwart, por considerar que não há assimetria entre a estrutura de uma sentença SVO e a estrutura das sentenças em que outros elementos são topicalizados, ou seja, a colocação do sujeito à esquerda do verbo flexionado é entendido como um caso de topicalização.⁵² Por outro lado, pode se dizer que esta visão do V2 está em consonância com Rizzi(1990b) por supor que, nas línguas V2-pleno, C tem uma diferente natureza daquela das línguas V2-residual. Entretanto, esta diferença não está relacionada ao traço tópico, ou a traços de C, mas à presença de Agr1, a posição relacionada a C. Esta hipótese é que nos permite assumir que, nas línguas V2, o V sempre se move para C nas sentenças principais.

Lembramos ainda outro ponto: nas línguas com V2 residual, como o inglês, C tem um traço de operador, ou traço-wh, e tal traço é uma propriedade morfológica de operadores wh. Tomando como ponto de partida esta propriedade das línguas V2-residual, Chomsky (1992,45) considera o fenômeno V2 como resultado do movimento de I para C, o qual, automaticamente, torna forte o traço relevante de C. O autor afirma ainda que o movimento I para C não é detonado por propriedades morfológicas de V, mas sim por propriedades do sistema (C,I). Comparando estas afirmações de Chomsky com aquelas que estivemos fazendo, consideramos que a proposta que assumimos de supor um movimento do V para C para checar traços-V, não parece

⁵² De fato, embora Zwart tenha apresentado vários argumentos para justificar que sujeito é diferente de tópico, assumo que outras evidências já discutidas na literatura (cf. Schwartz & Vikner (1989)) mostram que a análise tradicional é mais compatível com os fatos do fenômeno V2 tal como se manifesta nas línguas germânicas modernas. Além disso, como deixaremos mais claro posteriormente, o desenvolvimento do V2 nas línguas românicas representa um forte argumento para a hipótese de que nas línguas V2 "rígidas", o V se move invariavelmente para C nas sentenças principais.

estar incoerente com a visão do autor a respeito do fenômeno V2 se interpretamos que as propriedades verbais, às quais o autor se refere, dizem respeito à morfologia flexional visível e não à morfologia abstrata proposta para Agr1. Assim, conclui-se que o movimento do V para C nas línguas V2, ao mesmo tempo que checa traços-V de Agr1, torna forte o traço operador de C. Nas línguas V2-residual, porém, o movimento I para C tem apenas a segunda motivação.

Finalmente, toquemos em um ponto da nossa análise do V2 nas línguas assimétricas que permanece obscuro. Observamos no início desta discussão que a assimetria principal-subordinada em relação ao V2 em línguas como o alemão desencorajava qualquer tentativa de se postular, em termos minimalistas, um traço relacionado a C para explicar o movimento obrigatório do V na sintaxe visível nas sentenças principais. Ora, embora não estejamos falando de um traço inerente a C, estamos propondo que a adjunção do V a Agr1 elimina um traço-V de Agr1, de modo que esta análise gera o mesmo problema de se ter que dar conta da checagem deste traço nas subordinadas sem o movimento do V. Apenas tentativamente, proponho que, nas subordinadas com verbos-pontes, a operação Agr1 para C, estando este subcategorizado pelo V da principal, possibilita que os traços-V de Agr1 sejam checados. Segue-se daí que o movimento do V não é requerido na sintaxe visível e, por isso, excluído por Princípios de Economia.

Concluimos, portanto, que parece razoável a hipótese de que podem estar envolvidos dois parâmetros nas línguas V2 com relação ao movimento do V para C: um, relacionado a natureza de Agr1. As línguas que perderam a restrição V2 teriam perdido Agr1 ao longo de sua história. O segundo parâmetro envolve o sistema CP e seu relacionamento com Agr1. Quanto à topicalização obrigatória de um XP para Spec,CP, afirmamos que este decorre de um traço-N tópico em C. No que se segue, tentarei achar justificativa para estes

parâmetros na história do português europeu em termos da comparação com a história do francês.

Passemos, então, agora, a alguns aspectos do V2 e da colocação dos clíticos nestas duas línguas.

PARTE II

V2 NAS ROMÂNICAS

2.5. A ordem das palavras

Os fatos relacionados com a ordem das palavras na história das línguas românicas, em particular, aqueles que dizem respeito à posição dos verbos flexionados e complementos clíticos, foram também intensamente investigados pelos filólogos e pelos gramáticos tradicionais.⁵³ Nos últimos anos, muitas das observações e descrições apresentadas nestes estudos têm sido retomadas pelos lingüistas e recebem uma abordagem sistemática dentro dos pressupostos da teoria gerativa.

Sem muitas dificuldades, pode se reconhecer que há pontos em comum em todas estes estudos, principalmente no que diz respeito a duas generalizações descritivas expressas nos seguintes termos:

(1)

- a. O verbo finito ocupa, normalmente, a primeira, ou segunda posição na frase.
- b. O clítico não aparece em posição inicial absoluta.

Naturalmente, as diferentes línguas românicas tiveram as suas particularidades, de modo que as generalizações expressas em (1a-b) se manifestaram entre elas com maior ou menor intensidade, de diferentes maneiras e tiveram diferentes desenvolvimentos ao longo

⁵³ Confira de Kok (1985) para uma importante revisão da literatura tradicional a respeito da ordem das palavras no francês antigo.

de suas histórias.

Como um de nossos objetivos nesta dissertação é caracterizar a natureza das dependências de segunda posição no português europeu a partir do século XVIII, buscamos agora destacar, como ponto de partida e com propósitos de comparação, alguns aspectos da natureza do V2 e Cl2, tais como se manifestaram na história do francês e na história do português europeu nas suas fases antiga e medieval. Para isto, tentamos enfatizar não apenas os aspectos comuns, mas também os aspectos em que as duas línguas se distanciaram e os diferentes rumos que mostraram na sua evolução. Procuramos destacar também que o fenômeno da cliticização e as manifestações do V2 nas línguas românicas, aqui representadas pelo francês e pelo português, embora apresentem semelhanças notáveis com as línguas germânicas, delas se distanciam em pontos relevantes.⁵⁴

2.5.1. O Caso do francês

De acordo com de Kok (1985) e Adams (1987,1988), foi Thurneysen (1892) quem primeiro formulou a generalização de que no francês antigo (FA), que abrange os séculos XII e XIII, o verbo finito ocupa sempre a segunda posição na frase após o primeiro constituinte acentuado.⁵⁵ Os complementos objetos e complementos

⁵⁴ Embora não estejamos trazendo para esta apresentação os fatos relativos à sintaxe do verbo e dos clíticos no espanhol, lembramos que estes são abordados na literatura gerativista por Rivero (1986, 1991, 1993) e Lema e Rivero (1990). Estes trabalhos trazem evidências importantes para corroborar a hipótese de que o espanhol manifesta no seu desenvolvimento a restrição ao clítico em posição inicial.

⁵⁵ Thurneysen teria atribuído ao ritmo o fato de que o verbo ocupa a segunda posição na frase. Entretanto, a grande maioria dos pesquisadores dentro do arcabouço da teoria gerativa- com exceção de Adams-vai assumir que o arranjo dos constituintes é determinado por fatores sintáticos. O verbo ocupa a segunda posição, quer ele tenha ou não um acento próprio.

preposicionados, o sujeito pronominal e lexical, bem como os advérbios representam este constituinte inicial que precede o verbo. Quando o sujeito é o elemento inicial, nenhum outro constituinte o antecede. Por outro lado, se são advérbios, ou adjuntos e complementos que estão no início da frase, a topicalização destes elementos detona a inversão obrigatória sujeito-verbo.⁵⁶ Ilustramos o V2 no francês antigo nas sentenças principais em (1a-d):⁵⁷

(1)

- a. Sor ceste pierre edefierai je m'eglise. (Vance, 1991, 2)
Sobre esta pedra edificarei eu minha igreja.
- b. Longuement resgarda Perceval l'ome qui ou lit
seoit. (Vance, 1991, 3)
Longamente olhou Perceval o homem que no leito
estava.
- c. Et la feste comence par laienz grant et
merveilleuse. (Vance, 1988, 3)
E a festa começa por ali, grande e maravilhosa.
- d. Messe e matines ad li reis escultet. (Adams, 1987, 1d, 2)
Missas e matinas tinha o rei escutado.

Como no alemão moderno, o FA apresenta a assimetria principal/subordinada com relação ao V2. Isto significa que, nas subordinadas, o fenômeno se manifesta unicamente em completivas dos verbos-pontes, entre eles, pensar, saber, dizer, responder, querer,

⁵⁶ Como Adams (1988, 13) observa : "Même s'il est possible de trouver des exceptions les generalizations sont solides e se sont maintenues au travers de décades de recherches philologiques. Il est extrêmement improbable -il est virtuellement impossible qu'elles puissent être dues à une variation aléatoire ou au hasard ..."

⁵⁷ A tradução que apresento dos termos do FA são apenas aproximações, com base no francês moderno, do que eles poderiam ter significado na época em estudo. Infelizmente, não me foi possível empreender um estudo mais acurado, para obter informações a respeito da significação correta de alguns deles. Isto impediu que eu pudesse fazer uma tradução literal dos mesmos.

saber, jurar, ver, etc. Os exemplos (2a-b) ilustram, respectivamente, a ordem V2 em completivas e a ordem direta SVO, sem dúvida a mais comum nestes contextos:

(2)

- a. Et ils respondirent que de ceste nouvele sont
il moult lié. (Adams, 1988, 11)
E eles responderam que desta nova estão eles
muito felizes.
- b. Quant li rois fu revenuz del mostier... (Vance, 1988, 5)
Quando o rei retornou do mosteiro...

É interessante notar que, pelo fato de a ordem SVO ser não apenas dominante nas subordinadas, mas também bastante comum nas principais, o único diagnóstico possível para caracterizar o FA como língua V2 é a ordem de inversão XVS. A ordem básica SVO tem o verbo na segunda posição da mesma forma e, por si só, não evidenciaria a restrição V2.⁵⁸

Dentro do quadro da gramática gerativa, várias propostas foram apresentadas para dar conta da ordem V2 do francês antigo. Os autores que adotaram a hipótese do V2-CP analisam a inversão sujeito-verbo nestas estruturas como movimento do V para C e movimento de um XP para Spec,CP. Entre estes, Adams (1987, 1988), Benincà, (1984, 1986, 1991), Vance (1988, 1989, 1991) Roberts (1993a),

⁵⁸ De acordo com de Kok (1985, 33) o segundo lugar do verbo finito na frase após este constituinte inicial foi explicado de diferentes maneiras no passado. Uma delas, apresentada por Vennemann (1974, 1975) e Harris (1976, 1978) propõe que a segunda posição do verbo no FA faz parte de um desenvolvimento "natural". Segundo os autores, haveria três etapas na construção da frase no francês desde a sua origem: na primeira, o verbo finito muda de sua posição final própria do latim para a segunda posição. Esta evolução não produz imediatamente a ordem SVY, pois há uma etapa intermediária, quando o constituinte inicial serve como ponto de partida ou tópico do enunciado. A ordem TVY é aquela que caracteriza o FA. A terceira etapa é caracterizada pela ordem SVY do francês moderno em que o tópico inicial se restringe ao sujeito. A autora lembra, porém, que na fase V2, caracterizada como TVY, o sujeito já era um dos elementos privilegiados para ocupar esta posição, e reconhece que " Le passage du type TVY au type SVY va donc de pair avec la perte du caractère V/2 de la langue." (de Kok, 1995, 298)

e outros. Como vimos anteriormente, de acordo com esta visão do V2, também as sentenças principais são CPs e instanciam movimento do sujeito para Spec,CP.

A análise tradicional para os fatos da ordem das palavras no FA não está, porém, acima de críticas. Autores como Lemieux & Dupuis (1991), van Kamenade & Hulk (1991) propõem análises alternativas que não levam em conta a hipótese da projeção CP para as sentenças principais. De qualquer maneira, apesar das divergência das análises, a grande maioria dos pesquisadores reconheceu a evidente semelhança entre o FA e o alemão moderno na manifestação do V2. Isto fez com que o caráter "rígido" do FA fosse destacado nas diferentes abordagens e nas diferentes propostas formuladas para descrevê-lo e explicá-lo.⁵⁹

2.5.2. O Sujeito Nulo

Uma propriedade bastante interessante da gramática do FA, estudada por Benincà (1983), Vanelli, Renzi e Benincà (1986), Adams (1987,1988), Vance (1989), Roberts (1993a) diz respeito à distribuição dos sujeitos nulos referenciais. Como se sabe, estes estão limitados aos contextos de inversão, ou contextos V2, nas sentenças principais e nas sentenças subordinadas.⁶⁰ Segundo alguns destes autores, a ordem XV com sujeito nulo em posição pós-verbal

⁵⁹ Benincà (1984,1991), em particular, ao estudar o francês antigo do séculos XII e XIII afirma que esta língua é representativa deste período, não só porque foi objeto de estudos descritivos e teóricos bastante intensos- o que a torna melhor documentada através dos dados,- mas ainda por apresentar uma sintaxe V2 rígida. Isto permite, segundo a autora, que se possa tomá-lo como ponto de referência para avaliar o comportamento sintático mais livre de outras românicas, em especial, o comportamento do português antigo.

⁶⁰ De acordo com o registro de Adams (1987) e de outros autores, a assimetria na distribuição do sujeito nulo no FA já havia sido notada em vários estudos filológicos, em particular, em Foulet (1935).

supera a ordem XVS com o sujeito realizado lexicalmente. Os exemplos (3a-d) ilustram estes contextos:

(3)

- a. Si firent__ grant joie la nuit. (Adams, 1988, 1a, 44)
Assim fizeram (eles) grande celebração à noite.
- b. Grant piece parlerent _____ de ceste chose.
(Vance, 1988, 7a)
Com grande intensidade falaram (eles) desta coisa.
- c. Après conqui ___ Orange la cité. (Roberts, 1993a, 74b)
Depois conquista (ele) a cidade de Orange.
- d. ...et disent _____ que molt avoient ___ bien fait.
(Roberts, 1993a, 86)
...e dizem (eles) que muito tinham (eles) feito.

Adams explica esta restrição na distribuição dos sujeitos nulos, postulando um parâmetro na direcionalidade do licenciamento de pro: este deve ser regido pelo núcleo verbal na direção canônica que é da esquerda para a direita no francês. Nas estruturas XVS em que o V está em C, tanto nas sentenças principais como nas completivas V2, estabelecem-se as condições necessárias para satisfazer esta exigência sintática na distribuição do sujeito nulo. Nota-se assim que, com a proposta de Adams, fica mais uma vez evidente a busca de uma explicação para a atribuição de caso ao sujeito pós-verbal, quer seja ele nulo, ou lexical, através da possibilidade do movimento do V para C, ou seja, através da possibilidade de AGR em C.

As questões a respeito da distribuição do sujeito nulo referencial no FA levam também a interessantes reflexões a respeito da relação que se pode estabelecer entre concordância rica e sujeito nulo. Como se sabe, o francês permaneceu uma língua "pro-drop" até o século XVI, aproximadamente três séculos após a reestruturação do seu paradigma flexional verbal. Na literatura

gerativa (cf. Rizzi, 1982, 1986), assume-se que o sujeito nulo referencial deve ser não só licenciado por ocupar uma posição de Caso Nominativo, mas também ter seu conteúdo identificado por um Agr [+pronominal]. Se o paradigma verbal é "rico" nestes termos, esta riqueza é suficiente para licenciar e identificar o sujeito nulo como é o caso de línguas como o italiano, o espanhol e o português europeu.

Entretanto, como dissemos, as evidências diacrônicas que línguas como o FA proporcionam motivam novas propostas para dar conta da distribuição do sujeito nulo referencial. Assim, além de Adams e de sua proposta da regência direcional, outros autores propoem um sistema mais elaborado para dar conta da distribuição do sujeito nulo no FA que não está restrito a uma noção de morfologia "rica". Roberts (1993a), por exemplo, sugere que um outro tipo de "riqueza" que ele denomina de "riqueza formal" pode ser considerado (cf. nota, 17 Cap.1). O paradigma flexional verbal que é caracterizado como "rico formalmente", embora apresente um afixo visível de concordância em todas as pessoas, mostra que qualquer número de sincretismos é permitido, com exceção da terminação zero. Em outras palavras, o autor propõe que esta é uma outra maneira pela qual um paradigma pode ser "rico" o suficiente para permitir a identificação do conteúdo de pro. Entretanto, nas línguas com um paradigma verbal "rico formalmente", como seria o caso do FA, principalmente a partir do século XIII, são necessárias certas condições sintáticas adicionais para licenciar o sujeito nulo. Uma destas condições, segundo o autor, é justamente a configuração de regência, explicando, assim, a distribuição dos sujeitos nulos nesta língua.

Como era de se esperar pelas particularidades da distribuição dos sujeitos nulos, limitados a contextos pós-verbais, e pelo estatuto V2 do FA, as construções V1 declarativas foram relativamente bastante raras no século XIII. De fato, a maioria

delas é encontrada nos textos poéticos e recebe um tom particular, como mostra o exemplo (4b). A ordem V1 aparece com mais frequência nas interrogativas sim/não, optativas, imperativas, e no chamado V1 narrativo, ilustrado em (4a):

(4)

a. Voit le le rois. (Roberts, 1993a, 28c)
Viu-o o rei.

b. Plurent Franceis par pitié de Rolland. (Adams, 1988, 26)
Choram os franceses com pena de R.

Tanto Adams como Vance, porém, sugerem que esta ausência de sujeito nulo referencial em posição inicial nas declarativas principais pode estar ligada à exigência da gramática do FA de que um elemento ocupe a primeira posição.⁶¹ Realmente, outra importante particularidade do fenômeno V2 na história do francês diz respeito à natureza do constituinte que antecede o verbo finito. Constata-se que qualquer partícula do tipo si ou lors poderia detonar o efeito V2. Estas partículas, muitas vezes, não têm conteúdo semântico e se justificam apenas pela sintaxe V2.⁶²

⁶¹ O caráter rígido do V2 no FA permite concluir ainda que o parâmetro da direcionalidade formulado por Adams talvez seja redundante. Se o sujeito pronominal na posição inicial "conta" nas declarativas como um dos elementos para satisfazer V2, só esta restrição da gramática já seria suficiente para limitar a distribuição do sujeito nulo aos contextos de inversão. De fato, Vance (1989) e Roberts (1993a) argumentam que a hipótese de que a direcionalidade no licenciamento do sujeito nulo seja um parâmetro entre as línguas tem problemas. Ela não se sustenta porque não prevê os rumos que o francês tomou no período medieval e o estatuto de língua "não-pro-drop", que adquiriu na fase atual.

De qualquer modo, qualquer abordagem das condições de licenciamento e identificação do sujeito nulo no FA que se baseou na noção de regência necessita ser repensada, uma vez que no programa minimalista esta noção foi abandonada.

⁶² Que si no FA não tem conteúdo semântico, fica claro pela tradução de Adams (1988, 15) da sentença abaixo:

(i) Si est...en si grant desconfort.
Il était dans une grande détresse.

Por sua vez, Vance (1989) registra que dois terços das sentenças CV na sua amostra tem como constituinte inicial o advérbio si. Ela afirma que ... "although

(5)

- a. Si est__ en si grant desconfort. (Adams, 1988, 3a)
Estava (ele) em uma grande aflição.
- b. Lors demanda mesire Saint Jehans priveement a
Jhesucrist... (Adams, 1988, 3c)
Então pede São João privadamente a Jesus Cristo...

Que os pronomes pessoais possam estar exercendo a mesma função de partículas como si ou lors se justifica ainda porque, neste período, a morfologia flexional verbal (ao menos na língua escrita) era suficiente para identificar o conteúdo do pronome nulo. Como observa Vance (1989, 1), "Old French, spoken in the 12th and 13th centuries, resembles Spanish and Italian with respect to verbal inflexion." Do mesmo modo, Adams (1987, 48) afirma: "Inflection was rich in OF and usually distinguished all six persons."⁶³ Os exemplos (6a-b) ilustram estes casos:

(6)

- a. Il regarde l'enfant. (Vance, 1989, 4)
Ele olha a criança
- b. Et je vos dis que je vos mostrerai la plus haute
aventure. (Vance, 1989, 5)
E eu vos digo que eu vos mostrarei a mais alta
aventura.

Finalmente, outra importante propriedade dos pronomes sujeitos na fase antiga do francês, que como as anteriores, não mais pertence à gramática do francês moderno, pode ser aqui mencionada:

the adverb si often has little adverbial force (...) it is capable of filling the Spec,CP position and of triggering verb movement to Comp".

⁶³ Entretanto, como Roberts (1993a) observa, retomando Foulet (1919), o paradigma flexional verbal provavelmente já no século XIII teria sido reduzido às três terminações do francês medieval e do francês moderno.

trata-se da ausência de evidências morfofonológicas para um tratamento dos pronomes nominativos como clíticos obrigatórios. Como se sabe, no FA havia apenas uma série de pronomes sujeitos que tinham propriedades de pronomes plenos, uma delas, ilustrada em (7), mostra a possibilidade de eles ocorrerem em posição inicial, satisfazendo a sintaxe V2.

- (7) Tu m'as amé celéement et jou toi. (Adams, 1988, 2c)
 Tu me amaste em segredo e eu a ti

Hoje, o pronome nominativo sujeito (je, tu, il/elle, nous, vous, ils/ elles) não é somente obrigatório, ele é também clítico, o que significa dizer que ocupa um lugar fixo na frase declarativa, uma vez que não pode estar separado do verbo a não ser por outros elementos clíticos como os pronomes complementos clíticos, ou como a negação. Como estes pronomes são átonos, eles não podem ser empregados isoladamente (8a) e não podem ser acentuados (9a). Nestes casos, um dos pronomes da série dos pronomes diacronicamente acusativos (moi, toi, lui/elle, nous, vous, eux/elles) é obrigatório. Vejamos os exemplos.

- (8) Qui aime Jean?
 a. *Je.
 b. Moi.
- (9) a. *JE vois Jean.
 b. Moi, je vois Jean.

Segundo Adams (1987, 1988), a série nominativa de pronomes sujeitos começa a cliticizar no final do período antigo -século XIII-e início do período medieval -século XIV. A partir daí, portanto, é que uma segunda série de formas acusativas fortes, necessárias para reforçar as formas nominativas fracas, torna-se obrigatória.

2.5.3. A posição do objeto direto

Embora a grande maioria das sentenças declarativas no FA apresente o verbo finito ocupando a posição imediatamente após o primeiro constituinte, foi possível aos autores que estudaram este período encontrar nos dados alguns raros casos de estruturas V3, ou estruturas com a ordem XSV, onde um constituinte antecede o sujeito lexical sem detonar a inversão sujeito-verbo. Vejamos alguns deles:

(9)

- a. De cele amor Dieus me gart. (Adams, 1987, 6c, 107)
Deste amor Deus me guarde.
- b. Pur bien ferir l'emperadre nus aimet. (Adams, 1988, 43b)
Por combatermos bem o imperador nos ama.

Entretanto, como muito bem observado por Benincà (1989, 1991), o complemento objeto direto jamais é este elemento que precede o sujeito nas estruturas V3. Pelo contrário, na fase rígida do V2, ele está sempre adjacente ao verbo, em posição interna à frase. Além disso, não coocorre em estruturas de deslocamento à esquerda com o pronome resumptivo, como é o caso do francês moderno. Benincà considera que o fato de o objeto direto preposto estar imediatamente antes do verbo nas principais, sem resumptivo, e detonando a inversão obrigatória sujeito-verbo, é a evidência mais importante para se postular a rigidez do V2 neste período.⁶⁴ Por seu lado, Adams (1987) sugere que a ordem V3 do FA pode não representar uma violação do V2, mas, ao contrário, ser tratada como um caso de Topicalização, ou seja, o elemento em posição inicial pode estar deslocado sem interferir na sintaxe V2. A autora observa

⁶⁴ Na próxima seção, veremos que este aspecto do FA vai ser fundamental para que se possa caracterizar uma das mais importantes diferenças observadas no desenvolvimento do francês e do português em relação à estrutura de frase e sintaxe dos verbos e clíticos

também que as raras estruturas V3 do FA, mesmo no início do francês medieval quando se tornam mais freqüentes, obedecem a severas restrições, entre elas, aquela que impede a topicalização do objeto direto se o sujeito é lexical.

2.6. O francês medieval

A partir do século XIV, as mais marcantes propriedades da gramática do FA, que muito resumidamente apresentamos na seções anteriores, começam a entrar em declínio. De acordo com autores como Adams, (1987, 1988) Roberts (1993a) e outros, dois desenvolvimentos conduzem à desestabilização do V2 rígido, vigente nos séculos XII e XIII. Estes desenvolvimentos acabam por dominar a gramática do francês medieval e levam à perda da restrição V2 no início do século XVI. Pela análise dos autores acima mencionados, o primeiro desenvolvimento que leva à perda do V2 é a reanálise, pela nova geração de falantes, das sentenças SVO. O aumento significativo da ordem SVO, quando o sujeito passa a ser privilegiado como o elemento inicial, leva a criança a hipotetizar que esta ordem não mais seria derivada com movimento do V para C e movimento do NP sujeito para Spec,CP: as sentenças SVO passam a ser analisadas como IPs.

O segundo desenvolvimento resultante do primeiro é a afirmação da ordem V3 na qual um constituinte antecede o sujeito na primeira posição. Como dissemos, as estruturas V3 estavam praticamente ausentes na fase antiga, uma vez que não havia possibilidade de adjunção a CP. Ambos os desenvolvimentos reduzem drasticamente as ocorrências de inversão sujeito-verbo.⁶⁵ Vance (1991, 17) observa: "Whereas in the 13th century V/3 orders were essentially unknown,

⁶⁵ Lembramos que, na ordem V3, o sujeito é sempre o segundo constituinte. A sequência em que o objeto é o segundo elemento não ocorre nos dados dos autores que estamos consultando.

the 14th and 15th centuries abound in V3 clauses".⁶⁶ Igualmente, Adams (1987) afirma que, no final do século XV, a ordem XSV substitui a ordem XVS e que, embora esta permaneça uma opção para os escritores, não se pode mais falar em restrição V2. Da mesma forma, Roberts (1993a,147), após a análise de seus dados, conclui:

"The above data indicate that adjunction to a position preceding the preverbal elements was becoming more frequent in the MidFr period, and that a larger class of adverbial elements was able to appear in this kind of position than in OF. We thus consider it as evidence that the V2 constraint was at least less rigid in Mid.Fr than in OF."

Abaixo, os exemplos (10a-c) ilustram a ordem XSV do francês medieval, impossível nas línguas V2 modernas.⁶⁷

(10)

- a. Apres disner le chevalier me dist...(Vance,1989,78)
Após a refeição o cavaleiro me diz...
- b. Alors je deiz de mot a mot tout...(Vance,1989,16)
Então eu disse palavra por palavra tudo...
- c. Et ce conseil nous vous donnons.(Adams,1988,46b)
E este conselho nós vos damos.⁶⁸

⁶⁶ Interessante é que a autora (1989,1991) faz um paralelo entre o francês medieval e o francês antigo e mostra que muitos dos advérbios que apareciam em posição inicial em estruturas V2 neste período, aparecem agora em posição inicial, sem detonar a inversão sujeito-verbo.

Para um estudo da expressão do sujeito no francês medieval veja também Lemieux, Gosselin & Dupuis (1992).

⁶⁷ Na verdade, embora raramente, a ordem V3 ocorre nas línguas germânicas V2. Entretanto, nestes casos, o elemento em posição inicial deve ser retomado por um pronominal que ocorre no interior da sentença. Como veremos posteriormente, esta construção exemplifica o que se tem denominado na literatura como Deslocação à Esquerda Clítica.

⁶⁸ Vance (1991) destaca ainda outro aspecto muito interessante da evolução do francês. No período antigo, em que a restrição V2 atua, a inversão sujeito-verbo ocorre com qualquer tipo de verbo. A natureza do verbo não é importante, de modo que a inversão deve ser forçada por outros fatores. No século XV, a inversão com verbos transitivos se torna, porém, extremamente rara. A grande

2.7. Causas da mudança

Se os autores mencionados acima parecem ter muitos pontos em comum na caracterização da natureza do V2 na história do francês, o mesmo não se pode dizer em relação às propostas que eles apresentam para as causas da perda do V2. De fato, estas são bastante divergentes e vão desde uma explicação prosódica, como a de Adams (1987), até propostas totalmente sintáticas, como de Vance (1989) e Roberts (1993a).

A seguir, faremos uma breve apresentação destas abordagens, uma vez que elas contribuem para a nossa reflexão sobre o fenômeno.

2.7.1. A hipótese prosódica

Para Adams, a restrição V2 decorre de dois fatores independentes: movimento do verbo finito e estrutura rítmica da língua. Portanto, para se entender o efeito V2, não apenas a sintaxe, mas a prosódia devem ser considerados. Esta hipótese decorre da suposição de que é preciso fazer a distinção entre inversão germânica, relacionada ao movimento do V para C, e o efeito V2, que implica não só a operação V para C, mas também o movimento de um constituinte para uma posição acima do verbo:

"Je soutiens que les effects V2 sont entièrement épiphénoménaux, qu'ils sont la conséquence accidentelle de deux propriétés distinctes e indépendantes de la grammaire.

maioria dos casos contém verbos de uma classe restrita como verbos passivos, inacusativos ou verbos "dicendi". Ora, estas sentenças podem ser analisadas sem supor movimento do V para C. A inversão aqui não depende do V2, mas da ergatividade do verbo. Apenas a presença da ordem CV com sujeito nulo é que ainda evidenciaria o movimento do V para C porque o sujeito pós-verbal com verbos ergativos é sempre lexical, i.é., não-pronominal no FA.

Une langue peut avoir l'une ou l'autre de ces propriétés, ou aucune, mais si elle a les deux propriétés, nous aurons affaire à une langue V2".(Adams,1988,19).

Naturalmente, uma das conseqüências desta abordagem é a suposição de que a diferença entre línguas VSO, como o irlandês, que tem movimento do verbo, mas não movimento de um constituinte para a posição inicial, e línguas V2 está reduzida a uma diferença prosódica. Segundo Adams, as línguas com acento forte como as línguas V2 colocam um elemento com acento independente em posição inicial (Princípio do Eurítmico). Obviamente, o verbo não é um destes elementos. O princípio do eurítmico explicaria não só a exigência do constituinte inicial que precede o verbo finito nas principais, mas também porque várias estratégias são usadas para se preencher a primeira posição, uma delas, e a mais comum, começar a sentença pelo sujeito, mesmo expletivo, ou por certas partículas adverbiais. De qualquer modo, embora este constituinte inicial possa não ter nenhuma importância semântica, tem que ser independentemente acentuado, ou seja, não se cliticiza ao verbo.

O trabalho de Adams representa, assim, uma tentativa de explicação para a exigência de um constituinte na primeira posição nas línguas V2. Trata-se de uma regra sintática que satisfaz as exigências prosódicas da língua. Conseqüentemente, o efeito V2 não é equivalente à Topicalização e/ou Focalização, pois não supõe força contrastiva ou enfática. De fato, para a autora, enquanto o movimento do objeto realmente topicaliza o objeto, o mesmo não pode ser dito do frunteamento do sujeito. Quando este é o elemento inicial, as sentenças são declarativas normais. O elemento inicial representa o tema da sentença, mas, se nada é tematizado, um advérbio ou expletivo preenche a posição inicial e satisfaz a exigência V2.

A explicação prosódica ainda daria conta das sentenças V1 como imperativas, ou perguntas sim/não dentro das línguas V2. A

entonação nestas estruturas é diferente das declarativas. O verbo aqui é o elemento que leva o acento que normalmente recai no constituinte inicial. Como Adams (1987,21) afirma: "Si on ne prend pas la prosodie en consideration, il est difficile d'expliquer pourquoi les questions oui/non e les imperatives sont V1 dans les langues V2".

A análise prosódica é também explorada para explicar a perda da restrição V2. Por isso, embora assumamos que a reanálise da ordem SVO possa ter levado ao desaparecimento do fenômeno, a autora reconhece que esta não seria a causa suficiente. Uma mudança na estrutura rítmica da língua - o francês teria passado de uma língua com acento forte na palavra, para uma língua com acento forte no final de sintagma - é que teria levado ao início do processo que culmina na perda do V2. ⁶⁹

2.7.2. As explicações sintáticas

A explicação de Vance para o efeito V2, ao contrário de Adams, é totalmente sintática, ou seja, são regras sintáticas que projetam CP, não propriedades rítmicas da língua. Assumindo Travis (1984), Vance afirma que o parâmetro em questão que diferencia as línguas V2 das línguas não-V2 é o parâmetro da adjunção a IP, abrindo assim a possibilidade para que complementos, sintagmas preposicionados e advérbios apareçam no início da sentença sem detonar CP. Se uma língua responde afirmativamente ao parâmetro da adjunção a IP, como o francês moderno, ou como o inglês, o elemento inicial não detona a inversão sujeito-verbo. Está assim criada a ordem V3, em que o

⁶⁹ Pode se dizer que a perda do V2 resulta de uma mudança prosódica que tendo início no FA, continua seu desenvolvimento durante o período medieval, manifestando-se em vários fenômenos distintos, mas correlacionados. Para a discussão de três destes fenômenos - o enfraquecimento do acento inicial, a perda da ênclise e a cliticização dos pronomes sujeitos, confira Adams (154-188).

segundo elemento é sempre o sujeito.

A mudança paramétrica relacionada à adjunção a IP explicaria também, segundo Vance, a mudança na distribuição dos sujeitos nulos nos textos em prosa do século XV. A ordem CSV que agora coocorre com a ordem CVS torna ambígua a posição do sujeito quando ele é nulo. Aparecem dados suficientes para se afirmar que o sujeito da frase CV pode ser pré-verbal. Desta forma, pro pré-verbal se estende às outras ordens de palavras. Isto explica ainda porque as formas como nous e vous possam ser omitidas com maior freqüência. Com a perda do ambiente sintático que favorecia o sujeito nulo, a saliência morfológica se torna relevante, e os falantes passam a privilegiar estas formas. Assim, mais uma vez, vemos que os fatos relacionados à distribuição do sujeito nulo no francês antigo e no francês medieval indicam que a morfologia verbal, ao lado dos critérios sintáticos, devem ser considerados em qualquer estudo que se faça do fenômeno.

Por sua vez, Roberts (1993a) afirma que o aumento das sentenças com a ordem SVO, interpretadas como AgrPs, e o aumento das sentenças com a ordem XSV, que acabam por diminuir os contextos de inversão V2, refletem uma mudança paramétrica no valor de um parâmetro que determina o assinalamento do Caso Nominativo. Lembramos que o autor distingue dois tipos de assinalamento de caso, sob concordância e sob regência. A idéia central desta abordagem é a de que o assinalamento de caso por regência foi uma opção gramatical no FA, opção esta inexistente no francês moderno. Deste modo, os efeitos desta mudança paramétrica teriam se refletido não apenas na perda das formas V2, mas também, na perda da inversão simples nas interrogativas e na perda do sujeito nulo. Todos são contextos nos quais o verbo em C atribui Nominativo por regência ao sujeito nulo ou lexical em posição pós-verbal. Roberts (1993a,142) afirma que

" The net effect of these various changes was a dramatic increase in the environments in which agreement configurations were relevant for Case assignment and licensing, and a corresponding decrease in the contexts in which these relations were established under government."

Realmente, uma comparação das percentagens relativas à ordem SV(X) e (X)VS no francês antigo e medieval extraídas de Clark & Roberts (1994), mostra que a opção pela configuração de concordância espec-núcleo a partir do francês medieval faz a diferença entre os dois períodos, diferença esta que se reflete no aumento da ordem direta:

(2) Francês Antigo

SV(X) = 34%

(X)VS = 58%

(3) Francês medieval

SV(X) = 60%

(X)VS = 10%

Como os autores concluem, esta significativa diferença na frequência da ordem direta e ordem de inversão obscurece as evidências que a criança tem para postular um sistema V2, permitindo-lhe atribuir agora um novo estatuto às sentenças SVO.

Por outro lado, ao partir da suposição de que o V2 no FA, mais precisamente no século XIII, tem a mesma natureza do V2 no alemão, Roberts assume que, embora o aparecimento das estruturas V3 seja uma das causas do declínio da sintaxe V2, o que leva finalmente ao desaparecimento da restrição é a perda do traço [+Agr] em C. Em outras palavras, com a mudança na natureza morfológica de C, a língua acaba por perder o traço morfossintático [+Agr], o qual obriga o movimento do V na sintaxe para esta posição.⁷⁰

⁷⁰ Par ser mais exata, Roberts atribui a mudança paramétrica no assinalamento do Nominativo a duas mudanças anteriores: o desenvolvimento das duas séries de sujeito pronominal e o desenvolvimento da inversão complexa. Esta última, em particular, indica que C não pode ter o traço [+Agr], responsável pelo movimento obrigatório do V para esta posição.

Neste ponto, uma pergunta que nos vem à mente pode ser formulada nos seguintes termos: por que, afinal, os sistemas em que as sentenças SVO são estruturas V2 acabam por serem reanalisadas como simples estruturas SVO? A resposta que se pode dar a esta questão, naturalmente esclarece a respeito de como um sistema V2 pode começar a ruir diacronicamente. Em primeiro lugar, lembremos de que a possibilidade de reanálise destas construções talvez esteja na própria natureza da ordem SVO nas línguas V2. Como se sabe, não só nas germânicas modernas, como também no FA, pronomes expletivos podem ocorrer em posição inicial. Vejamos o exemplo abaixo para o FA:

- (11) Il est juget que nus les ocirum. (Roberts, 1993a, 107a)
Julgou-se que nós os matássemos.

Ora, esta possibilidade parece fundamental por representar uma forte evidência de que a posição inicial pode ser uma posição de sujeito, a qual não está associada, necessariamente, à interpretação de tópico. De fato, a proposta de Roberts a respeito da reanálise da ordem SVO parte desta observação básica de que a ordem com sujeito inicial numa língua V2 não topicaliza semanticamente ou atribui ênfase ao sujeito. Conseqüentemente, sentenças SVO com sujeitos não topicalizados, ou expletivos, são passíveis de serem reanalisadas como AgrPs, levando posteriormente ao aparecimento da ordem V3. Em outras palavras, segundo o autor, há um período na história do francês em que Spec,CP funciona como uma posição-A e é posteriormente reanalisada como Spec,Agr. A partir desta reanálise, as crianças passam a simplificar a estrutura relativa à ordem SVO, analisando-a sem movimento do V

para C.⁷¹

Deste modo, tocamos mais uma vez na questão crucial a respeito do estatuto ou natureza das construções com a ordem SVO nas línguas V2 e na afirmação de que a perda do V2 parece estar intimamente relacionada com elas. Naturalmente, outros pontos desta questão precisam ser considerados; um deles é aquele que diz respeito ao motivo pelo qual esta reanálise não aconteceu nas línguas germânicas.

2.8. Clíticos no FA

Segundo de Kok (1985,152), durante 65 anos (1875-1940), a natureza proclítica ou enclítica dos pronomes complementos no FA "a été le sujet le plus vivement débattu dans le domaine des pronoms".⁷² Entretanto, quaisquer que tenham sido as diferentes abordagens do fenômeno da cliticização no FA, o importante é destacar que, nesta fase, a língua obedeceu à restrição Tobler/Mussafia, apresentada nos seguintes termos: sempre que a próclise coloca o clítico em posição inicial, a ênclise é

⁷¹ Como mencionamos na Parte II, Cap.1, Roberts (1993a) tem uma importante proposta para a reanálise da ordem SVO, que não discutiremos aqui. Ele afirma que a preferência progressiva para analisar estruturas SVO sem detonar o sistema CP não decorre de nenhum princípio da gramática, mas de uma estratégia de aquisição que ele denomina Estratégia do Menor Esforço, a qual atua como uma condição suficiente para a mudança. O efeito desta estratégia se manifesta justamente nas reanálises que as crianças fazem durante o processo de aquisição, as quais podem conduzir finalmente a mudanças paramétricas no sistema gramatical.

⁷² A autora faz uma excelente apreciação dos grandes nomes do passado que participaram deste longo debate sobre a colocação e natureza clítica dos pronomes complementos. De acordo com a sua apresentação, a opinião destes autores divergiram em aspectos fundamentais, proporcionando à polêmica uma dimensão muito importante.

(13)

a. Toutes ces choses te presta Nostre Sires.
(de Kok, 1985, 74, 3)

Todas estas coisas te faz Nosso Senhor.

b. Et je crois bien que les dieus veulen nostre
honour, et dirai vos coment. (de Kok, 1985, 81, 18)
E acredito que os deuses querem nossa honra, e
direi-vos como.

Os exemplos acima indicam, portanto, que nesta fase a ênclise não só é obrigatória com estruturas V1, ou com o verbo em posição inicial absoluta, mas também naquelas construções em que o elemento inicial não ocupa uma posição interna à sentença.

No decorrer do segundo estágio, de acordo com a autora, a lei T/M perde gradualmente a sua validade, ao menos em certos contextos. Desta forma, a próclise pode alternar com a ênclise na presença dos elementos deslocados. Estes constituintes externos à sentença são os conectivos, as sentenças completivas, adverbiais, gerundivas, etc. O exemplo (14) ilustra um caso em que a próclise ocorre com conectivo.

(14) Et te receverai a mun servise.
E te receberei a meu serviço.
(de Kok, 1985, 91, 10)

Entretanto, apesar desta mudança, como no período anterior, a próclise ainda é proibida com as construções V1.

Finalmente, num terceiro momento que de Kok localiza no século XIII, a próclise se generaliza a todos os contextos com verbos finitos.

Pelo que foi apresentado acima, parece claro que, se associamos esta colocação dos clíticos na história do francês à sintaxe do verbo, podemos afirmar que o estágio inicial, tal como

caracterizado por de Kok, está relacionado ao fato de o francês ser uma língua V2. Realmente, como a autora observa, são tao raros e restritos os contextos em que o verbo finito ocorre em posição inicial no FA que a restrição T/M fica indiretamente satisfeita pela natureza do V2 rígido neste período. Em outras palavras, a ênclise fica praticamente restrita aos contextos V1. Por sua vez, o segundo estágio evidencia que a violação à lei T/M nos contextos em que o verbo está em posição inicial absoluta se mostrou mais resistente. De fato, a violação à lei tem início em contextos em que o verbo finito está antecedido por elementos que, embora deslocados, impedem a ordem Cl1.

Por fim, o estágio final evidencia que o padrão de colocação dos clíticos se assemelha ao do francês moderno. Neste, não há ênclise com verbos finitos de modo que cl+V constitui sempre uma unidade. Obviamente, não há mais restrição à ordem Cl1.

2.8.1. AGR1 e os clíticos no FA.

Como já destacamos anteriormente, Cardinaletti & Roberts (1991) pretendem relacionar os fenômenos da distribuição dos clíticos nas germânicas com os efeitos Tobler/Mussafia das românicas antigas, postulando uma estrutura de frase mais elaborada que motiva a presença de dois AgrS. De acordo com esta proposta, Agr1 é a posição dos clíticos nas germânicas e nas românicas que apresentaram a restrição ao clítico em primeira posição.

Seguindo Kayne (1991), os autores assumem que o clítico no FA se adjuge à esquerda de uma categoria funcional, neste caso, AGR1, de modo que a diferença entre ênclise e próclise resulta de duas diferentes operações: na primeira, o verbo finito se move para C sem passar por Agr1, independentemente do clítico e, na segunda, o clítico e o verbo formam um complexo cl+V em Agr1. O movimento do V para C, que resulta nos contextos de ênclise, atenderia a duas

exigências do clítico nestas línguas: o clítico não pode aparecer em primeira posição e tem que estar adjacente ao verbo finito.⁷⁴

Entretanto, quando um constituinte aparece em posição inicial como nas interrogativas-wh, ou nas TOPV2, por exemplo, a primeira condição do clítico está satisfeita. Neste caso, o V e o clítico estão em Agr1 e se movem juntos para C, movimento este detonado por exigências morfológicas relacionadas à natureza de C. Por outro lado, quando nenhum outro constituinte aparece em posição inicial, as duas exigências do clítico são satisfeitas de forma mais econômica se o V se move para C sem passar por Agr1. Nestes termos, interpreta-se a ênclise como resultado de uma operação de "último recurso" que o verbo realiza para "salvar" o clítico da posição inicial.

Em nossa apresentação de alguns aspectos da sintaxe do verbo no FA, tivemos também a oportunidade de mostrar que o sujeito nulo referencial é um fenômeno fundamentalmente das estruturas V2 e, mais raramente, das completivas dos verbos pontes, ou seja, está relacionado aos contextos de inversão. Apesar disto, nos textos do período inicial do FA, ou século XII, foram registrados casos em que tanto a ordem V1 como a ordem V2 com sujeito nulo referencial foram possíveis em diferentes tipos de subordinadas, em particular em subordinadas-wh. Entretanto, estas possibilidades teriam desaparecido rapidamente nos textos em prosa do século XIII, sendo atestadas apenas num sistema mais conservador que se manifesta nos textos em verso deste período. Cardinaletti & Roberts (1991) e Roberts (1993a) retomam as discussões destes fatos⁷⁵, e propõem

⁷⁴ Ao contrário do francês antigo, algumas línguas românicas, entre elas o português e o espanhol, apresentaram ao longo de suas histórias a possibilidade de ter o clítico separado do verbo finito. O fenômeno conhecido como Interpolação será discutido mais adiante.

⁷⁵ Os trabalhos que os autores destacam são Dupuis (1988), Hirschbühler (1990), Adams (1987) e Vance (1989).

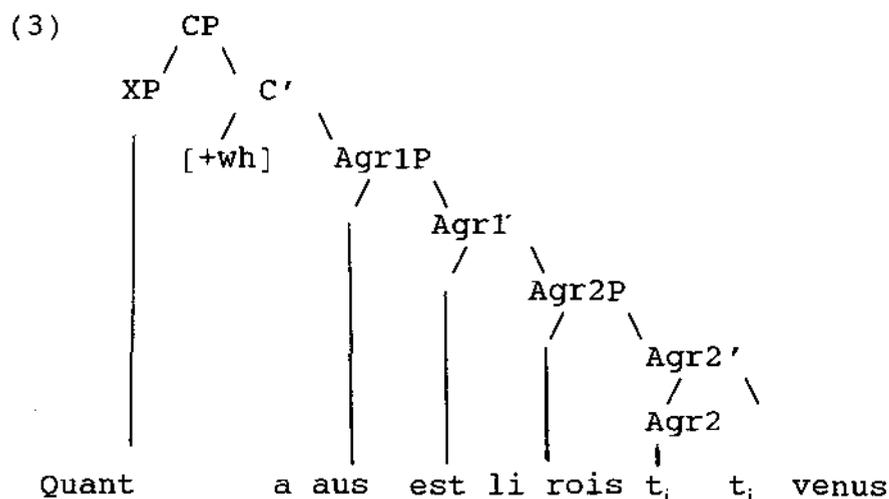
que a topicalização e sujeito nulo referencial foram generalizados no início do período antigo porque a gramática do francês instanciou a estrutura de frase com Agr Duplo. Escolhemos os exemplos abaixo para ilustrar este tópico:

(15)

- a. Je suis le sire a cui volez parler.
Eu sou aquele a quem (vós) quereis falar
- b. Quant a aus est li rois venus.
Quando a eles tinha o rei vindo.
- c. Por l'esperance qu'an lui ont...
Para a esperança a qual neles tem..
- d. quand ils de si partiront
quando eles daqui partirem
(C&R (1991) e Roberts (1993a))

Em (15a) tem-se um caso de V1 na subordinada-wh com sujeito referencial nulo; (14b) ilustra a topicalização V2 também numa subordinada-wh; finalmente, (14c) e (14d) ilustram casos de fronteamento estilístico. Fronteamento estilístico é uma operação que move um consituente do VP para uma posição entre C e o verbo flexionado. Nestas construções, o sujeito é geralmente nulo como em (15c) e raramente está lexicalizado como em (15d).

Partindo da suposição de que o V não pode estar em um C+wh, C&R afirmam que a única forma de analisar estas estruturas é propor Agr1 como posição para o verbo finito e Spec, Agr1 como a posição de tópicos. A estrutura em (3) é assinalada à sentença (15b):



A configuração acima mostra que a história derivacional do verbo finito est termina em Agr1. Por sua vez, a frase preposicional a aus topicaliza em Spec,Agr1, enquanto o sujeito li rois recebe Caso em Spec,Agr2.

C&R (1991,14) observam, porém, que as estruturas do tipo (15b) foram muito raras, enquanto aquelas com fronsentamento estilístico e sujeito nulo, como (15c), foram comuns. Isto os leva a concluir que Spec,Agr1 passa a ser analisada como posição do sujeito, ao lado de Spec,Agr2:

"We interpret this to mean that Spec,Agr1' was not a topic position in OF, but a subject position. Nevertheless, movement of the inflected verb to Agr1 was general, and so the movement of the inflected verb to Agr1 does not necessarily imply that Spec,Agr1' is a topic position."

Os autores afirmam ainda que Agr1 desaparece como uma categoria independente no século XIII, de modo que a partir deste período, o francês tem apenas um Agr como no francês moderno. Com a perda de Agr1, conectada com a perda de caso morfológico, C toma algumas das suas propriedades abstratas, entre elas, atrair o verbo flexionado. Ao mesmo tempo, Spec,CP é tratado como uma posição-A se

o sujeito é o elemento que se move para esta posição. Assim, partindo da observação destes mesmos fatos, Roberts (1993a), conclui que o sistema V2 rígido do FA com as características do V2 alemão reflete este desenvolvimento posterior da língua, o qual se manifesta nos textos inovativos do século XIII. Portanto, o FA teria passado de um sistema com Agr Duplo para um sistema com CP obrigatório, tendo o primeiro escondido muitas das assimetrias observadas entre sentença principal e sentença subordinada com relação a V2 e sujeito nulo.

Como vimos anteriormente, nos textos em prosa do século XIII, a ordem V2 e a ordem V1 com sujeito referencial nulo não mais ocorrem nas subordinadas, a não ser num conjunto restrito das completivas subcategorizadas. Da mesma forma, a perda dos efeitos da lei T/M, ou seja, a perda da ênclise com a ordem V1 é atestada neste período. Pode se concluir, portanto, que todas estas mudanças devem estar conectadas com a perda de Agr1, perda esta que traz importantes conseqüências para a natureza do V2 no francês antigo.

Na fase do Agr Duplo, a presença do sujeito expletivo é também crucial para evidenciar que Spec, Agr1 não é uma posição exclusiva dos elementos topicalizados, mas também uma posição -A, ou posição do sujeito. Conseqüentemente, nas construções com Fronteamento Estilístico e sujeito nulo, este pode ser checado tanto em posição pós verbal, como em posição pré-verbal. Em outras palavras, os desenvolvimentos diacrônicos que ocorrem no período inicial do FA como sujeito nulo e Fronteamento Estilístico generalizado nas subordinadas, e ênclise com V em posição inicial justificaram a projecção Agr1P.

Em outro ponto deste texto, comentamos ainda que a ênfase na reanálise das sentenças SVO, como condição para a perda do V2, parece ignorar um fato muito importante: nas línguas germânicas modernas, SVO é a ordem mais comum. O que impede, portanto, que as sentenças SVO nas línguas germânicas V2 sejam reanalisadas como

AgrPs?

Após as evidências que foram apresentadas para se postular que Agr1 esteve ativo em uma fase antiga do francês, poderíamos supor que, nesta língua, a reanálise das sentenças SVO como CPs e, posteriormente, como AgrPs, estaria de algum modo conectada com a perda de Agr1. Fazemos isto observando, como exposto no quadro (4), algumas propriedades que as línguas germânicas V2 e o francês moderno têm em comum, levando em conta ordem das palavras, movimento do V para Agr2 (Agr da morfologia verbal) e presença de Agr1.

(4)

Propriedades	Fr	Ale/HOl	Is/Id	Esc
Ordem SVO nas subordinadas	+	-	+	+
Movimento do V para AGR2 na FF	+	+	+	-
Presença de AGR1	-	+	+	+

Ora, se assumimos que uma estrutura de frase com projeção de Agr1 é a única propriedade que as línguas germânicas V2 possuem em comum, e que não é encontrada no francês moderno, poderemos concluir que foi a presença de Agr1 que impediu a reanálise da ordem SVO-V2 como uma ordem não-V2 nas germânicas. Da mesma forma, poderíamos dizer que a reanálise das sentenças SVO como Agr2 no FA só foi possível com a perda de Agr1.

No Cap.5, com a análise dos fatos do desenvolvimento do português, procuraremos deixar esta relação mais clara.

CAPÍTULO III

A ORDEM DAS PALAVRAS NO PORTUGUÊS ANTIGO

3.0. Considerações iniciais

Quando nos voltamos para os fatos da ordem das palavras no português antigo (PA), em particular, aqueles relacionados à posição dos verbos flexionados, os quais têm sido descritos, tanto na linha da literatura tradicional (cf. Pádua, 1960, Mattos e Silva, 1989), como na linha da literatura gerativa (cf. Vanelli, Renzi e Benincà, 1986, Benincà, 1984, 1989, 1991, Salvi 1990, 1991, 1992, Ribeiro 1991, 1995), o que primeiro nos atrai a atenção, se os comparamos com a "rigidez" do francês antigo (FA), é a "liberdade" que se manifesta, principalmente em três características: (i) ausência do efeito V2 obrigatório -mais de um constituinte pode anteceder o verbo finito nas sentenças principais; (ii) alta frequência da ordem V1 nas declarativas principais e nas subordinadas; (iii) ausência da assimetria principal/subordinada na distribuição do sujeito nulo.⁷⁶

No que diz respeito à sintaxe dos clíticos complementos, observa-se que são também bastante diversos do FA os contextos que se podem caracterizar como contextos de ênclise e contextos de próclise, diversidade esta relacionada, sem dúvida, com as diferentes possibilidades na ordem das palavras entre as duas

⁷⁶ Rivero (1993) observa que as línguas românicas antigas como o catalão, o italiano, o provençal e o espanhol apresentam propriedades semelhantes a estas que mencionamos, e que são também atribuídas ao português antigo.

línguas.

Nesta seção, vamos nos preocupar em discutir exclusivamente alguns fatos básicos referentes à posição dos verbos e comportamento dos clíticos no estágio antigo do português, uma vez que eles estão intimamente relacionados com as nossas hipóteses a respeito do português do século XVIII e com as mudanças que se observam no seu desenvolvimento a partir deste período.⁷⁷ A discussão a respeito dos clíticos está baseada sobretudo nos trabalhos de Benincà e Salvi acima mencionados, embora referências sejam feitas aos trabalhos de Martins (1992,1994), Lobo (1990,1992), Pagotto (1992,1993). Destes últimos, destaco ainda alguns resultados auferidos no estudo dos fenômenos relacionados à colocação dos verbos e dos clíticos no português clássico dos séculos XVI e XVII.

3.1. Alguns aspectos da abordagem tradicional e gerativa

Em A Ordem das Palavras no Português Arcaico, Pádua(1960) estuda as construções com verbos transitivos e afirma que as ordens mais freqüentes são aquelas que mostram o verbo no interior da frase. Comparando esta possibilidade com aquela que apresenta o verbo em final de frase, bastante comum no latim, a autora declara (1960,62):

"Nota-se uma luta cada vez maior entre as posições inicial e interior de um lado, e a final de outro. A pouco e pouco esta vai perdendo terreno, vai-se tornando mais rara. Encontra-se ainda fixa em escritores arcaizantes que teimosamente a conservam. Mas à medida que se encaminham para o latim tardio,

⁷⁷ Para a bibliografia tradicional relevante a respeito da sintaxe do verbo e dos clíticos no PA, veja Salvi (1990, 1991, 1992), Martins (1994) e Ribeiro (1995).

vai diminuindo, até se tornar excepcional. O verbo desloca-se do fim para, na maior parte dos casos, se colocar no meio. E assim nos encontramos no estado românico da frase."

Entretanto, como se disse, ao lado das ordens que mostram o verbo finito no interior da frase, manifesta-se nos dados a alta freqüência da ordem VSO, em que o verbo finito ocupa a posição inicial na sentença. Como afirma Pádua (1960,142), a ordem VSO, ao lado da ordem OVS

"... é das mais freqüentes no português arcaico. São estas duas as que mais se empregam e é interessante salientar um facto comum que as distingue e que é a inversão do sujeito. Mas notemos que não é apenas uma inversão que consista em o sujeito ser colocado depois do verbo; se assim fosse, ela não seria apenas característica destas duas construções. Encontrámo-la ainda, por exemplo, no tipo de frase anteriormente estudado.⁷⁸ Consiste antes numa colocação imediata do sujeito depois do verbo, sem o complemento direto interceptar o todo que eles formam."

Esta última afirmação da autora é especialmente relevante porque nos permite concluir que a posição pós-verbal do sujeito, muitas vezes verificada no português arcaico, evidencia o mesmo tipo de inversão sujeito-verbo encontrada nas línguas V2.⁷⁹ Observa-se ainda que, ao lado dos contextos de inversão, a ordem SVO, ou ordem em que o sujeito está em posição pré-verbal, já aparece entre as mais freqüentes no período, incluindo-se assim no conjunto das construções que mostram o verbo no interior da frase.

No seu estudo dos Diálogos de São Gregório-século XIV-, Mattos e Silva (1989) encontra resultados semelhantes a estes que Pádua

⁷⁸Pádua se refere aqui à ordem em que o sujeito está em posição final depois de todo o VP.

⁷⁹ A autora registra também que a inversão sujeito-verbo é muito comum quando os advérbios e sintagmas circunstanciais ocupam a posição inicial.

obtém com sua pesquisa em diversos textos dos séculos XIV e XV. A autora afirma que, embora a ordem direta com sujeito em posição pré-verbal seja a mais usada, as ordens VSC e CVS com inversão sujeito-verbo são também bastante frequentes. Os resultados de Mattos e Silva são relevantes não apenas porque evidenciam a alta percentagem da ordem V1, mas também porque nos informam a respeito da posição do sujeito. Como a autora comenta (1989,792): "O sujeito está sempre junto ao verbo, quer antes quer depois, quer marcado morfologicamente no verbo, sendo esta última a situação mais freqüente entre todas." Finalmente, do mesmo modo que Pádua, Mattos e Silva observa que a inversão sujeito-verbo decorre, ou do deslocamento do complemento para a primeira posição, ou por haver no início da frase advérbios e sintagmas circunstanciais.⁸⁰

Por outro lado, a análise que Benincà (1984,1989,1991) e Salvi (1990,1991,1992 1993) propõem para dar conta dos fatos da sintaxe do verbo finito e complementos clíticos no português antigo (PA) se desenvolve dentro do contexto da discussão recente concernente às propriedades das línguas V2. Ambos os autores assumem a análise tradicional do fenômeno, postulando CP para as sentenças principais, ou seja, assumem que a ordem das sentenças principais decorre do movimento obrigatório do V para C e do movimento de um constituinte para Spec,CP.

Entretanto, como veremos mais adiante, embora assumam a análise do V2-CP para os fatos do PA, a maior liberdade no arranjo linear dos constituintes e as características dos ambientes que detonam próclise e ênclise levam os autores à conclusão de que os elementos que antecedem o verbo flexionado nas sentenças principais ocupam diferentes posições estruturais.

Ora, se traduzimos os resultados dos estudos sobre a ordem das

⁸⁰ Para um estudo detalhado da ordem das palavras no português arcaico, veja também Ribeiro (1995).

palavras no PA dentro da literatura tradicional para os termos da discussão do V2, tal como delineados na literatura recente, podemos concluir que, ao lado das outras línguas românicas, o PA instanciou as generalizações apresentadas por vários autores para a fase antiga destas línguas (cf. Parte II, Cap. 2). Em outras palavras, podemos concluir que sua fase V2 está claramente documentada nos diferentes quadros estabelecidos para discussão e análise dos diferentes arranjos dos constituintes, em particular para a análise da restrição V2.

De fato, os exemplos abaixo indicam que, assim como ocorreu com a fase antiga do francês, a fórmula XV(S) pode representar as ordens mais comuns nas sentenças principais do PA. A ordem XV(S) mostra o verbo finito linearmente em segunda posição, ou posição interna na frase, antecedido por elementos de diferente natureza. O exemplo em (1a) mostra que se pode incluir o sujeito como um destes elementos iniciais. Em (1b-c), X está representado pelos advérbios, e em (1d-h), pelos objetos diretos e complementos preposicionados :

(1)

- a. E el-rrei ouve d'esto grande menencoria.
(Salvi, 1991, 1)
- b. Entom me achei eu mal do que fezera, mas mujto
foy tarde... (Pádua, 1960, 149)
- c. entonce foi Sam Matias enlegido por Apostolo.
(Salvi, 1992, 8)
- d. esto lles dou para pitança que... (Salvi, 1991, 1)
- e. Reaes cortes fez o çelestial emperador por grande
proueito e honrra de todo o senhorio.
(Pádua, 1960, 146)
- f. isto sobre dito uos damos áátal preyto.
(Salvi, 1993, 11b)

g. Este casamento fez elRey por duas cousas.
(Pádua,1960,26)

h. E desto se nembrou ell. (Mattos e Silva,1989,848)

Como foi dito acima, a ordem XV(S) coocorre com outras, a principal delas, sem dúvida, aquela que mostra o verbo finito em posição inicial, ilustrando a ordem V1. Nestes casos, o sujeito pode estar realizado lexicalmente em posição pós-verbal, instanciando a ordem VS. Na maioria das vezes, porém, o sujeito está nulo fonologicamente. A possibilidade da ordem V1, associada à condição de língua de sujeito nulo, se manifesta em dois aspectos: (i) a distribuição dos sujeitos nulos não depende dos contextos de inversão, ou seja, a inversão sujeito-verbo não está condicionada pela presença de um constituinte lexical inicial; (ii) a ordem V1 pode ser licenciada tanto nas principais, como nas subordinadas;

Os exemplos (2a-c) ilustram estas possibilidades:

(2)

a. Doulas en tal condizõ a Sancta Maria que...
(Salvi,1992,1)

b. Deos e homem verdadeyro, humilho-me eu
ty...(Pádua,1960,139)

c. Disse-lhis que fizessem o sinal da cruz.
(Mattos e Silva,1989,817)

Vemos a seguir que não é apenas a frequência da ordem V1 que imprime uma diferente fisionomia ao V2 no PA, contribuindo para estabelecer diferenças marcantes entre o seu desenvolvimento e o desenvolvimento do francês. A presença de casos em que o verbo finito aparece linearmente em terceira, quarta posição, também

reforçam este aspecto menos "rígido" do V2.⁸¹

(3)

- a. elRey todas estas boas desposições e autos de virtudes conhecia em seus filhos.
(Pádua,1960,68)
- b. desto eu dou boo testemunho.(Pádua,1960,53)
- c. Enton a raynha, con grande pesar que ouve desto, nõ disse nada. (Salvi,1993,8)

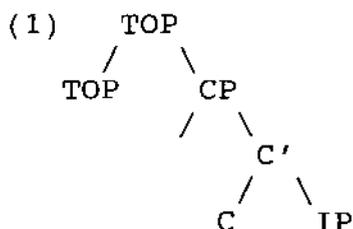
Segundo a análise de Benincà, as variações relevantes que se podem observar na ordem das palavras entre as línguas românicas do tipo do PA e as românicas do tipo do FA refletem uma diferença paramétrica na estrutura sintática da frase: as primeiras evidenciam uma estrutura de frase com uma posição acima do CP, que ela denomina TOP, a qual tornaria estas línguas distintas das línguas V2 "rígidas". Como a autora afirma (1991,2):..."languages that have no access to this position appear to be of a rigid V2 type". Vejamos a representação em (1):

⁸¹ Aqui parece importante registrar que, apesar da possibilidade da ordem V>2, registram-se restrições importantes em relação ao elemento inicial que pode ocorrer nestas estruturas. Pádua (1960) observa que os casos em que o objeto antecede o sujeito, como exemplificado abaixo, foram muito raros nos textos do português arcaico:

- (i) Todas estas cousas as gentes demandam.
(de Pádua,1960, 84)

A autora sugere que a raridade destes casos se deve à restrição de que dois NPs que não mais têm marcas casuais criam ambigüidade se estão em adjacência. Porém, como nota Mattos e Silva, (1989), nao se trata aqui de ambigüidade, uma vez que o objeto é inanimado, enquanto o sujeito é animado.

Além disso, a autora não encontra em seu estudo dos Diálogos de São Gregório nenhum exemplo com a ordem V3, ou ordem CSV, em que o objeto é o elemento inicial (cf.p.798). Assim, esta restrição na ordem XSV nos dados do PA coloca-o ao lado do FA neste aspecto. Voltaremos a este assunto.



No sistema de Benincà, TOP é caracterizada como a posição onde os constituintes topicalizados são encontrados. Ao contrário de TOP, Spec,CP se qualifica como a posição dos constituintes que antecedem normalmente o verbo nas línguas V2, ou seja, pode ser ocupada por NPs sujeitos, complementos e advérbios. A possibilidade de uma posição acima do CP impede, porém, que se possa afirmar que o constituinte que antecede o verbo finito esteja em Spec,CP. O constituinte preposto pode estar em TOP.

Da mesma forma, Salvi assume, com base nos fatos da ordem das palavras no PA, que todo elemento que precede o verbo finito, exceto aquele que o precede imediatamente, está fora da frase mínima, ou CP, e não conta como elemento inicial. Portanto, a hipótese de ambos os autores prevê, em comum, que o constituinte que não precede o verbo imediatamente, ou que está em TOP, não influi na sintaxe V2. Deste modo, apesar da ausência do "efeito V2" (o verbo não está linearmente na segunda posição em algumas construções), considera-se que o PA é um língua V2 no sentido de ter movimento obrigatório do verbo finito para C, ou seja, movimento para a segunda posição estrutural. Através desta hipótese de uma estrutura de frase mais elaborada, os constituintes iniciais em sentenças do tipo de (1a-h) são analisados como ocupantes de Spec,CP. Nas sentenças do tipo (3a-c), porém, apenas o constituinte adjacente ao verbo está nesta posição. Os outros são analisados como elementos que ocupam posições deslocadas ou periféricas, as quais não têm influência na sintaxe dos verbos e na colocação dos

clíticos.

3.2. Contextos de próclise e ênclise

Já vimos que os fatos da colocação dos pronomes clíticos na fase antiga do francês refletem a generalização Tobler/Mussafia, segundo a qual os clíticos não aparecem em posição inicial absoluta. E quanto ao português antigo? Como este se colocaria dentro do cenário das línguas românicas? Seria a lei T/M suficiente para dar conta da distribuição dos clíticos neste período de seu desenvolvimento?

Num primeiro instante, a resposta é afirmativa se consideramos que a ênclise é obrigatória para evitar a ordem Cl1, como na sentença em (4):

(4) Prometeo-lh'ò el rrei assi.(de Salvi,1993,10)

No entanto, existem contextos que se podem caracterizar como contextos de próclise e, outros, que se podem caracterizar como contextos de ênclise, que parecem ameaçar qualquer tentativa de descrição da distribuição dos complementos clíticos a partir de uma aplicação direta da lei T/M. Como veremos a seguir, são justamente estes contextos que corroboraram a hipótese de uma estrutura de frase, na qual os constituintes que aparecem à esquerda do verbo finito nas sentenças principais ocupam diferentes posições estruturais.

3.2.1. O paradigma de Huber

Tem sido também amplamente documentada na literatura tradicional e recente sobre o PA a existência de dois tipos de

construções com anteposição do complemento objeto, cada uma delas exibindo um padrão diferente na colocação dos clíticos.⁸² Como mencionamos anteriormente, estas construções de anteposição do objeto que resultam na ordem OVS eram freqüentes no português arcaico. Os exemplos abaixo ilustram o paradigma:⁸³

(5)

- a. E esto lhi fazia o prazer
- b. Esto, Pedro, aprendi-o dũũ homen.
(Mattos e Silva, 1989, 844-845)

Na construção (5a), o clítico dativo lhi em posição pré-verba representa um argumento do verbo, distinto daquele representado pelo NP objeto direto em posição inicial. Na construção (5b), ao contrário, o clítico acusativo o em posição pós-verbal representa o mesmo argumento do objeto direto preposto. Trata-se aqui de um caso em que o objeto deslocado é retomado por um pronome resumptivo.⁸⁴ Como se pode observar ainda, nas construções do tipo (5a), a próclise é o padrão normal, enquanto nas construções do tipo (5b), a ênclise é obrigatória.

Salvi (1990, 1991, 1992, 1993), a partir principalmente do trabalho de Meyer-Lübke (1897) para o galego-português antigo, tem argumentado convincentemente ao longo de todos os seus textos que

⁸² Em Mattos e Silva (1989), e Lobo (1990, 1992), encontramos registro destes contextos que retomam a Huber (1833). Em Martins (1991, 1994), o ponto é retomado, oferecendo-nos a autora uma crítica à generalização descritiva de Huber. Deixo para discutir Martins no Cap.5, quando tratarei do desenvolvimento deste paradigma a partir do século XVIII.

⁸³ Note-se que a construção em (5a) é idêntica àquelas ilustradas em (1a-g), as diferenças restringindo-se apenas à natureza do elemento em posição inicial.

⁸⁴ Construções como esta ilustrada em (5b) ocorrem no português europeu moderno e suas propriedades foram recentemente estudadas por Duarte (1987) que as denomina Deslocação à Esquerda Clítica. Voltaremos a este estudo na Parte II deste capítulo.

a distribuição dos clíticos no PA mostra que uma variação da lei W(ackernagel) está em vigor. Pela lei W, elaborada para as línguas indo-européias antigas, o clítico segue sempre o primeiro constituinte inicial da sentença, ou seja, os clíticos são enclíticos ao elemento que os antecede.⁸⁵ O esquema abaixo, proposto por Salvi (1992), expressa as generalizações descritivas relevantes a respeito da ordem do verbo e dos clíticos para as românicas, que se podem adaptar para o PA:

- (1)
 (i) V cl X X
 (ii) X cl V X

Pelo esquema em (1), vê-se que o verbo ocupa, normalmente, a primeira ou segunda posição na frase, enquanto o clítico ocupa, normalmente, a posição após o constituinte inicial. Assim, nos termos das cláusulas (i) e (ii), pode se dar conta da próclise, ilustrada nas construções em (1a-h) e em (5a), e do fato de que o clítico nunca aparece em posição inicial absoluta, como ilustrado em (4).

Entretanto, o mesmo não se pode dizer da ênclise ilustrada em (5b). Observa-se, facilmente, que enquanto a próclise em (5a) está de acordo com a lei W, a ênclise em (5b) representa uma violação da mesma, uma vez que o clítico deveria estar enclítico, não ao verbo, mas ao constituinte inicial na frase, neste caso, ao objeto direto.

Note-se, porém, que a variação O cl-V e O V-cl, ou os termos do esquema em (1), não apresentaria problemas para a generalização de T/M. De fato, a generalização prevê, nos termos de Tobler (cf. de

⁸⁵ Naturalmente, como Salvi observa, se a lei W for interpretada desta forma para a fase antiga das românicas, a posição pré, ou pós-verbal, dos clíticos é, em princípio, irrelevante: essa é só uma consequência do fato de que o V sempre ocupa a primeira, ou segunda posição, e está, portanto, adjacente ao clítico.

Kok,1985), que a próclise é proibida apenas quando o clítico fica em posição inicial na sentença, ou seja, em contextos em que nenhum constituinte antecede o verbo, a ênclise é obrigatória. Fica assim prevista a possibilidade da próclise em (5a).

Além disso, nos termos de Mussafia (1886), a ênclise não ocorre apenas em caráter obrigatório para evitar o clítico em primeira posição. Ela é gramatical, mesmo que o verbo esteja numa posição interna à sentença. Na visão de Mussafia, a sequência V-cl nunca é agramatical, o que permitiria dar conta da ênclise ilustrada em (5b), onde o verbo não está na posição inicial (cf. Benincà 1991). Entretanto, como argumenta Benincà, a afirmação de Mussafia de que a sequência V-cl nunca é agramatical não daria conta de todos os fatos relacionados à ênclise. Existem vários contextos no PA em que a ênclise não pode ocorrer, entre eles, sentenças interrogativas, negativas, subordinadas relativas, e, principalmente, acrescentamos, os contextos do tipo ilustrados em (1a-h) e (5a), que são os casos que nos interessam aqui.

Se Mussafia estivesse certo, seria previsível a ocorrência da ênclise também em sentenças como (5a). De fato, o exemplo em (5b) mostra, claramente, que não é o fato de o verbo estar na posição interna à sentença que impede a ocorrência da ênclise. No entanto, esta previsão não se concretiza e a ênclise é banida dos contextos semelhantes a (5a). Para dar uma abordagem sintática do paradigma ilustrado em (5a-b), e manter a generalização de W, nos termos de Salvi, ou a lei T/M, a única alternativa é analisar estes casos, postulando duas diferentes estruturas de frases. Desta forma, a ênclise obrigatória na sentença (5b) evidencia que o complemento objeto preposto não está ocupando uma posição interna à sentença, mas sim TOP, ou posição deslocada. O elemento deslocado, ou em TOP, não "conta" para evitar que o clítico fique em posição inicial na sentença. Isto explicaria que a ênclise possa ocorrer mesmo com o verbo na posição interna.

No caso da sentença em (5a), ao contrário, a próclise evidencia que o complemento está em Spec,CP, e "conta" para os efeitos da lei T/M, ou lei W. Aqui, o que impede a ênclise é a presença dos elementos que ocupam Spec,CP. Como vimos anteriormente, uma língua V2 como o francês antigo não apresenta o contraste expresso em (5a-b). Nesta língua, o objeto direto em posição inicial nunca é retomado por um pronome resumptivo e, normalmente, se encontra contíguo ao V. Conseqüentemente, a ênclise está restrita às sentenças em que o verbo aparece em posição inicial.⁸⁶

3.3. Uma explicação sintática para a posição dos clíticos

O paradigma ilustrado em (5a-b), que regularmente é observado no PA, parece evidenciar que uma interpretação puramente fonológica ou prosódica para a distribuição dos clíticos, como a que motivou a lei W ou a lei T/M, não pode se sustentar. Ao contrário, a posição dos clíticos complementos com relação aos verbos parece depender de condições estruturais, ou das diferentes descrições

⁸⁶ Como Salvi reconhece, a tentativa de propor duas diferentes estruturas para as construções com a ordem OVS com base na distribuição dos clíticos pode apresentar o problema da circularidade. Entretanto, este fica superado ao se constatar que o contraste exemplificado abaixo não ocorre nos textos do PA:

- (i) a. *A donzela a deixarom
b. A donzela deixarom-na.

A sentença (ia) é agramatical porque tem pronome resumptivo e próclise. Como o clítico resumptivo só ocorre com constituintes deslocados que não ocupam a posição inicial relevante, a ênclise é obrigatória para evitar que o clítico fique em primeira posição estrutural.

Na verdade, a próclise pode ocorrer normalmente com complementos deslocados, desde que um elemento que detona a próclise esteja presente. Ilustramos este ponto com um exemplo citado em Martins (1992,22):

- (ii) O conselho já o eu filhei.

estruturais dadas às sentenças e ao que é interpretado como "primeira posição." Somente uma análise que leva em conta os fatores estruturais prevê que os ocupantes da "primeira posição", ou Spec,CP, impedem a ênclise; já os elementos em TOP, ou deslocados, se estão adjacentes ao verbo, obrigam à ênclise.

Muito importante para nossos objetivos de discutir a mudança que ocorre no português a partir do século XVIII é constatar que a análise que se propõe para (5a-b) pode ser estendida para os casos em que o elemento que está em posição inicial é o sujeito referencial. Em outras palavras, o contraste observado para a ordem OVS pode se estender às sentenças declarativas SVO. De fato, a variação na colocação dos complementos clíticos nas sentenças SVO com sujeito referencial na fase antiga do português foi também documentada na literatura tradicional. Vejamos o que nos mostram os exemplos em (6):

(6)

(a) E o asno lhe deu dous couces.

(b) E a águia feze-o assy.

(Huber, 1833, cit. em Lobo, 1992, 13)

Em particular, observe-se que, se for atribuída à construção em (6b) a mesma análise atribuída à construção em (5b) acima, deve se assumir que a única diferença entre as duas está no fato de que, na primeira, o sujeito deslocado, ao contrário do objeto deslocado, coocorre com um resumptivo nulo pro, e não com um sujeito clítico. Com esta análise, como dissemos, a violação à lei W na sentença (6b) é apenas aparente: a ênclise se justifica porque o clítico segue o primeiro elemento dentro do CP - neste caso, o verbo - uma vez que o sujeito deslocado não "conta" para influenciar na sintaxe do clítico; em (6a), porém, o clítico precede o verbo porque o sujeito referencial ocupa a posição estrutural inicial.

Salvi afirma que, embora a ausência de clítico resumptivo não

ofereça uma prova direta para se analisar o sujeito como um elemento deslocado em construções do tipo de (6b), pode se obter, com esta hipótese, uma explicação unitária para a colocação dos clíticos, e para a aparente violação das generalizações esquematizadas em (1) a respeito da posição do verbo finito e clíticos em toda a tradição dos estudos gramaticais.⁸⁷

⁸⁷ Barbosa (1992) retoma a motivação fonológica tradicional para a lei T/M e assume que a segunda posição para os clíticos é uma restrição prosódica. O clítico de segunda posição se adjunge à direita de um constituinte fonológico e não de um constituinte sintático. No PE, a ênclise e próclise se explicam porque o clítico está lexicalmente marcado para subcategorizar uma palavra prosódica à sua esquerda. Esta propriedade é que o diferencia das outras línguas românicas.

Desta forma, a sufização ao V, a qual resulta na ênclise, evidencia a ausência desta palavra à esquerda. Dito de outra maneira, a sufização ao V é bloqueada pela relação de adjacência que nasce do complexo cl-V com respeito à palavra precedente, a qual satisfaz a subcategorização prosódica do clítico.

A aplicação desta hipótese para o PE nos leva a indagar por que o sujeito, advérbios e outras frases iniciais não mais servem como elemento inicial para satisfazer a exigência do clítico de não aparecer em primeira posição. Barbosa enfrenta este problema assumindo que só os elementos dentro do CP podem contar como este elemento inicial. Elementos em posição deslocada não podem ser elementos iniciais. Neste caso, o clítico é forçado a aparecer na FF em uma posição que não é aquela assinalada a ele pela sintaxe. Como os esquemas abaixo mostram, o clítico ocupa na sintaxe sempre a segunda posição, estando proclítico ao verbo. A relação de adjacência imposta pela prosódia reflete a relação estrutural imposta pela sintaxe.

- (i) [CP XP [c cl-V]]
 (ii) XP [CP [c cl-V]]

Pelo que foi dito acima, conclui-se facilmente que esta proposta tem muitos pontos em comum com aquelas apresentadas por Benincà (1989,1991) e Salvi (1990,1991,1992), uma vez que o sujeito referencial pré-verbal é analisado como um elemento em posição deslocada. Com a hipótese da restrição prosódica se explicam também os contextos de próclise. Em todos eles, um constituinte precede o clítico. A noção de precedência aqui é relevante: precede significa que o constituinte em questão deve estar contido dentro do CP mínimo que contém o clítico.

Mais recentemente, Barbosa (1993) tem apresentado outras propostas para explicar os contextos de próclise e ênclise no português, mas desta vez, com base em estudos diacrônicos.

3.4. A mudança

As duas estruturas básicas da frase arcaica que estivemos comentando podem ser assim consideradas: (i) a estrutura XV(S) com próclise obrigatória, que chamaremos de TOPV2, mostra que tanto o sujeito como o objeto ocupam a posição inicial relevante, sendo interpretados como o tópico/tema da sentença; (ii) a estrutura XV(S) com deslocamento de um constituinte para a posição periférica, que chamaremos de DEC (Deslocação à Esquerda Clítica), na qual o objeto ou sujeito da sentença são retomados por um clítico resumptivo. Estas construções caracterizam não apenas o português antigo, mas também, como discutiremos posteriormente, o português clássico, em particular, o português do século XVIII.

Entretanto, e isto veremos em maiores detalhes no Cap.5, os paradigmas representados em (5a-b) e (6a-b) sofreram importantes alterações a partir da primeira metade do século XIX. Como se comentou anteriormente, no português europeu (PE) a alternância próclise/ênclise nas declarativas com sujeito referencial não é mais possível, de modo que a ênclise passa a ser a única opção nestes contextos. Por seu lado, uma construção do tipo ilustrada em (6a) só é gramatical se o sujeito em posição inicial for focalizado, ou quantificado. Ao mesmo tempo, os contextos de próclise, exemplificados em (1a-h), idênticos aos que ocorrem em (5a), são reanalisados como estruturas de Focalização.

Benincà (1989,1991) e Salvi (1990,1991) afirmam, porém, que o desenvolvimento da ênclise com sujeito referencial na história do PE reflete, não uma mudança na estrutura da frase - a frase principal projeta CP e o V se move para C-, mas uma reinterpretação do Spec,CP, justificando, assim, que esta posição esteja restrita ao elementos focalizados, quantificados, etc., "restrizione che non esisteva nella lingua antica". (Salvi,1990,194). Em outras palavras, no português europeu moderno, Spec,CP não mais estaria

disponível para NPs tópicos, incluindo o sujeito. Isto justificaria analisar o sujeito referencial como um constituinte que ocupa, regularmente, uma posição deslocada, ou TOP.

Com base nestes fatos, Benincà reanalisa a lei T/M para a fase antiga das românicas e para o PE em termos puramente sintáticos: "In medieval Romance (and in modern Portuguese) complements clitics occur after the verb in a main clause if and only if the Spec,CP is empty". (1991,19) Assim se o objeto direto ou o sujeito referencial estão em TOP, e Spec,CP está vazio, o V em C se move para uma posição mais alta, que pode ser ou Spec,CP ou uma posição adjacente ao Spec,CP. Neste caso, o clítico resumptivo é esperado e está enclítico ao verbo. Por outro lado, se o objeto direto está em Spec,CP, nenhum movimento do verbo para uma posição mais alta é possível, de modo que este deve permanecer em C com o verbo, resultando na próclise do pronome clítico.⁸⁸

Da mesma forma, a interpretação puramente sintática para a lei Wackernagel leva Salvi a propor uma análise dos contextos de próclise e ênclise, a qual assume que o clítico complemento ocupa a posição imediatamente após o primeiro constituinte interno à categoria CP mínima. Segundo o autor, a lei reformulada nestes termos dá conta da distribuição dos clíticos no PA e no PE, atribuindo a eles a segunda posição tanto na ênclise quanto na próclise.

⁸⁸ Ao atribuir ao verbo finito a possibilidade de se mover para Spec,CP, Benincà vai de encontro a uma das mais bem estabelecidas restrições a respeito do movimento dos constituintes, neste particular, em relação ao movimento do núcleo. Entretanto, Raposo (1994b), com base nas reformulações da Teoria X-barras dentro do programa minimalista, explora também esta possibilidade para o PE. Na sua análise dos contextos de ênclise nas sentenças principais, o autor propõe uma abordagem semelhante a esta de Benincà e assume que o núcleo verbal se move finalmente não para a posição de núcleo, mas para Spec,FP.

3.4.1. A Interpolação

Entretanto, embora seja vista como uma língua que conserva muitos traços arcaicos na colocação dos verbos e clíticos, não se pode deixar de reconhecer uma mudança que, definitivamente, atribui um caráter de modernidade ao desenvolvimento do português, colocando-o, neste aspecto, ao lado das outras línguas românicas. Trata-se da perda da Interpolação, ou seja, do fenômeno que mostra o clítico separado do verbo por diferentes constituintes. Como Said Ali (1908) já observou, a Interpolação está banida do sistema no século XVII, restando apenas os casos em que a negação se interpõe entre o clítico e o verbo.

Os diferentes autores que descreveram a Interpolação mostram que esta é opcional e está quase totalmente restrita às sentenças subordinadas. Se o fenômeno se manifesta nas sentenças principais, é sempre em contextos de certos advérbios ou operadores de foco, i.é., nos contextos de próclise obrigatória. Em (7a-b), ilustramos a manifestação do fenômeno, respectivamente na sentença encaixada e na sentença principal com interpolação do sujeito.

(7)

- a. ssenpre fazia comtrayro do que lhe sseu padre emssynaua.
- b. Ajmda nos este dout[or ensin]a.
(Lobo, 1990, 36, 53)

Dentro do sistema de Salvi que estivemos comentando, os contextos de Interpolação que mostram os clíticos colocados após o complementador numa posição independente daquela ocupada pelo verbo, podem ser descritos através da lei de Wackernagel. Deste modo, o pronome é analisado como um elemento enclítico, ou como um elemento que ocupa uma posição imeditamente após o primeiro

constituente dentro do CP mínimo que, no caso das sentenças subordinadas, é o complementador. Entretanto, além do caráter opcional da Interpolação, observa-se ainda outro aspecto da ordem das palavras nas estruturas subordinadas: nem sempre o clítico está adjacente ao complementador, mas a outro constituinte que o antecede imediatamente. Nestes casos, o clítico e o verbo formam com mais freqüência o complexo [cl+V]:⁸⁹

- (8) a. ca elle o octorgaua.
 b. E que por eso lhj tomara a dita vaca
 c. que desto se tijna por contento.
 d. E sse pela uẽtura uos Alguẽ enbargar.
 e. que pera esto lhe nõ ualhã.
 (Martins, 1992)

Salvi interpreta a possibilidade destas estruturas no PA não como um enfraquecimento da lei de W, mas como o início de um processo de uniformização que estende à frase subordinada a estrutura da frase principal, abolindo a dicotomia principal-subordinada, característica das línguas românicas antigas. Ora, se a estrutura interna da subordinada passa a ser igual à estrutura da principal, pode se explicar porque o clítico não se coloca depois do complementador, mas em adjunção ao verbo. Como o autor observa, a partir desta mudança,

"Il sistema de collocazione dei clitici che è nato da questi cambiamenti strutturali è però tale che non può piu essere spiegato con una semplice applicazione della legge di Wackernagel, come era invece il caso per la lingua antica. Per

⁸⁹ Ribeiro (c.p.) revela, porém, que nos seus dados do português arcaico, não só a Interpolação é muito comum, como também a ordem em que o clítico está linearmente após o complementador nas sentenças subordinadas.

poter funzionare in portoghese moderno, la legge di Wackernagel deve essere integrata com un principio di adverbialità dei clíticos che può essere giustificato in frase a principi generali (come p.es. il fatto che i clíticos rappresentano argomenti del verbo), ma no sembra ben congruente con la natura fondamentale della legge stessa." (1992, 9)

Realmente, se observamos bem estes exemplos acima, concluiremos que os constituintes que se interpõem entre o clítico e o complementador são os mesmos que aparecem em posição inicial e que coocorrem com a próclise nas estruturas XV(S) que temos denominado de TOPV2. Embora não faça aqui nenhuma tentativa de análise da Interpolação, concluo que a presença deste fenômeno evidencia fortemente que Agr1 é a posição dos clíticos no PA, enquanto Agr2 é a posição de checagem dos traços-V do verbo finito. Com a perda da Interpolação, o clítico deixa de ocupar um núcleo funcional distinto do núcleo funcional ocupado pelo V, ou seja, deixa de ser um "clítico autônomo" não afixado ao verbo na sintaxe. Em termos do sistema minimalista, podemos interpretar esta mudança propondo que o núcleo funcional que hospeda o clítico é reanalisado como uma posição que instancia traços-V fortes que são checados pelo verbo na sintaxe visível. A perda da Interpolação pode ser considerada, então, como a reanálise fundamental que ocorre na história do português em relação à sintaxe dos clíticos.

Retomando agora a questão dos contextos de variação na colocação dos pronomes clíticos, vemos que estes são encontrados tanto na fase antiga do português, como em todo o período clássico. Os autores que os estudaram mostram que a frequência entre a próclise e ênclise oscila nos diferentes textos e nas diferentes épocas. Martins (1992, 1994), por exemplo, afirma que no português dos séculos XIII, XIV e XV, tanto a próclise como a ênclise foram possíveis nas sentenças principais "livres de condicionadores da próclise" como negação, quantificador, frase focalizada e certos advérbios. Entre estes contextos estão as sentenças principais e

coordenadas com sujeito referencial pré-verbal. Entretanto, este comportamento parece sofrer alterações já a partir da segunda metade do século XV, quando a próclise se torna cada vez mais freqüente nestes contextos, e a obrigatoriedade da ênclise se restringe às estruturas com V inicial. Assim, basta que uma partícula como "e", ou que o sujeito lexical ou pronominal ocupe a primeira posição para que a próclise ocorra normalmente. Segundo a autora, esta tendência se consolida no século XVI quando a ênclise se torna raríssima nas principais "neutras".

Do mesmo modo, Pagotto (1992) e Lobo (1990,1992) apresentam resultados que confirmam a predominância da próclise no português quinhentista. Por sua vez, Ribeiro (1995) observa que, neste período, os elementos que normalmente apareciam em TOP (no sentido de Benincà), passam a ocupar a posição de especificador, instanciando a ordem V2.

Ora, se juntamos as observações e resultados quantitativos destes autores, temos um quadro que nos revela o prestígio da ordem XV e da próclise no português clássico do século XVI.

PARTE II

A VOLTA PARA O PRESENTE

3.5. Introdução

Antes de nos voltarmos para o estudo dos séculos XVIII e XIX, penso que é importante revisar alguns aspectos que dizem respeito à colocação dos verbos e clíticos no PE. Além disso, penso ser necessário retomar alguns pontos de estudos recentes que apresentam discussões referentes à natureza do sujeito pós-verbal e pré-verbal, e às características de algumas construções nas quais o sujeito não é o elemento inicial. A partir da revisão destes tópicos, estaremos, certamente, em melhores condições de compreender as reanálises propostas para o português moderno do século XIX, e as propriedades mais marcantes do português clássico do século XVIII.

3.5.1. Topicalização, Deslocação à Esquerda Clítica e Focalização

Como tem sido registrado por vários autores, entre eles, Duarte (1987), Mateus & Allí (1989), Barbosa (1991), Rouveret (1992), Âmbar (1992), o PE permite vários tipos de construções em que outro elemento, que não o sujeito, ocupa a posição inicial. No que se segue, destacamos algumas propriedades de três delas que serão, posteriormente, relevantes para nossa discussão do desenvolvimento do português. Primeiramente, vejamos as construções apresentadas em (1a-e). Trata-se de sentenças principais e

sentenças subordinadas que apresentam as características do que tem sido denominado na literatura como Topicalização (TOP):

(1)

- a. A torta de maçã o João já comeu.
- b. Ao João ofereci a torta de maçã .
- c. A torta de maçã, acho que o João já comeu .
- d. Eu imagino que a torta de maçã o João já comeu.
- e. Maria jurou que ao João não oferece a torta de maçã.

Segundo Duarte (1987), a construção de TOP se caracteriza pela presença, na frase comentário, de uma lacuna que seria ocupada pelo elemento topicalizado nas sentenças com a ordem direta. Há uma conformidade de traços sintáticos e conectividade casual, categorial e temática entre o tópico e a categoria vazia no interior da frase. O tópico externo ao domínio da frase-comentário é que fixa o valor ou conteúdo da categoria vazia, isto é, que permite a recuperação dos seus traços gramaticais.⁹⁰

De um modo geral, está associado a esta construção um valor contrastivo, ou seja, a predicação expressa pelo comentário acerca do elemento topicalizado contrasta com aquela expressa no discurso anterior. A construção de Topicalização tem ainda características prosódicas, pois permite uma pausa (não obrigatória) entre o constituinte topicalizado e o resto da sentença.

Entretanto, embora estas sejam algumas propriedades comuns da construção de TOP em outras línguas românicas, há uma série de propriedades únicas que elas manifestam no PE, tornando-o distinto de várias outras línguas, entre elas o espanhol, o italiano, o

⁹⁰ Mais especificamente, Duarte (1987) afirma que o que caracteriza a TOP é uma relação de predicação (no sentido de Williams, 1980) entre o tópico e a frase-comentário.

francês, o inglês e o português brasileiro.⁹¹ Por exemplo, ao contrário do que acontece em línguas como o espanhol, ou o italiano, no PE são menos rígidas as restrições com relação aos elementos que podem ser topicalizados. De fato, estes podem ser NPs genéricos (2a), referenciais (2b), ou expressões quantificadas (2c):⁹²

- (2)
- a. Perfumes, adoro .
 - b. As cartas que me escreveste, só recebi ontem.
 - c. Todos os convidados, não conheço.(conheço alguns)
(Duarte, 1987)

Também, ao contrário do que é permitido no inglês (3a), no PE, o elemento topicalizado pode coocorrer com elementos-wh. Observe-se que, na sentença principal, o elemento topicalizado antecede o elemento-wh (3b-c). Na sentença subordinada, ao contrário, o elemento-wh é que antecede o elemento topicalizado (3d-e).

- (3)
- a. *This book, to whom should I give?
 - b. A torta de maçã a quem é que ofereceste?
 - c. A torta de maçã quem é que ofereceu ao Joao
durante a festa?

⁹¹ Autores como Pontes (1982,1987), Kato & all (1990), Galves (1992a,b) têm estudado as características das posições de tópico e sujeito no PB. Estes estudos têm revelado que o PB instancia possibilidades que não são encontradas no PE. Para uma abordagem funcionalista da TOP veja ainda o estudo de Ilari (1982). Para uma proposta de tipologia das línguas com base na distinção de relações como tópico-comentário e sujeito-predicado, veja Li & Tompson (1976). Por sua vez, Decat (1992) tem um estudo diacrônico da construção de TOP no PB.

⁹² Para uma apresentação detalhada das diferenças que se manifestam entre a TOP no italiano, espanhol, francês, inglês e a TOP no PE, veja Duarte (1987, Cap.6).

- d. Eu bem notei a quem, essa torta, ofereceste durante a festa.
- e.*Eu bem notei essa torta, a quem ofereceste durante festa.

Ainda diferentemente do que acontece no inglês (4a), no PE o tópico pode ser recursivo, ou seja, mais de um constituinte pode ocorrer antes do verbo, como em (4b):

(4)

- a.*This book, to John I didn't give.
- b. Esse bolo de chocolate, ao João eu ofereci.

Estas últimas propriedades da TOP constituem, segundo Duarte, argumentos empíricos fortes para descartar uma análise em que o movimento-wh esteja envolvido. A autora propõe, ao contrário, que o movimento envolvido na TOP é adjunção livre a um nó com conteúdo proposicional, IP ou CP. Mais recentemente, Duarte (1994) tem afirmado que um tópico é inserido com o traço [+Top] e que este constituinte tem que entrar numa relação de predicação com um AgrS ou CP temporalizado. A regra da predicação só pode se aplicar se o constituinte [+Top] ocorrer numa posição sintática que seja irmã de um nóduo CP/IP. Em (5a-c), adaptamos a sua proposta anterior de derivação da TOP a alguns exemplos:

(5)

- a. [CP Essa torta de maçã_i [CP a quem_j é que [AgrP pro ofereceste t_i t_j]]]]
- b. Eu imagino [CP que [AgrP essa torta de maçã_i [AgrP o João ofereceu t_i à Maria]]]]
- c. [AgrP Essa torta de maçã_i [AgrP eu comi t_i]]]

Assume-se também que o movimento que se observa na TOP tem lugar na sintaxe, uma vez que as categorias vazias associadas com os constituintes topicalizados têm um comportamento de variável para legitimar lacunas parasitas como mostra o exemplo abaixo:

(6) Este artigo, eles discutiram antes de ler.

Note-se, ainda, o efeito de ilha no movimento :

(7)? Esta é a torta que, ao João, a Maria ofereceu.

Naturalmente, um dos aspectos que mais nos interessam aqui em relação à TOP é o de que ela coocorre com a ênclise obrigatória tanto na sentença principal como na sentença encaixada:

(8)

- a. Esse livro a Maria deu-me/*me deu.
- b. Aos amigos a Maria emprestou-o/*o emprestou.
- c. A Maria disse que esse livro deu-me/*me deu ontem.
- d. Eu sei que aos amigos a Maria emprestou-o.

Finalmente, outra característica da TOP, destacada por Âmbar (1992), diz respeito à inversão sujeito-verbo. Embora não-obrigatória, a inversão sujeito-verbo é possível nestas construções.

(9) O bolo de chocolate ofereci eu ao José.

A segunda construção relevante é aquela denominada por Duarte (1987) como Deslocação à Esquerda Clítica (DEC). A DEC, assim como a TOP, se caracteriza por uma identidade referencial, casual e

temática entre o constituinte com a função de tópico e o elemento interno ao comentário. Ao contrário da TOP, porém, a DEC exige a presença de um clítico resumptivo na frase-comentário. Entretanto, da mesma forma que a construção de TOP, a construção de DEC não está restrita às sentenças principais. Vejamos os exemplos abaixo:

(10)

- a. A torta de maçã ofereci-a ao João.
- b. Eu sei que a torta de maçã, a Maria comprou-a ontem.

Ainda outros aspectos em comum entre as construções de TOP e de DEC podem ser destacados, entre eles: (i) possibilidade de deslocar mais de um constituinte (11a); (ii) possibilidade de o elemento deslocado cocorrer com sintagmas-wh (11b); (iii) obrigatoriedade da ênclise se nenhum elemento detonador de próclise está presente (11a,c,d); (iv) possibilidade de inversão do sujeito (11d).

(11)

- a. Ao João essa torta nunca lha ofereci.
- b. A torta de maçã quem a ofereceu ao João?
- c. Ao João a Maria ofereceu-lhe a torta de maçã.
- d. A torta de maçã ofereci-a eu ao Joao.

Como vimos anteriormente para a construção de TOP, também as propriedades da DEC motivam uma análise em que o elemento deslocado está em adjunção a CP ou IP. Neste caso, porém, parece não haver movimento envolvido, e autores como Cinque (1990), Iatridou (1990), e outros, propõem que a frase deslocada é gerada em adjunção a CP. Porém, ao contrário da TOP, não há na DEC um valor contrastivo associado ao elemento deslocado. Este elemento é interpretado como

dado, i.e. como informação "velha" (cf. Cinque, (1990), Barbosa, (1991)). Como observa Duarte (1987), a DEC funciona como uma estratégia de preservação do tópico, ou seja, o constituinte deslocado retoma freqüentemente o tópico da seqüência anterior, ou enumera os elementos de um conjunto introduzido no discurso anterior.

Abaixo, em (12), reproduzo um dos contextos plausíveis, apresentados por Duarte (1987,84), para ilustrar esta propriedade da DEC relacionada ao plano textual:

(12)

O tipo é insuportável! O modo como ele trata as pessoas é incrível! Aos amigos, fala-lhes com aquele tom de paternalismo condescendente que ninguém agüenta. Os porteiros, considera-os abaixo de cão. Os gerentes, trata-os como se fossem míseros contínuos...

Destacamos ainda que outra propriedade importante da DEC é o seu aspecto prosódico, manifestado na pausa entre o elemento topicalizado e a sentença.

As construções que apresentamos acima partilham, segundo Duarte (1987), duas propriedades em comum: o elemento com a função de tópico não coincide com o elemento que tem a função de sujeito gramatical, e um dos argumentos do verbo -objeto direto e/ou objeto indireto -não está presente na frase interpretada como comentário. Em outras palavras, a estrutura que estas construções exemplificam não é homóloga da estrutura sujeito-predicado mas sim da estrutura tópico-comentário.

Com base nestas diferenças, a autora caracteriza como tópicos marcados estas construções em que o tópico não coincide com o sujeito referencial, ou seja, em que não recai sobre o mesmo constituinte a relação gramatical de sujeito e a função textual de tópico. Quando o sujeito e tópico coincidem, porém, tem-se uma

estrutura de tópico não-marcado.

Finalmente, vamos a uma breve apresentação das propriedades que caracterizam o que tem sido denominado na literatura como Focalização (FOC), lembrando que várias propriedades sintáticas, pragmáticas e prosódicas a distinguem da TOP e da DEC.

Em primeiro lugar, observe-se que só um elemento pode ser focalizado, o que explica o contraste entre os exemplos (14a-b) abaixo. A seguir, observe-se o exemplo (14c). Aqui, vemos que, ao contrário do que ocorre na TOP e na DEC que são contextos de ênclise obrigatória, a próclise é a única possibilidade. Além disso, a FOC se distingue prosodicamente das duas construções anteriores, por não permitir pausa entre o elemento deslocado e o resto da sentença, e por se caracterizar como contexto enfático.

(13)

- a. Muito dinheiro ganhou ele no jogo.
- b. *Muito dinheiro no jogo ganhou ele.
- c. Muito dinheiro lhe emprestei este ano.

Barbosa (1991) observa que as diferenças prosódicas que se manifestam entre a TOP e a FOC estariam relacionadas a uma diferença semântica: enquanto na TOP a asserção constitui um comentário do constituinte deslocado, na FOC tal relação tópico-comentário não se observa. Este contraste estaria claro em exemplos do tipo ilustrado em (14a-b):

(14)

- (a) *Aqui nos tens, mas em Lisboa estarás só.
- (b) Aqui, tu tens-nos, mas em Lisboa estarás só.

Segundo a autora, (14a) é agramatical porque o advérbio preposto aqui não pode ser interpretado como tópico.

Note-se ainda que a FOC não está restrita às sentenças principais, de modo que a sua ocorrência nas encaixadas está condicionada pelas mesmas restrições que se verificam nas sentenças principais, entre elas, a restrição de que apenas um elemento pode ser focalizado:

(15)

- a. Eu avisei que muito dinheiro ganhariam eles neste jogo.
- b. *Eu avisei que muito dinheiro, neste jogo ganhariam eles.

Porém, ao contrário de alguns autores que têm afirmado que a inversão sujeito-verbo é obrigatória na FOC, Raposo (1994b) observa que esta restrição se tornou opcional no PE, como ilustra o paradigma em (16). Entretanto, e isto é importante destacar, a perda da obrigatoriedade da inversão sujeito-verbo nestes contextos de Focalização não implica a perda da obrigatoriedade da próclise:

(16)

- a. Muito whisky o capitao bebeu ontem à noite.
- b. Muito whisky o Nestor lhe serviu.
- c. Muito whisky lhe serviu o Nestor.
- d. *Muito whisky o Nestor serviu-lhe.

Por todas as propriedades que a diferenciam tão claramente das construções de tópico-marcado, instanciadas nas construções de TOP e de DEC, os diferentes autores que estudaram a FOC no PE concluem que, neste caso, não está envolvido movimento para a posição

periférica. Desta forma, as diferentes propriedades da FOC estariam também relacionadas com o fato de que o constituinte focalizado ocupa a posição de especificador, ou seja, ocupa uma posição interna à frase, condicionando a colocação pré-verbal do pronome clítico. De fato, Raposo (1994a,8-10) observa acuradamente que tanto a combinação entre si de frases focalizadas ou com foco contrastivo, como a combinação destas com frases-wh ou palavras negativas é altamente restrita. Vejamos alguns de seus exemplos:

- (17) a.*Quem ninguém encontrou?
 b.*Ninguém quem encontrou?
 c.*?Que amigo teu só a um advogado entregou o caso?
 d.*Só a uma advogado que amigo teu entregou o caso?
 e.*A ninguém poucos livros recomenda ele.
 f.*Poucos livros a ninguém recomenda ele.

Se, porém, apenas um dos constituintes é preposto, o outro permanecendo "in situ", o resultado é bem melhor:

- (18) Quem não encontrou ninguém?
 Ninguém encontrou quem?
 A ninguém recomenda ele poucos livros.

Esta distribuição dos elementos que o autor chama de "operadores afetivos" indicaria que eles ocupam um única posição funcional, no caso, a posição de especificador. Naturalmente, não está descartada a possibilidade de que eles possam ocupar a posição de adjunção em determinados contextos. Voltamos a tratar deste assunto no Cap.4. Ainda outra evidência para uma análise de que a

FOC supõe o froneamento de uma constituinte para o especificador de uma categoria funcional provém dos casos em que o sujeito topicalizado pode anteceder os operadores "afetivos", da mesma forma que antecedeu os sintagmas-wh em (3b,c). Os exemplos abaixo, de Raposo (1994a,b), ilustram esta possibilidade:⁹³

- (19) a. O Alain Prost muito carro conduziu no ano passado.
 b. A Alain Prost só uma carro conduziu o ano passado.
 c. A Alain Prost nenhum carro conduziu o ano passado.

3.5.2. Os eternos contextos de próclise

À medida que se têm desenvolvido os estudos comparativos entre as línguas românicas, tem se tornado cada vez mais intrigante para todos os estudiosos explicar os rumos que o PE tomou em sua evolução. Em particular, considera-se unanimemente que um dos fatos mais intrigantes da gramática do PE é a ênclise categórica nas declarativas com sujeitos referenciais. O contraste em (20) ilustra o paradigma relevante:⁹⁴

- (20)
 a. O José vendeu-me o piano.
 b.*O José me vendeu o piano.

Como dissemos, a próclise está limitada às sentenças com sujeito quantificado, negativos indefinidos, operadores de foco,

⁹³ Na verdade, Raposo (1994a) afirma que os sintagmas-wh são também "operadores afetivos" ocupando a mesma posição que os sintagmas focalizados, quantificadores e advérbios de próclise.

⁹⁴ Para uma apresentação detalhada da colocação pronominal do português europeu e português do Brasil, cf. Paul Teyssier (1974).

sintagmas focalizados.

(21)

- a. Alguém me convidou.
- b.*Alguém convidou-me.
- c. Ninguém o viu.
- d.*Ninguém viu-o.
- e. Só o José se interessou pela flauta.
- f.*Só o José interessou-se pela flauta.

Porém, a caracterização dos contextos de próclise, obrigatória no PE, requer um refinamento. Em primeiro lugar, nota-se que nem todos os itens que têm sido tradicionalmente catalogados como quantificadores se comportam da mesma forma com relação aos pronomes clíticos. Isto fica evidente nos estudos recentes de Martins (1992,1994), nos quais a autora argumenta que uma caracterização semântica em termos de referencialidade e especificidade é que constitui a noção fundamental que estabelece a diferença entre os quantificadores e os não-quantificadores.

Em outras palavras, esta parece ser a propriedade que está no cerne do diferente comportamento que os quantificadores apresentam com relação à colocação pronominal. Como a autora observa, alguns deles como todos e poucos coocorrem com a próclise; outros como alguns só permitem a ênclise; finalmente, outros como muitos admitem ambas as colocações pronominais.

(22)

- a. Todos os estudantes se foram embora.
- b.*Todos os estudantes foram-se embora.
- c. Poucos estudantes se foram embora.
- d.*Poucos estudantes foram-se embora.
- e. Muitos estudantes se foram embora.
- f. Muitos estudantes foram-se embora.

g.*Alguns estudantes se foram embora.

h. Alguns estudantes foram-se embora.

(Martins,1992)

Como foi dito, com base nos traços semânticos [+/-específico] e [+/-referencial], os diferentes padrões de colocação dos pronomes clíticos expostos nas frases acima dependem da natureza quantificacional/específica dos elementos que introduzem algumas frases, em oposição à natureza referencial dos elementos que introduzem outras frases.⁹⁵ Assim, todos e poucos em posição pré-verbal são quantificadores, ou seja, têm uma interpretação necessariamente não-referencial; alguns não é um quantificador e pode estar associado a interpretações referenciais. Finalmente, muitos tem um estatuto ambíguo, entre um indefinido específico e um quantificador, permitindo, no primeiro caso, uma interpretação referencial e ênclise do pronome clítico. Como

⁹⁵ Martins (1995,448) adota a noção de especificidade de Enç (1991), segundo a qual, as expressões quantificadas são específicas. Como a autora esclarece,

"...um NP é específico se o seu referente está de algum modo relacionado com referentes previamente introduzidos no domínio do discurso (que constituem os seus antecedentes discursivos). O tipo de relação que um NP específico mantém com o seu antecedente discursivo é, geralmente, uma relação de inclusão. Um NP é específico se o conjunto delimitado pelo seu referente está contido no conjunto delimitado pelo referente de um NP previamente introduzido no domínio de discurso."

Nestes termos, as expressões quantificadas compartilham com NPs definidos e com uma classe de NPs indefinidos a propriedade de manter com seus antecedentes discursivos uma relação de identidade que implica a inclusão. Naturalmente, esta natureza atribuída a quantificadores está limitada a sua posição pré-verbal. Em posição pós-verbal, os quantificadores não introduzem sintagmas específicos e deverão ter outras leituras. Nestes casos, a ênclise ocorre normalmente, como mostra o exemplo abaixo:

(i) Ontem apresentaram-se todos os músicos.

Martins observa ainda, nas sentenças em que o clítico não ocorre, muitos pode ter ambas as leituras. Conseqüentemente, o clítico é o elemento que desambigua as possíveis leituras.⁹⁶

3.5.2.1. Os quantificadores e as construções de TOP e DEC

O interessante a respeito deste contraste da colocação pronominal nas sentenças com expressões quantificadas é que ele se estende para as construções de TOP e de DEC. Como dissemos, no PE os constituintes topicalizados, ou deslocados, são necessariamente interpretados como referenciais. Pode-se então prever, facilmente, que os itens considerados como quantificadores nos exemplos (21) não poderiam ser topicalizados, ou deslocados. Os exemplos em (23) com quantificadores "nus" e indefinidos negativos são outros casos que ilustram este ponto (cf. Barbosa, 1991):

(23)

- a.*Alguém eu encontrei-o.(DEC)
- b.*A alguém vou-lhe vender o violino.(DEC)
- c.*A alguém vou vender o violino.(TOP)
- d.*Ninguém a Maria convidou para a festa.(TOP)

Ora, se a ênclise é obrigatória na TOP e DEC, e se os quantificadores estão ausentes destas construções, fica expressa, mais uma vez, a restrição de coocorrência de ênclise com estes

⁹⁶ Martins (1994, nota, 62, p. 533) observa, porém, que embora se possa assumir que os itens relevantes sejam marcados no léxico como [+/-específico] e [+/-referencial] não há correlação necessária entre estes traços e certos itens. Como ela exemplifica, no português, algun difere de alguns e exige próclise. Por outro lado, poucos, que exige próclise quando em posição pré-verbal no PE, admite ênclise no galego. Com base neste último fato, a autora conclui a respeito dos traços semânticos atribuídos às expressões quantificadas que "Generalizações entre línguas só poderão pois ser feitas com muita cautela."

elementos.⁹⁷

3.5.2.2. Os advérbios e a colocação pronominal

Outra característica muito particular do PE que o diferencia das outras línguas românicas, diz respeito ao comportamento dos clíticos em relação aos advérbios. De maneira semelhante ao que ocorre no caso dos quantificadores, existe um grupo de advérbios que sempre detona a próclise. Entre estes, destacam-se os advérbios positivos como já, bem, ainda, sempre os advérbios negativos como nunca, jamais, raramente, e os operadores de foco (inclusão) como só, apenas, até, também, mesmo. Entretanto, ao contrário do que acontece com este conjunto de advérbios de próclise, os advérbios de tempo, assim como os advérbios sentenciais coocorrem com ênclise.⁹⁸

⁹⁷ Segundo Barbosa (1991), a impossibilidade de itens não-referenciais ocorrerem topicalizados ou deslocados no PE poderia estar relacionada com o fato de que estes elementos não estabelecem com a categoria vazia, ou com o clítico resumptivo no interior da frase, uma relação de ligação (binding). Como se sabe, para que os quantificadores sejam interpretados, eles necessitam estar numa relação de ligação com a variável deixada pelo movimento. Dentro do programa minimalista, porém, ligação é uma condição da FL, e portanto, fica aqui em aberto como se poderia caracterizar esta restrição aos quantificadores em posição deslocada, ou topicalizada, na sintaxe visível. Além disso, em outras línguas, como o italiano, embora os itens não-referenciais não possam ocorrer na construção de DEC, a restrição não se estende à TOP (cf., entre outros, Cinque, 1990).

⁹⁸ Para um estudo das diferentes posições que as classes distribucionais de advérbios podem ocupar, veja Jackendoff (1972, Cap.2) e Belletti (1990). Jackendoff, em particular, classifica como sentenciais os advérbios terminados em -ly (advérbios em -mente). Segundo o autor, os advérbios sentenciais podem ser classificados como advérbios orientados para o falante, e advérbios orientados para o sujeito. Os primeiros, tais como evidently (evidentemente), unfortunately (infelizmente), são aqueles que relacionam a atitude do falante ao evento expresso pela sentença, ocorrendo apenas em posição inicial e posição de auxiliar. Por seu lado, advérbios orientados para o sujeito são aqueles que expressam alguma informação adicional sobre o sujeito. Os advérbios desta classe são do tipo de carefully (cuidadosamente), cleverly (habilmente), etc.,.

(24)

- a. Já lhe emprestei a guitarra.
- b. Raramente o vejo no teatro.
- c. Ontem encontrei-o no cinema.
- d. *Ontem o encontrei no cinema.
- e. Provavelmente encontram-se no aeroporto.
- f. *Provavelmente se encontram no aeroporto.

Barbosa (1991) observa ainda que, no PE, estes advérbios que aparecem em contextos de ênclise não podem coocorrer com indefinidos negativos que detonam a próclise obrigatória, ou seja, com elementos que não podem ser topicalizados. Observe o paradigma abaixo no qual a autora faz uma comparação do PE com o italiano:

(25)

- a. NESSUNO probabilmente telefonera alle 5.
- b. *Ninguém provavelmente telefonará.
- c. A Maria provavelmente vai telefonar.
- d. Eles geralmente encontram-se às dez horas.

A partir do estudo de Belletti (1990), sabe-se que, no italiano, indefinidos negativos como nessuno (ninguém) podem ser topicalizados, embora não deslocados nas construções de DEC. Isto possibilita, segundo a autora, que advérbios sentenciais como probabilmente, que segundo sua análise são gerados em adjunção a AgrP, possam aparecer entre o elemento topicalizado, no caso o sujeito, e o verbo. No PE, porém, os quantificadores indefinidos não podem ser topicalizados e não têm como coocorrer com advérbios sentenciais. Isto explicaria a impossibilidade de uma sentença como (24b). No entanto, com sujeitos referenciais, os advérbios sentenciais são perfeitamente possíveis como mostra os exemplos (25c,d).

Segundo Barbosa, a possibilidade de o sujeito referencial coocorrer com advérbios sentenciais, e com a colocação enclítica do pronome complemento nas sentenças declarativas com verbo finito (24d), evidencia fortemente que o sujeito referencial deve estar numa posição deslocada. Seguindo Belletti (1990), a autora assume que os advérbios sentenciais estão em posição periférica, de modo que, se o sujeito antecede estes advérbios como em (25c,d), este estará naturalmente em posição deslocada. Também Raposo (1994a,25-28), com base no fenômeno da ênclise, natureza dos elementos que podem ser topicalizados ou deslocados à esquerda e distribuição dos operadores "afetivos", assume que o sujeito pré-verbal nas estruturas SVO com ênclise está deslocado à esquerda. Nota-se, assim, que ambos os autores, os quais estudam sincronicamente o PE, chegam a conclusões semelhantes àquelas assumidas por Benincà (1989,1991) e Salvi (1990,1991, 1992,1993) que desenvolveram estudos diacrônicos destes fatos.⁹⁹

No que se segue, assumirei, com Raposo (1994a), que todos

⁹⁹ Belletti (1990) tem uma interessante discussão a respeito da distribuição dos advérbios sentenciais com base em observações comparativas que envolvem o italiano, o inglês e o francês. O paradigma abaixo mostra que o italiano e o inglês contrastam com o francês na ordem sujeito-advérbio sentencial:

- (i) a. Gianni probabilmente ha sbagliato.
- b. John probably has made several mistakes.
- c. *Jean probablement a fait plusieurs erreurs.

A autora argumenta que o contraste acima é inesperado se se interpretar a ordem relevante em função do movimento do verbo. Neste caso, o francês deveria apresentar o mesmo padrão das outras duas línguas, uma vez que também instancia movimento dos auxiliares para Agr na sintaxe visível.

Para dar conta desta assimetria, Belletti propõe que esta está em função da possibilidade de topicalização do sujeito em sentenças com um advérbio sentencial inicial. Como se sabe, no francês não está disponível o processo de topicalização, enquanto no italiano e inglês ele é perfeitamente normal. Portanto, se a topicalização está envolvida nestas estruturas, entende-se porque o italiano e o inglês estão de um lado, e o francês de outro.

Assumindo que Belletti esteja correta, podemos então considerar que, no PE, a ordem relevante em relação aos clíticos, resulta da possibilidade de topicalização. Naturalmente, na análise de Belletti, o advérbio sentencial está em adjunção a AgrP, enquanto o sujeito está em uma posição deslocada ou topicalizada. No PE, porém, o advérbio sentencial estaria em adjunção a CP.

estes itens que detonam próclise obrigatória no PE como os constituintes negativos, constituintes com força enfática, quantificadores, operadores de foco podem ser referidos como "operadores afetivos" e as construções em que eles aparecem como "construções afetivas".¹⁰⁰

3.5.3. Diferenças entre sujeito tópico/foco

Na seção 4.1., comentamos que Duarte (1987) afirma que, no PE, o sujeito pré-verbal é ao mesmo tempo o sujeito gramatical e o tópico da sentença, ou seja, numa sentença declarativa não-marcada a estrutura sintática sujeito-predicado corresponde à estrutura tópico-comentário. Há, pois, segundo esta análise, uma distinção entre construções com tópicos não marcados e construções com tópicos marcados. Nestas, o tópico não coincide com o sujeito gramatical.

Gostaríamos de lembrar agora que, a esta dicotomia, pode se acrescentar ainda uma segunda: o sujeito pós-verbal não é tópico, mas sim foco, no PE.

Recentemente, alguns autores, entre eles Âmbar (1992), têm se preocupado em caracterizar a natureza do sujeito pós-verbal no PE. Um dos contextos privilegiados para se observar não só o contraste entre o comportamento do sujeito em posição pós-verbal e posição pré-verbal, mas também a natureza das construções de tópico marcado, é aquele dos contextos de respostas para perguntas-wh.

Observemos primeiramente através dos exemplos ilustrados em (26) e (27), extraídos de Âmbar (1992,71-72), que a inversão

¹⁰⁰ Embora o termo "affective" esteja sendo traduzido por "afetivo" para o português, esta não é a tradução correta. O termo seria melhor traduzido por "afetador", uma vez que se refere aos elementos que "afetam", ou a ordem das palavras, ou a colocação "normal" de alguns elementos, em particular, a colocação dos clíticos.

sujeito-verbo só é possível quando o constituinte instanciado pela pergunta é o sujeito.

(26) Quem comeu o chocolate?

- a. Comeu a Joana.
- b.?*A Joana comeu.
- c. O CHOCOLATE comeu a Joana.
- d.? Comeu a Joana, o chocolate.
- e. Foi a Joana.
- f. A Joana.

(27) Que comeu a Joana?

- a. A Joana comeu o chocolate.
- b. *Comeu a Joana o chocolate.
- c. Comeu o chocolate.
- d. Foi o chocolate.
- e. O chocolate.

De acordo com Âmbar, o constituinte que, na resposta, corresponde ao elemento-wh da pergunta é sempre foco, relacionado com a informação nova. Isto explica o contraste entre (26a-b). Por outro lado, a informação dada na pergunta é recuperada como tópico na resposta, de forma implícita ou explícita. Se realizado lexicalmente, o constituinte tópico deve ocorrer no início e não na posição final da frase. Isto explica a possibilidade da ordem OVS do exemplo em (26c) e a marginalidade de (26d). Neste último caso (como veremos em maiores detalhes), uma possível análise é considerar o objeto direto como um elemento deslocado à direita.

Embora Âmbar não ofereça nenhuma proposta de análise para a ordem OVS como ilustrada em (26c), podemos concluir, pelo que sabemos a respeito da natureza dos elementos que podem ser topicalizados, que se trata aqui de uma construção de TOP. A FOC não seria possível, uma vez que, se o elemento inicial é

interpretado como foco, não se tem como obter uma construção de tópico marcado, ou uma interpretação tópico-comentário, que é a única compatível com este contexto.

Vejamos agora o grupo de exemplos em (27), no qual o constituinte instanciado pela pergunta é o objeto. Também aqui obtemos importantes informações a respeito da posição do sujeito e objeto pós-verbais nos contextos de resposta a perguntas-wh. Em primeiro lugar, concluimos pela gramaticalidade de (27a) que a ordem direta, nestes casos, é a ordem não-marcada. O sujeito tópico está em posição inicial e o objeto que é o foco da sentença está em posição pós-verbal. A impossibilidade da ordem VSO, ilustrada em (27b), indica, por sua vez, que se o objeto pós-verbal é o foco da sentença, ou o constituinte que veicula a informação nova, não há como o sujeito, que nestes caso é a informação "velha", aparecer também em posição pós-verbal, instanciando uma ordem não-marcada.

O fato de o objeto ser o foco nestes contextos explica também porque ele não poderia ser topicalizado em construções de TOP ou DEC, como mostram os exemplos (28a-b):

(28)

O que é que a Joana comeu?

a.*O chocolate, ela comeu-o.(DEC)

b.?O CHOCOLATE ela comeu.(TOP)

A sentença (28a) não pode ser uma resposta adequada neste contexto porque o objeto deslocado está associado à informação dada. Há, portanto, um conflito entre esta exigência da DEC e o contexto de resposta, na qual o objeto deve estar relacionado com informação nova, ou foco. Por sua vez, (28b) é marginal porque instancia uma interpretação de tópico contrastivo e, portanto, não tem a leitura neutra do tipo: "Ela comeu o chocolate", que seria de se esperar neste caso.

Entretanto, não só nos contextos de pergunta/resposta se tem

como evidenciar que o sujeito pós-verbal é foco no PE. Também nas declarativas que iniciam discurso isto é possível. Observe os exemplos abaixo adaptados de Âmbar (1992):

(29)

a. Ontem comeu a Joana o chocolate.

b. Ontem comeu o chocolate A JOANA.

A estrutura com inversão sujeito-verbo em (29a) se diferencia da estrutura com inversão livre em (29b), embora, em ambos os contextos, o sujeito tenha a leitura de foco. Pode se evidenciar a natureza deste sujeito pós-verbal se comparamos, por exemplo, a gramaticalidade de (29a) com a agramaticalidade de (27b), que está no contexto de resposta a uma pergunta-wh. Em ambas, temos a inversão sujeito-verbo. A diferença entre elas está em que, em (27b), o sujeito pós-verbal a Joana é o elemento dado já expresso na pergunta-wh e que, portanto, deveria ocorrer em posição pré-verbal; em (29a), porém, tanto o sujeito a Joana, como o objeto o chocolate estão em posição pós-verbal. Ora, a gramaticalidade desta sentença nos obriga a concluir que, neste caso, tanto o sujeito como o objeto veiculam uma informação nova. A

agramaticalidade de (27b) não está, portanto, relacionada com a posição pós-verbal do complemento objeto o chocolate, uma vez que este é foco e veicula a informação nova, mas sim, como dissemos, com o fato de que o sujeito tópico não pode ocorrer em posição pós-verbal.

Por outro lado, podemos comparar a agramaticalidade de (27b) com a marginalidade de (26d). Por que esta estrutura seria mais aceitável do que aquela, uma vez que ambas instanciam a ordem OVS? A única resposta possível toma novamente, como base, as diferentes interpretações que se dá ao sujeito pré-verbal e pós-verbal nos contextos de respostas. Assim, a marginalidade da sentença em (26d)

não está relacionada à posição do sujeito. O sujeito a Joana é foco e deve ocorrer em posição pós-verbal. Por sua vez, o complemento objeto o chocolate, que é a informação velha, deve estar sendo interpretado como um elemento deslocado à direita. Concluimos, portanto, que a marginalidade de (26d) só será entendida, se a consideramos como resultado do estatuto de marginalidade atribuído à interpretação do objeto pós-verbal como elemento deslocado.

Pode se pensar ainda que o que faz a diferença entre (29a) de um lado, e (26d) ou (27b), de outro, é a presença, na primeira, do advérbio ontem, o qual poderia motivar de alguma forma uma diferente análise para a estrutura em (29a). No entanto, as diferentes propriedades da TOP e FOC que estivemos revendo, nos levam a concluir novamente que, neste caso o advérbio está topicalizado, ou seja, em posição periférica e não interfere na ordem interna dos constituintes na frase. Desta forma, como dissemos, (29a) só não terá um estatuto de marginalidade se o sujeito a Joana e o objeto o chocolate forem, ambos, interpretados como foco.

3.5.4. As noções de dado /novo

Como já é bastante conhecido de todos, do ponto de vista semântico são considerados dois tipos de frase: frase predicativa e frase apresentativa. Pode se dizer então que, enquanto a frase predicativa é articulada em duas partes sujeito e predicado- às quais podem corresponder as noções de tópico-comentário - a frase apresentativa consiste na apresentação de um evento, ou de uma descrição. Os exemplos em (30a-b) e (31a-b) ilustram o contraste:

(30)

- a. O Pedro chegou.
- b. O João telefonou.

(31)

- a. Chegou o Pedro.
- b. Telefonou o João.

Como se pode ver pelos exemplos acima, o contraste entre frase apresentativa e frase predicativa no PE representa uma nova evidência para a diferente interpretação que se pode dar ao sujeito em posição pós-verbal e ao sujeito em posição pré-verbal.

Naturalmente, ao exemplificarmos as sentenças apresentativas, omitimos a distinção entre verbos ergativos como chegar e intransitivos como telefonar, uma vez que, o que nos interessa, em primeiro lugar, é destacar o contraste semântico entre posição pré-verbal e posição pós-verbal do sujeito.

No entanto, como se sabe, o sujeito de verbos ergativos tem propriedades de objeto direto e pode permanecer no interior do VP na sintaxe da estrutura-s. Isto nos leva, daqui para a frente, a limitar a nossa discussão dos sujeitos pós-verbais no PE às frases com verbos transitivos e intransitivos não-ergativos, embora ambas as sentenças em (31) possam ser interpretadas como sentenças apresentativas.

A discussão que apresentamos dos contextos em (26) e (27) indicou que, normalmente, à dicotomia sujeito-predicado se sobrepõe a dicotomia tópico-foco. É bastante comum, também, associar ao contraste tópico-foco às noções dado-novo, sendo estas últimas pertencentes à gramática do discurso. Informalmente falando, entende-se por dado aquilo que é suposto presente na consciência do ouvinte no momento da enunciação; por novo, aquilo que se entende ausente da consciência do ouvinte no momento da enunciação.

Entretanto, em vários estudos recentes têm sido destacado que à dicotomia dado-novo não corresponde um a um a dicotomia sujeito-predicado, uma vez que, mesmo a frase apresentativa pode ser interpretada como dado-novo. Assim, uma frase como Telefonou o

João, embora não apresente a separação sujeito-predicado, pode ser, do ponto de vista informativo, ou toda nova, ou ter como novo apenas o sujeito sintático posposto. No primeiro caso, a frase inicia um discurso, no segundo pode ser resposta a uma pergunta: Quem telefonou?

Zubizarreta (1993) tem trazido importantes reflexões para esclarecer o nível de correspondência que pode existir entre tópico e foco como noções puramente gramaticais, ou definidas gramaticalmente, e noções do discurso como informação nova ou informação dada. A autora parte da suposição de que, embora existam estratégias não-sintáticas para marcação de foco (acento contrastivo, pausa, acento de intensidade) e, embora as noções de foco e tópico estejam associadas às noções de dado e novo, é possível codificá-las na gramática da sentença de maneira puramente formal, sem uso de seu estatuto de novo e dado dentro do discurso. Assim, uma evidência para esta possibilidade seria a existência de certas entidades lingüísticas como os sintagmas-wh. Estes, embora não possam ser definidos como novo ou dado em nível de discurso, são formalmente caracterizados em termos de foco/tópico na gramática da sentença.

Na definição de noções do discurso como dado e novo, Zubizarreta considera, então, as distinções pragmáticas de Campo Comum (CC) e Universo do Discurso (UD). A primeira se refere ao conjunto de propriedades e referentes compartilhados permanentemente pelo falante e ouvinte e a segunda, ao conjunto destas propriedades e referentes compartilhados pelo falante e ouvinte no momento em que a sentença (S) é pronunciada.

Segundo a autora, as noções de dado e novo estariam definidas em termos do UD, de modo que uma propriedade, ou um referente, é novo ou dado em relação a um determinado discurso. Nestes termos, a informação dada é constituída por propriedades e referentes introduzidos anteriormente a um determinado

pronunciamento. A informação nova, ao contrário, é constituída por referentes e propriedades que não foram introduzidas antes no discurso. Conseqüentemente, pode haver propriedades e referentes que fazem parte do CC, mas não do UD. A autora reconhece ainda que, nas diferentes línguas, as noções de dado e novo estão refletidas na estruturação das sentenças. Assim, da mesma forma que vimos para o PE, ela mostra que, no espanhol, nas sentenças apresentativas o sujeito pós-verbal constitui a informação nova, em oposição ao sujeito pré-verbal que constitui a informação dada. Os exemplos abaixo atribuídos a Calabrese ilustram a sua discussão deste ponto:

(32)

- a. Vino el cartero esta mañana. Para mi gran alivio, llegó *a carta* (que estábamos esperando).
- b. Esta mañana llegó *una carta de Paris*.
- c. Mario me ha escrito *una carta*. *Llegó *la carta* ayer.
- d. Mario me ha escrito *una carta*. *La carta* llegó ayer.

Em (32a), o NP definido descritivo, em itálico, denota um referente que é parte do CC, mas não do UD e, portanto, constitui a informação nova. Do mesmo modo, os indefinidos não específicos em (32b), que tipicamente constituem a informação nova, aparecem em posição pós-verbal. A informação dada, por sua vez, é denotada por definidos anafóricos que devem ocorrer em posição pré-verbal, o que explicaria o contraste entre (32c) e (32d).

A generalização que se tira, portanto, destes exemplos do espanhol é a mesma que se pode tirar para os exemplos apresentados anteriormente na discussão do PE: o sujeito pós-verbal é foco. Como Zubizarreta observa, a questão que se coloca neste ponto é aquela de saber como articular as noções discursivas de dado e novo com as noções gramaticais de tópico e foco. Ora, segundo a autora, é a gramaticalização das noções do discurso que permitirão dar conta da generalização de que o sujeito foco deve estar em posição pós-

verbal em algumas línguas como o espanhol e, acrescentamos, como o PE.

Segundo Herburger/ Higginbotham, a autora propõe que todo NP toma um argumento evento e que, se este NP está no escopo do operador EV(ento), tem seu argumento ligado por este operador. Neste caso, o NP é a informação nova porque foi introduzido pelo evento denotado pela sentença. Além disso, assume-se que o operador EV está contido no nóculo Aspecto, uma categoria funcional que toma VP como complemento. Por outro lado, se o NP está fora do escopo do operador EV seu argumento é livre e, portanto, estará ligado a um evento previamente introduzido no discurso. Neste caso, constitui a informação velha.

Com base neste análise, um princípio pode ser estabelecido: no nível da FL, se um NP é foco está dentro do escopo do nóculo Asp(ecto); se é tópico está fora do nóculo Asp(ecto). Observa-se ainda a conhecida conexão que existe entre acento frasal e foco: o foco da sentença deve levar o acento proeminente da frase. De fato, assumindo Cinque (1993), a autora adota o algoritmo segundo o qual o acento frasal não-marcado, que identifica o foco não-marcado da sentença, cai no constituinte mais encaixado da sentença. Há, porém, um acento marcado, identificado como foco pelo discurso. Quando os dois não coincidem, a regra a nível do discurso pode mudar o acento do constituinte identificado como foco pela gramática da sentença, ou seja, pode prevalecer sobre ele. O foco não-marcado, porém, pode se propagar e, no caso da sentença que inicia o discurso, toda a sentença é focalizada, i.é. veicula a informação nova.

Este sistema poderia, então, explicar o fato de que a codificação puramente formal do foco e tópico determina a ordem das palavras. No PE, como vimos, o elemento foco em uma de suas formas menos marcada surge em posição pós-verbal. Isto inclui o sujeito. Nas estruturas com inversão, o elemento sobre o qual incide o foco

está em posição pós-verbal. O tópico, por sua vez, está em posição pré-verbal. Vejamos agora o grupo de exemplos em (33) e (34) abaixo, apresentados por Zubizarreta para o espanhol, os quais mostram contextos de perguntas-wh semelhantes àqueles apresentados para o PE em (26) e (27):

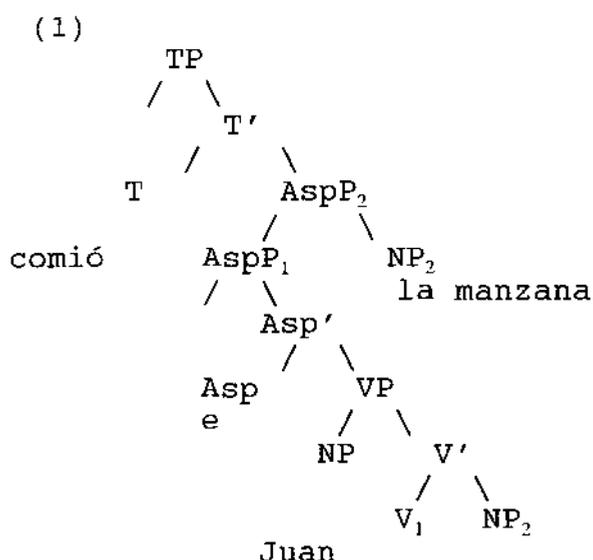
(33)

- a. Quiém ha comido la manzana?
- b. Ha comido PEDRO la manzana.

(34)

- a. Qué ha comido el nino?
- b. El nino ha comido UNA MANZANA.
- c.*Ha comido el nino UNA MANZANA.

De acordo com a teoria proposta por Zubizarreta, a sentença (33a) é gramatical porque o objeto se move para fora do VP em adjunção a AspP. Com este movimento do objeto, o sujeito é o elemento mais encaixado no VP e, portanto, recebe o acento frasal, podendo ser interpretado como foco. Em outras palavras, o sujeito recebe o acento frasal e pode ser interpretado como foco por estar identificado como o nóculo mais encaixado da sentença. O objeto, por sua vez, não é acentuado, o que permite que ele seja interpretado como tópico. Em (1) está ilustrada a representação parcial de uma sentença como Comió Pedro la manzana similar à sentença em (33b):



Obviamente, para manter a hipótese do acento frasal, Zubizarreta é levada a assumir que, no espanhol, o sujeito checa Nominativo em Spec,VP nas estruturas VSO em que o sujeito é foco. Nas sentenças SVO, segundo sua análise, o NP sujeito se move para Spec,TP e checa caso nominativo na relação de concordância do núcleo com o V em T.

Há ainda um fato muito interessante a respeito da ordem VSO no espanhol, que merece ser destacado. Além da análise que a seqüência recebe nos contextos de respostas a perguntas-wh, como esta discutida acima em (33) e (34), há a possibilidade de interpretá-la como uma informação totalmente nova em contextos-wh do tipo exemplificado em (35):

- (35)
- a. Que pasó?
 - b. Se comió Juan toda la torta.

Ora, esta interpretação da ordem VSO parece representar um problema para o sistema de Zubizarreta. Neste caso, o objeto deve

estar no interior do VP como o elemento mais encaixado, uma vez que é nesta posição que recebe o acento frasal e a interpretação de foco. Como ficaria, então, o sujeito no Spec,VP? Ou seja, como poderia o sujeito ser interpretado como foco, uma vez que não está identificado como o nódulo mais encaixado na sentença? A autora afirma que, neste caso, o foco não-marcado que recai sobre o objeto pode propagar para incluir o sujeito. Como o sujeito recebe caso no interior do VP, não há motivação para que ele se mova na sintaxe visível, o que possibilita que a sentença toda seja focalizada, ou que represente a informação nova.

Afirmamos anteriormente que os fatos do espanhol relacionados com a dicotomia sujeito tópico/foco são semelhantes aos que observamos para o PE. Dissemos ainda que o sistema de Zubizarreta parece dar conta destes fatos, estabelecendo uma abordagem puramente formal para as noções de dado/novo, freqüentemente associadas com as noções de tópico/foco. No entanto, algumas particularidades da distribuição do NP sujeito no PE nos levam a rejeitar a sua hipótese de que este possa permancer no interior do VP na sintaxe visível.

Recentemente, vários autores entre eles, Âmbar (1992), Galves (1992a), Barbosa (1991), Raposo (1994) têm observado e discutido as possíveis posições para o sujeito invertido no PE, posições estas evidenciadas, em particular, em frases contendo o auxiliar e o particípio passado como mostra o paradigma abaixo:

- (36) a. O que tinha o João comprado?
 b. O que tinha ele comprado ?

Como se sabe, o PE parece ser a única entre as línguas românicas que permite a ordem AUXSV, na qual o sujeito interfere na adjacência entre o auxiliar e o particípio. Tomando como base justamente este paradigma, ou seja, levando em consideração uma

análise que supõe que o particípio se move para fora do VP (cf. Belletti, 1990), gostaria de sugerir que, o sujeito pós-verbal não permanece no interior do VP mas, ao contrário, se move para Spec,AgrS na sintaxe visível para checar caso nominativo. Assim, embora reconheça e assumo com Zubizarreta que o sujeito pós-verbal deva estar sob o domínio de T, ou de Asp, para ser interpretado como foco na FL, em línguas como o PE, a necessidade de caso detona o movimento visível do NP sujeito para Spec,AgrS.

Obviamente, a questão que se coloca agora é aquela de saber por que postular Spec,AgrS e não Spec,TP, como a posição de checagem de caso/conc do sujeito pós-verbal. Para responder esta questão, lembre-se primeiramente do que foi discutido no Cap.1, seção, 1.4.3., onde afirmamos que no PE não havia evidências para se postular o movimento do objeto na sintaxe visível para a operação de checagem do caso acusativo. Ora, se assumimos com Jonas & Bobaljik (1993) que o licenciamento de Spec,TP está condicionado e relacionado com a possibilidade do movimento do objeto antes do "Spell-Out", temos aqui um argumento para descartar esta posição como lugar de pouso para o sujeito-foco no PE.

Entretanto, Martins (1993) afirma que Spec,TP é a posição do sujeito pós-verbal no PE. Além de argumentos semânticos para justificar o movimento do sujeito na sintaxe visível para esta posição, a autora tem argumentos sintáticos relacionados, principalmente, com a colocação dos pronomes clíticos. De fato, dentro do sistema que ela propõe, a posição dos clíticos no PE é AgrS. Portanto, para se derivar uma sentença com ênclise e sujeito pós-verbal, e se o clítico ocupa o núcleo de AgrS, a única possibilidade para não ferir princípios de economia é o sujeito ocupar Spec,TP.

Como deixarei mais claro, oportunamente, é justamente o argumento relacionado com a posição dos clíticos e com a posição dos verbos finitos que me fornece uma nova oportunidade para

justificar Spec,AgrS como a posição do sujeito pós-verbal no PE.

3.5.5. O PE e a sintaxe dos clíticos

A colocação pronominal nas línguas românicas, por si só, constitui um fenômeno de enorme complexidade, e uma abordagem da cliticização, tanto em âmbito diacrônico, como sincrônico, terá que enfrentar algumas questões inter-relacionadas, que podem ser formuladas nos seguintes termos: (i) por que os clíticos se movem sintaticamente? (ii) para onde eles se movem? (iii) a que categoria pertencem? (iv) como caracterizar os contextos de próclise e ênclise? (v) que parâmetros estão envolvidos nos diferentes padrões da colocação pronominal?

A partir principalmente de Kayne (1989,1991), várias propostas têm sido apresentadas na literatura recente a respeito dos problemas teóricos levantados pelos clíticos nas línguas românicas. No que se segue, apresento algumas das hipóteses que estarei assumindo com relação ao desenvolvimento da colocação pronominal no português europeu (PE), buscando dar uma resposta a cada uma das perguntas acima formuladas. Para isto, baseio-me em algumas propostas recentes, em particular, Kayne (1991), Cardinaletti & Roberts (1991), Roberts (1993), Uriagereka (1992,1994), Rizzi (1993), Belletti (1994), e outros.

A primeira observação que se pode fazer é a de que evidências provenientes da ordem das palavras confirmam que, ao contrário dos DPs, os clíticos se movem na sintaxe. Como dissemos, Belletti (1990,1994) afirma que o particípio passado se move na sintaxe visível para uma posição acima do VP para checagem de traços. Assumindo esta hipótese para o PE - o particípio se move para checar sua flexão (-do)-, pode se concluir que a posição relativa dos clíticos e NPs acusativos em relação ao particípio, ilustrada nos paradigmas em (37a-b) e (38a-b) abaixo, indica que, enquanto a operação de checagem dos traços de caso/conc do NP objeto para fora

do VP deve esperar até a FL, o movimento dos clíticos deve ocorrer, obrigatoriamente, na sintaxe visível.

- (37) a. O José tinha comprado o oboé.
 b. *O José tinha o oboé comprado.

- (38) . O José tinha-o comprado.
 b. *O José tinha comprado-o.

Assim, se concluímos que o movimento do clítico na sintaxe é obrigatório, a tarefa que se coloca, imediatamente, é a da caracterização da sua natureza categorial e da natureza da categoria funcional para onde ele se move.

No que se refere ao seu estatuto categorial, parece que os clíticos funcionam como pronomes definidos e, como estes, expressam argumentos na FL. Uriagereka (1992,1994) tem argumentado que as semelhanças dos clíticos acusativos de terceira pessoa com os determinantes não são apenas de ordem semântica - ambos são elementos referenciais e expressam argumentos definidos- mas também, de natureza formal: no francês e no português, por exemplo, os clíticos acusativos têm formas idênticas aos artigos definidos como se vê em (2) para o português:

(2)

	Det	Cl
Masc, sing	o	o
Masc plural	os	os
Fem. sing	a	a
Fem plural	as	as

Entretanto, como Rizzi (1993) e Belletti (1994) argumentam, existem diferenças importantes entre determinantes e clíticos que certamente, terão reflexos na história derivacional destes elementos. Assim, enquanto os determinantes não variam em caso, os clíticos manifestam variação morfológica dos traços casuais em

todas as línguas românicas. No português, a distinção entre clíticos acusativos e dativos se manifesta como em (3):

- (3) Acusativo o, a os as
 Dativo lhe, lhes

Ao contrário, ainda, do que se verifica com os determinantes, os clíticos manifestam traços de pessoa:

- (4) 1ª pessoa me
 2ª pessoa te
 3ª pessoa o, a, lhe, se

Assumindo a teoria da checagem de Chomsky (1993,1994), a constatação da riqueza dos traços morfo-sintáticos de caso/conc dos clíticos leva, naturalmente, a uma resposta para a questão da obrigatoriedade do movimento dos clíticos: o que motiva o movimento destes elementos para fora do VP é a checagem destes traços morfológicos salientes ou visíveis.¹⁰¹

Chomsky (1994) sugere que um item pode ser ao mesmo tempo um X e um XP, sendo os clíticos elementos que ilustram esta possibilidade. Adaptando, então, a proposta de Chomsky, pode se dizer que os clíticos têm um estatuto categorial duplo: como DPs, são projeções máximas que se movem de sua posição-teta no interior do VP para Spec, AgrO; como núcleos, cliticizam-se na sintaxe via movimento para um núcleo funcional mais alto. Rizzi (1993), por sua

¹⁰¹ Embora estejamos enfatizando o sistema de checagem dos traços morfológicos como motivação para o movimento dos clíticos, não deixamos de reconhecer que certamente fatores de ordem fonológica ou prosódica motivam a sua distribuição. Além disso, como Uriagereka tem argumentado, os fatores de ordem semântica, resultantes da natureza específica/referencial dos clíticos especiais, constituem motivação importante para o seu movimento na sintaxe visível. Baseando-se em Diesing (1992), Uriagereka assume que as expressões categoriais [+específicas] devem estar fora do VP para serem interpretadas na FL: "Only expressions singled-out as specific can be mapped at LF outside of the VP nucleus." (p.15)

vez, apresenta a idéia de que o sistema de checagem morfológica pode ser estendido à estrutura interna do sistema nominal. Sópõe-se, então, duas configurações como (5) e (6) ilustram:



Os determinantes, segundo Rizzi, são ou relacionados ao N(ome) ou relacionados ao V(erbo). Na representação em (5), os determinantes estão relacionados aos nomes e têm seus traços checados por um núcleo nominal. Os traços morfológicos expressos em N devem ser morfológicamente checados no núcleo funcional D, através do movimento N para D. Os determinantes na representação em (6), porém, são de outra natureza e não têm seus traços checados internamente no DP.

Capturando o essencial da teoria de Kayne de que, nas línguas românicas, os clíticos são clíticos verbais, Rizzi propõe que estes últimos são determinantes relacionados aos verbos e não aos nomes, o que os leva a ter seus traços checados em núcleos funcionais relacionados aos verbos. Em outras palavras, o lugar para onde o clítico se move é um núcleo funcional que possui traços que deverão ser checados pelo verbo. Mais do que isto, esta categoria que hospeda o clítico tem traços que os clíticos manifestam e, conseqüentemente, é um núcleo funcional do tipo Agr.¹⁰²

Como Rizzi conclui ainda, nada no sistema minimalista de Chomsky obriga que a checagem dos traços-V sempre ocorra em configurações núcleo-núcleo, ou que a checagem dos traços-N sempre ocorra em configuração espec-núcleo. Em particular, nada exclui, em

¹⁰² Porém, como Rizzi mostra com base nos fatos do italiano, não é qualquer verbo que é adequado para a cliticização, mas apenas aquele que está associado a algum núcleo funcional seletivo.

princípio, que a checagem de um traço nominal por um núcleo verbal se realize numa configuração núcleo-núcleo. Assumimos, portanto, que é esta estratégia de checagem que está envolvida no caso dos clíticos.

O fato de os clíticos se moverem para fora do VP, impõe também a tarefa crucial, que decorre desta condição, de buscar motivações empíricas e teóricas para justificar as propriedades do núcleo funcional para o qual o clítico se move na sintaxe visível. Como mostramos anteriormente, a história dos clíticos nas românicas, exemplificados no Cap.2 pela história do francês, e, no Cap.3, pelos fatos do português antigo, juntamente com os fatos do PE, que apresentamos neste capítulo, parecem evidenciar a pertinência da hipótese de uma estrutura de frase com um Agr recursivo como lugar de pouso para o clítico.

A proposta de um Agr recursivo, que supõe a presença de uma categoria funcional entre CP e IP, foi assumida, inicialmente, por Cardinaletti & Roberts (1991) para dar conta tanto da cliticização nas línguas germânicas, como da ênclise nas românicas antigas. Para o português antigo, em particular, poderíamos dizer que a hipótese do Agr recursivo explicaria não só a Interpolação, mas também os contextos de próclise e ênclise com verbo finito nas sentenças afirmativas.

Recentemente, outros lingüistas têm assumido a hipótese da recursividade de Agr para uma abordagem da posição dos clíticos. Belletti (1994), por exemplo, sugere que a próclise com verbos finitos nas línguas românicas modernas mostra que estas fazem uso de um Agr₀ recursivo, selecionado por T [+fin], sendo esta, portanto, a estratégia normal para a cliticização nas sentenças principais finitas. Isto deixa o PE como uma língua que, ao contrário de outras línguas românicas, faz uso de um Agr recursivo que não está relacionado a Agr₀, mas sim ao sistema CP. Temos chamado este núcleo de Agr₁, mas como Rizzi sugere, pode-se

identificá-lo como Agrcl ou Agrc. O importante é a idéia de que esta é a posição dos clíticos em línguas que, como PE (e o galego), conservam a ênclise nas sentenças finitas.

Assim, para entender melhor a natureza deste núcleo, é necessário, primeiramente, considerar o fato de que os clíticos, ao chegarem ao seu pouso, acabam ou procliticamente, ou encliticamente ao verbo.

De fato, Kayne (1989, 1991) tem argumentado com base na distribuição dos clíticos no italiano -próclise com verbo finito e ênclise com verbo infinito- que a ordem cl-V evidencia que o clítico se adjunge à esquerda do verbo finito como em (6):

(6) [_{CP} C [_{IP} CL+V [_{VP} ...

A ordem V-cl, porém, evidencia que o verbo infinito se move para uma posição mais alta do que aquela ocupada pelo clítico, como em (7):

(7) [_{I'}V [_{I'} CL [_{IP}

No francês, este padrão já é residual, e a ênclise está associada unicamente às imperativas, ficando a próclise com todas as outras formas do verbo. Em (39a-b) estão os exemplos relevantes para o italiano e em (40a-b) os exemplos para o francês:

(39) a. Gianni la incontro'
b. Gianni tento' di incontrarla.

(40) a. Jean l'a rencontree
b. Rencontre-la.

Kayne (1991) sugere, ainda, que este esquema de explicação pode ser estendido para o PE, com a diferença de que a ênclise resulta não do movimento do V para um I vazio, mas do movimento do clítico para C, e movimento do V para C'. Em (8), ilustramos a configuração de ênclise no PE na visão de Kayne:

(8) [_C'V [_C'CL [_P...

Quando C está ocupado pelo complementador, o clítico se adjunge ao V em I, resultando na próclise.

Porém, neste mesmo texto, Kayne oferece uma segunda extensão do sua proposta a respeito dos contextos de próclise e ênclise para o PE, a qual envolve uma projeção funcional entre I e C. Temos chamado esta projeção de Agr1, assumindo que ela está no cerne da discussão que desenvolveremos a respeito da sintaxe dos clíticos e dos verbos finitos no desenvolvimento do PE. No que se segue, vou considerar o essencial da proposta de Kayne de que, nas línguas românicas, o clítico se adjunge à esquerda de um núcleo funcional relacionado ao verbo, resultando disto, como vimos acima, que a ordem V-cl não é derivada por movimento do clítico à direita do verbo mas, ao contrário, por movimento do verbo para uma posição acima daquela em que se encontra o clítico.

Assumo ainda, com Benincà e Cinque (1990), que os enclíticos nas línguas românicas, além de formarem um constituinte sintático com o verbo, formam, com esta associação sintática, uma palavra. Esta evidência, segundo os autores, está refletida na própria ortografia. Como eles afirmam (1990,18):

"Diremo allora che prima di pensare che l'ortografia di una lingua sia un insieme di norme convenzionali dovremo escludere che esso non sia invece motivato e non rispecchi l'organizzazione profonda della sintassi della morfologia. Il modo in cui una lingua rappresenta

concretamente nella scrittura morfemi, parole e frasi sarà allora da considerare uno degli indizi linguistici tenere in conto nella formulazione di ogni ipotesi teorica su quella lingua."

Assim, não seria por acaso que a ortografia sempre tenha algum recurso para indicar esta diferença entre a próclise e a ênclise, como mostram os exemplos abaixo para o italiano e o francês, apresentados pelos autores, aos quais podemos acrescentar aqueles relativos ao português:

- (41) a. Lo prendi
 b. Prendilo (42) a. Tu le prends
 b. Prends-le
- (43) a. Prendi-o
 b. Alguém o prendeu

Em outras palavras, o que a diversidade ortográfica, ilustrada nos exemplos acima, estaria mostrando é que o relacionamento sintático entre o clítico e seu hóspede é mais estreito na ênclise do que na próclise. Portanto, processos sintáticos que podem se aplicar na próclise, não o podem na ênclise e vice-versa. No caso do PE, por exemplo, uma das evidências para se corroborar esta hipótese das diferenças entre ênclise e próclise nos vem de sua fase antiga através da Interpolação.¹⁰³ Como vimos, a Interpolação no português antigo é caracterizada como a possibilidade de que o verbo e o clítico possam ocupar núcleos sintáticos distintos, permitindo que material fonológico intervenha entre eles. A

¹⁰³ Benincà e Cinque (1990) apresentam ainda outros argumentos para evidenciar as particularidades da ordem enclítica através das estruturas de coordenação. Argumentos semelhantes são apresentados por Rouveret (1992) e Uriagereka (1994).

característica notável, porém, na Interpolação - característica comum a todas as línguas românicas que apresentaram o fenômeno - é que ela sempre ocorre em contextos de próclise obrigatória e nunca nos contextos de ênclise.

Desta forma, enquanto uma seqüência como (9a) foi possível neste período, a seqüência (9b) jamais foi permitida:

(9)

a. [cl] XP [V]

b. *[V] XP [cl]

Ora, esta não é uma característica universal dos enclíticos e pode se dizer que uma das diferenças mais importantes entre as línguas germânicas, como o alemão, e as línguas românicas é o fato de que, nas primeiras, a seqüência (9b) é a única possível.

A segunda evidência para a hipótese de que o verbo e o pronome enclítico formam uma palavra é a de que o clítico se move com o auxiliar nas construções Aux-para C, apresentada por Rizzi (1993), e ilustrada em (44):

(44) a. Avendola Gianni restituita al direttore.

b. *Avendo Gianni la restituita al direttore.

A impossibilidade de uma estrutura como (43b) evidenciaria que, quando o V finito se move para uma posição mais alta do que o clítico, este leva o clítico junto, ou seja, não há possibilidade de excorporação. Por sua vez, o exemplo em (45b) mostra que a mesma restrição se verifica no português europeu:

(45) a. Tendo-a o João encontrado no carro.

b. *Tendo o João a encontrado no carro.

Entretanto, se há claras evidências de que o verbo e o enclítico formam uma unidade sintática, como conciliar a proposta de Kayne de que na ênclise o clítico e o V ocupam diferentes núcleos funcionais? Lembramos que a proposta de que o enclítico e o verbo finito ocupam núcleos funcionais distintos foi também assumida por vários autores, entre eles, Cardinaletti & Roberts (1991), Martins (1992,1993,1994), Uriagereka (1994), e outros.

No que se segue, adaptarei a tecnologia apresentada por Rizzi para o italiano, para dar conta das diferenças entre os contextos de próclise e ênclise no PE, especialmente para dar conta do fato de que, na ênclise, o clítico e o verbo formam uma palavra sintática. Vejamos como isto pode ser feito.

Com base nos fatos do italiano, Rizzi (1993) propõe que, na próclise, o verbo não está morfologicamente completo quando se adjunge ao clítico, uma vez que este se encontra em AgrO recursivo, um núcleo funcional mais baixo do que AgrS, a posição que o verbo deve ocupar, finalmente, para checar seus traços de tempo e concordância.¹⁰⁴ Como este movimento do V para AgrS é um movimento de substituição para checar traços visíveis, ao passar pelo núcleo em que se deu a cliticização, ou AgrO, o V deve também se incorporar por substituição a este núcleo. Na visão de Rizzi, a próclise envolve uma estrutura como em (10) abaixo.

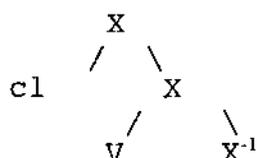
Na ênclise, porém, que só ocorre com verbos não-finitos no italiano, o verbo já está morfologicamente completo, ou seja, já checou sua morfologia visível de infinitivo quando se move para o lugar da cliticização. Neste caso, a incorporação do V não se dá por substituição, mas por adjunção, como representado em (11).

Este, porém, não é ainda o movimento final do V. Segundo

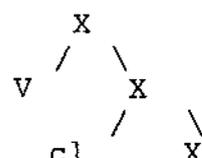
¹⁰⁴ Rizzi considera que uma forma verbal está morfologicamente completa se em um determinado ponto do procedimento da checagem todos os seus afixos visíveis já foram checados. De outra forma, está morfologicamente incompleta.

Rizzi, o V se move através desta posição apenas para não violar o movimento cíclico do núcleo em seu caminho para posições mais altas. O movimento do V morfologicamente completo é detonado, portanto, pela exigência de checagem de traços abstratos que não se manifestam na sintaxe visível.¹⁰⁵

(10) Próclise



(11) Ênclise



Os fatos da colocação pronominal no PE, porém, exigem um refinamento da proposta de Rizzi a respeito da derivação da próclise e da ênclise. O que motiva este refinamento é o fato de que, no PE, ao contrário do italiano, há próclise e ênclise com o verbo finito. Isto significa que, ao se mover para Agr1, o lugar em que se dá a cliticização, o V já está morfologicamente completo, tanto na ênclise quanto na próclise, ou seja, o movimento do V para Agr1 é obrigatório para a operação de checagem dos traços-V abstratos em Agr1.

Sugiro, portanto, que não se considere como universal uma oposição entre a checagem via adjunção/substituição e a distinção entre traços abstratos/ morfologicamente visíveis, de modo que a estratégia da substituição possa ser também usada na checagem de traços-V fortes, que não estão morfologicamente visíveis. Este relaxamento do sistema desenvolvido por Rizzi nos permite dar conta dos contextos de próclise com verbo finito no PE, i.é., nos permite

¹⁰⁵ Como se sabe, Belletti (1990) traz importantes evidências para a hipótese de que no italiano tanto o verbo finito, como o verbo não-finito se movem para AgrS. Esta particularidade do movimento do V é que possibilita, por exemplo, dar conta de certas diferenças entre esta língua e o francês.

propor que a configuração de próclise resulta do movimento por substituição do verbo para Agr1, com o nível Agr¹ sendo ativado, mesmo que o verbo já esteja morfologicamente completo, no sentido dos traços morfologicamente visíveis.

Na ênclise, por sua vez, o V finito se move por adjunção para checar os traços-V abstratos de Agr1. Deixaremos para o Cap.5 para discutir com mais detalhes a representação e a motivação destes movimentos que temos em mente, os quais derivam os contextos de próclise e ênclise no PE.

Assim, os fatos da colocação dos clíticos e dos verbos, e a natureza da posição do sujeito, relativos ao período antigo e moderno do PE, que estivemos revisando, nos permitiram uma visão diacrônica e sincrônica destes fatos que nos será útil para o estudo da evolução do português a partir do século XVIII. Para analisar a ordem de palavras e distribuição dos pronomes clíticos no século XVIII, assumo inicialmente as linhas básicas da proposta de Benincà (1991) e Salvi (1990,1991,1992,1993) de que existe uma correspondência um a um entre estrutura de frase e colocação dos clíticos. Deste modo, pode se fazer a seguinte previsão: os falantes do português do século XVIII atribuem duas diferentes análises para as sentenças SVO com sujeito referencial em posição inicial adjacente ao verbo. Na primeira delas, o sujeito está no interior da sentença, na posição Spec,CP e a próclise é obrigatória; na segunda, o sujeito está em posição deslocada. Neste caso, Spec,CP está vazio, e a posição enclítica do pronome complemento é obrigatória.

A mesma análise permite dar conta das estruturas XV, na qual um constituinte que não o sujeito ocupa a posição inicial. Em particular, a ordem OVS evidencia que, se o objeto está adjacente ao verbo, ou ele ocupa Spec,CP e detona próclise, ou está adjunto a CP. Neste último caso, porém, ocorre o clítico resumptivo e a ênclise é obrigatória. Assim, no português do século XVIII, levando

em consideração a estrutura de frase com Agr1P, teríamos as seguintes estruturas disponíveis para a colocação dos clíticos e verbos nas sentenças principais finitas:

(13)

- a. TOP [CP [c'V+cl [Agr1P [Agr t [AgrSP pro
- b. TOP [CP Top [c'cl+V [Agr1P [Agr t [AgrSP t

Devo dizer ainda que, embora me aproxime dos dados provenientes dos textos dos séculos XVIII, assumindo que a abordagem proposta por Salvi e Benincà esteja correta, posteriormente, dela me distancio em parte, para incorporar outras hipóteses e suposições que possibilitam dar conta, com maior abrangência, das reanálises que se verificam na gramática do português a partir do século XIX.

Como meu objetivo inicial é apresentar uma descrição dos fatos da ordem, em particular, a colocação do verbo finito e clíticos nas sentenças principais finitas para o português clássico do século XVIII e o português moderno do século XIX, posponho para a Parte II do Cap.5 uma discussão mais detalhada da abordagem teórica destes fatos. No entanto, como já tenho mostrado em vários momentos desta dissertação, as hipóteses que assumo a respeito do fenômeno V2 e posição funcional que hospeda os clíticos no desenvolvimento do português já foram discutidas e, aproximamo-nos dos dados com este arcabouço teórico em mente, o qual nos direciona na descrição dos mesmos.

CAPÍTULO IV

O SÉCULO XVIII

4.0. Considerações Metodológicas

No Cap.1, Parte II deste estudo, observamos que o trabalho pioneiro de Lightfoot (1979) estabelece a metodologia básica para a investigação em sintaxe diacrônica dentro da teoria gerativa. Um dos pontos mais importantes estabelecidos pelo autor é o de que não se busca através dos estudos históricos elaborar uma teoria da mudança, mas sim uma teoria da gramática. Assume-se que a maneira como as línguas mudam trazem importantes contribuições para a teoria da gramática, impondo, conseqüentemente, modificações e revisões nas análises gramaticais correntes.

Um outro aspecto relevante e também pioneiro do trabalho de Lightfoot em sintaxe diacrônica é o papel atribuído a uma teoria da aquisição da linguagem. Se pudermos saber como a criança atinge a gramática do adulto, poderemos fazer afirmações a respeito de como ela "falha" em atingir este conhecimento. Em outras palavras, se a aquisição é realizada através do assentamento de parâmetros, a mudança paramétrica ocorre quando o acúmulo gradual de evidências na experiência lingüística leva a nova geração de falantes a uma diferente análise dos dados a que está exposta, ou seja, a construir uma nova gramática. Como a criança não tem acesso direto à gramática interna de seus pais, mas ao produto desta gramática, o problema lógico da mudança se reduz ao problema de caracterizar o que a teria levado a esta "falha" em sua aprendizagem da gramática correta.

Por outro lado, mencionamos que Roberts (1993a) propõe que na

abordagem da mudança sintática pode-se distinguir etapas que devem ser caracterizadas de modo a que se possa ver claramente as relações que se estabelecem entre elas. O autor as denomina passos, reanálise diacrônica e mudança paramétrica. O resultado de cada passo proporciona os dados necessários para que o próximo passo possa acontecer, embora isto não implique necessariamente uma mudança na gramática. Entretanto, pode-se formular cada novo passo como uma reanálise diacrônica, obtendo-se assim uma abordagem descritivamente adequada da mudança.

Por sua vez, a reanálise diacrônica freqüentemente cria as condições para as mudanças paramétricas, pois remove as evidências estruturais para um dado valor paramétrico. A reanálise diacrônica pode vir a ser ainda uma verdadeira mudança paramétrica, a única responsável pela eliminação simultânea de várias construções na gramática. Uma abordagem explicativa da mudança lingüística requer, portanto, que se trate um conjunto de mudanças em termos da troca no valor de um único parâmetro.

Com base nestas considerações, duas das perguntas que nos vêm imediatamente à mente para uma análise dos fatos da ordem, em particular, para uma abordagem dos fatos da sintaxe dos verbos e complementos clíticos relativos aos séculos XVIII e XIX, podem ser assim formuladas: (i) quais foram os passos que, aos poucos, modificam a experiência lingüística, ou Língua-E, provocando as reanálises, ou mudanças paramétricas que se verificam nos dados destes períodos? (ii) por que algumas formas obsoletas que eram robustamente atestadas deixam de funcionar como detonadoras de uma determinada análise?

Em primeiro lugar, uma possível resposta a questões como estas impõe a tarefa de tentar inferir dos dados históricos quais são os dados robustos que causam as reanálises. De acordo com a proposta de Lightfoot (1991), a criança adquire a língua materna na base das evidências robustas, ou seja, a criança é sensível apenas a

exemplos simples e atestados com frequência (hipótese do Grau-0). Assumindo-se ainda que o conhecimento lingüístico da criança, i.é., as hipóteses que ela faz a respeito da gramática que deve adquirir compreende somente aquilo que ela ouve e aquilo que a GU lhe proporciona como componente genético, a tentativa de caracterizar a experiência lingüística à qual a criança está exposta, acarreta a tarefa de caracterizar também o como e o porquê certas formas se tornam obsoletas.

Adams (1987) observa que a grande dificuldade para o lingüista que assume uma teoria da gramática e uma teoria da aquisição para a investigação da mudança diacrônica é que ele necessita ainda de uma gramática para o período em estudo. Naturalmente, a limitação inerente aos dados históricos não reflete a experiência total da criança, ou seja, não registra tudo o que ela pode ter ouvido durante o período da aquisição da linguagem. A restrição aos dados escritos, ou positivos, de uma língua sem falantes vivos -o que não nos permite apelar para a intuição lingüística- impõe importantes restrições às questões que se podem levantar. Uma destas restrições diz respeito ao fato de que não se tem como afirmar como sendo agramatical uma estrutura que não ocorre nos dados .

Como prever, portanto, que certas estruturas são agramaticais? Como se sabe, tanto o lingüista que busca descrever e explicar as mudanças quanto a criança que adquire a sua língua materna, não estão expostos a dados negativos. Neste caso, o lingüista pode chegar a julgamentos de gramaticalidade unicamente na base dos dados positivos e na base da GU, embora, ao contrário do que acontece com a criança, não possa ter acesso direto a esta GU. Conseqüentemente, nossa capacidade de analisar os dados históricos e de predizer sentenças possíveis e impossíveis deve poder aumentar à medida que aumenta nosso conhecimento da GU. Finalmente, tocamos no seguinte ponto: seria legítimo tentar inferir a língua falada dos textos escritos? Se a resposta a esta pergunta puder ser

afirmativa, ainda nos resta saber quão fielmente os nossos dados podem refletir a língua falada do período em estudo. Nós temos duas possibilidades: ou admitimos que se pode deduzir a língua falada dos textos escritos do passado, ou reduzimos o nosso objetivo de investigação da natureza da GU à língua escrita. Adotarei, neste momento, uma atitude cautelosa em relação às afirmações que se podem fazer, resultantes da tentativa de saber se os dados históricos refletem ou não a língua falada. Esta atitude se justifica principalmente porque estamos conscientes de que, qualquer que seja a natureza do texto escrito, ele sempre estará idealizado e apresentará, muitas vezes, tendências conservadoras. Por isso, embora tenha escolhido trabalhar com textos de teatro e cartas na esperança de obter mais fielmente a língua falada pelos portugueses dos séculos XVIII e XIX, não gostaria de afirmar que estes estão mais próximos da língua falada do que outros tipos de textos como, por exemplo, textos narrativos e textos legais, ou notariais.

Por outro lado, como não temos mais falantes vivos destas épocas do passado em estudo, não estamos condições de negar categoricamente que os nossos dados de língua escrita não refletem a língua falada. Assim, o mais certo talvez seja concluir, a respeito deste ponto, que o importante é verificar que, em um determinado período de sua história, uma língua apresenta certas propriedades que não mais se encontram no sistema em outro momento. Como diz Adams (1987,39): "If these properties were not at one time reflective of the spoken language, it is a mystery where they came from".¹⁰⁶

¹⁰⁶ Vance (1989), por sua vez, afirma que há dois métodos para se chegar à gramática de uma língua que não mais é falada. No primeiro, organiza-se um "corpus" com textos abrangendo diferentes regiões e diferentes períodos, e buscando uma caracterização representativa dentro desta variedade. No segundo, restringe-se o estudo a um único texto cuja gramática representa um estilo particular. Ambos têm suas limitações, pois, enquanto o primeiro não permite uma visão mais profunda das sub-gramáticas, o segundo, impede que se possa fazer

Por fim, lembramos outro ponto fundamental a ser considerado na pesquisa diacrônica, também resultante da contribuição de Lightfoot: não se tem como descrever ou explicar a mudança que as línguas sofrem ao longo do tempo sem uma teoria gramatical, ou seja, sem um quadro teórico bem estabelecido que nos oriente. Deste modo, para cada afirmação que é feita a respeito dos fenômenos que se manifestam nos dados, há um pressuposto teórico nos direcionando. Ao assumir, por exemplo, os pressupostos teóricos do programa minimalista na investigação do desenvolvimento do português, consideramos que os fenômenos da ordem, em particular, as diferentes posições que o sujeito, verbo e clíticos ocupam na sentença, podem ser analisadas com base na teoria da checagem do caso e com base na teoria da checagem dos traços verbais e nominais, presentes nas categorias funcionais relevantes. Assim, feitas estas breves considerações sobre a metodologia da pesquisa em sintaxe diacrônica, vamos aos resultados obtidos com a coleta de dados do século XVIII. Antes, porém, façamos uma breve apresentação dos textos que foram estudados. O "corpus" do século XVIII é composto de duas novelas, uma peça de teatro e cartas. No que se segue, apresento algumas breves informações a respeito de cada um destes textos.

1º) Cartas de Alexandre de Gusmão, no Quadro I abaixo referido como Gusmão (G), representa um conjunto de 56 cartas, escritas por Alexandre Gusmão (nasc.1695), num período que vai de 1734 a 1746. Neste conjunto de cartas estão incluídas aquelas que foram denominadas Cartas de Ofício e Cartas Particulares.

2º) A novela De Hora de Recreio do autor João Baptista de Castro (nasc.1700), no Quadro I referido como Baptista (BA), está conforme o texto da edição de Manuel Manescal da Costa, Lisboa,

certas generalizações, enquanto leva a uma valorização de outras.

1742.

3º As Cartas Familiares do Cavaleiro de Oliveira, no Quadro I referido como Oliveira (OL), foram escritas por Francisco Xavier de Oliveira (nasc.1702). Trata-se de um conjunto de cartas escritas durante o ano de 1736.

4º) A peça Esopaida, ou Vida de Esopo, apresentada no Teatro do Bairro Alto de Lisboa em 1734, foi escrita por Antônio José da Silva, o Judeu. Ela está referida no Quadro I como Judeu (J). Antônio José da Silva é filho de judeus portugueses e nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1705. Aos 8 anos de idade foi definitivamente para Portugal com a família, mas devido ao seu nascimento em terras brasileiras é considerado, em certos livros de História da Literatura Brasileira, como um autor brasileiro. Entretanto, nos livros de Literatura Portuguesa, é classificado como um dos mais conhecidos autores do teatro português do século XVIII.

(5º) O Verdadeiro Método de Estudar de Luís António Verney (nasc.1713), referido no Quadro I como Verney (VY), é um conjunto de cartas distribuídas pelo critério do agrupamento por assunto. Deste conjunto, escolhi como fonte de dados o VOL I constituído pelas Cartas I a IV: Língua Portuguesa, Gramática Latina, Latinidade e Línguas Orientais. O Volume I sai com o título Estudos Lingüísticos.

A respeito do texto, diz o prefaciador que as cartas estão escritas, sem dúvida, no mais familiar dos estilos então usados no século XVIII. "Qualquer página no-lo garante à mais ligeira análise do vocabulário que usa e da sintaxe que o organiza".

(p.XXIV) Ainda segundo o prefaciador, as cartas conservaram também dois outros aspectos deste português falado: a ortografia, que registra os valores verdadeiros com que as palavras eram pronunciadas, e a pontuação, que não se destina a marcar as partições lógicas do período, mas que se assenta principalmente nas

pausas do ritmo da elocução. Tanto uma quanto a outra foram, porém, atualizadas nesta versão que estou utilizando.

6º) Cartas do Marquês de Lavradio-no Quadro I referido como Marquês (MR)- representa um conjunto de cartas de amizade escritas por D.Luis de Almeida Portugal, 5º Conde de Avintes e 2º Marquês de Lavradio em dois diferentes períodos. No primeiro, como governador da Bahia, e no segundo como Vice-Rei do Rio de Janeiro. As cartas da Bahia abrangem um período que vai de 5 de maio de 1768 a 1º de fevereiro de 1769. As cartas do Rio de Janeiro são em número de 94 e abrangem o período que vai de 6 de novembro de 1769 a 30 de junho de 1770. O autor nasceu em 1727.

7º) As Cartas de Manique, escritas por Diogo Inácio de Pina Manique, estão referidas no Quadro I como Manique (MA). O autor nasceu em 1733.

8º) Cartas da Marquesa de Alorna, um conjunto de cartas familiares, no Quadro I referidas como Marquesa (MS), são de autoria de D.Leonor de Almeida- Marquesa de Alorna- e escritas em duas fases diferentes. Uma parte delas representa o conjunto das cartas que a autora escreve para seu pai durante a sua juventude no convento de Chelas. Uma segunda parte, representa o conjunto de cartas escritas para uma filha que se prepara para o casamento. A autora nasceu em 1750.

9º) Por sua vez, a novela História Jocosa dos Três Corcovados de Setúbal, Lucrecio, Flávio e Juliano foi publicada segundo a edição de Lisboa de 1789, em opúsculo volante da oficina de Francisco Borges de Souza. Seu autor é desconhecido. No Quadro I foi referida como A(utor)D(esconhecido), ou (A/D).

4.1. Os dados

O principal objetivo da apresentação dos resultados obtidos com a computação dos dados concernentes ao século XVIII é

documentar que este é o período em que a manifestação dos indícios da nova gramática que já está claramente evidenciada em Garrett e plenamente estabelecida em Camilo, Diniz, e outros autores do século XIX, convive com aquela que tem ainda traços da gramática do século XVI, e até mesmo do português antigo.

O Quadro 1 nos mostra as percentagens aproximadas das diferentes ordens de palavras computadas em todos os textos, os quais cobrem todo o século XVIII. As ordens mais freqüentes SV(X), V(X) e XV(S) aparecem ao lado dos grupos menores instanciando as ordens SXV, XSV, VS(X), (X)VXS e XXV.

Quadro I A posição do verbo em relação aos outros constituintes da sentença.

autores	SV(X)	SXV	XSV	V1	XV	VS(X)	XVXS	XXV	TOT
Gusmao	68 21%	10 3%	6 2%	84 26%	133 42%	6 2%	8 3%	5 1%	320
Batista	41 14%	/	6 2%	126 42%	65 22%	48 16%	14 4%	/	300
Oliveira	128 41%	/	12 4%	63 20%	61 20%	34 11%	12 4%	/	310
Judeu	102 31%	6 2%	14 4%	54 16%	132 40%	8 3%	10 3%	4 1%	330
Verney	68 23%	9 3%	13 4%	45 15%	126 42%	27 9%	6 2%	6 2%	300
Marquês	92 26%	27 8%	21 6%	61 17%	135 39%	4 1%	6 2%	4 1%	350
Manique	66 33%	13 6%	7 4%	29 15%	66 33%	6 3%	6 3%	7 4%	200
Marquesa	116 27%	19 5%	15 3%	143 33%	94 22%	30 7%	8 2%	5 1%	430
Aut/Des	43 22%	/	6 3%	82 41%	49 24%	14 7%	6 3%	/	200
Total	724	84	100	687	861	177	76	31	2740

Observe-se que, embora o conjunto das sentenças analisadas em cada texto não seja diretamente comparável, uma vez que há variação no total obtido em cada um deles, parece claro que, em todos os autores, a tendência foi a mesma em relação não apenas às ordens mais frequentes como também em relação às menos frequentes. Assumimos, portanto, que as conclusões que se pode tirar a respeito da ocorrência das diferentes ordens se estende a todos os textos

sem distinção.

4.2. A ordem das palavras

4.2.1. A ordem SV(X):

Na primeira coluna do Quadro I, a ordem SV(X) ilustra as construções em que o sujeito lexical e/ou pronominal está em posição pré-verbal.¹⁰⁷ A letra X que representa o objeto direto e os complementos preposicionados está entre parênteses para indicar a opcionalidade destes elementos, uma vez que foram consideradas não apenas as sentenças com verbos transitivos, mas igualmente, as sentenças com verbos intransitivos e verbos ergativos. Observemos que, em termos percentuais, a ocorrência das estruturas SV(X), na qual o sujeito é o elemento inicial, varia em cada autor e vai desde uma percentagem de 14% em Baptista até os 41% encontrados em Oliveira. Vejamos alguns exemplos:¹⁰⁸

(1) Sentenças principais SV(X) com sujeito pronominal (1a-e) e sujeito lexical (1f-j):

- a. Eu lhe tenho devido mil atenções...(MR,44)
- b. Eu quisera dar-te novas da Bahia....(MR,262)
- c. Ele me não tem escrito de Roma mais que uma cartinha de quatro regras à sua chegada...(G,130)
- d. Eu dezejo ali ao pé da Universidade fazer o

¹⁰⁷Não foram considerados os casos com sujeitos oracionais.

¹⁰⁸Baptista se distancia um pouco dos outros autores em relação a percentagem das sentenças SVO que, no seu texto, está menor do que os 16% alcançados pela ordem VS.

colégio. (MA, 18)

e. Eu venero esta Religião doutíssima, por agradecimento e por justiça. (VY, 50)

f. Os ingleses ignorantes aborrecem aos católicos, sem saberem o porquê; (G, 247)

g. O P. Argote desamparou o seu mesmo método... (VY, 118)

h. O célebre químico Rosacruz caprichava em inventar sempre coisas novas. (BA, 152)

i. A desordem dos sentidos causa ao amor o mesmo dano. (OL, 22)

j. Este poeta agrada-me sôbre todos... (MS, 187)

(2) Sentenças principais SV(X) precedidas por completivas adverbiais e gerundivas, que integram o período:

a. Enquanto isso passava, a mulher do pobre que tinha ficado à porta chamava por seu marido. (BA, 63)

b. E carregando-lhe na cabeça a quarta, ele carregava mais a cabeça. (BA, 58)

c. Quando a extravagância dos sentidos domina o amor fenece. (OL, 23)

d. Se me trouxeres minha mulher para casa, com alguma indústria, eu te darei a liberdade. (J, 164)

(3) Sentenças principais SV(X) precedidas por conectivos como e, mas, porém, etc:

a. ...mas o mariola com grande enfado lhe disse... (A/D, 119)

b. ...e eu tenho grande contentamento de que o conselho que dei a seus pais de o mandarem a essa escola conduzisse para um tão feliz sucesso da sua educação. (G, 181)

- c. ...porém, eu nao pude ir para o mesmo lugar.(MA,21)
- d. ...mas o autor declara que só dá regras para facilitar a inteligência da língua latina.(VY,116)
- e. O Governador de Goiás era muito do meu conhecimento, porém eu o achei tão velho e magro que inteiramente o desconheci...(MR, 327)

(4) Sentenças principais SV(X) com DP complexo:

- a. Os padres que já me esperavam me conduziram ao carneiro em que se acha sepultado meu pai e senhor... (MR,25)
- b. A última carta que recebi de V.Ex.^a deu-me uma consolação inexplicável...(MS,88)
- c. Todo o excesso que altere a beleza altera a saúde. Todo exercício que aumenta o vigor, a realça. (MS,393,394)
- d. ...e seu pai que é meu amigo me persegue continuamente...(G,61)

A inclusão destas sentenças com orações relativas no grupo das sentenças SV(X) levou em consideração uma classificação do sujeito como um DP complexo. Que estas sentenças relativas não interferem na posição dos clíticos é confirmado por Lobo (1992) em seu estudo do português quinhentista. Ao considerar as sentenças SVO com sujeito inicial e constituintes adjuntos (aposto e relativas), semelhantes a estas que apresento acima, e sentenças SVO com sujeito inicial sem estes constituintes adjuntos, a autora conclui que a presença deles não favorecia a posposição do clíticos.

Explica-se esta observação da autora porque seus resultados mostram que a próclise ocorre em 100% dos casos com sentenças SVO. Ora, nos meus dados, como se pode facilmente ver nos exemplos em (4a-d), a próclise e ênclise alternam nas sentenças com DP

complexos. No entanto, esta alternância está apenas refletindo a alternância normal que ocorre nas sentenças SV(X) neste período.

Tomando como base de comparação o desenvolvimento do francês, no qual o declínio da inversão V2 e aumento da ordem V3 ocorre paralelamente ao aumento da frequência das sentenças SV(X) e posterior reanálise das mesmas como AgrPs, podemos nos perguntar qual o estatuto destas sentenças no português do século XVIII. Em primeiro lugar, vemos que as percentagens obtidas indicam que, em termos de frequência, a ordem SV(X) coocorre com as ordens maiores XV e VI, ambas passíveis de serem analisadas como ordens de inversão.

Posteriormente, se tomamos em consideração a colocação dos clíticos, constatamos que, neste período, a próclise era bem mais freqüente do que a ênclise nas sentenças com a ordem direta.

Ora, como mostramos na nossa apresentação do português antigo, é justamente a variação de próclise e ênclise nas construções SV(X) que nos permite analisá-las, ou como estruturas que envolvem deslocamento, ou como construções de TOPV2. Levando em conta, portanto, estes dois fatores, frequência e padrão de colocação dos clíticos, concluímos que o estatuto da ordem SV(X) no português deste período evidencia a sintaxe V2.

Como veremos posteriormente, a sentença SV(X) será reanalisada. Esta reanálise, entretanto, não implica, segundo a proposta que desenvolveremos, nem a perda de Agr1, nem a perda do movimento do V para uma posição funcional mais alta. Lembramos ainda que a nossa preocupação não é o movimento do verbo finito para checar os traços-V relacionados a seus afixos visíveis. Sem maiores considerações, assumimos que Agr e T instanciam traços-V "fortes" que detonam a operação de checagem na sintaxe visível. O que nos preocupa é o movimento do verbo para Agr1, movimento este que caracteriza, segundo a análise que estamos assumindo, as línguas com verbo finito e ênclise e as línguas V2.

4.2.2. A ordem SXV

A segunda coluna do Quadro I apresenta os resultados obtidos com as sentenças que têm a ordem SXV. Estas se diferenciam das sentenças SV(X) pela presença de um constituinte que interfere na adjacência sujeito-verbo. Como se pode observar, a ordem SXV faz parte dos grupos menores, uma vez que a sua percentagem não ultrapassa os 8% encontrados no Marquês. Vejamos alguns casos:

(5)

- a. Eu bem desejava satisfazer a minha palavra.(MR,85)
- b. Eu, minha senhora, já me canso de queixar-me.(MR,214)
- c. As relações dos anos pretéritos alguma coisa se deslocaram.(MR,264)
- d. Eu logo o faço presente.(MR,49)
- e. ...não me admira das vezes que aí fez correr o célebre Dom Luís de Souza: eu nunca conheci homem, nem de mais curtos talentos, nem mais velhaco, e falho de sinceridade: eu aqui o tive bastantes meses e em todos eles, me fez suportar bastantes impertinências...(MR,342,343)
- f. O Senhor Marquês de Lorna, que foi um homem tão sábio como V.Ex.^a conhece, nos primeiros meses de seu governo, fingiu-se pateta.(MR,300)
- g. O meu livreiro agora fornece os jornais enciclopédicos, os quais faço tenção de mandar a V.Ex.^a... (MS,232)
- h. E as minhas palavras e obras bastante prova fazem da minha conduta.(MA,47)
- i. Eu verdadeiramente não sei donde veio que o ça se pronunciasse sa; (VY,140)
- j. Um meu amigo, para desatar este nó, serviu-se de Pensamentear;(VY,258)
- l. Estes excessos, que são capazes de prejudicar aos mais sadios, alguma cousa o abateram;(G,132)

A ocorrência da ordem SXV nos textos do século XVIII é bastante interessante, pois nos permite fazer uma hipótese a respeito da posição relativa do verbo finito e do sujeito. Observe-se que, embora o sujeito esteja linearmente em posição pré-verbal, a próclise detonada por advérbios com "força de operador" como já, nunca, bem, etc., pode ser interpretada como forte evidência de que estes elementos ocupam uma posição interna à sentença, mais especificamente, a posição de especificador de CP, de acordo com a análise que estamos assumindo, ficando o sujeito em posição deslocada, ou em TOP.¹⁰⁹

Entretanto, casos como (5f) e (5j), que apresentam ênclise, evidenciam que não apenas o NP sujeito, mas também o constituinte que aparece entre o sujeito e o verbo pode igualmente estar numa posição periférica. Lembramos ainda que as construções com a ordem SXV que encontramos nos dados do século XVIII se assemelham àquelas encontradas nos textos do português arcaico (cf. Cap.3, exs.3a e 3c). Segundo os argumentos que então apresentamos, a ordem SXV evidenciaria a "liberdade" do V2, ou ausência do "efeito V2" neste período, pois apresenta o sujeito e outros constituintes em

¹⁰⁹ Veja (Martins (1994,471,487) para um estudo da semântica e distribuição de alguns destes advérbios de próclise no PE, os quais têm em comum "o apresentarem propriedades semânticas peculiares quando ocorrem na periferia esquerda da frase; propriedades que não se manifestam quando os mesmos advérbios são pós-verbais." Tomemos como exemplo o advérbio sempre. Martins afirma que a leitura temporal deste advérbio se perde quando ele é usado como um "operador de ênfase" em posição pré-verbal. Também na periferia da frase, o advérbio pode ser focalizado, mas neste caso, conserva a leitura temporal que apresenta em posição pós-verbal. Os exemplos abaixo ilustram as três possibilidades, sendo que na sentença em (a) sempre é ambíguo entre uma leitura temporal e uma leitura não-temporal, enquanto em (b) apenas a leitura temporal é permitida.

- (i) a. Sempre fizeste a escolha certa.
 b. Conheci-o sempre com barba.

Naturalmente, a interpretação de sempre como "operador de ênfase" não é possível no português do Brasil.

O estudo de Martins é bastante esclarecedor porque corrobora não só a hipótese de que os advérbios no PE podem realmente se comportar como sintagmas focalizados ou como elementos que reforçam o valor assertivo da sentença, ocupando, neste caso a posição de especificador.

adjunção a CP. Assim, embora o verbo possa aparecer linearmente na segunda, terceira, ou quarta posição, estruturalmente ocupa a segunda posição, ou núcleo do CP.

De fato, no francês antigo (cf. Vance, 1989), a ordem SXV não foi encontrada nas sentenças principais, o que é totalmente previsível, uma vez que, nas línguas V2 "rígidas", o sujeito pré-verbal aparece adjacente ao verbo. A ordem SXV só começa a ser observada nos textos do período medieval quando o sistema gramatical do francês já estava sofrendo profundas modificações.

4.2.3. A ordem XSV

A ordem XSV ilustrada na terceira coluna do Quadro I indica que um elemento na posição inicial (complemento/adjunto preposicionado, advérbios) não detona a inversão sujeito-verbo. Nestas construções, o sujeito está sempre lexicalmente realizado. Este critério do sujeito realizado lexicalmente é essencial, uma vez que é ele que nos leva a distinguir a ordem XSV da ordem XV, na qual o sujeito ou é nulo, ou está em posição pós-verbal.

Nos nossos dados, como se pode ver pelos resultados da coluna 3, a ordem XSV, ou ordem V>2, ocorre com uma frequência muito baixa em todos os textos. Geralmente, os elementos que aparecem em posição inicial são advérbios sentenciais, temporais e sintagmas preposicionados. Mais raramente aparecem os advérbios "afetivos". É relevante observar que estruturas em que o NP objeto ocupa a posição inicial em adjunção ao NP sujeito, ou seja, estruturas com a ordem OSV, não foram encontradas. A ausência da ordem OSV parece ser, portanto, uma constante no desenvolvimento do português desde a sua fase antiga, como vimos no Cap.3. Vejamos alguns exemplos da ordem V>2:

(6)

a. Em Lisboa certo picão tinha uma mulata mais amiga que

sua.... (BA,165)

b. Ainda o Rei das Armas me nao abriu a minha. (J,35)

c. Sem língua ninguém pode falar.(J,103)

d. Sempre ela me dá grandes cuidados. (J,219) .

e. E por tua intercecção Deus lhe outorgou o que pedia.(G,105)

f. Primeiramente o Cardeal da Mota me respondeu.(G,218)

g. ...finalmente o gosto também padece... (MR,106)

h. ...agora esta minha extensa carta suprirá as pequenas... (MR,241)

i. ...e por esta razão eu a chamava muitas, e muitas vezes para vir estar comigo.(MR,313)

j. No tempo de Cícero, a língua romana tinha de idade, pelo menos, uns setecentos anos... (VY,284)

l. E hoje os Franceses mais doutos rejeitam muitas letras que parecem escusadas...(VY,135)

m. A sua curiosidade nada escapa. (Ol,15)

n. Justamente Deus castigou a minha vaidade. (MA,4)

o. Não tive a felicidade de falar a V.M. se não instantes, e nesses, o respeito não admitiu senão súplicas resumidas ou agradecimentos.(MS,423)

Qual seria o estatuto da ordem XSV no português do século XVIII? Em primeiro lugar, a baixa percentagem destas estruturas em todos os textos-a percentagem mais alta é 6% no Marguês- nos leva a refletir sobre o papel que elas desempenham nas questões que se colocam relativas à ordem de palavras e estrutura de frase no desenvolvimento do português.

Se novamente tomamos como ponto de referência o desenvolvimento do francês, lembramos que autores como Adams (1987,1988), Vance (1988, 1989), Kroch (1989), Roberts (1993a) e

outros tomam o aparecimento da construção XSV, ou V3, no francês medieval como evidência para o declínio da ordem V2. Com o propósito de retomar este ponto, pensemos nos exemplos de Vance (1989), ilustrando o contraste entre a sentença com a ordem XSV (7a) -impossível nas línguas V2 - e a ordem XVS (7b) - obrigatória nestas línguas:

(7)

- a. Apres disner le chevalier me dist...
Após a refeição o cavaleiro me diz...
- b. et por ce me merveil je de ce que vos me dites
e por isto me maravilho eu do que você me diz

Na história do português, a ordem V>2 tal como ilustrada em (6a-o), não é um fenômeno do período clássico, uma vez que sua presença foi constatada já nos textos arcaicos. Se assumimos a hipótese da estrutura de frase com projeção CP, o elemento inicial nas sentenças XSV é analisado como um elemento deslocado, ou em TOP. Entretanto, na fase antiga do português, ao contrário do que aconteceu com o francês- uma língua V2 rígida-, a possibilidade de ocorrência de mais de um constituinte à esquerda do verbo finito indica que o fato de eles estarem em adjunção a CP, ou em TOP, não evidencia declínio, ou perda do V2.

Dizendo com outras palavras, esta seria mais uma construção que receberia um estatuto diferente daquele apresentado na evolução do francês e que, ao lado da construção SXV, é resultante da "liberdade" do V2 no português.

Por outro lado, como observamos acima, a ordem OSV- uma das instanciações da ordem XSV- não foi encontrada nos textos do século XVIII. Penso que a ausência desta ordem não é mera "falha" dos dados, ou problema de ambigüidade como já notou Mattos e Silva (cf.Cap.3). Ao contrário, prefiro assumir que esta ausência da

ordem OSV em todo o desenvolvimento do português antigo e clássico está evidenciando a força da sintaxe V2, ou seja, o objeto direto em posição inicial detona a inversão sujeito-verbo.

Além disso, a ausência da ordem OSV reforçaria, como já disse, a hipótese de que, neste período, advérbios, sintagmas preposicionados, etc., que aparecem em posição inicial sem detonar a inversão sujeito-verbo não evidenciam a reanálise da TOPV2. Conseqüentemente, pode-se concluir que nas construções com a ordem XSV, o sujeito é o elemento que ocupa Spec,CP e que "conta" como o constituinte relevante.

Como era de se esperar, a próclise do pronome complemento ocorre com frequência. A este respeito é ainda importante observar mais atentamente a natureza do advérbio que aparece adjacente ao sujeito. Tomemos como exemplos as sentenças em (6b,d), respectivamente com os advérbios ainda e sempre em posição inicial. Pelo que foi dito a respeito da distribuição destes advérbios, eles deveriam estar ocupando o especificador de CP. De fato, como os exemplos abaixo mostram sempre se comporta como advérbio de próclise em todos os exemplos:

(8)

a. Sempre me ofendeste na imaginação, de que eu era outra. (J,180)

b. Ao Senhor Bispo devo algumas respostas, e sempre me acho alcançado de tempo para escrever-lhe. (G,98)

Porém, se assumimos que é o sujeito que na ordem XSV ocupa a posição de especificador, que análise atribuir a estes advérbios? Em primeiro lugar, vejamos o caso de sempre. A interpretação temporal que ele recebe na posição pré-verbal em uma sentença como (6d) nos leva a concluir que no português do século XVIII sempre poderia estar em posição periférica, conservando o seu valor temporal, assim como ocorre com outros advérbios temporais, entre

eles, hoje, ontem, etc. Além disso, o fato de que sempre esteja coocorrendo com a próclise não é evidência de que ele esteja se comportando como um advérbio "proclisador", uma vez que a próclise ocorre com sujeito referencial neste período (cf. Tabela,4).

Outra análise possível seria pensar que sempre pode ocupar o especificador de uma categoria funcional mais alta, enquanto o sujeito e o complexo [cl+V] ocupam um núcleo funcional mais baixo. Em outras palavras, sempre poderia estar no especificador de CP, enquanto o sujeito e o complexo [cl+V] ocupam AgrP. Esta análise, porém, não está de acordo com os pressupostos que assumiremos a respeito de estrutura de frase e inventário das categorias funcionais. Posteriormente, apresentaremos os argumentos que justificam que esta análise não dá conta dos contextos de próclise e ênclise neste período.

Podemos também considerar que, como ocorre no português moderno, também no século XVIII advérbios como sempre são sintagmas focalizados em posição pré-verbal. Neste caso, sentenças como (6b) e (8a-b) ilustram estruturas de Focalização, nas quais sempre detona a próclise obrigatória. Para uma análise destas construções, consideramos, então, que um domínio de checagem estendido, possível dentro da teoria minimalista, possibilita que sempre ocorra em adjunção ao sujeito, concordando com um traço em C que especificaremos oportunamente como [+f].

Vejamos agora o caso de ainda. Como se tem dito, ainda é um advérbio de próclise, e como tal, esperaríamos que estivesse na posição interna da sentença. Vou assumir que, de fato, ainda é interpretado como um advérbio positivo no sentido de Belletti (1990), com a função semântica de reforçar o valor assertivo da sentença, ou do NP com o qual está relacionado. A possibilidade de ocupar uma posição inicial, adjacente não ao complexo [cl+V], mas ao sujeito como na sentença (6b), poderia ser explicada se assumimos que a gramática do português permite que advérbios

positivos e operadores de foco possam ocupar uma posição diretamente adjunta ao NP que o segue, instanciando uma relação de modificação. Desta forma, é a seqüência, como um todo, que ocupa Spec,CP "afetando" a ordem dos verbos e clíticos.

4.2.4. A ordem V(X) ou V1

A quarta coluna do Quadro I nos apresenta a percentagem das estruturas do tipo V(X) com o verbo em posição inicial absoluta e sujeito nulo fonologicamente. Novamente, o constituinte X está entre parênteses para indicar que os verbos intransitivos foram também considerados. Por sua vez, a ordem VS na sexta coluna, embora represente estruturas com verbo em posição inicial, se diferencia da ordem V1 por ter o sujeito realizado lexicalmente. Dois foram os motivos para esta separação: (i) a ordem V1 tem uma ocorrência muito maior em todos os textos do que a ordem VS; (ii) é possível levantar a hipótese de que na estrutura V1 a posição do sujeito nulo pode ser ambígua.

A percentagem da ordem V1 em todos os textos é relativamente alta, atingindo mais de 50% nas Novelas. Sem dúvida, como veremos, a possibilidade de sujeito nulo referencial sem restrições em sua distribuição revela importantes propriedades da sintaxe da colocação do verbo e clíticos no desenvolvimento do português. Em (9) temos alguns exemplos de V1.

(9)

- a. Tomo a confiança de dar a V.M. semelhante enfado, na suposição que lhe seja fácil a licença da extracção;(G,139)
- b. Acho muito conveniente que escrevas ao outro caturra.(MS,)
- c. Seguiu-se inteiramente os desígnios de V.Ex.a...(MS,)
- d. E apenas nos apanharam recolhidos, fizeram logo algum estrago.(J,283)

e. Se faltar para a conta, pagarei pontualmente. (G,160)

Entretanto, é nas narrativas que o sujeito nulo referencial aparece freqüentemente e com grande liberdade. O trecho que reproduzimos abaixo ilustra o ponto. Observe-se que o sujeito que aparece no início da narrativa -certo fidalgo- não é nunca retomado pelo pronome

(10)

"Certo fidalgo prezado de representante, seguiu a profissão militar, e ajustada a paz se casou com uma senhora mui formosa e não mui honrada. Em ocasião de jubileu foi a certo convento de sua terra donde os confessionários têm porta para o claustro e outra para a Igreja e uma parede com gradinhas no meio. Espreitando pela porta do claustro, viu que sua mulher se chegava a um confessionário donde não havia religiosos. Pareceu-lhe boa conjuntura, entrou, cerrou por dentro, sentou-se no banquinho e escarrou. Crendo a mulher que estava ali confessor, entrou e começou seu processo." (Da Hora de Recreio).

Durante anos, o tópico sujeito nulo foi intensamente investigado, buscando os autores explicar as condições de seu licenciamento em línguas tão diferentes como o italiano e o chinês. Particularmente, nas românicas, a possibilidade de sujeito nulo referencial tem sido relacionada a uma propriedade morfológica destas línguas, ou a uma flexão "rica", a qual permite a recuperação do conteúdo destes pronominais nulos. O português europeu, ao lado do espanhol e do italiano, é uma língua de sujeito nulo e, ao contrário do francês, não perdeu esta característica ao longo do seu desenvolvimento.

De fato, quando fazemos uma comparação entre o desenvolvimento do português e o desenvolvimento do francês com respeito à possibilidade da ordem VI, a primeira conclusão óbvia a que se chega é a de que uma das diferenças marcantes entre as duas línguas é a ausência vs presença da restrição para preencher

fonologicamente a posição inicial.

Estivemos discutido no Cap.2 que autores que estudaram a fase antiga do francês atribuem esta restrição ao caráter "rígido" do V2 nesta língua. Se no português esta restrição à ordem V1 nunca ocorreu, pelo contrário, como já foi comentado, se ela foi sempre muito freqüente em toda a sua história, como pensar numa correlação entre ordem de palavras e licenciamento de sujeito nulo nos moldes do que ocorreu no francês? As questões a serem consideradas para o português são, portanto, as seguintes: (i) pode se achar evidências para a posição pós-verbal do sujeito nulo? (ii) os textos manifestam uma correlação entre sujeito pós-verbal e sujeito nulo? (iii) o comportamento dos clíticos está de algum modo relacionado com a distribuição dos sujeitos nulos?

Não farei nenhuma tentativa para responder a estas questões com base apenas nas características das estruturas V1. Uma resposta satisfatória para elas ainda deverá levar em consideração a análise das sentenças com a ordem XV e sujeito nulo, como veremos na seção 4.2.6. Posteriormente, deixaremos também mais claro que a possibilidade de sujeito referencial nulo é outro fator determinante nas reanálises que se observam no desenvolvimento do português.

4.2.5. A ordem VS

A ordem VS(X) tem em comum com a anterior o fato de apresentar o verbo em posição inicial. Neste caso, porém, o sujeito realizado lexicalmente está em posição imediatamente pós-verbal. Olhando atentamente para a sexta coluna da Tabela I, constatamos que a ocorrência destas sentenças em termos percentuais varia nos diferentes textos, embora em quase todos eles faça parte dos grupos menores. Assim, a percentagem mais alta desta ordem foi obtida nas

Novelas, onde atingiu 16% em Baptista. Nas Cartas, a exceção fica para Oliveira, onde a percentagem atinge 11% do total das declarativas computadas.

Como sabemos, a ordem VS(X) permite diferentes análises, dependendo do tipo de verbo que está em questão, isto é, dependendo do fato de elas ilustrarem construções com verbos transitivos e intransitivos de um lado, ou construções com verbos ergativos de outro. Nas sentenças com verbos ergativos, o sujeito está na posição do objeto na sintaxe visível e recebe nominativo nesta posição. A inversão sujeito-verbo, nestes casos, não resulta necessariamente do movimento do verbo para fora do IP. É isto certamente que possibilita que as línguas que não permitem inversão sujeito-verbo com verbos intransitivos, ou transitivos, possam tê-la com verbos ergativos.¹¹⁰

Por outro lado, a ordem VS com verbos transitivos e intransitivos supõe movimento do sujeito na sintaxe visível para a checagem do caso nominativo. Como temos assumido que Spec,AgrS é a posição de checagem do nominativo para o NP sujeito em posição pós-verbal no português, a derivação da ordem VS com verbos transitivos e intransitivos não-ergativos supõe que o verbo se move na sintaxe

¹¹⁰ Veja a este respeito, Nascimento (1984) para uma discussão e análise das propriedades semântico-sintáticas das Frases Apresentativas com sujeito invertido no português.

Como se disse, a ordem VS é típica das frases apresentativas. Em algumas línguas, ela se restringiu aos verbos ergativos e passivos e é totalmente impossível com verbos transitivos. Em outras, como o inglês, ela não ocorre nem mesmo nestes contextos restritos. No português do Brasil (PB), a construção VS tem sido estudada com muito interesse pelos nossos lingüistas entre eles, Pontes (1982, 1987) Berlinck (1989), Tarallo & Kato (1989), Kato & Tarallo (1994). O que estes trabalhos têm em comum é a afirmação de que a ordem VS no português brasileiro está restrita aos contextos com verbos intransitivos/ergativos/passivos, ou seja, adotando a terminologia de Tarallo & Kato (1989) está restrita aos contextos mono-argumentais. Kato & Tarallo (1994) sugerem, porém, que o fator em atuação no PB não é a mono-argumentalidade, mas uma restrição fonológica que impede que dois constituintes ocorram à direita dos verbos transitivos.

Para um estudo mais abrangente da ordem no português falado no Brasil, veja Castilho (1990).

visível para uma posição mais alta do que aquela ocupada pelo sujeito nominativo. Esta posição funcional para onde o verbo se move, obviamente, evidencia, em nossos termos, a ativação do sistema CP.

Tendo em vista estas diferenças, separei do conjunto de sentenças VS aquelas que ilustram construções com verbos ergativos. Em (11) abaixo, apresentamos, portanto, apenas sentenças com verbos transitivos, nas quais os complementos são realizados lexicalmente, ora como NPs, ora como orações, ora como sintagmas nulos fonologicamente.

(11)

- a. Confessou este seus pecados. (BA,125)
- b. Pegou ele no púcaro. (BA,130)
- c. Levava um rústico à cabeça, para vender na cidade, uma quarta de leite.... (BA,132)
- d. Escandalizou a acção a muitos. (BA,124).
- e. Aceitou o mariola o contrato. (A/D,79)
- f. Gostou o governador desta comparação. (A/D,139)
- g. Deu-lhe a natureza os pés mais horrendos dos animais. (OL,127)
- h. Abraçaram algumas pessoas cegamente a opinião do Bluteau; (VY,206)
- i. Protesta ele nas mesmas cartas inéditas que não dera em várias coisas melhor método... (VY,6)
- j. Venceram VV.RR. não derramando o sangue dos outros, mas o próprio ... (VY,14)
- l. Introduziu o uso em Portugal dobrar os RR quando têm pronúncia forte; (VY,205)
- m. Apanha-me o correio com uma importuna dor de cabeça que me proíbe o gosto de escrever uma carta comprida. (MS,151)

n. Teimou o Arcebispo muito que era verdadeira a proposta e a recusa. (MS,350)

o. ...quis o Bispo que eu viesse tomar logo posse naquele dia ... (MR,23)

Note-se que as construções com a ordem VSO com verbos transitivos e objeto lexical do tipo de (10a) parecem apresentar uma produtividade maior no português clássico do que no português moderno e, pelo que foi discutido no Cap,3. Parte II, podem exibir propriedades que as tornam mais semelhantes às construções VSO do espanhol moderno. Não farei, porém, qualquer tentativa para justificar esta afirmação.

Na verdade, há uma característica importante da gramática do português clássico do século XVIII que pode ser observada através da ordem VS: trata-se da obrigatoriedade da adjacência sujeito-verbo quando o sujeito é pronominal. A sequência VXS na qual X é um complemento do verbo e S o sujeito pronominal resultando, por exemplo, uma seqüência do tipo "Pegou no púcaro ele" não ocorre nos dados. Naturalmente, a ordem VXS (cf.4.2.7.) em que o sujeito lexical está em posição pós-verbal após todos os constituintes da sentença é perfeitamente gramatical.¹¹¹

¹¹¹ Entretanto, esta não é uma restrição apenas do português clássico. O estudo de Âmbar (1992) a respeito das diferentes posições nas quais o sujeito pode aparecer nas estruturas de inversão sujeito-verbo no PE, mostra que, na presença de um auxiliar e inversão, a posição preferencial do sujeito segue a seguinte escala em relação à aceitabilidade:

- a. posição imediatamente pós-auxiliar
- b. posição imediatamente pós-verbo principal
- c. posição final

Vejamos os exemplos:

- a. Nesse dia, tinha a Maria/ela emprestado os seus melhores discos.
- b.? Nesse dia,tinha emprestado a Maria/ela os seus melhores discos ao Pedro.
- c.* Nesse dia tinha emprestado os seus melhores discos a Maria/ela ao Pedro.
- d.Nesse dia, tinha emprestado os seus melhores discos ao Pedro ?? a

O segundo grupo de sentenças VS, ilustrado em (12), instanciam sentenças com verbos intransitivos, ou com verbos transitivos em que um dos argumentos está cliticizado:

(12)

- a. Trouxe-as o Conde para que nós a víssemos. (MS,87)
- b. ...e caminharam todos para a margem do Tejo (A/D,140)
- c. Continuou este costume até o tempo de Quintiliano e seu discípulo Plínio-o-Moço...(VY,90)

Obviamente, estas construções diferem das anteriores justamente porque a cliticização de um dos argumentos permite que a inversão sujeito-verbo possa ocorrer mesmo em línguas que não a permitem com verbos transitivos. Finalmente, vejamos os exemplos de estruturas VS com verbos ergativos:

(13)

- a. Seguiu-se um tropel de versos. (MS.322)
- b. e ferveram os incómodos. (MS,161)
- c. Acabou-se a carta (Ol,158)
- d. Perdeu-se Siquém e toda a sua cidade pela formosa Dina. (OL,285)
- e. Chegou a cutileira à presença do governador que já estava sentado em uma magnífica cadeira na dita sala.(A/D,153)

Maria/ A MARIA/*ela/ ?*ELA

O exemplo (c) mostra que o sujeito não pode ocorrer entre dois complementos. Quanto ao exemplo em (d), este é semelhante ao que encontrei nos textos do século XVIII e que foram consideradas como construções com a ordem VX(S). Nestes casos, como dissemos, o sujeito pronominal não é permitido.

f. ...e morrerão todos afogados.(J,131)

Ao separar as construções com a ordem VS e verbos ergativos das outras com verbos transitivos e intransitivos, tivemos como principal objetivo comparar as percentagens em que elas ocorrem nos dados. Os resultados nos mostraram que a frequência de sentenças VS com verbos ergativos foi bastante baixa, o que nos permitiu concluir que, no século XVIII, a ordem VS não está restrita a estes contextos de ergatividade.

Outro ponto importante que pôde ser observado nestas construções com a ordem VS foi a possibilidade de inversão sujeito-verbo nas construções com o complexo verbo auxiliar/predicativo, ou verbo auxiliar/principal, como ilustrado em (14):

(14)

a. Ficou o mariola pasmado.(A/D,127)

b. Ficou o castelhano satisfeito.(BA,170)

c. Tem o Sr.Villares persuadido ao Snr.Intendente de que sou Inimigo.(MA,147)

d. Depois de beijar a mão à Rainha, foi o Conde conferir com o Arcebispo que o tratou às mil maravilhas. (MS,297)

e. Estão todos os Portugueses tão persuadidos desta verdade, que quem quisesse dizer o contrário, seria públicamente escarnecido.(VY,110)

f. Para dar razão destas variações, têm alguns escrito longas páginas;(VY,188)

g. Costumam muitos Portugueses dobrar os ee finais em muitas vozes, especialmente em Fée, Séé etc.,...(VY,153)

Como já foi dito, o fenômeno do sujeito nominal/pronominal após o auxiliar/modal nos compostos verbais é uma possibilidade do português em todas as fases de sua evolução. Enquanto o fenômeno

persiste na língua até os dias atuais, o mesmo não se pode dizer das outras línguas românicas que não mais instanciam este tipo de arranjo. Tomamos, então, esta propriedade da ordem VS no português como mais uma evidência para a nossa hipótese de que o sujeito pós-verbal com verbos não-ergativos não só não pode permanecer no interior do VP, como também deve se mover para checar seus traços de caso/conc em Spec,AgrSP.

Por outro lado, pode se pensar que a baixa freqüência das declarativas VS nos textos consultados, aliada ao fato de que a maioria delas apresenta verbos transitivos, está sugerindo que é justamente o fato de elas ocorrerem com este tipo de verbo que as coloca no grupo das ordens menores. Em outras palavras, a baixa freqüência da ordem VS indicaria que começam a ficar mais evidentes as restrições em relação à colocação do sujeito pós-verbal em contextos com verbos transitivos.

Outro aspecto que pode ser destacado a respeito da natureza do sujeito pós-verbal nestas construções é a ausência do efeito de definitude. Como se vê pelos exemplos acima apresentados, tanto o sujeito definido, como indefinido, ou quantificado, podem ocorrer nesta posição.¹¹² Por fim, observemos ainda a colocação dos clíticos. A ordem VS, assim como a ordem V1, as quais apresentam o verbo em posição inicial absoluta, constituem eternos contextos da ênclise categórica. Deixamos para discutir em maiores detalhes uma possível análise para estas construções no Cap.5. Parte II, quando então faremos uma comparação com as análises propostas para a ordem denominada "V1 narrativo" encontrada nas línguas germânicas V2.

4.2.6. A ordem XV

¹¹² Para uma discussão da restrição de definitude aos NPs pós-verbais em estruturas com verbos inacusativos, veja Belletti(1988).

A ordem XV, apresentada na coluna 5 do Quadro I, representa as estruturas em que o verbo finito é precedido imediatamente por adverbiais, complementos /adjuntos preposicionados, objetos e conectivos. O sujeito, se realizado lexicalmente, está em posição imediatamente pós-verbal. Entretanto, como iremos demonstrar no Quadro II, o sujeito nulo fonologicamente ocorre com muita freqüência nas construções com a ordem XV. O que este fato poderia significar? Por enquanto, basta dizer que assumiremos que estes casos de ordem XV com sujeito nulo instanciam a inversão sujeito-verbo, ou seja, evidenciam que o sujeito nulo está licenciado em posição pós-verbal. Obtém-se, assim, com a ordem XV e sujeito nulo, a ordem V2.

Em primeiro lugar, vejamos separadamente os exemplos de construções XV, em que os elementos iniciais são advérbios, complementos/adjuntos preposicionados e objetos diretos. Neste grupo estão computadas apenas as construções com verbos transitivos e intransitivos. Aquelas com verbos ergativos foram consideradas separadamente.

1º) Ordem XV com advérbios em posição inicial e sujeito lexical/pronominal pós-verbal.

(15)

a. E então veriam vocês o estado em que me acho reduzido... (MR,311)

b. Finalmente, advertiram os Gramáticos e Oradores de melhor nome que a Ortografia está sujeita ao costume (a); (VY,287)

c. E assim deve V.P. estar preparado para não se admirar de alguns termos novos... (VY,60)

d. e ali perdeu Xerxes a sua maior batalha. (G,315)

e. Então achará V.M. muita obra grande adiantada e também

muitas ruínas.(G,188)

f. e depois dos primeiros cumprimentos, debutou Mr.Filinto por uma ode bonita... (MS,171)

g. Aqui tem VSª a Triste situação em que me vejo...(MA,16)

2º) Ordem XV com complementos/adjuntos preposicionados em posição inicial e sujeito lexical/pronominal pós-verbal.

(16)

a. Com sua chegada a Lisboa saberá V.Exma...(G,295)

b. Ao Sr desembargador e às senhoras dessa casa oferecerá V.M. o meu obséquio.(G,211)

c. ...e com esta ocasião procura ele concluir algumas dependências que a sua casa tinha ainda na América... (MR,267)

d. ...e estou esperando que nenhuma das outras rendas fiquem por arrendar: desta narração poderás tu concluir o labirinto em que me acho metido ...(MR,136)

e. ...êste país é ardentíssimo, as mulheres têm infinita liberdade, tôdas saem à noite sós andam quase nuas a pouco mais de meia cintura para cima, e porque as camisas são feitas em tal desgarré, que um ombro e peito daquela parte é necessário que ande aparecendo todo, saem em chinelas, e de todo este modesto preparo podes tu tirar a conclusão que se seguirá...(MR,138).

f. A estas últimas chamam os médicos doenças contra a natureza. (OL,164)

g. Sobre os ordenados dos dous regulará V.S.ª a proporção... (MA,24)

h. e com os empregos incham os homens. (MA,153)

i. ...e por ella conhecera VSª o modo porque tais Homens avalião os meus Trabalhos e disvellos a resp.^{to} da humanidade. (MA,87)

j. No mesmo instante fez o governador o sinal. (A/D,182)

- l. Com a língua faz o arrieiro a célebre cantiga (J,105)
- m. Senhor mestre Xanto, sobre isto da potência visiva tinha eu um argumento.(J,22)
- n. a isto venho eu com tanto perigo.(J,180)
- o. Duarte Nunes põe sempre c antes de t, como em Docto, Doctrina etc.Desta affectação zombam os homens de melhor juízo ... (VY,147)
- p. Desta opinião foram alguns antigos Portugueses... (VY,177)
- q. A isto chamo eu destruir, nao emendar, a boa Ortografia.(VY,224)
- r. Desde o século duodécimo até todo o século décimo sexto, reinou outra particular ignorância sobre o método. (VY,94)
- s. Pela carta da mana, verá V.Ex.^a em que estado me deixam os seus louvores... (MS,123)
- t. Destas paixoes contrárias nasce a cólera, a tristeza, o engano, a esperança, a desesperação, a alegria...(OL,191)

3º) Ordem XV com objeto direto como elemento inicial e sujeito lexical/pronominal pós-verbal.

(17)

- a. Essa não sabia eu.(J,45)
- b. Quimera por Chimera, defende Bluteau e alguns outros.(VY,203)
- c. Esta razao achará V.P. em alguns livros impressos. (VY,294)
- d. e isto devemos nós também fazer, emendendo os erros de Camões...(VY,277)
- e. Esse chamo eu um mesquinho, um miserável.(MS,402)

f. O objeto de seda tenho eu já bastante-
princiado;(MR,90)

Pode se dizer que a maior evidência de que estes casos ilustram a ordem V2 está nos exemplos que têm o sujeito após o verbo auxiliar nos complexos verbais, como ilustrado em (14c), (15c,d,e,). Observemos a seguir alguns exemplos de construções XV com verbos ergativos:

(18)

a. e em meu tio correm os mesmos sentimentos.(G,105)

b. Sábado de tarde principiaram os acontecimentos.
(MR,323)

c. ...a êste principiou o enjão logo ao sair da
barra...(MR,)

d. Daqui nasceu aquela a particular terminação em ão dos
Portugueses. (VY,194)

Note-se que a ordem XV com verbos ergativos, embora semelhante na superfície às sentenças XV com verbos transitivos, pode ser analisada de forma diferente sem supor movimento do verbo para a posição V2 na sintaxe visível. De fato, como já foi discutido, inversões aparentemente V2 com verbos ergativos são muito produtivas em línguas como, por exemplo, o português do Brasil, ou o francês moderno que têm apenas V2 residual.¹¹³ Nos nossos dados, porém, a ordem XV com verbos ergativos alcança uma percentagem

¹¹³ Vance (1989,1991) discute longamente os casos de inversão sujeito-verbo com verbos ergativos no francês antigo. Por sua vez, Roberts (1993a) observa que, embora muitos destes casos pudessem ser tratados como "inversão livre", a rigidez do V2 neste período evidencia que o verbo se move normalmente para C nestas construções. Segundo o autor, uma diferente análise pode ser atribuída às seqüências que parecem V2 no francês moderno, como por exemplo: "Dans cette maison vécut Racine". Tais exemplos de inversão sujeito-verbo devem ser tratados como "inversão estilística" a qual difere do V2 por apresentar o verbo após todo o complexo verbal nos tempos compostos.

baixíssima no conjunto das estruturas XV, o que nos leva a concluir que a possibilidade da inversão sujeito-verbo do tipo V2 não está relacionada à ergatividade neste período.

A seguir, vamos exemplificar os casos de ordem XV, mas desta vez, o sujeito é nulo fonologicamente. Como dissemos anteriormente, é preciso que apresentemos argumentos e evidências para corroborar a hipótese de que o sujeito nulo está licenciado em posição pós-verbal nestas construções. Em primeiro lugar, temos que considerar que a alta freqüência da ordem V1 que encontramos em todos os textos pode indicar, antes de mais nada, que o licenciamento do sujeito nulo referencial não está restrito aos contextos de inversão, ou seja, pro pode ser licenciado em posição pré-verbal. De fato, a ordem V1 indica que a morfologia flexional verbal no português clássico é rica o suficiente para permitir o licenciamento e identificação do sujeito nulo em configuração espec-núcleo com o verbo flexionado.

Lembramos que no francês antigo que permitiu sujeito nulo referencial apenas em contextos de inversão, a ordem XV foi até mais comum do que a ordem XVS. Além disso, a ordem V1 praticamente não ocorreu nas declarativas. Em comparação com o francês, portanto, uma estrutura XV com sujeito nulo no português do século XVIII não ilustra, em princípio, uma ordem V2, de modo que o elemento inicial pode estar em TOP, ou deslocado, e não interfere na ordem interna da sentença, ou seja, não detona inversão sujeito-verbo.

Entretanto, como exemplificamos acima, foi possível encontrar nos nossos dados casos de construções XV e VS em que o sujeito pronominal ocorre em posição imediatamente pós-verbal. Tomemos, portanto, esta distribuição do sujeito pronominal como uma das possíveis evidências para corroborar a hipótese de que o sujeito nulo pode ser licenciado nos contextos de inversão em posição pós-verbal, ou seja, nas estruturas XV em que advérbios ou complementos

/adjuntos estão em posição inicial em adjunção ao verbo. Este, porém, não é o argumento principal. Posteriormente, consideraremos que a posição dos clíticos nestas construções é que constitui o argumento decisivo para justificar a análise destes casos de ordem XV com sujeito nulo como TOPV2 .

De qualquer forma, deixemos em aberto que as construções com a ordem XV podem ser potencialmente ambíguas entre uma ordem de inversão XVpro com sujeito nulo pós-verbal e ordem XproV sem inversão, com sujeito nulo pré-verbal e elemento inicial estruturalmente fora da sentença. Vejamos a seguir os exemplos:

1º) Ordem XV com advérbios como elementos iniciais e sujeito nulo.

(19)

a. E assim escrevem Escritto com dois tt, para mostrar que vem de Scriptus; (VY,293)

b. Outros muitos Gregos vinham a Roma, e pùblicamente ensinavam os estudos gregos. (VY,81)

c. Até aqui tenho feito algumas reflexões, principalmente sobre as coisas que se devem deixar; agora farei sobre as que se devem acrescentar; (VY,234)

d. e provavelmente achará esta casa com o contentamento de ouvir chorar uma criança... (G,197)

e. Finalmente falei a El Rei. (G,227)

f. Ontem tivemos aqui o mano... (MS)

2º) Ordem XV com complementos/adjuntos preposicionados como elementos iniciais e sujeito nulo.

(20)

- a. e na vossa companhia suavizarei as asperezas de Marte.(J,275)
- b. e em prêmio da tua sabedoria tefás o grau de doutor em Filosofia.(J,209)
- c. Ao Governo interino escrevo em resposta da sua carta...(MR,269)
- d. Ao Tenente Coronel tenho devido mil atenções...(MR,287)
- e. Ao Comandante da Nau de guerra que ia levar os quintos,tenho feito todas quantas distinções me tem sido possível...(MR,291)
- f. A você remeto uns pássaros por este navio...(MR,300)
- g. Desta forma ficarão fartos e até aborrecidos.(MR,52)
- h. Eu confio muito no generoso ânimo do nosso Minstério, e dêle espero todos os bens officios para o meu regresso de que tanto precisa a minha Casa.(MR,201)
- i. A V.Exã remeterei um mapa da regulação das tropas, e dos Officiais que ficaram nos Corpos.(MR,102)
- j. De meu irmão tenho recebido algumas cartas em que se me nao queixa da saúde ... (G,152)
- l. Para D. José Plá, consegui de Sua Majestade o mesmo ordenado que dava a seu irmão;(G,226)
- m. Ao senhor Bispo devo algumas respostas ...(G,230)
- n. A minha mulher tenho bem informado da amizade que entre nós se professa...(G,235)
- o. ...e no caráter de Tancrede achamos alguma semelhança com o do marquês. (MS,13)
- p. Nas concordâncias achamos alguns erros comuns.(VY,216)
- q. Sobre a pontuação, tenho pouco que advertir a V.P.(VY,297)

r. Sòmente do u duvidei por algum tempo se admitia antes de si h; (VY,183)

s. A estas duas unem outras duas, Engenho e Talento, as quais não só são diferentes das ditas, mas entre si.(VY,259)

t. Nas línguas mortas, faço escrúpulo de mudar uma letra;(VY,127)

u. Entre eles, achei um, de mui boa fama...(VY,219)

v. A um homem das Províncias chamam Algarvio, a outro Alentejão, a outro Minhoto, Beirão etc..(VY,270)

w. e ainda nestas ocultei os nomes correspondentes e de algumas pessoas... (VY,4)

x. Sempre conservei com eles intrínseca amizade, e disto conservarei uma memória sempiterna. (VY,52)

y. Da Cópia inclusa verá o q ordeno ao mesmo Branquinho e V.S.^a suprirá e alterará tudo o q julgar ser perciso a bem de conservar o Collegio. (MA,54)

z. Ao R.do Visse reitor falei com igual Lizura...(MA,182)

3º) Ordem XV com objeto direto como elemento inicial e sujeito nulo fonologicamente.

(21)

a. Duas cartas recebi de V.M.cê. (MR,321).

b. As fortaleza todas achei muito bem reedificadas.(MR,112)

c. O Conde de Valadares estou aqui esperando por dias...(MR,343)

d. Isto mesmo tenho tenção de dizer.(MA,67)

e. Isto vimos em Roma, no consulado de Estrabo e Messala... (VY,78)

f. Sòmente alguma diversidade achei nos

Beirenses...(VY,213)

g. Bastantes provas tenho de que a verdade amarga e a Lijonga (sic) adossa...(MA,53)

h. Outro motivo mais tenho para ir à presença de V. Ilma....(G,178)

i. E este uso acho praticado em todas as Nações de melhor doutrina.(G,164)

j. Muitos motivos poderia alegar em justificação desta involuntária grossaria...(G,)

A seguir, observemos o Quadro II, onde apresentamos as percentagens da ocorrência de sujeito lexical/pronominal vs sujeito nulo nas sentenças XV.

Quadro II: Ocorrência de sujeito lexical, pronominal e nulo nas estruturas XV (S)

Autores	XVSN	XVPR	XV	Sub-total	%	TOTAL
Gusmão	7	11	115	18	14%	133
Batista	7	3	55	10	15%	65
Oliveira	14	3	44	17	28%	61
Judeu	12	7	113	19	14%	132
Verney	10	8	88	18	17%	106
Marquês	21	19	95	40	30%	135
Manique	9	13	44	22	33%	66
Marquesa	20	6	68	26	28%	94
A/D	9	3	37	12	24%	49

Na coluna 1 do Quadro II, temos os resultados referentes à ocorrência de sentenças XV com sujeitos lexicais, e, na coluna 2, o número das sentenças com sujeitos pronominais. O que é

extremamente interessante nestes resultados é a baixa freqüência, em cada texto, da ordem XV com sujeito lexical/pronominal pós-verbal. De fato, a percentagem máxima que resulta da soma das colunas 1 e 2 em todos os autores não ultrapassa os 33% encontrados em Manique. A coluna 3, por sua vez, mostra que o número de construções XV com sujeito nulo é muito maior e ultrapassa a soma das sentenças com sujeito pronominal e lexical. Voltamos à discussão destes resultados no Cap.5.

4.2.7. A ordem (X)VXS

Na coluna 7 do Quadro I estão representadas as construções com a ordem (X)VXS em que o sujeito fica em posição pós-verbal. Esta ordem, pouco freqüente, difere da ordem VS e da ordem XV, uma vez que o NP sujeito ou está após todos os elementos do VP, ou após o composto verbal. Nestes casos, portanto, o sujeito não está em adjacência ao verbo finito.

(22)

- a. Deslustrou a Julio Cesar o louco amor de Sevilia. (OL,281)
- b. ...e com passos rápidos deriva da inexatidão a desordem. (MS,421)
- c. Aqui me entregou quarta-feira de trevas o D.I.M. hua carta. (MA,194)
- d. ...e daqui em diante terá cuidado de remetê-los o Conselho... (G,82)
- e. Tem pretendido de mim estes povos licença pra continuarem os divertimentos. (MR,86)
- f. Com a língua, passou da Grécia para Roma a inclinação para a Gramática... (VY,73)
- g. Pasmava a toda esta confissão o aflito

cavalheiro... (BA,136)

Lembramos que, nas construções com a ordem (X)VXS, a posição pós-verbal não é permitida ao sujeito pronominal. Esta restrição indica, claramente, que está vetada aos pronomes sujeitos uma posição que certamente não é Spec,AgrP. De fato, a posição pós-verbal do sujeito em sentenças como estas em (21a-g), evidencia que deve estar envolvido um movimento do NP para a direita do VP.

4.2.8. A ordem XXV

Finalmente, em (23a-h), ilustramos o que foi computado como ordem XXV isto é, a ordem em que mais de um constituinte antecede o verbo. Note-se que, nestas construções, nenhum destes elementos iniciais é o sujeito. Este, ou está realizado lexicalmente em posição pós-verbal (23c,f,h), ou é nulo fonologicamente.

(23)

- a. Antes com a minha vida alegro aos caminantes. (J,296)
- b. Finalmente nem o toldo da minha patente recebo. (MR,346)
- c. Com método a tudo chegarão os dias. (MS,400)
- d. E ao Dr João Antonio Bezerra de Lima igualmente escrevo a este fim (MA,260)
- e. e outras vezes antes do e etc., põe-se um j consoante; (VY,189)
- f. Em algumas partes, de duas ou três palavras compõe o autor uma só: damesma, contantoque, namobstanteque. (VY,29)
- g. No segundo tomo comumente se distinguem na figura. (VY,34)

h. Contudo isso, por muitos séculos se contentaram os homens de falar como primeiro lhe ensinaram.(VY,66)

i. Comumente, antes da terminação em ão o escrevem...(VY,139)

Interpretaremos a baixa frequência destas construções como mais uma evidência da robustez da TOPV2 no século XVIII. É interessante observar ainda que a seqüência dos constituintes que antecedem o verbo parece não refletir a restrição do português europeu moderno de que certos elementos só ocorrem em posição deslocada, ou topicalizada. Portanto, mais uma vez, é a colocação pronominal que nos permitirá atribuir uma análise a estas construções. Assim, em exemplos como (23g,h,i), consideramos que a próclise do pronome está indicando que os advérbios, ou sintagmas preposicionados não adjacentes ao verbo estão topicalizados, ou deslocados. Aqueles, porém, que antecedem imediatamente o verbo e que detonam a próclise ocupam uma posição interna à sentença, ou posição de especificador. Por outro lado, a ênclise em (23e) indica que mais de um constituinte à esquerda da sentença pode estar deslocado.

4.3.A posição dos clíticos nas diferentes ordens de palavras

Antes de apresentarmos nossos resultados relativos à frequência da próclise e ênclise nas diferentes ordens de palavras, penso serem necessários alguns esclarecimentos a respeito dos dados. Em primeiro lugar, na codificação das sentenças principais com verbos finitos e clíticos não fiz distinção entre sentenças com um único verbo e sentenças com grupos verbais. Assim, exemplos como (24a-b) são analisados simplesmente como casos de ênclise, sem especificar se o pronome

está posposto ao verbo principal, como em (24b), ou ao verbo auxiliar dos grupos verbais, como em (24a).

(24)

a. Nos nomes de Províncias Ultramarinas, deve-se observar o mesmo... (VY,268)

b. Na primeira etapa põem-se todos os que pertencem ao masculino. (VY,205)

Por outro lado, os casos como esse ilustrado em (25), em que o pronome está enclítico ao verbo principal nos grupos verbais, foram arquivados à parte.

(25) Pouco a pouco devemos acostumá-los a isto. (VY.257)

A percentagem obtida com a computação destas estruturas nos mostrou claramente que, nas sentenças com modais do tipo dever, poder, etc., e verbo principal no infinitivo, a ênclise ao verbo principal passa aos poucos a ser mais usada do que a ênclise ao modal. Na verdade, porém, é ainda a colocação proclítica ao modal que constitui a opção mais freqüente nas estruturas com o complexo verbal durante todo o desenrolar do século XVIII. Pode se supor, então, que o aumento da ênclise nestes contextos acontece ao mesmo tempo que a próclise vai se tornando restrita aos contextos com "operadores afetivos." Assim, embora não tenha investigado em que momento tem início a perda da subida do clítico (clitic climbing), ou seja, a perda da próclise ao modal, posso afirmar que esta evolução deve estar relacionada à reanálise dos contextos de próclise que se verificam nos dados a partir do século XIX.¹¹⁴

¹¹⁴ Veja Salvi (1990) para uma apresentação de resultados relativos à subida do clítico no desenvolvimento do português europeu. Seus resultados mostram que, enquanto no período antigo e no decorrer dos séculos XVI e XVII o alçamento do

Em segundo lugar, gostaria de esclarecer que não verifiquei se os meus dados manifestavam diferença entre a frequência dos clíticos acusativos e dativos, ou entre os clíticos de primeira, segunda, ou terceira pessoas. Além disso, não fiz referência às diferentes funções do clítico se. Naturalmente, uma abordagem do desenvolvimento dos clíticos no português do Brasil teria que levar em conta tais fatores. Como se sabe, a distribuição dos clíticos acusativos de terceira pessoa é distinta da distribuição dos outros clíticos. Além disso, ao contrário do que ocorre em terras lusitanas, estas "perversas criaturas" estão desaparecendo do sistema gramatical brasileiro. De fato, no português europeu não só não se justifica a afirmação de que os clíticos acusativos e dativos diferem em sua distribuição, como também há fortes evidências de que os clíticos parecem estar em plena forma e não apresentam nenhum indício de estarem ameaçados de extinção.

Gostaria de observar ainda que optei por não incluir os casos de mesóclise em minha abordagem da colocação dos clíticos porque entendi que isto não era relevante para os objetivos que me propus alcançar nesta dissertação. Por outro lado, observei que a sua ocorrência foi rara em todos os autores consultados. Interessante é que esta tendência já vinha desde o período arcaico. Assim é que Mattos e Silva mostra que, das 489 sentenças que analisou, a mesóclise ocorre apenas 4 vezes, perfazendo 0,8% do total. Lobo (1992), por sua vez, encontra apenas 4% de casos de colocação mesoclítica do total de sentenças que analisou com verbos simples.

Finalmente, lembro que a abordagem do desenvolvimento dos clíticos no português que apresento neste estudo se restringiu às sentenças declarativas com verbo finito, ficando as propriedades das subordinadas apenas ligeiramente mencionadas.

clítico é quase categórico, já a partir do século XVIII torna-se opcional, embora com uma frequência bem maior de próclise.

4.3.1 Contextos de ênclise obrigatória.

Como os dados do século XVIII mostraram, durante todo o desenrolar deste período não foi violada a restrição ao clítico em posição inicial absoluta. Na verdade, a restrição ao CL1 permanece uma constante em toda a história do português europeu, desde a fase antiga até a fase moderna, e caracteriza um desenvolvimento que hoje o distancia de outras línguas românicas, como o francês, o italiano, o espanhol, o português brasileiro. Como discutimos no Cap.2, a proibição da próclise nos contextos que colocariam o clítico em posição inicial absoluta, conhecida na literatura como Lei Tobler Mussafia, foi uma propriedade das línguas românicas antigas. Em relação ao francês, por exemplo, vimos que os efeitos da lei Tobler/Mussafia se manifestaram apenas em contextos restritos (construções com a ordem V1), começando a desaparecer dos textos em prosa já a partir do século XIII nas interrogativas sim/não.

Destacamos ainda que várias propostas têm sido apresentadas na literatura para explicar os "efeitos T/M", explicações estas que se baseiam tanto em fatores de ordem fonológica como em fatores puramente sintáticos. Em particular, no Cap.3, Parte I, apresentamos os principais argumentos das propostas de Benincà (1989,1991) e Salvi (1990,1991,1992,1993), os quais exploram os fatores sintáticos que caracterizam os contextos de próclise e ênclise no português antigo. Como estes autores, assumimos que uma explicação puramente fonológica para os efeitos da lei T/M na gramática do português não daria conta dos fatos relativos à distribuição dos pronomes clíticos. Assumimos ainda com Cardinaletti & Roberts (1991) que línguas que apresentam a alternância da próclise e ênclise nas sentenças finitas evidenciam uma categoria funcional independente das categorias funcionais que projetam a morfologia

flexional verbal. Esta categoria entre CP e IP que tem sido denominada em nosso trabalho como Agr1 apresenta variação paramétrica em relação aos valores forte ou fraco de seus traços-V e traços-N. Agr1 é a categoria funcional em jogo, responsável pelas diferenças paramétricas que se observam entre as línguas germânicas e entre as línguas românicas no que diz respeito à sintaxe dos clíticos e verbos finitos. Deixamos para discutir mais detalhadamente esta questão no Cap.5. Inicialmente, observemos os exemplos abaixo, os quais evidenciam que a ênclise ocorre obrigatoriamente nas construções com a ordem V1, uma vez que são estes os contextos em que a próclise colocaria o clítico em posição inicial absoluta.

(26)

Fêz-me muitos cumprimentos, mostrou-me grande desejo de me servir, disse-me que a embaixada de Espanha ainda não estava dada, nem por conseqüência vago o lugar de Viena e que me pedia encarecidamente que naquela noite nao falasse eu a Rainha. (MS, 321.322.323)

4.3.2 Contextos de próclise obrigatória

Considerando agora os contextos de próclise obrigatória, vamos nos deter basicamente nas estruturas com a ordem XV. Como dissemos, a ordem XV se caracteriza pela presença de um constituinte inicial adjacente ao verbo. Este constituinte topicalizado em Spec,CP, é representado por adverbiais de diferentes classes, entre eles, os advérbios sentenciais, temporais, advérbios assertivos, operadores de foco. Este constituinte inicial pode ser também um quantificador, um constituinte negativo, objeto direto, ou sintagma preposicionado. Meu objetivo, agora, é observar o comportamento dos clíticos nestes contextos.

Primeiramente, abordamos aquelas construções XV em que o elemento inicial inclui a classe específica dos advérbios de próclise, quantificadores, operadores de foco, constituintes negativos. Como se sabe, estes sempre foram constituintes que, no desenvolvimento do português, nunca puderam ocorrer em TOP. Em outras palavras, a ordem XV com estes elementos é contexto de próclise obrigatória.

Em seguida, discutimos os casos de ordem XV em que se verificou a variação entre a próclise e ênclise. Estes contextos é que serão cruciais para as hipóteses que iremos assumir a respeito da sintaxe dos verbos e clíticos no português europeu.

1º) Sentenças X cl-V nas quais o elemento inicial é constituído por operadores de foco, advérbios assertivos, quantificadores, negação.

(27)

- a. Já me envergonho de repetir a V.M.(G,93)
- b. ...e a cada passo se queixa, e dá uma satisfação.(VY,303)
- c. Todas as cartas de V.M. me tem sido entregues...(G,121)
- c. Não te quisera tão filósofo.(J,44)
- d. Nem menos me agrada o título da obra...(VY,307)

Em razão da lei Tobler/Mussafia, vigente na colocação dos clíticos no português do século XVIII, concluímos que, em sentenças como (27a-d), o constituinte em posição imediatamente pré-verbal é o elemento relevante para o efeito V2 e para a próclise obrigatória. Note-se ainda que, normalmente, estas sentenças ocorrem com sujeito nulo. Entretanto, nos casos em que este está realizado lexicalmente, aparece com frequência em posição pré-verbal, como ilustrado em (28). Portanto, neste grupo de sentenças

XV com próclise obrigatória, o que é relevante não é tanto a inversão sujeito-verbo, mas sim o fato de que o verbo está precedido por algum elemento que "afeta" a sintaxe dos clíticos e verbos.

(28)

a. Eu não quero senão uma espada nova.(J,16)

Por outro lado, é possível encontrar o sujeito em posição pós-verbal nestes contextos de próclise obrigatória, como mostram os exemplos em (29) com a negação:

(29)

a. não sabe nenhum desses soldados nem por a sela em um cavalo. (MR,265)

b. ...não consentiu ela que se fizesse fora de sua casa. (MS,241)

c. ...não me acusa a consciência de dizer coisa grave a ninguém...(MS,210)

Que esta foi uma possibilidade desde o português antigo, está registrado em Mattos e Silva (1989). Como ela afirma: "Quanto à inversão do sujeito, parece que a negativa favorece a inversão quando está o sujeito representado."

(30) E non conta a Escritura que...
(de Mattos e Silva 1989,798)

Ora, sabemos que a sintaxe da negação predicativa constitui um problema para uma abordagem da colocação pronominal no português com base na lei T/M (cf.Salvi,1990,1991). Primeiramente, observemos os exemplos (31a,b) abaixo. Pela lei T/M se esperaria que o clítico estivesse, respectivamente, após os constituintes também e em

tantas, uma vez que, segundo a análise que assumimos, são eles os elementos que se encontram no especificador de CP. Por outro lado, como mostra o exemplo em (31c), o clítico pode estar separado do verbo pela negação.¹¹⁵

(31)

a. Também não **me** disse minha mãe se me pariu em lugar alto **o** baixo; (J,35)

b. Tens dado mais horas, que um relógio, e em tantas não **te** pudeste explicar. (J,248)

c. Porém estas três mercês até agora se não puseram por papel, e estão in voce! (G,145)

Várias propostas têm sido apresentadas na literatura para uma abordagem da negação nas línguas românicas, entre elas, Kayne (1989), Belletti (1990), Zanuttini (1991), Manzini (1992). Kayne, em particular, com base nas noções de Marcação-L e Barreiras, propostas por Chomsky (1986b), assume que a negação bloqueia o movimento do clítico para uma posição mais alta. De fato, mesmo nas línguas românicas modernas, que não mais apresentam restrição ao clítico em posição inicial, como o italiano, o espanhol, etc., o clítico não antecede a negação predicativa. No entanto, no desenvolvimento do português, a interpolação do não foi um fenômeno bastante produtivo, o qual evidencia que o clítico tinha acesso a uma posição mais alta do que aquela ocupada pela negação. Não faremos, porém, qualquer tentativa para apresentar uma proposta concernente à distribuição ou à natureza da negação no português. Lembramos apenas que, em termos descritivos, pode-se destacar que, mesmo quando a interpolação do item negativo não foi possível, este

¹¹⁵ Os casos de interpolação que aparecem nos textos dos séculos XVIII e XIX se restringem à negação e são bastante raros em todos os textos consultados.

nunca se separou do verbo. Com a perda da interpolação, a negação sentencial só se separa do verbo pelos clíticos. Isto nos leva a pensar que, talvez, não tenha uma natureza clítica, do tipo que Belletti propôs para o italiano. Outro argumento para a natureza clítica da negação é o fato de que ela pode coocorrer com advérbios como já, também, ainda, etc., permanecendo, nestes casos, sempre adjacente ao verbo, ou dele se separando, como dissemos, unicamente pelos pronomes clíticos.

Por outro lado, como os exemplos em (29a-c) mostraram, a negação ocupa a posição inicial, detonando a próclise, o que permite concluir que, nestes casos, não se comporta como uma palavra independente, mais especificamente, como um advérbio, ocupando a posição de especificador. A idéia de que não possa ser um morfema lexical é corroborada ainda pela possibilidade de que ele constitua resposta em contextos de perguntas sim/não.

Assim com base nestes fatos, apenas tentativamente sugiro que se pode pensar em dois tipos de negação no português. No primeiro, a negação se comporta como um advérbio, uma contraparte dos advérbios assertivos. No segundo, tem uma natureza clítica e ocorre adjunto ao núcleo verbal.

4.3.3. Contextos Alternativos e a Ordem XV

4.3.3.1. A ordem XV com conectivos do tipo e, mas, porém, etc.

A seguir, apresentamos os contextos XV, nos quais se verifica a alternância entre próclise e ênclise. O elemento inicial está aqui representado por diferentes tipos de advérbios, sintagmas preposicionados, complementos e conectivos. Como veremos no Cap.5, a alternância entre próclise e ênclise que se verifica durante o século XVIII nestes contextos, com preferência para a próclise, dá lugar à ênclise já a partir da primeira metade do século XIX.

Este conjunto de sentenças é muito importante por dois motivos: em primeiro lugar, porque ilustra duas diferentes estruturas, ou seja, estas podem ser analisadas como construção de TOPV2 se temos próclise, e como estruturas de deslocamento se temos ênclise. Em segundo lugar, por terem sido reanalisadas como estruturas de ênclise, estas sentenças vão ser evidências para nossa hipótese a respeito da perda da TOPV2. Lembramos que a próclise nestes contextos de variação só é possível no PE se o elemento inicial for focalizado, o que não é o caso no português do século XVIII.

Vejamos, primeiramente, os casos em que os elementos iniciais são os conectivos coordenativos, e, mas, etc,. A nossa hipótese é que quando a próclise ocorre, como nos exemplos (31a-d), estes conectivos são analisados como advérbios e "contam" para salvar o clítico da posição inicial. Apenas neste caso as sentenças poderiam exemplificar a TOPV2, supondo-se, então, o sujeito pronominal nulo em posição pós-verbal.

1º) Estruturas X cl-V em que os elementos iniciais são conectivos como e, mas, etc., O sujeito está ou realizado lexicalmente, ou nulo.

(31)

- a. e o curaram das feridas.(BA,237)
- b. ...depois de muitas exclamações ternas, como competia a tão imensa causa de tristeza, tirando cada um seu punhal o cravou cada qual na miserável e a mataram.(BA,202)
- c. e me deixou esta nova cheio de regozijo.(MR,212)
- c. Com estas condições, obedeço a V.P.e me glorio muito que um homem da sua literatura nao despreze o parecer de um sujeito de tão pouca doutrina.(VY,45)
- d. A Gramática não se reputava coisa de pouca importância, mas a consideravam como base da Eloquência; (VY,87)

2º) Sentenças X V-cl em que os elementos iniciais são conectivos, e, mas, etc. O sujeito está ou realizado lexicalmente, ou nulo.

(32)

- a. ...porém, promete-**nos** uma Princesa de França.(MS,312)
- b. e disse-**lhe** que nao perdesse tempo.(MS,108)
- c. ...achavam que as cousas iam belamente, e puseram- **me** o "veremos" da Rainha em tal perspectiva, que seria loucura descontinuar os meus esforços para melhorar de fortuna.(MS,339)
- d. Com isso cessou inteiramente a dôr e moderou-**se** a tosse.(MS,)
- e. mas antecipo-**mo** em dizê-los.(G,106)
- f. e fizeram-**me** benefícios. (G,111)

g. e servi-me de todos os meios. (MA,132)

h. e pediu-lhe o frete do trabalho. (A/D,107)

Um fato interessante para ser destacado é o de que, na maioria dos casos em que ocorre próclise, temos o conectivo e. Nem sempre, porém, é fácil caracterizar a natureza deste conectivo. Ribeiro (1991), por exemplo, afirma que, no português arcaico, e é uma conjunção e não um advérbio e, portanto, não detona o efeito V2. Analisando os Diálogos de São Gregório, a autora apresenta construções do tipo V2, em que e é separado do verbo pelo constituinte que ocupa a posição inicial estrutural, como vemos no exemplo abaixo :

(33) e el non **lhos** quis dar.
(Ribeiro,1991)

A autora destaca ainda que a maioria dos casos em que a conjunção e está adjacente ao verbo, o pronome está enclítico, como no exemplo (34):

(34) e juntaron-**se** muitos homees...
(Ribeiro,1991)

A ocorrência da ênclise indicaria, portanto, que e está em posição fora da sentença, enquanto o verbo finito ocupa a posição inicial. Entretanto, como nossos dados mostram, a variação na colocação dos clíticos, nestes contextos, leva-nos a concluir que no português do século XVIII e pode ser interpretado também como um advérbio. A mesma afirmação pode ainda valer para dar conta da natureza dos conectivos coordenativos em outros períodos da evolução do português, em particular, do português clássico do

século XVI, como mostra Pagotto, (1992), Martins (1992,1994), Lobo (1992). Esta última autora, por exemplo, afirma que, nos seus dados, relativos ao século XVI, o conectivo e é muito freqüente, cumprindo em alguns casos "mais a função de um mero encadeador do discurso, não constituindo propriamente uma conjunção coordenativa." (Lobo,1992,39).

Outra observação semelhante encontramos ainda em Mattos e Silva (1989). A autora afirma que, tanto do ponto de vista sintático, como semântico, este elo formal seria dispensável. Para a abordagem que estou aqui assumindo, porém, o conectivo coordenativo tem uma diferente distribuição, dependendo da estrutura da frase em que ocorre, e, portanto, tem estatuto sintático bem definido. Como dissemos, nas sentenças em que a ênclise ocorre e é um conectivo; nas sentenças em que ocorre a próclise, é um adverbial do tipo daí, aí, então.

No Quadro III, apresentamos os resultados concernentes à posição dos clíticos no grupo das sentenças XV, que tem os conectivos coordenativos e, mas, porém, etc., como elemento inicial. A percentagem exposta na coluna 3, é relativa à ocorrência da próclise.

autores	Próclise	Enclise	%	TOTAL
Gusmão	19	4	83%	23
Baptista	18	6	75%	24
Oliveira	2	5	29%	7
Judeu	15	3	83%	18
Verney	7	13	35%	20
Marquês	6	6	50%	12
Manique	10	11	48%	21
Marquesa	2	5	28%	7
Aut/Des	20	/	100%	20

O que os resultados do Quadro III nos mostram é que varia

consideravelmente, de autor para autor, a percentagem de próclise e ênclise em estruturas XV com conectivos. De qualquer forma, o fato de que em alguns deles a próclise chegue a 100% e de que a percentagem mais baixa atinja ainda 28% nos leva a interpretar estes resultados como uma evidência da preferência pela TOPV2 neste período. Lembramos que, no PE, a ênclise é categórica com estas conjunções.

4.3.3.2. A ordem XV com advérbios, complementos e sintagmas preposicionados

Antes de comentar novos contextos de variação com a ordem XV, apresentemos primeiramente os resultados percentuais obtidos com a análise do tipo de constituinte que ocupa a primeira posição nas sentenças XV. Qual o papel deste constituinte inicial? Como vimos no Cap.2, no francês antigo, partículas sem conteúdo semântico como si, lors, etc., apareciam em grande quantidade na primeira posição, detonando o efeito V2, ou inversão do verbo para a segunda posição.

Como seria a situação do português em relação a este aspecto? É isto que o Quadro IV nos vai mostrar. Nele estão registradas as percentagens dos diferentes tipos de constituintes iniciais nas sentenças que classificamos como sentenças XV.

Quadro IV: Elementos que ocorrem em posição inicial nas estruturas XV

Elem.Inic.	GU	BA	OL	JU	VY	MAR	MA	MS	A/D
ADVs	66 50%	25 38%	30 49%	71 54%	55 44%	53 40%	36 55%	27 29%	14 29%
compl/adj.PP	24 18%	10 16%	10 16%	23 17%	35 28%	38 28%	17 26%	9 9%	9 18%
complNP	7 5%	4 6%	4 7%	6 4%	14 11%	20 15%	8 12%	12 13%	5 10%
Conj.coord.	23 17%	24 37%	7 12%	18 14%	20 16%	12 9%	4 6%	21 22%	20 41%
Adv neg	13 10%	2 3%	10 16%	14 11%	2 1%	12 9%	1 1%	25 27%	1 2%
TOTAL:	133	65	61	132	126	135	66	94	49

Como os resultados do Quadro IV sugerem, os advérbios são os elementos privilegiados para ocupar a posição inicial nas estruturas XV. De fato, se olharmos para os resultados obtidos com cada autor em particular, vemos que, em todos eles, os adverbiais ocorrem em percentagem maior do que os outros constituintes.

Omitindo as percentagens referentes à ocorrência dos conectivos e, mas, etc., e as percentagens referentes à negação, vemos que, após os advérbios, são os adjuntos e complementos preposicionados que atingem uma frequência maior, vindo, em seguida, os objetos diretos. Uma possível conclusão que podemos tirar, com base nestes resultados percentuais, é a de que a ordem XV privilegia elementos que não são argumentos para ocupar a primeira posição, entre eles, advérbios e adjuntos preposicionados.

Continuemos então ilustrando os casos da ordem XV em que houve variação entre a próclise e ênclise, desta vez, focalizando

adverbiais, adjuntos/complementos preposicionados em posição inicial. O que teriam estas construções que as diferenciariam do que temos chamado de contextos com próclise obrigatória? Em primeiro lugar, o critério adotado para postular a diferença foi considerar que estes advérbios sentenciais, temporais, locativos, etc., ocorrem com ênclise no português moderno (cf. Cap.3, ParteII), de modo que, quando a próclise ocorre, há um construção de Focalização, o que não é o caso no português clássico do século XVIII.

1º) Ordem X cl V em que X são advérbios sentenciais, temporais. etc.,.O sujeito pode ou não estar realizado lexicalmente

(35)

a. ...e ali **lhe** fez toda a comunidade um sufrágio...
(MR,27)

b. e depois **me** conduziu S.Exa à casa da residência dos Vice- Reis (MR,18)

c. ... gostosissimamente **me** aproveito desta liberdade
...(MR,266)

d. Juntamente **lhe** agradeço as expressões que fez a V.M. a meu respeito, e certamente **me** deixou muito obrigado a sua memória.(G,33,34)

e. ...pois, fiado eu na firmeza da sua bondade a meu respeito, às vezes **me** descuido mais do que cabe nos limites da paciência e da desculpa.(G,229)

f. A carta com que V.M. me fez favor em 22 passado não me foi entregue logo, e depois mediaram dous correios em que me foi impossível responder. Agora **o** faço, dando a V.M. mil agradecimentos...(G,207)

g. ...e depois **o** irei repondo por ser dinheiro dotal.(G,156)

h. ... verdadeiramente **me** achava necessitado (G,166)

i. ... logo **me** mandou enjeitar.(J,61)

- j. e agora me dizem... (J,64)
- l. e achando-se escrito o dito ç, entenderam que era uma particular espécie de c, e assim o escreveram. (VY,142)
- m. Muitas vezes se começa o parágrafo, quando o discurso tem sido comprido...(VY,294)
- n. E assim o dizerem eles é erro,não faz força.(VY,214)
- o. Últimente se usa da vírgula para distinguir e fazer mais claro o discurso...(VY,298)
- p. e porisso muitas vezes se aruinão as grandes Torres porque são formadas sobre Areja.(MA,79)
- q. Eu escreuo a Reitor dandolhe a forma da escrituração dos Liuros e de quem hade escrever nelle e Igual^{me} lhe digo o modo com que deuem ser tratados os estudantes... (MA,194)
- r. ...por mais que me seguraram que o negócio ia bem, interiormente o dei por perdido.(MS,387)

Vejam os agora os contextos de ênclise. Notamos que a ordem X V-cl é bastante rara na maioria dos textos, independentemente de o elemento inicial ser um advérbio, um sintagma preposicionado ou complementos objetos. Por exemplo, nas Cartas do Marquês do Lavradio (MR), do total das 135 sentenças com a ordem XV, encontro apenas 3 casos com ênclise nos contextos de variação,i.é., nos contextos em que não aparecem os advérbios de próclise. Nas Cartas da Marquesa de Alorna (MS) e no Judeu (J) são apenas quatros casos em cada texto. E assim com os outros autores. A exceção fica com Verney (VY). Neste autor, do total de 55 sentenças com a ordem XV, em que X são advérbios, sintagmas preposicionados ou objetos, encontro um total de 20 casos com ênclise.

O interessante nos resultados de Verney é que eles nos mostram que, este autor, ao contrário dos autores do seu tempo, já faz uso

expressivo da ênclise com sentenças XV. Nota-se ainda que a grande maioria dos casos com ênclise no seu texto acontece com o clítico se. Vamos aos exemplos.

2º) Ordem X V-cl em que os advérbios são os elementos iniciais adjacentes ao verbo. O sujeito está ou não realizado lexicalmente.

(36)

- a. ...ainda durou muitos dias a indecisão, mas finalmente venceu-se, entregando o Arcebispo uma petição minha a S.M.que foi despachada logo.(MS,381)
- b. Na segunda feira pela manhã, sangrou-se no braço e saiu sangue dissoluto e com uma crosta muito espessa.(MS.123)
- d. Outras vezes escreve-as separadas: com tanto que, nam obstante que, etc.,o que eu conservei na impressão.(VY,30)
- e. Depois segue-se a sintaxe.(VY,211)
- f. E assim parece-me escrúpulo ridículo querer conservar em Ieronimo o h e y; (VY,173)
- g. ...e assim serviram-se deste U para vogal e destoutro V para consoante.(VY,34)
- h. Os Latinos, como já dissemos, davam a terminação latina aos nomes gregos, e muitas vezes deitavam-lhe fora algumas letras.(VY,170).
- i. ...e muitas vezes pode-se buscar fora, nao tanto por precisa necessidade, quanto para maior ornato da língua...(VY,266)
- j. Antigamente escrevia-se De este, De aquele, De a mesma, etc.,... (VY,254)
- l. Finalmente, promete-me que as minhas cartas não sairão da sua mão, ao menos em meu nome.(VY,44)
- m. ... finalmente recolhi-me à casa com o mesmo triunfo.(MR.24)

Naturalmente, como deixaremos mais claro, esta ocorrência da

ênclise indica que certos advérbios começam a perder o estatuto de elementos que "afetam" a ordem sujeito-verbo, ou seja, que instanciam a construção de TOPV2. Vejamos agora, a alternância de próclise e ênclise nas estruturas XV, em que o elemento inicial são adjuntos e complementos preposicionados.

3º) A ordem X cl-V em que adjuntos/complementos preposicionados são os elementos iniciais. O sujeito está ou não realizado lexicalmente.

(37)

- a. Em grande cuidado me deixa a moléstia do Conde Tarouca. (MR,261)
- b. Em menos de oito dias se desvaneceu e frustou (sic) todo o nosso trabalho de mais de seis meses; (G,241)
- c. E beijando-lhe por estas demonstrações tão singulares da sua amizade, sem cerimônia me aproveitei de 400\$000 réis, que lhe passo neste correio... (G,165)
- d. Nesta última carta me oferece V.M., com a sua incomparável generosidade, 4 mil cruzados quando me sejam necessários. (G,164)
- e. A este fim se encaminham as minhas diligências. (G,56)
- f. Eu sou estrangeiro, e com dificuldade me explicarei em uma língua que não mamei no berço. (VY,37)
- g. e, por isso, a ela se aplicavam homens grandes. (VY,88)
- h. Por esta mesma razão, se deve escrever em todos os verbos, como Leia, Paseia, etc.,... (VY,278)
- i. Pela mesma razão da pronúncia se deve desterrar das palavras ou portuguesas ou aportuguesadas, o Ph em lugar de F. (VY,157)
- j. e em igual desordem se acham os corpos auxiliares. (MR,123)

- l. A mim se me faz sumamente estimável esta notícia, assim pela certeza, em que ela me deixa do acerto com que V.M. tem satisfeito as suas obrigações... (MR,251)
- m. Pelos navios que sairem depois desta nau te escreverei. (MR,173)
- n. Pela Capitania do Espírito Santo me chegou uma carta de V.M. não me fazendo novidade a pontualidade deste seu obséquio... (MR,176)
- o. De Goiás me mandam a notícia do falecimento de João Manuel de Melo dando ocasião a sua falta a que o Ouvidor convocasse a Câmara... (MR,287)
- p. De São Paulo me escreve o Senhor Dom Luís Antônio de Souza com muito receio dos espanhóis pelas notícias que chegam de que eles pretendem ir atacar as novas Fortalezas... (MR,285)
- q. ... neste jantar lhes estive insinuando que as minhas vistas se encaminhariam tôdas em beneficiá-los... (MR,135)
- r. ... em breves palavras me explicarei.... (MR,137)
- s. Nos movimentos do Sul me acho hoje com menos cuidado. (MR,294)
- t. e com este disforme arbítrio se ficou isto governado. (MR.65)
- u. Por fim de contas se recolheu no castelo. (BA,210)
- v. É mais uma perfeição conservar os dotes da natureza; pois com êsses cuidados se observam muitos preceitos da lei, tendentes à conservação e aos mais puros princípios da moral. (MS,387)
- w. Tem o Snr. Villares persuadido ao Snr Intendente de que sou Inimigo declarado do Reitor e para esta Persuação se tem valido de toda a sua filozofia formando os fortes sologismos ... (MA,145)
- x. e depois VS.^a virá a fazerlhe mais beneficios e com elles lhe porá Brazas viuas sobre a cabeça d'elle Ingratto. (MA,138)

Vejamos a seguir os casos com ênclise:

4º) A ordem X V-cl em que adjuntos/complementos preposicionados são os elementos iniciais. O sujeito está ou não realizado lexicalmente.

(38)

a. Sobre o C, acha-se alguma diversidade entre os mesmos Portugueses em que lugares deve entrar quando tem cedilha(ç). (VY,138)

b. Aos acentos, seguem-se as linhas que se escrevem entre as dicções para as juntar ou dividir na pronúncia. (VY,244)

c. Com o tempo pode-se aumentar o número de versos (VY,193)

d. Na primeira etapa põem-se todos os que pertencem ao masculino. (VY,205)

e. Com este método, explica-se mui brevemente a sintaxe. (VY,218)

f. ...e defende constantemente que não se deve tirar o til, porque a terminação ão, segundo ele diz, é mais engraçada que o am, e por este motivo deve-se conservar, muito mais porque seria necessário também desnaturalizar as palavras Birimbao, Catimbao, Pao, etc. (VY,193)

g. Nos nomes de Províncias Ultramarinas deve-se observar o mesmo, v.g. Brasiliense etc., Insolense, Indiano, etc. (VY,268)

h. Em Douto etc, pode-se conceder alguma coisa ao uso. (VY,154)

i. Em Dante e Petrarca acham-se coisas não mui finas. (VY,290)

j. Nas praças vende-se. (J,23)

l. e nas aulas argumenta-se. (J,24)

m. Fora do teatro dispensam-se todos das boas qualidades. (OL,4)

n. No seu comércio e na sua correspondência observa-se coisas raras. (OL,36)

Finalmente, ilustremos os casos em que a próclise alterna com a ênclise nas estruturas XV com objeto direto em posição inicial.

5º) Ordem X cl-V e X V-cl, em que objetos diretos são os elementos iniciais. O sujeito está ou não realizado lexicalmente.

(39)

a. e este mesmo generoso obséquio me permitiu no outro dia seguinte. (MR,32)

b. Nenhuma impressão me fez a sua resposta. (MS,304)

c. Nada nos dizes de novo. (Ju,106)

d. Este estudo pode-se fazer sem trabalho algum... (VY,103)

d. E este exercício pode-se fazer duas ou tres vezes por semana. (VY,194)

e. Mas isto entende-se nos nomes de forma pequena... (VY,185)

f. Gente escreve-se com g; (VY,186)

g. Giro escreve-se com g; (VY,188)

Comparando com o que foi dito a respeito do século XVI (cf. Cap.3), em que parece haver um predomínio da próclise em todos os contextos, desde que o clítico não fique em posição inicial absoluta, o século XVIII aparece como o período em que tem lugar a oscilação na colocação dos clíticos nas sentenças com a ordem XV, embora os casos com ênclise sejam ainda pouco frequentes na maioria dos autores. A baixa freqüência da ênclise nos meus dados parece,

porém, ir ao encontro das afirmações que Martins (1992) faz do século XVII. Analisando os sermões do Padre Vieira, a autora afirma ter detectado "a radical and surprisingly fast change" neste período: a ênclise aparece com grande frequência nos contextos "neutros", enquanto a próclise se restringe àqueles casos típicos com os "condicionadores de próclise". Voltamos a esta discussão.

A seguir, gostaríamos de comentar ainda a respeito de um outro conjunto de sentenças, as quais foram consideradas durante a computação dos dados como estruturas V1, ou VS, dependendo se o sujeito estava nulo, ou realizado lexicalmente. Estas sentenças principais V1, ou VS, são antecedidas por sentenças completivas, adverbiais e gerundivas que integram o período.

Ora, para sermos coerentes com a análise que temos assumido, a qual considera sentenças declarativas com próclise como sentenças XV, uma parte destas sentenças deve ser assim analisada, ou seja, justamente aquele grupo que ocorre com próclise. Neste casos, as sentenças completivas, adverbiais e gerundivas que iniciam o período serão consideradas como elementos que ocupam uma posição interna à sentença, e que "contam" para a colocação dos clíticos. Nos casos em que ocorre a ênclise, elas serão, porém, estruturas V1, sendo as sentenças que antecedem o verbo analisadas como constituintes que estão em posição periférica. Vejamos os exemplos:

1º) Construções X cl-V em que sentenças gerundivas, completivas, etc. são os elementos iniciais. O sujeito está ou não realizado lexicalmente.

(40)

a. Tirando cada um seu punhal o cravou cada qual na miserável. (BA, 34)

b. Lá metendo-o em uma câmara o fez despir. (BA, 234)

- c. ...voltando-se muito enfadado para os que estavam na sala os repreendeu...(MR,135)
- d. e se tal suceder a renegarei deles para sempre.(MR,227)
- e. Acabado isso **se** falou no socorro da India, que consta de duas naus e três navios de transporte.(G,237)
- f. Antes que nenhum falasse, **a** resolveu El-Rei com maior facilidade...(G,234)
- g. Tendo já dois meses de experiência da índole desta menina, **me** dou por muito satisfeito de haver me encarregado dela...(G,253)
- h. Enquanto falámos na matéria **se** entreteve o Secretário de Estado, seu irmão, na mesma casa, em alporcar uns craveiros, que até fazem ali, fora de lugar e tempo próprio.(G,102)
- i. e por não ter tempo para estar referindo o que ele me dizia **a** mando inclusa... (G,122)
- j. e alcançando um deles **o** feriu gravemente. (A/D,9)
- l. e sem tropeçar em coisa alguma **lhe** expôs o intento.(A/D,41)
- m. e metendo-no sacco **se** foi ao Tejo e **o** lançou em um alto pego.(A/D,95,96)
- n. Na que escrevi ao Reitor, **lhe** falei nella tão claram^{te} a resp^o de Pas e boa socied.^e com seu companheiro o Visse reitor...(MA,97)
- o. ...e conhecendo eu que podiam utilizar a muitos, **me** resolvi imprimi-las. (VY,2)

2º) Sentenças X V-cl em que sentenças gerundivas completivas, etc., são elementos iniciais. O sujeito é nulo, ou realizado lexicalmente.

(41)

a. e parecendo-lhe que desconfiaria, mandou-lhe um púcaro de água (BA,66)

b. e como bastava que eu considerasse na situação aflitiva de meu marido, para me enternecer, pintei-lhe tão vivamente as minhas penas, que já lhe bailavam as lágrimas nos olhos... (MS,347)

c. Se olho para as igrejas, vejo-os freqüentes no confessionário exortando os fiéis em dias determinados...(VY,15)

d. Se olho para as escolas, vejo-os ensinando aos meninos com grande amor e paciência...(VY,16)

e. Ao voltar Temístocles a cara, dá-lhe Esopo uma cutilada.(J,240)

No Quadro IV mostramos a percentagem da ocorrência da próclise nestes contextos:

Autores	Próclise	Ênclise	%	TOTAL
Gusmão	6	1	86%	7
Batista	6	/	100%	6
Oliveira	/	2	0%	2
Judeu	1	1	50%	2
Verney	2	2	50%	4
Marquês	3	1	75%	4
Manique	1	/	100%	1
Marquesa	/	2	0%	2
Aut/des	11	/	100%	11

Como se pode ver pelo Quadro V, a percentagem de próclise e ênclise oscila em cada autor. Lembramos que estes são contextos de ênclise obrigatória no PE. Assim, se consideramos que estas estruturas com próclise ilustram casos de ordem XV no século XVIII, aumenta ligeiramente o total de estruturas com esta que

apresentamos na coluna 5 do Quadro I.

4.3.4. A ordem SVO e a variação entre a próclise e ênclise

Passamos a considerar agora as sentenças principais com sujeito lexical ou pronominal pré-verbal. Unanimemente, todos os autores que estudaram a colocação dos clíticos no desenvolvimento do português, observaram que a próclise e ênclise oscilaram nestes contextos. Naturalmente, a percentagem entre a maior ou menor ocorrência da próclise e da ênclise variou nos diferentes períodos. No português quinhentista, por exemplo, como registrado em Pagotto (1992), Lobo (1992), Martins (1992,1994) e outros, houve predomínio absoluto da próclise com as orações SVO.

No século XVIII, como mostraram meus resultados (cf. o Quadro VI) há alternância entre o uso da próclise e da ênclise. Sublinhamos que a percentagem de próclise especificada na coluna 3 do Quadro VI foi obtida apenas com a computação dos casos em que ocorre sujeito referencial sem a presença dos elementos que normalmente detonam a próclise.

Quadro VI: Ocorrência de próclise e ênclise em principais com sujeito referencial

Autores	Enclise	Próclise	%	Total
Gusmão	0	29	100%	29
Baptista	1	16	94%	17
Oliveira	7	39	84%	46
Judeu	6	30	83%	36
Verney	11	14	56%	25
Marquês	14	61	81%	75
Manique	1	26	94%	27
Marquesa	23	34	60%	57
Setubal	0	20	100%	20

Na coluna 1 temos os resultados das estruturas com sujeito referencial e ênclise. Na coluna 2, os resultados com a próclise.

Como as percentagens da coluna 3 nos mostram, a próclise ocorre com uma freqüência muito maior do que a ênclise em quase todos os textos. Novamente a exceção fica com Verney e com a Marquesa de Alorna, ambos fazendo um maior uso da ênclise do que os outros autores. Observemos os exemplos, inicialmente os casos de próclise e, posteriormente, os casos de ênclise.

(42) Sentenças SVO com próclise

a. O amigo Pedro António me disse ultimamente que V.M. me remetia mais tabaco ... (G, 26)

b. O Nosso amigo Coelho me deu cabal notícia, com toda

- individualuação, do que passara com Gaspar Saldanha...(G,198)
- c. O Conde de Assumar me deu vantajosíssima notícia dos seus progressos e da sua boa índole.(G,204)
- d. V.M. me dá conta de um prazo que está para chegar e eu lha dou de dous que chegaram. (G,220)
- e. ...mas o papa, que presidiu à celebração dele, o consolou, declarando-o ex.Geral. (G,128)
- f. Este divertimento me basta a mim para entreter muito tempo.(MS,99)
- g. Agradeço a V.Exª os parabéns dos meus anos, e de joelhos, com a maior ternura, beijo a mão de V.Exª no dia dos seus anos. Eu me lembro perfeitamente do último dia semelhante em que ainda tinha Pai perto de mim. (MS,108)
- h. A sua mansidão, o seu juízo lhe fizeram achar nos socorros da Religião até remédio grande para a saúde... (MS,236)
- i. Pesados a si mesmo, o mau humor os ganha, e na impossibilidade de nenhum gosto da vida, tomam horror aos prazeres inocentes dos outros.(MS,378)
- j. Tamagnini, a quem não esquece nada, **nos** disse que seriam a propósito os sacramentos...(MS,246)
- l. A familiaridade terna que temos com a nossa querida Mãe **nos** deu lugar a tratar esse ponto com a delicadeza necessária ...(MS,247)
- m. Conversações pacíficas e interrompidas com ela, que não tinham por objecto senão a indiferença para as cousas transitivas dêste mundo, a puseram em um estado tal, que passava de descanso a alegria, até que chegaram os médicos e se fêz a conferência. (MS,251)
- n. Nem as de Camões nem nenhuma éclogas portuguesas desempenham o carácter nem teem nenhuma semelhança com os idílios de Teócrito, primeiro homem deste género. Os alemães nos teem dado alguns pedaços perfeitos e os franceses nunca terão a perfeição que isto necessita. (MS,83)
- o. Dona Maria Antónia e Dona Bernarda Campos, mostrando-se

muito minhas amigas e muito minhas interessadas, quiseram saber logo o que eu tinha passado com Sua Majestade. A minha sinceridade e o seu valimento me facilitaram para logo esta confidência. (MS,376)

p. Fique nisso, minha filha, e a experiência lhe provará que lhe digo verdades úteis. (MS,381)

q. A malícia tem armas para atacar tudo, mas o juízo também as tem para perceber e discernir o que convém. Esta reflexão lhe basta para, daqui por diante, saber quem deve aceitar ou recusar ... (MS,394)

r. Francisco Vieira o avaliou em 3.000 cruzados... (MS,345)

s. Deus sustenta os pássaros e tem uma providência benigna sobre tôdas as espécies. Ele nos confortará, e não é pequeno socorro o bálsamo com que nos anima... (MS,321)

t. Dom Francisco foi muito bem recebido. El-Rei lhe fez muitas honras, e lhe deu uma larga audiência; ele me escreve muito satisfeito, e eu o tenho estimado muito pelos grandes talentos que conheço naquele fidalgo. (MR,321,322,323)

u. ...êste modo resoluto a que eles não estavam acostumados os intimidou por forma, que êles me têm concebido um tal medo... (MR,155)

v. O governo da Grécia, que era quase todo de República (nas quais as públicas assembleias do Povo deliberavam nos maiores negócios), lhe inspirou este desejo. (VY,27)

w. Mas ainda que houvesse equívoco, o contexto o tira. (VY,149)

x. Que, nas minhas cartas particulares eu cometa erros, a bondade de V.P. mos desculpa; (VY,38)

y. Estas e outras coisas, que se me ofereceram à memória me tiveram, como lhe disse, duvidoso. (VY,40)

z. ...pois ainda hoje, escrevendo-se com um m final, a pronúncia o faz parecer como n. (VY,196)

(43) Sentenças SVO com ênclise:

- a. Filena converteu-se em burro.(J,244)
- b. A moça namorou-se de Esopo.(J,87)
- c. O ar parece-me bastante benigno.(MR,121)
- d. A última carta que recebi de V.Exma deu-me uma consolação inexplicável... (MS,65)
- e. Esta facilidade de nos comunicarmos a miúdo dá-me um gosto incrível, faz-me bem à saúde e dá-me um saque forte à melancolia. (MS,189)
- f. e eu, pelo contrário, sustentei-lhe sempre que era mentira. (MS,351)
- g. A nossa exactidão, o nosso amor está-lhe demorando a vida. (MS,272)
- h. Ainda estão muito recentes as impressões de amargura , e a alegria e segurança do vencimento fazem-me um abalo muito forte...(MS,273)
- i. Esta obra rara excitou-me a idéia de outra mais rara ainda e que fosse digna de um rei.(MS,277)
- j. Esta multidão de cousas juntas atordoaram-me de modo que apenas me lembra o que lhe respondi.(MS,373)
- l. As açafatas lançaram-se todas a êle para que me falasse ... (MS,340)
- m. Por felicidade minha e para poder costumar-me à marcha retrógada que se pratica naqueles sítios, a escassez das casas em Salvaterra obrigava-me a dormir no Paço em casa da Camareira-Mor da Rainha mãe, que era minha amiga.(MS,343)
- n. Teimou o Arcebispo muito que era verdadeira a proposta e a recusa; e eu, pelo contrário, sustentei-lhe sempre que era mentira e que no dia seguinte lhe traria tôdas as cartas do Marquês de A. ... (MS,354)
- o. ...S.M.respondeu que eu ainda não tinha feito pedido nenhum. Esta resposta aclarou-me e, abolindo todos os meus antigos princípios, conheci que na nossa Côrte é

preciso pedir e que de pouco ou nada serve merecer.
(MS,368)

p. Além disso, o mau humor em que me acho contra êste ridículo século ofende-me fortemente a bÍlis.(MS,297)

q. Ontem tivemos aqui o mano e o pouco adiantamento em que se acham os nossos negócios desconsola-me alguma coisa...(MS,291)

r. São quatro tomos do 8º grosso, com quarenta e oito números. Esta obra tinha-me serventia bastante, mas supirei com outra cousa. (MS.115)

s. V.P. segura-me certas coisas, que não são de pouca consideração. (VY,42)

t. Este autor escreve-as sem nem menos suspeitar que se poderiam imprimir...(VY,3)

u. ...e alguns dobram-nos em muitas outras palavras...(VY,153)

v. Esta doutrina, que até aqui estabelecemos, deve-se aplicar a todos os outros casos...(VY,176)

w. pois em qualquer dicção portuguesa que se ache a terminação am, todos a pronunciam como ão; e Portugueses mui doutos servem-se indiferentemente de ambas. (VY,194)

x. Este modo de escrever encostava-se mais para a pronúncia, e com êle se evitavam confusões. (VY,198)

y. O escriuão do crime Manoel Ribeiro Bastos temme preseguido com cartas e requerim.tos p.a que lhe alcance do S' Intendente huma Portaria...(MA,238)

Como propomos para os outros casos que apresentaram variação entre próclise e ênclise dentro de contextos idênticos, assumimos que os falantes atribuem duas diferentes estruturas para a ordem SV(X):na estrutura com próclise, o sujeito está no especificador do CP; na ênclise, o sujeito está em TOP, ou em adjunção a CP.

Deixamos para o Cap.5 a discussão detalhada destas construções, em particular, das motivações que detonam o movimento dos verbos e clíticos na sintaxe visível.

4.3.5. As Construções de DEC

Finalmente, registramos também casos da construção de Deslocação à Esquerda Clítica (DEC) nos nossos dados. Vemos que a construção apresenta as mesmas propriedades que a caracterizaram durante todo o desenvolvimento do português, em particular, clítico resumptivo obrigatoriamente enclítico se nenhum elemento que detona a próclise está presente na frase.

(44)

- a. Os teus tenho-os tratado como eles o poderão dizer. (MR,65)
- b. O Corpo dos Ministros achei-os em uma total desunião, uma intriga entre si... (MR,76)
- c. ...a Tropa regulei-a na conformidade do regulamento... (MR,160)
- d. ...e as manhãs três vêzes na semana as gasto desde as sete horas até quase a uma na Relação... (MR,124)
- e. ...porém, sobre esta matéria, melhor o poderão dizer os outros. (MR,165)
- f. O Corpo da Relação achei-o no estado que V.Ex.a sabe... (MR,88)
- g. A notícia do Bispo Governador para esta diocese muito a tenho estimado (MR,234)
- h. O comércio também lhe tenho metido bastantemente a mão. (MR.229)
- i. Ereje, uns o escrevem com g, outros com i; (VY,(187)
- j. ...pois em qualquer dicção portuguesa que se ache a terminação am, todos a pronunciam como ão; (VY,193)

1. Porco não é palavra obscena; dizem-na os Latinos.
(VY,274)

Parece ter ficado claro em nossa apresentação do século XVIII que as estruturas de frase que foram comuns ao desenvolvimento do português europeu, a saber a TOP V2 e a DEC estão aqui presentes em todos os autores e textos consultados. Ao contrário dos séculos anteriores, porém, em particular, em relação ao século XVI, observa-se o aparecimento da alternância da próclise e da ênclise em vários contextos, caracterizando este período como aquele em que tem início os passos que levam às reanálises que estarão plenamente afirmadas no próximo século. Vejamos a seguir a apresentação dos dados relativos ao século XIX.

CAPÍTULO V

O SÉCULO XIX E A REANÁLISE GRAMATICAL

5.0. Os Dados

Neste capítulo, apresentamos os resultados obtidos com a investigação das principais ordens de palavras encontradas nos textos dos autores que representam o século XIX. O objetivo principal da análise dos dados computados é documentar a perda da TOPV2, relacionando-a à reanálise das sentenças principais com a ordem SV(X), ou seja, com a afirmação da ênclise nas sentenças principais com verbo finito. Ainda relacionada ao desenvolvimento da ênclise nas sentenças SV(X), está a afirmação da construção de Topicalização nos moldes do português europeu moderno (PE). Os dados nos mostram que a afirmação da ênclise nestes contextos traz como consequência a limitação da próclise às construções com os chamados "elementos com força de operador" e constituintes focalizados.

A primeira metade do século XIX está primeiramente representada pela gramática de J.B. de Almeida Garrett (nasc.1799), no Quadro I referido como Garrett (GT). Os dados foram extraídos de peças de teatro, cartas íntimas a sua filha, D.Adelaide Garrett, e do texto em prosa Viagem à Minha Terra.

São duas as peças de teatro. A primeira delas, intitulada Falar a Verdade a Mentir, foi representada pela primeira vez em

Lisboa, no teatro Thalia, em 7 de abril de 1845. A segunda, intitulada O Camões do Rocio, é uma Comédia em três atos admitida às provas públicas em 04/12/1839, com permissão para representação no Teatro Nacional de Lisboa, conforme o parecer datado de 9/05/1842.

As cartas escritas a D. Adelaide Garrett, por sua vez, datam de 1854.

Finalmente, o texto Viagem à Minha Terra foi publicado, inicialmente, na Revista Universal Lisbonense (1843-1845) e, posteriormente em volume, no ano de 1846. É considerada por vários autores como a obra mais importante de Garrett.

Os autores que apresentamos a seguir cobrem também a primeira metade do século XIX, uma vez que consideramos como relevante a data do nascimento do autor, e não a data da produção da sua obra.

As Cartas de Camilo foram escritas por Camilo Castelo Branco (nasc.1825) a seu amigo Thomaz Ribeiro e prefaciadas por Branca de Gonta Colaço, filha de Thomaz Ribeiro. Segundo a prefaciadora, as cartas estão escritas entre 1873 e 1890 "nos intervallos das freqüentes idas e vindas do escriptor ao Porto e a Lisboa, em dolorosa deambulação atraz da luz, que lhe fugia."(1921,20)

Dirigindo-se a sua irmã Irene após a descoberta das cartas de Camilo nos papéis de seu pai, a prefaciadora nos oferece a seguinte informação : "Encontrei entre elles estas preciosas cartas, n'uma epocha em que o nome de Camillo tão especialmente fascina os chamados intellectuaes da nossa terra, e não me julguei no direito de as aferrolhar egoisticamente. Resolvi publicá-las. Em teu nome e no meu, e amavelmente auctorisáda pela família do grande escriptor, offerêço-as como subsidio aos investigadores da sua vida, e como acepipe aos apreciadores do seu inconfundível estylo."(1921,21)

Por sua vez, a peça de teatro O Morgado de Fafe em Lisboa, é uma comédia em dois atos, considerada como uma das mais conhecidas

peças teatrais do autor.

No Quadro I os textos estão referidos como Camilo (C).

Da obra teatral de Joaquim G.G.Coelho, ou Júlio Diniz, (nasc.1839), no Quadro I referido como (Dz), foi escolhida a peça de teatro As Duas Cartas, escrita em 1857. Segundo o prefaciador da obra teatral de Júlio Diniz, o original de onde se tirou a comédia As Duas Cartas não é o definitivo, o que a torna mais valiosa para o estudo biográfico e psicológico do autor. Por sua vez, Cartas Familiares inclui um conjunto de cartas dirigidas a pessoas íntimas da família do autor. As mesmas foram escritas entre 24 de julho de 1865 a 19 de abril de 1870.

Finalmente, as três peças de teatro que mencionamos a seguir, escritas por autores nascidos na segunda metade do século XIX, fornecem os dados que representam este período. São elas:

(1) Triste Viuvinha, escrita por João da Câmara (nasc,1852), no Quadro I referido como Câmara (CA);

(2) O Elogio do Sorriso, escrita por Júlio Dantas (nasc.1876), no Quadro I referido como Dantas (DA).

(3) Pedro,o Cru escrita por António Patrício (nasc,1878), no Quadro I referido como Patrício,(P).

Observemos a seguir, a percentagem das principais ordens de palavras encontradas nos textos dos diferentes autores que representam o século XIX.

Quadro I: A posição do verbo em relação aos outros constituintes da sentença

Autores	SV(X)	SXV	XSV	V(X)	XV	VS	XVS	XXVS	TOTAL
Garrett	200 26%	14 2%	26 4%	245 32%	228 30%	34 4%	8 1%	5 1%	760
Camilo	178 33%	7 1%	10 2%	200 37%	107 20%	26 5%	8 1%	4 1%	540
Diniz	143 36%	12 3%	18 5%	108 27%	102 25%	8 2%	4 1%	5 1%	400
Câmara	66 22%	4 1%	20 7%	79 26%	84 28%	36 12%	5 2%	6 2%	300
Dantas	55 28%	5 2%	5 2%	66 33%	46 23%	13 7%	6 3%	4 2%	200
Patrício	80 40%	3 1%	10 5%	40 20%	46 23%	9 5%	8 4%	4 2%	200
TOTAL	722	45	89	738	613	126	39	28	2400

Como ocorreu com a coleta dos dados relativos ao século XVIII, também aqui os resultados obtidos com cada autor não podem ser diretamente comparados, uma vez que o número de sentenças computadas varia em cada um deles. No entanto, observando a percentagem das ordens maiores, concluímos que não há diferenças significativas a serem destacadas, o que nos leva a formular generalizações que se estendem igualmente a todos os autores.

Observamos ainda que estes resultados expostos no Quadro I revelam uma surpreendente semelhança com os resultados obtidos na coleta dos dados relativos ao século XVIII. De fato, em todos os autores do século XIX, as ordens SV(X), XV e V1 são as mais freqüentes, enquanto as ordens XSV, VS(X), (X)VXS e XXV continuam

as menos usadas. Assim, se nos limitássemos a tirar nossas conclusões a respeito deste século com base unicamente nestes resultados quantitativos, ou com base unicamente no arranjo linear dos constituintes, não teríamos nenhuma mudança para registrar. No entanto, como iremos discutir posteriormente, ao considerarmos, principalmente, a posição dos clíticos nas diferentes construções e a natureza do elemento que ocorre em posição inicial na ordem XV com próclise, verificaremos que mudanças significativas ocorrem entre os dois períodos.

A seguir, ilustramos as ordens menores com alguns exemplos, reservando uma descrição mais detalhada apenas para as construções com as ordens XV e SV(X), uma vez que são elas que constituem os contextos relevantes para o nosso objetivo de mostrar as reanálises que ocorrem neste período, ou seja, para corroborar a nossa hipótese de que os falantes portugueses do século XIX reanalisaram as estruturas de sua língua, atribuindo a elas um estatuto diferente daquele que lhes havia sido atribuído pelas gerações anteriores.

Esta apresentação deu destaque, em particular, para os resultados obtidos com a análise dos dados extraídos dos textos de Garrett. Justificamos esta metodologia porque verificamos que Garrett, ao contrário dos outros autores do século XIX, faz um uso mais freqüente da próclise, não só nas sentenças SV(X), mas também nas sentenças XV (ver Quadro IV). Tentaremos mostrar, porém, que estes vestígios da gramática do português clássico, ou esta presença de um sistema conservador nos textos de Garrett, podem ser interpretados de uma forma que nos leva a concluir que este autor já instancia a gramática do português moderno.¹¹⁶

¹¹⁶ Como veremos com maiores detalhes na Parte II deste Capítulo, concordamos com Salvi (1990) quando este sugere que a mudança nos contextos de próclise e ênclise começa a se manifestar já no século XVIII, embora a afirmação do sistema moderno na língua escrita se dê apenas no século XIX. Veja, porém, Galves & Galves para uma argumentação de que Garrett ainda é um falante do português

5.1. A Ordem das Palavras

5.1.1. A ordem SXV

Como observamos anteriormente para o século XVIII, nas construções com a ordem SXV, o elemento que aparece entre o sujeito e o verbo é geralmente um advérbio, embora sintagmas preposicionados possam ocorrer também nesta posição. Segundo a hipótese de estrutura de frase que temos assumido, a próclise nestes contextos (cf. exs, 1a, b, c, d, f, j,) indica que o advérbio ocupa a posição inicial relevante, ou posição interna à sentença, enquanto o sujeito será analisado como um elemento em TOP, ou em posição deslocada. Vejamos alguns exemplos de Garrett.

(1)

- a. Eu já te teria ido ver. (GT,98)
- b. A gente moça já se levanta contra seus paes e seus superiores. (GT,521)
- c. O lavrador pouco se demorou. (GT,496)
- d. O meu antigo camarada o coronel Luiz Guedes sempre me encarece por tal modo a amizade que lhe tem! (GT,179)
- e. ...a sua prisão poucos dias poderá durar... (GT,388)
- f. Eu nunca a segui senão á igreja. (GT,349)
- g. Não há dúvida: o almoço alli está. (GT,161)
- h. Nós ámanhã não temos provimento no agravo... (GT,499)
- i. Eu hoje estou alguma cousa incommodado... (GT,583)
- j. E eu de cousa alguma me poderia jamais doer tanto de

ti...(GT,582)

Interessante é que nestas estruturas SXV, encontradas no "corpus", X nunca é um complemento objeto direto. Na Parte II do Cap.3, vimos que, no PE, a próclise e a ênclise alternam, dependendo do tipo de advérbio que aparece entre o sujeito e o verbo, ou em posição inicial na frase. Obviamente, a próclise é o padrão normal com aqueles advérbios de próclise, ou com operadores de foco; a ênclise, por sua vez, coocorre com os advérbios sentenciais, advérbios temporais, etc,. Vimos ainda que alguns autores tomam a distribuição dos clíticos nestes contextos para justificar uma análise, na qual o sujeito pré-verbal está sempre em posição deslocada, análise esta que se estende até mesmo para as sentenças com a ordem SV(X).

Como disse, assumiremos, como estes autores, que a análise das estruturas SXV, tanto aquelas que envolvem ênclise, como aquelas que envolvem próclise, supõe que o sujeito pré-verbal possa estar em TOP, ou em posição deslocada. Não assumiremos, porém, e isto ficará mais claro posteriormente, que esta análise se estenda às sentenças SV(X).

5.1.2. A Ordem XSV

Os exemplos de estruturas com a ordem XSV, ilustrados em (2) abaixo, mostram que estas se diferenciam das anteriores com a ordem SXV, por apresentarem os advérbios, sintagamas preposicionadas e complementos em posição inicial, antecedendo o sujeito da frase. Embora ocorram com frequência baixa em todos os textos, são relevantes por mostrarem que a topicalização de um argumento, ou de advérbios de diferentes tipos em posição inicial, coocorre com a ausência de inversão sujeito-verbo. Vejamos alguns exemplos extraídos de vários autores:

(2)

- a. No seu convento ele não tinha senão uma cela nua com um crucifixo por seu adorno, um breviário por único livro. (GT,690)
- b. No entretanto a guerra civil progredia; (GT,710)
- c. e depois de suas tremendas peripécias, o grande drama da Restauração chegava rapidamente ao fim. (GT,711)
- d. Realmente o século estava muito atrasado. (GT,645)
- e. Infelizmente o sacrifício não foi de todo incruento. (GT,653)
- f. Depois, os três homens levantaram-se. (GT,746)
- g. Os três dias seguintes a velha levou fechada no seu quarto a chorar. (GT,700)
- h. Deste lado as fortificações e lanços de muro estão todos pouco estragados. (GT,735)
- i. e pela manhã o doente não dava cuidado ao facultativo que o veio buscar. (GT,739)
- j. ...e em poucos dias tudo ficará concluído. (GT,554)
- l. Já elle estará armado. (GT,320)
- m. De muitos lances algum trará peixe. (CA,73)
- n. Ainda eu tinha pernas (CA,75)
- o. mas de saudades ninguém vive (CA,111)
- p. Nesta aldeia um feliz acaso me deparou. (CA,243)
- q. Decididamente a minha excursão está a findar. (Dz,43)
- r. Às oito horas, a força do hábito arrasta-me para casa... (Dz,203)
- s. Por amor do amor Ele perdoa. (P,123))

Um aspecto muito significativo para ser destacado nestas

construções é o de que, ao contrário do que se verificou, normalmente, no século XVIII, a ênclise passa a ser muito mais freqüente do que a próclise nestes contextos, como ilustrado em (2f) e (2r). Isto é perfeitamente esperado, uma vez que, no século XIX, a ênclise se torna categórica em sentenças SV(X) com sujeito referencial, se nenhum elemento que detona a próclise está presente. Conseqüentemente, como deixaremos claro, a reanálise que atinge as sentenças SV(X) se estenderá para as estruturas XSV.

5.1.3. A ordem VS

Embora tenha comentado separadamente a ordem V1 e ordem VS encontradas nos dados do século XVIII, restrinjo-me aqui a observar alguns desenvolvimentos apenas desta segunda construção. Posponho para a Parte II deste capítulo a apresentação de argumentos para corroborar a hipótese de que as sentenças V1 foram passíveis de uma análise ambígua no desenrolar do século XVIII, ambigüidade esta que se perde a partir do século XIX. Veremos ainda que a reanálise da ordem V1 está relacionada com a reanálise da ordem XV com sujeito nulo. Lembro ainda que a ordem V1 é das mais freqüentes nos diferentes autores do século XIX, confirmando assim uma característica do português europeu, presente em todos os períodos do seu desenvolvimento.

Vejamos agora alguns exemplos da ordem VS que englobam estruturas com verbos transitivos, intransitivos e ergativos, todas consideradas como frase apresentativas que veiculam informação nova.

(3)

a. e sufocava-o a tosse.(GT,660)

b. Interessou-me aquela janela.(GT,662)

- c. Formou Deus o homem...(GT,728)
- d. e dali a dois anos apareceu Dinis da Cruz, o frade mais austero e o pregador mais eloquente daquele tempo. (GT,691)
- e. Desvaneceu-se o prestígio.(GT,639)
- f. Matava-nos a sede;(GT,633)
- g. Estava eu nestas meditações...(GT,663)
- h. Estava ela ali sentada na dita cadeira...(GT,667)
- i. Alegra-me esta idéia. (Dz,234)
- j. Tinha o Diogo vindo visitar-me.(Dz,301)
- l. Tinha eu immensa precisão de sahir algum tempo deste meio.(C,421)
- m. Morreu a minha neta. (C,432)
- n. Vão as nuvens cobri-la. (P,34)
- o. Cheirava a terra. (P,67)
- p. Aconselhou-a Deus (P,139)
- q. Ficámos todos quedos.(P,98)

Observando os exemplos acima, podemos concluir que a ordem VS, além de pertencer ao grupo das ordens menos frequentes, vai se restringindo às estruturas com verbos ergativos, verbos intransitivos, ou verbos transitivos em que um dos argumentos está cliticizado. Quanto aos casos em que a inversão do sujeito coocorre com o complexo verbal como em (3j,n) observamos que, também aqui, a ocorrência da inversão sujeito-verbo se restringe a sentenças com verbos auxiliares, particularmente, com os verbos estar, ter e ir.

Como discutimos anteriormente, embora as estruturas VS com verbos ergativos e inergativos tenham diferentes análises, de um modo geral elas ilustram sentenças apresentativas ou descritivas

que expressam eventos. Além disso, a característica importante desta construção no desenvolvimento do português é que, independentemente do tipo de verbo que nela ocorra, a ênclise é obrigatória se o verbo finito está em posição inicial, como exemplificado em (3a,b,e,f,i,p.)

5.1.4. Ordem XXV

A ordem XXV que encontro nos textos do século XIX indica que geralmente o elemento que está próximo ao verbo é aquele que detona a próclise. Como vimos, esta propriedade da ordem XXV é comum à ordem SXV naqueles casos em que o elemento adjacente ao verbo é um advérbio de próclise. Assumimos que este elemento adjacente ao verbo está no Spec,CP, enquanto os outros constituintes, que não estão adjacentes ao verbo, estão deslocados, ou em TOP. O exemplo em (4) ilustra a construção XXV:

(4)

- a. A ele diretamente pouco lhe dizia. (DS,51)
- b. Agora, felizmente, já nos fazem concessão de alguma vaca. (DS,398)

5.1.5. A ordem (X)VXS

Finalmente, apresentamos alguns exemplos da ordem (X)VXS, a qual mostra o sujeito em posição final após todo o VP. Interessante é verificar que, na maioria destes casos, o verbo está em posição inicial instanciando contextos de ênclise obrigatória.

(5)

- a. Desapareceu do mundo Dinis de Ataíde... (GT,691)
- b. Expirou-me nos braços M.^{cl} Plácido f.º de D. Anna. (C,70)
- c. Trouxe-me grande tranquillid° a tua carta. (C,64)

- d. Tinham olhos para nós as sombras.(P,158)
- e. Têm pouca sede as nossas flores.(P,178)
- f. Quere-lhe muito El Rei.(P,184)

5.1.6. A ordem XV

Observando novamente os resultados do Quadro I, vemos que a frequência da ordem XV é relativamente alta em todos os autores do século XIX, o que a coloca ao lado das ordens maiores SV(X) e VI. Lembramos que, no século XVIII, a ordem XV foi o contexto que favoreceu a próclise e que apresentou a inversão sujeito-verbo.

Agora, ao discutir as estruturas com a ordem XV encontradas nos autores do século XIX, nosso objetivo é apresentar argumentos para evidenciar que a construção XV com próclise, ou mais especificamente, a construção de TOPV2 adquire um diferente estatuto, restringindo-se sensivelmente a contextos em que o elemento inicial é caracterizado como elemento que detona próclise obrigatória. Em seguida, mostraremos que, ao mesmo tempo que acontece esta reanálise, aumentam significativamente os casos em que a estrutura XV é contexto de ênclise.

Apresentamos inicialmente exemplos extraídos dos textos de Garrett.

1º) Ordem XV ou X cl-V com advérbios como elementos iniciais. O sujeito é lexical/pronominal.

(6)

- a. Muito caro te custarão já estas palavras.(GT,376)
- b. Elle tem mangado com a tropa, mas hoje mangamos nós com elle.(GT,386)
- c. Agora estou eu como quero.(GT,505)
- d. Hoje espero eu tomar a minha desforra.(GT,465)

- e. O outro dia compuz eu uma modinha para ella. (GT,89)
- f. Esta manhã ficou elle de me trazer aqui o dinheiro. (GT,102)
- g. Antes de hontem recebi eu uma carta de seu pae, que me pareceu um enigma...(GT,158)
- h. Muito me arrisco eu às vezes, confiado na boa feição d'el rei;(GT,247)
- i. O anno passado não gastei eu cinco réis no amanho das minhas terras...(GT,259)
- j. Ainda hontem almoçamos nós juntos em sua casa. (GT,208)
- l. Hontem casou a Julia como sabes.(GT,565)
- m. Imediatamente se ouviu o som retinido das coronhas no chão. (GT,723)
- n. Ali a viam as vedetas de ambos os exércitos. (GT,718).

2º) Ordem XV ou X cl-V com advérbios na posição inicial e sujeito nulo.

(7)

- a. Mando essas lamprêas frescas.Pouco poderás comer dellas; (GT,588)
- b. Inda esta manhã estive com elle.(GT,124)
- c. Involuntariamente parei defronte da janela (GT,212)
- d. Breve o saberemos. (GT,553)
- e. Muito bem o reconheço.(GT,325)
- f. Não faça cerimonia commigo... sinceramente lho peço.(GT,200)
- g. Agora te mando uns pêcegos que me encarregou a

avó...(GT,609)

h. e juntamente te mandarei o segundo em portuguez...(GT,625)

i. Ámanhã te irei vêr...(GT,559)

j. Um dia d'estes, talvez ámanhã ou depois te vou vêr.(GT,564)

l. Se poder, ámanhã o emendo e t'ó restituo.(GT,623,624)

m. Aquí te mando as peras do nosso quintal.(GT,623)

n. Agora o verás. (GT,435)

o. ...mas se não fôr hoje, domingo t'os darei. (GT,593)

p. Esta semana sem falta me mudo para a tua vizinhança.(GT,660)

3º) Ordem XV ou X cl-V em que X representa sintagmas preposicionados. O sujeito é lexical/pronominal.

(8)

a. Por esta não esperava eu. (GT,412)

b. Olhe, á mesa me não deixava elle só, como aqui me fizeram. (GT,204)

c. Pela sorte d'el rei me não trocava eu... (GT,239)

d. Ao chão estive eu para me atirar...(GT,723)

e. De tudo se ocupava Frei Diniz. (GT,727)

f. E dali lhe puseram o nome de "menina dos rouxinóis"...(GT,719)

4º) Ordem XV ou X cl-V em que os elementos iniciais são sintagmas preposicionados com sujeito nulo.

(9)

a. ... e por esta ocasião te vou explicar...(GT,623)

b. No fim da tarde t'os levarei (GT,604)

c. e na incerteza de se poderei ir vêr-te amanhã te mandarei notícias. (GT,622)

d. Vivi assim dois meses. Laura não me escrevia: recebia as minhas cartas e respondia a Júlia:por este modo nos correspondíamos.(GT,759)

e. ...era a sua invejada carroça e nela me deu lugar até a Azambuja.(GT,608)

f. ...e com a mao trêmula e os olhos arrasados de água lhe fez um mudo e expressivo sinal de aprovação e agradecimento.(GT,708)

g. À vista te explicarei tudo.(GT,572)

h. A tudo se habitua o homem.(GT,712)

i. Em poucas linhas se descreve a sua simplicidade clássica.(GT,651)

5º) Ordem XV ou X cl-V em que o elemento inicial é o objeto direto. O sujeito é lexical/pronominal, ou nulo.

(10)

a. Isso sabem vocês melhor do que eu.(GT,265)

b. Boa vontade tinha eu quando te vi crescida...(GT,227)

c. Muita coisa vejo eu que lhe devia dar remédio... (GT,376)

d. Este conheço eu;(GT,690)

e. ...chegámos á janela e tudo vimos.(GT,342)

Como foi observado para o século XVIII, também nos textos do século XIX encontramos uma percentagem muito alta de estruturas XV com sujeito nulo. O Quadro II mostra os resultados obtidos em cada um deles. Em particular, a coluna 5 expõe claramente que a

percentagem de sentenças com sujeito lexical/pronominal não ultrapassa os 37% encontrados em Garrett. É interessante observar ainda que os exemplos de sentenças XV com sujeito realizado lexicalmente, encontrados nos textos de Garrett e nos outros autores apresentam, na sua maioria, o pronominal eu.

Quadro II: Ocorrência de sujeito lexical/pronominal na ordem XV

Autores	XVNP	XVPR	XV	sub-total	%	Total
Garrett	9	34	185	43	19%	228
Camilo	10	5	92	15	14%	107
Diniz	9	10	83	19	19%	102
Câmara	5	26	53	31	37%	84
Dantas	/	3	43	3	7%	46
Patrício	10	2	34	12	26%	46

Vejamos a seguir exemplos de construções com a ordem XV e ênclise, extraídos dos textos de Garrett. Ao contrário do que observamos em quase todos os autores do século XVIII, há agora maior frequência de ênclise nestes contextos.

6º) Ordem XV ou X V-cl com advérbios, complementos e sintagmas preposicionados como elementos iniciais. O sujeito pode ser nulo, ou realizado lexicalmente.

(11)

a. Pouco-a pouco amotinou-se-me o sangue. (GT, 730)

b. ...os mais fortes pesam sobre os mais fracos e às vezes esmagam-n'os sem lhe valer a justiça... (GT, 375)

- c. ... então enganei-me (GT,333)
- d. e, se o nao pudessem enforçar, pelo menos declaravam-no republicano. (GT,694)
- e. Decididamente vou-me embora...(GT,748)
- f. No dia aprazado despovoou-se a capital...(GT,740)
- g. Mas logo aos primeiros talhos fiz-lhe sangue na cara. (GT,426)
- h. mas a mim repugna-me que o uses commigo.(GT,611)
- i. A nós tiram-nos tudo,tudo!(GT,747)
- j. Ai Santarém, Santarém! abandonaram-te, mataram-te, e agora cospem-te no cadáver.(GT,744)

Consideramos que um dos indícios mais fortes da reanálise da ordem XV é justamente o aumento significativo da ocorrência da ênclise nestas estruturas. Note-se ainda que os adverbiais sentenciais, temporais, etc., que topicalizam nestas construções XV com ênclise, são aqueles que apareceram em contextos de variação já em alguns autores do século XVIII e que, no PE, coocorrem com ênclise obrigatória. Deixamos este ponto mais claro na discussão que apresentaremos na Parte II deste capítulo.

Deste modo, a maior ocorrência de ênclise nas construções com a ordem XV nos textos de Garrett evidencia que este autor já reanalisou os contextos de ênclise e próclise, e conseqüentemente a construção XV, na qual o elemento inicial está agora em TOP, ou deslocado. Naturalmente, se X for o objeto direto, ou complemento preposicionado teremos a Topicalização à la Duarte, com as características que apresentamos na Parte II do Cap.3.

Obervemos a seguir alguns exemplos da ordem XV com próclise nos outros autores do século XIX:

7º) Sentenças XV ou X cl-V tendo advérbios como elemento inicial. O sujeito está nulo, ou realizado lexicalmente.

(12)

- a. Hontem **lhe** disse ele depois de a insultar...(C,54)
- b. Agora **me** pedem de novo. (C,58)
- c. Mais uma vez **me** disseste. (C,78)
- d. Ainda se não fez a tolíce matrimonial. (C,89)
- e. Muito agradeço o favor. (C,104)
- f. e difficilmente **me** equilibrio. (C,189)
- g. D. Anna encaneceu e agora m.^{mo} **a** estou ouvindo chorar.(C,34)
- h. Novamente **me** quis proporcionar o prazer de ler uma carta sua.(Dz,120)
- i. E assim **o** disse o senhor Miguel Tavares.(Dz,194)
- j. Depois **lhe** direi a razão. (Dz,231)
- l. Mais nos divertimos nós.(Dz,242)
- m. Já canta o algarvão.(CA,98)
- n. Muito gostava elle do sol.(CA,128)
- o. Muitas vezes **me** lembrei de te propor o divórcio.(DA,287).
- p. e toda a noite **o** ouvi a passear (DA,661)
- q. assim **mo** exigiu. (DA,669)
- r. Ali mesmo **o** desvestiu. (P,11)
- s. Três dias viverei com o meu amor (P,33)
- t. Breve **os** tereis (P,42)
- u. Depois **me** dirás o resto.(P,45)

8º) Sentenças XV ou X cl-V em que sintagmas preposicionados são os elementos iniciais. O sujeito é nulo, ou realizado lexicalmente.

(13)

- a. Até o talento **lhe** querem desdenhar. (C,132)
- b. Por isso **me** mandou saber. (C,145)
- c. Dessa estou eu salva. (C,176)
- d. A todos **me** recomendo (Dz,92)
- e. Com vontade **as** faria de viva voz. (Dz,142)
- f. e bem vontade tinha eu já. (Dz,177)
- g. Dos partos das nossas mulheres enviuvamos ambos (CA,18)
- h. Com muita bala **me** atiraram os do partido do seu senhor. (CA,51)
- i. Por um nada ferve em ira. (CA,87)
- j. Do fiel cumprimento da obrigação depende o auxílio do céu. (CA,90)
- l. e delles **me** condoía. (CA,131)
- m. Naquella cama expirou. (CA,105)
- n. Da excellencia da tua alma **nos** deste mais uma prova (CA,85).
- o. Em N. **me** obrigaste a despir o *maillot*. (DA,373)

9º) Sentenças XV ou X cl-V em que objetos diretos são elementos iniciais. O sujeito é nulo, ou realizado lexicalmente.

(14)

- a. Muito dinheiro deve ele de ter. (Dz,181)
- b. Isso veremos. (C,156)
- c. Dez mil réis me custaram. (CA,198)
- d. Triste passeio escolheu hoje. (CA,20)
- e. e muita companhia lhe faz. (CA,46)

Como se vê por este grupo de exemplos em (12), (13) e (14), está evidente que as construções XV se tornam contextos de Focalização. Na maioria dos casos, encontramos como elementos iniciais aqueles que, claramente, pertencem à classe dos operadores "afetivos". A única exceção fica ainda por conta dos advérbios de tempo como ontem, hoje, etc., advérbios sentenciais como imediatamente, etc. que, como dissemos acima, ocorrem com ênclise obrigatória no PE. No entanto, mesmo a possibilidade da próclise com estes elementos, não mais indicaria, como argumentaremos posteriormente, que estamos diante de uma construção de TOPV2, mas sim de uma construção de Focalização.

Ilustramos a seguir a ordem XV com ênclise nos outros autores do século XIX. Semelhante ao que aconteceu com os textos de Garrett, também aqui se observa que a ênclise se afirma na ordem XV, naqueles casos em que advérbios e adjuntos/complementos preposicionados podem ser deslocados ou topicalizados. Observe os exemplos em (15):

(15)

- a. Naturalmente procura-te, pedindo-te q o presentes. (C.74)
- b. Depois de amanha envio-te a carta (C.108)
- c. Na estação de VªNova espera-vos um trem até á Portella. Lembras-te? (C,123)
- d. Em duas pedia-te (C.142)

- e. Depois submetteu-me a vários exames.(C.171)
- f. Em apreciação de poesia dou-me por incapaz.(C.98)
- g. Em vista disso, demoro-me aqui (C.107)
- h. Na tua última carta falavas-me em uma visita que
ias fazer;(Dz,240).
- i. Agora preparo-me para almoçar.(Dz.53)
- j. Ontem, esperavam-me à noite em casa do Mendes
Leal.(Dz,211)
- l. Depois voltou-se (P.153)
- m. Imensamente pálida dirige-se para o fundo (P.183)
- n. Na última carta sua, disse-me que voltasse. (DA,85).
- o. De longe a longe olhava-a (P.103)
- p. Às vezes dói-me a consciência (CA.139)

Assim, após novas demonstrações de como os elementos estão ordenados na estrutura XV, observemos o Quadro III:

Quadro III: Elementos que ocorrem em posição inicial nas sentenças XV

Elem. Iniciais	GT	C	DZ	CA	DT	PT
ADVs	145 64%	45 42%	64 62%	41 49%	25 54%	26 57%
Adj/ComplPP	10 4%	4 4%	11 11%	13 15%	3 7%	6 13%
ComplNP	7 3%	5 2%	11 11%	8 10%	/ /	4 9%
e,mas,etc	32 14%	10 9%	8 8%	7 8%	9 20%	9 20%
ADVs Neg	34 15%	43 40%	8 8%	15 2%	9 20%	1 2%
TOTAL	228	107	102	84	46	46

O Quadro III nos dá as percentagens dos diferentes tipos de elementos que ocorrem em posição inicial nas construções XV em todos os textos analisados para o século XIX. Novamente, vemos que os advérbios são os constituintes privilegiados para ocupar a primeira posição. Neste caso, porém, como estivemos discutindo, mais do que a constatação de que são os advérbios os elementos iniciais privilegiados na construção XV, está a observação de que muitos deles coocorrem com a ênclise, enquanto os casos de próclise se restringem a elementos focalizados, operadores de foco, etc.

Em outras palavras, assumimos que a construção XV com próclise do século XIX, ao contrário da construção XV com próclise do século XVIII, que também podia ser analisada como TOPV2, instancia

exclusivamente contextos de Focalização.

5.1.7. A Ordem SV(X)

Passemos agora às sentenças SV(X). Verificamos que o mesmo padrão de mudança que se manifesta nas sentenças com a ordem XV, estende-se também aos contextos SV(X) com sujeito referencial pré-verbal. A apreciação dos resultados do Quadro IV nos permitirá fazer uma comparação entre os resultados obtidos com os dados do século XIX e os dados do século XVIII (cf. a discussão na Parte II deste capítulo).

**Quadro IV: Percentagem de ênclise em sentenças principais
 com sujeito referencial**

Autores	Enclise	Próclise	%	Total
Garrett	47	14	77%	61
Camilo	67	6	92%	73
Diniz	70	8	90%	78
Câmara	26	3	90%	29
Dantas	20	/	100%	20
Patrício	20	4	83%	24

Como se pode ver pela percentagem da ênclise exposta na coluna 3 do Quadro IV, a situação em relação ao exposto no Quadro VI do Cap.4 praticamente se inverteu. Agora a ênclise supera a próclise em todos os autores ao longo do século XIX. A percentagem menor de ênclise em Garrett será melhor entendida quando da apresentação e análise dos exemplos, nos quais o autor emprega a próclise. Vejamos a seguir exemplos de sentenças SV(X) com ênclise em todos os

autores do século XIX. Primeiramente, exemplos extraídos dos textos de Garrett.

(16)

a. O senhor meu sogro levanta-se. (GT,29)

b. Oíça: a dona da casa, senhora extremamente amável ...e moça ainda...uns olhos pretos...a dona da casa pergunta-me se quero mais assucar...(GT,14,9)

c. Mariana recolhe-se.(GT,212)

d. Accudo eu, duas bengalladas no bolieiro, deito a mão ao cavallo das varas, o da bolêa espanta-se, quebra os tirantes, foge...(GT,74)

e. O meu general, coitado! o meu santo general Lemos tem-me obsequiado e tem-me feito serviços...(GT,92)

f. Os taes sujeitos ligaram-se com o cura...(GT,326)

g. O meu officio é prender gente, e a menina prendeu-me agora a mim...(GT,390)

h. Minha madrinha, eu disse-lhe que estava prompta a obedecer a meu pae.(GT,552)

i. As cerimoniaes da côrte d'estes dias fatigaram-me muito...(GT,597)

j. mas a boa da mulher, que era portugueza nos ossos, offendida de ouvir injuriar o seu rei, sae-me muito surrateira para fora do balcão com uma acha de lenha escondida...(GT,450)

l. mas as coisas acontecem e as más línguas afiam-se...(GT,529)

m. A conversa de minha comadre fez-me demorar...(GT,495)

n. Tu detesta-me, Carlos, de todos os poderes da tua alma, com toda a energia do teu coração;e eu venho-te dizer que te amo...(GT,740,741)

Os exemplos em (17) foram extraídos dos autores restantes.

(17)

- a. Os teus cabellos voltam-me os beijos do meu filho
(CA,14)
- b. Uma bala acertou-me no estribo do cavallo.(CA,163).
- c. A toada tão linda soou-me triste! (CA,18)
- d. Eu fico-me a descansar (CA,234)
- e. Um sargento de pechisbeque... pisca-te o olho (CA,291)
- f. Deus premiou-lhe na terra a virtude (CA,294)
- g. Essa rapariga que ahi está morria-se por esse homem.
(CA,287)
- h. Tu deves-me conta dos teus actos.(DA,67)
- i. A minha cor impressiona-me.(DA,256)
- j. O senhor cônego esperava-a ansiosamente.(DA,270)
- l. Eu queixo-me do mesmo mal.(DA,310)
- m. A m^a infermid.^e prosta-me,innegrece-me a alma.(C,30,31)
- n. O diabo da velhice perverteu-me o paladar de modo que este fastio intolerante me está sempre levando para leituras estrangeiras...(C,110)
- o. As caras humanas fazem-me horror.(C,129)
- p. ...apenas lhe supplicado que não se embriague; mas elle embriaga-se por que senten alg.^m beneficio com esse acrescimo á demencia.(C,323)
- q. Os negócios de toilette merecem-lhe mais atenções do que a um ministro de Estado uma alta questão de governo.
(Dz,43)
- r. ...Eu não acredito; D.Margarida enganou-se. (Dz,145)
- s. A falar a verdade ela devia-lhe dar um dote.(Dz,164)
- t. Tristão partia-lhe as costelas uma a uma. (P,54)

- u. El Rei impacientava-se.(P,67)
- v. mas a minha alma fez-se toda branca.(P,89)
- w. A vida toda desfolhou-se aos teus pés.(P,91)

Entretanto, apesar da alta percentagem de ênclise, o Quadro IV nos mostra que ela não atinge 100% em alguns dos autores, em particular em Garrett, onde a percentagem de próclise alcança ainda 23%. Os exemplos abaixo ilustram estes casos em Garrett:

(18)

- a. A senhora chorou,o senhor ralhou. Eu te contarei n'outra ocasião, que hasde rir.(GT,32)
- b. Eu lhe explicarei como isto foi.(GT,224)
- c. Vae a Emilia levar-te esta carta que me pediu para ir. Ella te leva também uns rebuçados de diversas fructas, que hontem escolhi em uma loja nova que se abriu.(GT,557)
- d.Elle te dirá. (GT,102)
- e. Eu lhe vou contar uma passagem da minha vida.(GT,48)
- f. Eu lhe digo como a coisa se passou. (GT,146)
- g. Eu lhe farei ver o que é um capitão de ordenança offendido na sua honra! (GT,295)
- h. Uma autoridade! ora não verão esta autoridade! Eu lhe mostrarei em pouco tempo que você é menos que ninguém...
- i.Hontem não te vi, porque a todo momento estive á espera do creado que devia trazer os teus vestidos;e a costureira o demorou até tarde sem por fim lh'os dar...(GT,603)
- j. Apenas passei as árvores, um espetáculo inesperado, uma evocação como de encanto **me** veio ferir os olhos.(GT,749)
- l. Um imenso arraial de caleças, de machinhos, de burros e arrieiros, **nos** espera naquele descampado africano.

(GT,626)

m. ...uma idéia **lhe** vinha, outra se **lhe** ia.(GT,726,727)

n. Tenho energia demais, tenho poderes demais no coração. Estes excessos dele me mataram...(GT,752)

o. Fizeste bem Camões, fizeste bem; salvaste El-rei de fazer uma injustiça e elle t'o saberá agradecer.(GT,502)

p. Carlos tinha velado toda a noite;uma excitação **lhe** amotinara o sangue...(GT,724)

É interessante observar que uma boa parte destes casos de sentenças SV(X) com próclise ilustrados em (18) tem como sujeito o pronome pessoal eu/elle/ella. Assumimos que a próclise com o sujeito pronominal revela que estes estão sendo usados enfaticamente, e, portanto, este conjunto de sentenças não representa uma contra-evidência para a afirmação de que a ênclise com sujeito referencial já é categórica desde Garrett.

Quanto às outras ocorrências da próclise, ilustradas nos exemplos acima, pensamos estar claro que em todos eles se constata a presença de elementos que podem estar sendo interpretados como operadores, ou como sintagmas que recebem um interpretação de foco contrastivo.

Da mesma forma, os exemplos abaixo, que ilustram a próclise residual nas sentenças SV(X) em autores como Camilo e Diniz, podem perfeitamente ser interpretados como contextos de próclise obrigatória. No PE, como se sabe, o sujeito referencial ocorre com próclise apenas se for enfatizado. Assim, podemos concluir que, embora a percentagem de ênclise em sentenças SV(X) não atinja 100% em alguns autores do século XIX, os casos de próclise que ainda aparecem se restringem aos contextos "marcados".

Em (19), apresentamos os 6 casos de próclise com sujeito referencial encontrados em Camilo.

(19)

- a. Eu lhe vou contar uma passagem da minha vida.(C,48)
- b. Eu lhe digo!(C,89)
- c. Eu t'o agradeço porque é bellissimo.(C,134)
- d. Se me enganou, Deus lhe perdoe .(C,156)
- e. Elle te dirá!(C,102)
- f. Eu te direi a impressão que me deixa. (C,309)

Em (20), os 8 casos de próclise que ocorrem em Diniz.

(20)

- a. Eu lho digo! (Dz,15)
- b. O barulho da carruagem me advertirá da sua chegada.
(Dz,27)
- c. Os meus padecimentos, que dia para dia se agravam
mais, me tem até agora impedido... (Dz,39)
- d. Deus os juntou, portanto.(Dz,250)
- e. Eu lhas conto.(Dz,211)
- f. Eu lhe explicarei isto tudo.(Dz,205)
- g. Deus o quer.(CA,173)
- h. Deus o quiz.(CA,227)

Nos autores restantes, verifica-se igualmente que os casos de próclise com sujeito referencial se restringem quase que exclusivamente aos casos com pronomes pessoais, ou a alguma fórmula do tipo Deus me ajude! ou Eu lhe digo!

Deixamos ainda para o final desta seção uma referência aos contextos XV, em que os elementos iniciais são os conectivos como

e, mas, etc. Como era de se esperar, também nestes contextos a ênclise ocorre com frequência muito alta, atingindo 100% em quase todos os autores. Apenas em Garrett encontramos um percentagem maior de próclise nestes contextos. De fato, das 32 sentenças com conectivos, 10 ocorrem com próclise, perfazendo um total de 31%. Em Camilo, já são apenas 2 casos de próclise em 10 sentenças o que dá uma percentagem de 20%; em Diniz, igualmente, são 2 casos de próclise em 8 sentenças, atingindo uma percentagem de 25%. Nos outros autores, como demonstrado no Quadro II, a ênclise é categórica nestes contextos. Alguns exemplos de próclise estão em (21), enquanto os exemplos com ênclise estão em (22):

(21)

a. Mandei a tua tia a caixa com almofada de setim pelos seus annos que são amanhã, e a mandei em teu nome. (GT, 581)

b. e tomando-lhe o novelo das mãos num instante desembaraçou o fio e lho tornou a entregar. (GT, 721)

c. Formou Deus o homem, e o pôs num paraíso de delícias. (GT, 732)

(22)

a. Chegou ao Porto e obrigou-me a retroceder. (C, 321)

b. ...e anima-me acreditar que não me faltará a vida e a saúde... (DS. 266)

c. mas levantei-me eu muito ligeiro... (GT, 517)

O mesmo predomínio da ênclise passa a se manifestar ainda naqueles casos em que sentenças adverbiais, gerundivas e completivas precedem a sentença principal, que elas modificam.

Lembramos que os contextos de ênclise foram analisados,

considerando-se os constituintes iniciais como elementos deslocados e não como XPs prepostos a uma posição de especificador. Garrett é o único autor que ainda apresenta próclise residual nestes casos. Assim, dos 9 exemplos que encontrei, 7 têm ênclise, perfazendo um total de 78%. Nos outros autores, a ênclise ocorre em 100% dos casos.

(23)

- a. ... mas como este casamento fazia conta
ajustei-o. (GT,27)
- b. Acabados estes, **te** mandarei mais (GT,645)
- c. Quando El- Rei soube, mandou-o chamar. (P,18).
- d. Como lhe nao posso mentir, mando-**te** os desenhos. (C,301)
- e. Quis ir ao cinema, opuseste-**te**. (DA,27)
- f. Quis arranjar as sombrancelhas, ameaçaste-**me** com o
divórcio. (DA,29)
- g. Quis jogar golfe, proibiste-**me**. (DA,31)
- h. Pois se algum dos teus conhecidos de solteira torna
a ser menos desrespeitoso com a memória de meu pai,
esbofetei-o. (DA,123)
- i. Eu creio em Deus e sirvo-o humildemente. (DA,231)

Finalmente, apresentamos alguns exemplos da construção de Deslocação à Esquerda Clítica. Como se vê, a DEC esteve sempre presente no desenvolvimento do PE. É interessante lembrar que o elemento deslocado nunca influi na sintaxe V2, não apenas em línguas V2 "livres" como o PE, mas também nas línguas germânicas modernas. De fato, a possibilidade de construções com elementos deslocados e retomados por pronomes são encontradas no alemão, holandês, sueco, etc. (cf. Haider & Prinzhorn (1984). Vejamos alguns

exemplos do português.

(24)

- a. Essa cartinha leva t'a o creado da avó, que leva uns papéis para assignar...(GT,560)
- b. Os teus vestidos, promettem-m'os para amanhã.(G,615)
- c. Esta casa sei-a de cor, estas árvores conhecem-me, estes sítios são os últimos que vi...(GT,715)
- d. O sangue dele derramaram-no como água nos vales de Jerusalém.(GT,745)
- e. As tuas sei apprecial-as...(GT,721)
- f. O despotismo detestava-o como nenhum liberal é capaz de o aborrecer: mas as teorias filosóficas dos liberais, escarnecia-as como absurdas...(GT,682,683)
- g. mas gt.º a versão de El-rei elogiou-a e deu-me razão.(C,679)
- h. O meu noivo, espero-o um dia, lá do cabo do mundo, das Indias do bacalhão.(CA,90)
- i. A quietação em que vivo, ella ma trouxe.(CA,22)

Quanto à colocação dos pronomes clíticos na construção de DEC, vemos que nenhuma mudança ocorre desde o período antigo, a saber: a ênclise é obrigatória se o elemento deslocado está adjacente ao verbo finito. Esta obrigatoriedade, porém, desaparece com a presença de elementos "proclisadores." No grupo de exemplos que apresento acima, não há casos como estes. Apenas o exemplo (24i) mostra que o sujeito enfático "conta" como um destes elementos que detonam a colocação proclítica do pronome na DEC.

Ao término desta apresentação das principais ordens de palavras computadas nos textos dos diferentes autores do século XIX, penso ter ficado claro que a evolução da ênclise que se

manifesta nos contextos XV e SV(X) se dá a partir da primeira metade do período. Do mesmo modo, a evolução da próclise se reflete nas sentenças XV que instanciam agora contextos de Focalização. Considero oportuno lembrar que Said Ali (1908) já havia caracterizado este contraste entre contextos com ênclise e contextos com próclise nos seus estudos com autores portugueses dos séculos XVII e XIX. O autor atribui à fonética a explicação para este contraste, afirmando que:

"O que há é apenas isto: os Portuguezes preferem, em uns casos, decididamente, a posposição; em outros, a anteposição. Mas o problema não pode ser resolvido pela syntaxe. Em innumeradas passagens os modernos Lusitanos seriam accordes em usar a mesma collocação pronominal. Duvido muito, que, tendo de descrever um trecho como o de Eurico: Ha entre nós um abysmo: tu o abriste, eu precipitei-me nelle, alguém em Portugal prefira dizer: tu abriste-o; eu me precipitei nelle. Ao interrogamos qual a causa desse accordo, responderão que é uma questão de ouvido. Ora, para as questões de ouvido, de pronuncia, fez-se a phonetica, e não a syntaxe." (1908,33,34)

Em relação à ordem em que o sujeito é anteposto, ou ordem SV(X), Said Ali afirma ainda que na linguagem usual, meramente narrativa, ou expositiva, o pronome átono está na sua posição normal, ou seja, posição enclítica. Se o sujeito é, porém, enfático, a colocação do pronome já não é a mesma.

"Esta deslocação effetua-se em virtude de uma lei phonetica, a saber: quando não ha pausa depois da palavra que precede o verbo, o pronome atono passa a interpor-se ou seja para amparar o primeiro vocábulo se tiver pronuncia fraca, ou para fazel-o sobresahir enfaticamente se tiver intonação própria. As excepções apparentes são devidas á interferência de outras leis." (1908,58)

O autor nos esclarece ainda a respeito do que considera como ênfase:

"Devemos aqui entender por ênfase o caso em que, na linguagem animada, a atenção se concentra mais no sujeito do que no predicado, em que portanto a intonação do sujeito sobrepuja a do verbo. Ora este efeito melhor se obtém com o auxílio do pronome atono, o qual posposto ao nome ou ao pronome nominativo faz sobresahir a pronuncia desse vocabulo a que se encosta- A oração em tal caso pronuncia-se como que de um folego, arrastando o sujeito emphatico apoz si tanto a palavra atona como o verbo." (1908,48,49)

Mais importante ainda é a observação que Said Ali faz a respeito da próclise e ênclise nos contextos em que complementos estão em posição inicial. Nas suas palavras,

"Na linguagem meramente expositiva pode enunciar-se em primeiro lugar o complemento, passando o sujeito para depois do verbo. Esta transposição pode tornar o pronome átono pré-verbal; porém, desejando-se pôr em destaque os dizeres finais, fôr-se-á pausa e o regímen átono conservar-se-á após o verbo..."(1964,214)

Os exemplos apresentados pelo autor para ilustrar este ponto são de Herculano, um autor do século XIX:

(25)

- a. Dos godos restam-nos códigos.
- b. Dessas rosnaduras e pragas ria-se.
- c. Contenta-se com o que é teu, e do meu deixa-me fazer o que quero.

Estes contextos enclíticos ilustrados em (25a-c), que Said Ali descreve como contextos em que o complemento está separado do verbo por uma pausa, ilustram, como vimos, as construções que Duarte (1987) denominou de Topicalização. Assim, embora Said Ali tenha enfatizado apenas as propriedades prosódicas destas construções, o estudo de Duarte mostrou que importantes propriedades sintáticas a

distinguem de outras construções que também apresentam o complemento em posição inicial, como a DEC e a Focalização.

Além disso, tomando como base a teoria da checagem dos traços morfológicos, podemos supor que a "ênfase" que Said Ali observa nos contextos de próclise e que considera apenas como uma questão de fonética, evidencia um traço [+f] em C. Este traço, como os outros traços morfológicos que estão associados a C, se tornam "fortes", ou seja, tem suas exigências morfológicas satisfeitas através da estratégia de adjunção do verbo finito a C e por coexistir com uma frase foco, ou sintagma focalizado, em seu especificador.

PARTE II

A DISCUSSÃO

5.2. Considerações iniciais

Como tenho enfatizado ao longo deste estudo sobre a cliticização, o contraste em (1a-b) extraído de textos do século XVIII,

(1)

a. Este furto me embaraça. (MR, 191)

b. Esta obra tinha-me serventia bastante. (MS, 115)

evidencia que durante este período, não só a próclise alterna com a ênclise nas sentenças com a ordem SV(X), como também é a opção mais freqüente. De fato, os resultados do Quadro VI, Cap.4 mostram que a próclise ocorreu nos contextos com sujeito referencial numa proporção que variou de 56% a 100%.

Porém, a partir da primeira metade do século XIX, observa-se uma mudança significativa na ocorrência da ênclise em construções SV(X) com sujeito referencial, como exposto no Quadro IV, Cap.5. A ênclise atinge agora 77% do total das sentenças computadas nos textos de Garrett, o autor nascido em 1799. Com os outros autores nascidos na primeira metade do século, Camilo (1825) e Diniz (1839), a percentagem de ênclise é ainda mais alta e atinge respectivamente 92% e 90%. Finalmente, vemos que esta alta percentagem de ênclise é totalmente confirmada nos autores nascidos na segunda metade do século XIX: Câmara (1852), Dantas (1876), e Patrício (1878).

Observamos ainda que os casos de próclise com sujeito

referencial que ainda aparecem nos textos de Garrett, Camilo e Diniz podem ser considerados como contextos "marcados" (cf.5.1.7.) e, portanto, não invalidam a afirmação de que a colocação enclítica do pronome é categórica nas sentenças com a ordem SV(X) neste período. Com base nestes resultados, procuro apresentar evidências que dêem respaldo aos seguintes argumentos:

(i) O desenvolvimento da ênclise categórica nas sentenças SV(X) com sujeito referencial, observada nos dados a partir da primeira metade do século XIX, está relacionada à perda da próclise em construções XV - denominadas TOPV2 - naqueles casos em que os elementos iniciais são advérbios sentenciais, temporais, sintagmas preposicionados, objetos diretos.

Durante toda a apresentação das diferentes ordens de palavras encontradas nos textos do século XVIII, procurei justificar a denominação TOPV2 para estas construções, baseando-me no fato de que elas instanciam a ordem XV(S), a qual é a ordem típica das línguas V2. Considerei, portanto, que as duas propriedades importantes que caracterizam estas construções são a inversão sujeito-verbo, aqui incluído o sujeito nulo, e a colocação proclítica do pronome oblíquo. Além disso, como procurei destacar na seção 4.2.1., é possível, para este período, generalizar a fórmula XV para incluir a ordem SV(X) com próclise, de modo que o elemento inicial pode ser também o sujeito da frase. Em (2a-d) estão exemplos do que foi considerado como construção XV no século XVIII:

(2)

a. e em igual desordem se acham os corpos militares
(MA,23)

b. e depois me conduziu S.Exma à casa da residência dos
Vice-reis (MR,18)

c. Mestre Xanto, sobre isto da potência visiva tinha eu

um argumento. (J,22)

d. e me deixou esta nova cheio de regozijo. (MR,212)

e. O Conde Valadares estou esperando por dias. (MR,123)

f. Francisco Vieira o avaliou em 3000 cruzados. (MS,345)

Assumirei ainda que as estruturas XV com próclise podem ter uma natureza dual no século XVIII: ora elas ilustram a TOPV2, e neste caso o elemento inicial funciona como tópico/tema da sentença, ora, devido à natureza dos elementos que ocupam Spec,CP, ou da interpretação que se dá a eles, ilustram contextos de Focalização, semelhantes aos que se verificam no português europeu moderno (PE). Estes elementos iniciais que ocorrem na Focalização são aqueles que têm força de operador, ou que podem ser interpretados como foco contrastivo.¹¹⁷

A seguir, com a observação dos dados referentes à primeira metade do século XIX, assumo que, neste período, as sentenças com a ordem XV e próclise ilustram unicamente contextos que podem ser considerados como contextos de Focalização e não mmais como TOPV2.

¹¹⁷ Para a projeção funcional que hospeda estes elementos, a literatura traz muitas propostas; Belletti(1990) sugere que advérbios negativos e positivos ocupam, respectivamente, posição de especificador de NegP (frase negativa) ou de PosP (frase positiva); Por seu lado, Uriagereka (1992,1994) e Martins (1993,1994), postulam, respectivamente, uma projeção FP e SigmaP, cujo especificador é também o lugar de pouso para o constituinte com força enfática. Finalmente, Raposo (1994) fala numa posição que ele denomina de OP, ou posição de operadores "afetivos". Outros autores como Manzini (1992), Galves (1994) consideram que traços operadores como focus, wh, são traços que se realizam em C nas sentenças principais no PE. Estou assumindo esta última proposta.

Além disso, vários estudos têm sido feitos em diferentes línguas com o objetivo de evidenciar que foco é marcado sintaticamente e que as categorias focalizadas se movem para uma posição pré-verbal. Segundo autores como Brody(1990) o húngaro seria uma destas línguas, na qual as sentenças que contém elementos focalizados têm um número de características sintáticas, semânticas e fonológicas que as diferenciam das sentenças sem a categoria focalizada.

A conseqüência desta análise é que sentenças aparentemente idênticas, como estas ilustrados em (3a-b), respectivamente dos séculos XVIII e XIX, recebem uma diferente interpretação. Na sentença (3a), o elemento em posição inicial pode ser tópico, enquanto em (3b), supomos que recebe unicamente a interpretação de foco contrastivo e padrão de acento característico dos elementos focalizados.

(3)

a. Desta opiniao foram alguns antigos portugueses.
(VY, 177)

b. Dessa estou eu salva (C, 176).

(ii) O segundo ponto que tenho defendido é o de que as construções com sujeito referencial e ênclise do tipo ilustrado em (1b) são analisadas pelos falantes do século XVIII supondo o sujeito NP em TOP, nos moldes de Benincà (1991), ou em posição deslocada, nos termos de Salvi (1990, 1991, 1992, 1993), Barbosa (1991) e Raposo (1994a, b). A idéia é que as sentenças SV(X) com ênclise são analisadas como as sentenças OV(S), ou seja, como construções de DEC, do tipo ilustrado em (4):

(4) A tropa regulei-a na conformidade do
regulamento. (MR, 126)

A diferença entre a sentença (1b) e a sentença em (4) está apenas no fato de que, na primeira, o pronome resumptivo que retoma o elemento deslocado é nulo, uma vez que o português não tem sujeito clítico. Deste modo, o pronome resumptivo nulo pro checa seus traços de caso numa posição no interior da sentença que tenho assumido como sendo Spec, AgrS.

(iii) Finalmente, argumentei que com a afirmação da ênclise nas

sentenças com sujeito referencial, afirma-se também uma terceira construção que, com pouca freqüência, ocorreu no "corpus" do século XVIII. Trata-se da construção de Topicalização, na qual os elementos topicalizados coocorrem com a ênclise obrigatória. A construção torna-se comum a partir do século XIX:

- (5) Na tua última carta falavas-me em uma visita.
(Dz,240).

Vê-se por este exemplo em (5), o qual linearmente ilustra a ordem XV, que o constituinte na posição inicial não mais detona a próclise, ou a inversão sujeito-verbo. De acordo com a minha hipótese, a afirmação da construção de Topicalização a partir do século XIX é forte indício de que a TOPV2 tornou-se obsoleta, ou seja, embora possa ocorrer nos dados, não mais é relevante para a fixação de valores paramétricos (cf.Lightfoot,1991).

5.3.A reanálise das estruturas SV(X)

Como dissemos anteriormente, para analisar a ordem de palavras e distribuição dos pronomes clíticos nos dados do século XVIII tenho assumido a hipótese de que os elementos iniciais ocupam diferentes posições estruturais. Esta hipótese permite, em particular, que se possa fazer a seguinte previsão: a criança atribui duas diferentes análises para as sentenças SV(X) com sujeito referencial. Na primeira delas, o sujeito está no interior da sentença em posição de Spec,CP; na segunda, o sujeito está em posição deslocada. Esta análise depende crucialmente da colocação dos clíticos.

Como vimos no Cap.3, seção 3.5., autores como Benincà e Salvi afirmam que o desenvolvimento da ênclise nas estruturas SV(X) é reflexo não de uma mudança na estrutura da frase, mas de uma

reinterpretação de Spec,CP. Na nova gramática, esta posição só será ocupada por elementos focalizados, ou quantificados. Em outras palavras, Spec,CP não mais está disponível para NPs tópicos, incluindo aí o sujeito. Na abordagem de ambos os autores, o sujeito ocupa uma posição deslocada. Naturalmente, esta hipótese permite aos autores dar conta do desenvolvimento dos contextos de próclise e ênclise na história do PE. A hipótese lhes permite ainda afirmar que, em relação às sentenças SV(X) com ênclise, não há mudança para ser registrada na passagem do português antigo e clássico para o português moderno. Mantém-se assim uma relação um a um entre estrutura de frase e colocação pronominal. Além disso, a hipótese de que, no PE, o sujeito pré-verbal nas sentenças declarativas possa estar em TOP, ou em posição deslocada, pode ser corroborada se levamos em conta as diferentes propriedades sintáticas e semânticas que caracterizam o NP sujeito em posição pré-verbal e o NP sujeito em posição pós-verbal (cf. Parte II, Cap.3). Vimos ainda, nesta oportunidade, que a gramática do PE evidencia diferenças na colocação dos clíticos, dependendo se a frase tem sujeito referencial, ou sujeito quantificado e/ou focalizado.

Entretanto, seguindo e adaptando Madeira (1992), Manzini (1992) e Galves (1992,1994) vou propor que, ao contrário do que ocorre no século XVIII, a ênclise nas sentenças com a ordem SV(X) evidencia que o sujeito referencial é analisado pelos falantes do português moderno não como um elemento deslocado, mas como um elemento que ocupa a posição Spec,CP. Proponho, além disso, que é a reanálise destas estruturas que leva a uma mudança nos contextos de próclise, e posteriormente à perda da TOPV2. Deste modo, a reanálise das sentenças SV(X) atinge não apenas estruturas como (1b), como também estruturas como (1a), as quais se tornam obsoletas, levando a próclise a ser exclusividade dos contextos marcados.

A hipótese de que a reanálise das estruturas SV(X) na evolução

do PE está associada à perda da TOPV2 nos permite ainda retomar o que os lingüistas tradicionais já haviam observado: ao lado de outras línguas românicas, o português teve a sua fase V2, na qual a ordem XV, ou TVX, (no sentido de Vennemann) será substituída pela ordem SV, caracterizada por privilegiar o sujeito como elemento que ocupa a posição inicial.

Para entendermos melhor como a reanálise da sentença SV(X) se deu, lembremo-nos, primeiramente, do que tenho considerado como construção de TOPV2. Seguindo e adaptando Zwart (1992) Watanabe (1993) e outros autores, e com base em comparações entre línguas V2 "rígidas" como o alemão e o francês antigo e línguas V2 "livres" do tipo do português antigo e clássico, assumi que o efeito V2 resulta de dois movimentos distintos na sintaxe visível, movimentos estes motivados pela operação de checagem de traços morfológicos. O movimento do constituinte XP para Spec,CP é motivado por um traço-N em C, enquanto o movimento do V para C é motivado pela checagem de traços-V de Agr1, uma projeção funcional recursiva, relacionada ao sistema CP, que se move para C. Este movimento do V para Agr1 em C tem ainda a propriedade de tornar forte o traço-N [+tópico] em C.

Com base nesta teoria, assumi que, no português clássico do século XVIII, as sentenças com a ordem XV, em particular aquelas nas quais X é o sujeito, evidencia que C tem um traço-N relacionado a tópico, o qual é checado em associação com um NP que se move para Spec,CP. A construção evidencia também que Agr1 tem traços-V fortes que serão checados na sintaxe visível. Ao contrário, porém, das línguas V2 "rígidas", o português apresentou em todo o seu desenvolvimento a possibilidade de topicalização de mais de um constituinte. O resultado disto é que os elementos que estão à esquerda do verbo tanto podem estar ocupando Spec,CP, como também podem estar em TOP, a posição à esquerda de CP. A natureza do V2 no português permite ainda sentenças sem tópico, ou seja, sentenças declarativas com a ordem V1, nas quais o sujeito ou é nulo

fonologicamente, ou está em posição pós-verbal. Conseqüentemente, a topicalização não é obrigatória, como é o caso nas línguas V2 "rígidas." Ora, para dar conta desta particularidade do V2 no português, e ao mesmo tempo manter a hipótese do traço-NP forte [+top] relacionado a C, sugiro que este traço seja ativado mesmo quando nenhum constituinte se move para Spec,CP. Em outras palavras, assumo que a ordem V1, ou ordem VS deste período seja analisada como uma estrutura V2, e neste caso, uma categoria nula fonologicamente ocupa Spec,CP, satisfazendo as exigências de checagem do traço tópico. Lembramos oportunamente que, também nas línguas V2 são atestadas construções V1, denominadas construções narrativas, as quais são analisadas por diferentes autores supondo um operador nulo de algum tipo no Spec,CP.

Porém, como os dados mostraram, a partir da primeira metade do século XIX, a próclise se perde nas construções "neutras" com a ordem SV(X), e a ênclise se torna categórica nestes contextos. Como disse no início desta seção, estou assumindo que esta reanálise das sentenças SV(X) a partir da primeira metade do século XIX evidencia que os falantes reanalisaram Spec,CP não mais como a posição de elementos topicalizados, mas como a posição na qual o sujeito nominativo checa seus traços de caso/conc em configuração espec-núcleo com o verbo finito em C. Em outras palavras, proponho que movimento do complexo [V+T+Agr] para C torna Spec,CP uma posição de checagem de caso nominativo, evidenciando que o traço-NP tópico em C se tornou fraco e associado exclusivamente aos sujeitos NPs. Conseqüentemente, a ordem SV(X) não é mais uma estrutura V2.

Esta proposta para dar conta da reanálise das estruturas SV(X), igualmente nos permite dar conta do fato de que, no PE, o sujeito pré-verbal é tópico, embora SV(X) não seja uma estrutura de tópico marcado. Portanto, o que diferencia o traço [+top] dos elementos em posição TOP e o sujeito "topicalizado" na posição inicial é a marca de caso nominativo. Note-se ainda que ao

supormos que o NP sujeito que ocupa Spec,CP é ao mesmo tempo o tópico e o sujeito gramatical da frase, estamos de acordo com a proposta de Duarte (1987), segundo a qual as sentenças SVO no PE instanciam estruturas de tópico não-marcado em oposição às construções de TOP, consideradas como construções de tópico marcado.¹¹⁸

No entanto, - e isto é o mais notável sem dúvida no desenvolvimento do PE -, ao reanalisar a ordem SV(X), o sistema não perde a ênclise e, conseqüentemente, segundo a proposta que estamos assumindo, não perde Agr1. Desta forma, o PE distancia-se das outras línguas românicas como o francês, o espanhol, o italiano, pois, enquanto estas línguas caminham para uma próclise categórica nas sentenças principais com verbos finitos, o PE faz um caminho inverso, generalizando a ênclise e reduzindo a próclise a contextos específicos.

5.4. Agr1 e os clíticos no PE

¹¹⁸ Martins (1994) compara o PE e espanhol com o japonês e coreano assumindo que, nestas línguas, o sujeito tem um estatuto sintático-semântico equivalente à diferença entre sujeito tópico e sujeito nominativo. Em frases topicalizadas, o sujeito é casualmente marcado Tópico; em frases não topicalizadas, o sujeito pós-verbal é casualmente marcado Nominativo.

Assumindo Kuroda, a autora afirma que frases topicalizadas e não topicalizadas refletem, respectivamente, a distinção entre juízos categóricos e juízos téticos. Na proposta de Kuroda, juízos categóricos estão relacionados com predicação e juízos téticos estão relacionados com descrições. A distinção lógica entre juízos categóricos e juízos téticos estaria assim codificada nas línguas naturais.

Também Raposo & Uriagereka (1993), estudando as mini-oracões com as diferentes interpretações de predicados individuais e predicados de estágio, concluem que as diferenças entre eles são melhores expressas por meios puramente sintáticos. Em particular, os autores afirmam que o que está em jogo são diferenças na estrutura de informação tema/rema, as quais são codificadas na sintaxe através de diferentes traços morfológicos. Esta distinção corresponde ao que Kuroda tem chamado de julgamento tético e julgamento categórico.

Como disse anteriormente, a reanálise da ordem SV(X) no desenvolvimento do português não significou perda do movimento do V para uma posição funcional mais alta na estrutura da frase, ou melhor, não significou a perda de Agr1. Por que esta correlação não teria acontecido? Para responder a esta questão, considerações de ordem comparativa podem ser relevantes. Em primeiro lugar, lembremo-nos da nossa discussão dos fatos do francês antigo (Parte II, Cap.2), onde assumimos com Roberts (1993a) que o começo do declínio do V2 nesta língua havia sido a reanálise das sentenças SVO. Como se viu, então, estas deixam de ser derivadas como estruturas V2, i.é., através do movimento do V para C e movimento do NP sujeito para Spec,CP.

Lembremo-nos ainda que assumi, com base nos fatos da distribuição dos clíticos e verbos em línguas germânicas V2 assimétricas, como o alemão, que a reanálise das estruturas SVO não ocorrera no desenvolvimento destas línguas, em consequência da presença de Agr1, analisada como a categoria funcional que hospeda clíticos. A conclusão a que cheguei então foi que as línguas que projetam Agr1 não reanalisam SVO como AgrP.

Tomando como base esta conclusão, sugiro agora que o mesmo fator deve ter estado em atuação no desenvolvimento do PE, ou seja, esta língua evidencia a presença do Agr recursivo relacionado a CP, o que nos permite explicar, não apenas a evolução da ênclise, mas a impossibilidade de reanalisar SVO como AgrP. A minha hipótese, portanto, é a de que o parâmetro que está em jogo para diferenciar o PE das outras línguas românicas, não é a perda do movimento do V para C, mas a perda do movimento do V para uma posição especial de clíticos, ou seja, para Agr1P. Na verdade, o movimento do V para Agr1 deve ter se perdido nas línguas românicas porque a própria posição se perdeu, ou foi reanalisada como CP, como no caso do francês antigo.

De fato, Roberts (1993a) afirma que a fase CP do V2 no francês

já era um desenvolvimento tardio, que sucedeu a uma fase de Agr recursivo. Em outras palavras, proponho que a evolução da ênclise e próclise no PE reflete a presença de Agr1. Segundo a minha hipótese, esta categoria tem traços-V fortes e traços-NP fortes, os quais detonam o movimento obrigatório do verbo finito e do clítico para esta posição.¹¹⁹ Esta linha de argumentação está também em sintonia com Uriagereka (1992,1994), Rouveret (1992) e Raposo (1994,b) os quais propõem uma posição para os clíticos no PE. Uriagereka, em particular, postula uma categoria funcional para o PE e galego, denominada FP, que tem muito em comum com Agr1P. Também Rouveret, por diferentes motivos, fala da posição Wackernagel no PE, uma posição de clíticos e verbos, com traços-V e traços-N fortes.

Entretanto, embora assumindo a posição funcional Agr1 como posição dos clíticos e verbos no PE, alguns princípios do programa minimalista, entre eles, o de que nenhum elemento se move para "salvar" outro elemento (Princípio da Avidéz) me leva a rejeitar a motivação que Rivero (1991,1993) e Cardinaletti & Roberts (1991) propõem para o movimento do verbo finito nos contextos de ênclise e próclise nas línguas românicas antigas. Segundo estes autores, o que motiva o movimento do verbo para Agr1, ou para C, é o clítico. Na ênclise, em particular, este movimento busca satisfazer uma exigência fonológica do clítico de não ocorrer na posição inicial absoluta. Em outras palavras, nos contextos de ênclise, o movimento do V para C é um tipo de "topicalização" e tem aqui um caráter de

¹¹⁹ Tenho aqui omitido o fato de que Spec,Agr1 não é ocupado pelo sujeito, ou por um XP qualquer, uma vez que não é considerado como uma posição de checagem. Isto é esperado, uma vez que o clítico e o verbo formam um complexo verbal em Agr1. Como disse, e seguindo Rizzi (1993), o traço-NP de Agr1 é checado pelo clítico em uma configuração núcleo-núcleo. Sobre esta questão da natureza do especificador do núcleo ocupada pelo clítico, veja também Sportiche (1992).

"último recurso."¹²⁰

Observemos, no entanto, que esta noção de "último recurso" não é a mesma assumida por Chomsky no programa minimalista. Em Chomsky (1992:47) encontramos a seguinte afirmação: "The notion of Last Resort operation is in part formulable in terms of economy: we prefer a shorter derivation to a longer one, and if the derivation D converges without application of some operation, then the application is disallowed". Além disso, como ele observa, "Derivations are driven by the narrow mechanical requirement of feature checking only, not by a "search for intelligibility" or the like". Na mesma linha de argumentação, o autor explica mais adiante que "Last Resort, then, is always "self-serving": benefiting other elements is not allowed. Alongside of Procrastinate, then, we have a principle of Greed: self-serving Last Resort".

Com base, portanto, na noção de "último recurso" para as operações de movimento proposta no minimalismo, assumo que, no PE, o V se move para Agr1, não para atender necessidades do clítico, mas para checar traços-V fortes, i.é., o movimento do V para Agr1 é independente do movimento do clítico, embora este deva se mover para núcleos verbais que checam morfologia relacionada ao verbo. Vejamos agora como poderíamos caracterizar os contextos de próclise e ênclise no desenvolvimento do PE.

5.5. Contextos de Próclise

Na Parte II, Cap.3 deste texto, concluimos que o sistema de Rizzi (1993) parece ser bastante promissor para nos permitir uma abordagem dos fatos relacionados à próclise e à ênclise com verbos finitos nas sentenças declarativas, não só para o português clássico do século XVIII, como também para o português moderno a

¹²⁰ Veja a este respeito, Roberts(1991).

partir do século XIX, após a reanálise das sentenças SV(X). Observei ainda que, com a perda da Interpolação a partir do século XVII, teria havido uma mudança importante no comportamento dos clíticos, mudança esta que pode ser expressa na seguinte generalização:

(i) Tanto na ênclise quanto na próclise o clítico e o verbo formam um constituinte sintático.

Em seguida, a partir da observação da natureza dos contextos ênclise e a próclise na evolução do português, proponho que teríamos evidências para uma outra generalização, formulada nos seguintes termos:

(ii) A ênclise não ocorre em contextos em que estão ativos e traços morfológicos de C.¹²¹

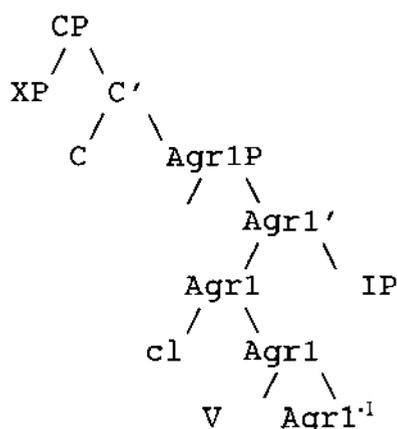
Tomando, portanto, como base estas generalizações e os pressupostos da teoria da checagem, assumo, primeiramente, que os contextos de próclise resultam do movimento do clítico e do V finito para checagem de seus traços morfológicos na posição designada, ou seja, Agr1. Com Rizzi, assumo ainda que os traços-V de Agr1, porque fortes no sentido do minimalismo, podem ser abstratos, e portanto, não necessitam estar expressos morfológicamente na flexão visível do verbo. Porém, como disse em outro ponto deste estudo, embora Rizzi proponha que estes traços

¹²¹ Na verdade, a observação de que os contextos de ênclise sempre foram incompatíveis com a presença de traços em C tem sido feita pela maioria dos lingüistas que estuda a cliticização no PE, entre eles, Madeira (1992), Manzini (1992), Galves (1994). Uma proposta alternativa mais radical é apresentada por Rouveret (1992). Segundo o autor, os fatos da colocação pronominal no PE justificam empiricamente duas projeções funcionais denominadas Foco e Posição Wackernagel. Foco, porém, nunca é uma posição para os clíticos, quer nos contextos de ênclise, quer nos contextos de próclise.

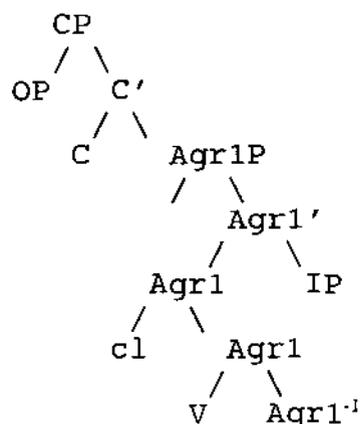
abstratos só possam ser checados por movimento de adjunção do núcleo verbal, os fatos da próclise e da ênclise no PE levam-me a relaxar esta restrição e a propor que, na próclise, a incorporação do verbo se dá por substituição em Agr⁻¹, o nível abaixo da palavra, que projeta afixos.

A representação em (1) mostra, pois, a derivação da próclise no século XVIII. A representação em (2), a derivação da próclise moderna. Note que a única diferença entre os dois períodos está na natureza do elemento que pode ocupar Spec,CP. Enquanto no século XVIII, nos contextos de próclise, Spec,CP pode ser ocupado por diferentes constituintes, entre eles o sujeito, no século XIX esta posição fica restrita aos elementos com força de operador. Como propus, isto seria consequência da perda do traço-NP forte [+top] relacionado a C.

(1)



(2)



Após a operação de checagem dos traços do verbo e dos clíticos em Agr1, o composto [cl+V] se move para C para tornar forte os traços de operador relacionados a C, resultando na seqüência [XP cl+V]. Esta análise dos contextos de próclise traz implícita várias suposições. Uma delas, a de que o movimento do complexo [cl+V] para

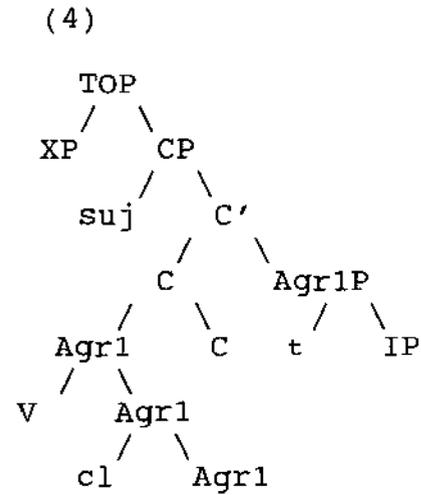
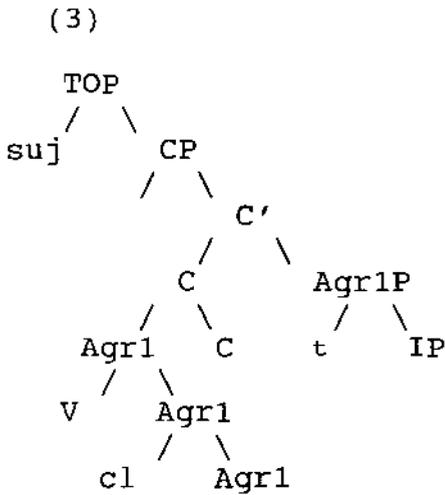
C no PE instancia um operação típica das línguas com V2 residual. Tal análise nos permite concluir ainda que, embora o sistema gramatical tenha perdido a topicalização generalizada para Spec,CP, resultante da perda de um traço-NP associado a tópico, ele conserva o movimento do complexo [cl+V] para C para checar traços como [+wh] ou [+foco]. Em outras palavras, este tipo de construção com a ordem XV(S) e próclise obrigatória permite que o PE possa ser tipologicamente considerado como uma língua V2 residual nos termos de Rizzi (1990b,1991).

5.6. Os Contextos de Ênclise

Como os dados nos mostraram (cf. Quadro VI, Cap.4), a ênclise no século XVIII ocorre, opcionalmente, com as sentenças SVO, e, obrigatoriamente, nas construções em que o verbo está em posição inicial absoluta, aqui entendida não apenas fonologicamente, mas também estruturalmente. Por sua vez, os fatos relacionados com a evolução da ênclise nos levam a propor que esta resulta de uma operação que caracterizaremos como movimento de Agr1 para C. Tal operação, porém, só pode ser realizada se C está vazio de traços morfológicos relacionados ao sistema CP. Proponho, além disso, que a operação Agr1 para C, que também se manifesta em línguas V2 como o alemão, apresenta características próprias no português, uma vez que, neste movimento, não apenas os traços-V de Agr1 se movem para C, mas todo o núcleo. Deste modo, tanto o clítico quanto o verbo se movem para Agr1 em C para checar seus traços morfológicos.

Observemos a seguir as representações em (3) e (4), ilustrando, respectivamente, os contextos de ênclise nos séculos XVIII e XIX. De acordo com a abordagem que estamos propondo, os contextos de ênclise em ambos os períodos envolvem o movimento de Agr1 para C. O que faz a diferença entre eles é o fato de que a

criança do século XVIII é sensível à restrição de que nenhum elemento pode ocupar Spec,CP o que a leva a supor o sujeito pré-verbal em TOP. A partir do século XIX, porém, com a reanálise das sentenças SV(X), o sujeito passa a ser o ocupante de Spec,CP e checa caso/conc nesta posição.



Como já foi comentado anteriormente, segundo esta perspectiva, a ordem SV(X) com ênclise é suscetível de duas análises distintas: na primeira, dos falantes do século XVIII, o sujeito pré-verbal ocupa uma posição à esquerda do CP, que tem sido caracterizada como TOP. Conseqüentemente, um pro resumptivo ocupa a posição designada de checagem do caso nominativo em posição interna à sentença. Dentro da hipótese de uma estrutura de frase com dois Agrs, esta posição está no interior do IP, mais especificamente, é a posição Spec,Agr2P.

Na segunda análise, proporcionada pelos falantes do PE, o NP sujeito está em Spec,CP e se move para esta posição para checar caso/conc com o V em C. Verifica-se facilmente que uma das conseqüências da hipótese da reanálise das sentenças afirmativas

SV(X) com ênclise é a perda da correspondência um a um entre estrutura de frase e colocação dos clíticos. Note-se também que esta derivação da ênclise se assemelha àquela proposta anteriormente para o alemão (cf. Cap. 2). Ao contrário do alemão, porém, no PE o V se move para Agr1 para checar seus traços-V abstratos em adjunção a Agr1, instanciando uma estratégia diferente daquela dos contextos de próclise. Por sua vez, o clítico se move também para Agr1, uma posição relacionada ao verbo finito, para a checagem de seus traços morfológicos. Desta forma, o movimento de Agr1 para C possibilita a formação do complexo [V+cl] em Agr1. Como dissemos, esta tecnologia, adaptada de Rizzi, está procurando dar conta de uma característica fundamental da ênclise nas línguas românicas: a de que o verbo e os enclíticos formam uma palavra. De fato, segundo Rizzi, o maior grau de coesão que se verifica no caso da ênclise pode estar relacionada com o fato de que, na próclise, há uma categoria X que inclui o V, mas não o clítico, enquanto, na ênclise, não há nenhuma categoria que inclua um elemento e não inclua o outro.

Naturalmente, esta análise prevê também que, uma vez formado o complexo [V+cl], não há mais possibilidade de excorporação, ou seja, o verbo não se move para posições mais altas deixando para trás o clítico. Seguindo, pois, Cardinaletti & Roberts (1991), assumo que as línguas com a restrição Tobler/Mussafia e ênclise com verbos finitos como o PE projetam Agr1 como a posição dos clíticos. Deste modo, o clítico ocupa a posição 2 (ou posição Agr1) tanto na próclise quanto na ênclise.

A observação dos contextos de próclise deixa ainda claro que, ao contrário do alemão, nas línguas românicas o proclítico não "conta" como um elemento que interfere na relação espec-núcleo entre o elemento que ocupa Spec,CP e o núcleo. Ora, em meu entender, isto evidencia que também o proclítico e o verbo formam uma unidade sintática no PE.

Em particular, a análise que proponho para descrever os contextos de próclise e ênclise no português clássico do século XVIII recupera, em outros termos, algumas das generalizações descritivas que tiveram como base uma interpretação sintática da lei Tobler/Mussafia, formulada nos seguintes termos: (i) a próclise sempre ocorre quando Spec,CP está preenchido; (ii) a ausência de constituintes no Spec,CP detona a ênclise obrigatória, uma vez que o complexo [cl-V] deixaria o clítico em primeira posição dentro do CP. A análise considera também a hipótese de que o português do século XVIII tem em comum com as germânicas modernas a possibilidade da ordem V2. Finalmente, pode se dizer que esta análise está mais próxima do espírito minimalista porque não está apoiada numa noção de "segunda posição", mas na noção de traços fortes que devem ser checados na sintaxe visível.

Revisando, pois, o que tenho assumido a respeito da sintaxe dos clíticos e dos verbos na evolução do PE, penso estar claro que busquei conectar o mais estreitamente possível os fenômenos relacionados a Cl(ítico) 2 e V2. Como disse, C nas línguas V2 tem traços-NP fortes que estão relacionados ao NP que se move para Spec,CP. Agr1P, por sua vez, tem uma natureza dual, instanciando traços-V e traços-NP fortes que deverão ser checados na sintaxe visível. As estratégias de checagem destes traços relacionados a Agr1 é que variam de língua para língua, expressando assim as diferenças que se verificam dentro das línguas germânicas V2 e dentro das românicas, em relação à colocação dos clíticos e verbos. A análise tradicional tem postulado que C tem traços morfossintáticos que detonam o movimento do V para C. Proponho, porém, que o movimento do V para uma posição funcional mais alta não está associado a C, mas a Agr1. Deste modo, a meu ver, o

Parâmetro V2 é, em parte, a existência de um traço-V forte em Agr1.¹²²

5.7. Causas da reanálise

Naturalmente, as hipóteses que tenho assumido a respeito da reanálise das sentenças SV(X), observada no desenvolvimento do português a partir do princípio do século XIX, levam à necessidade de se formular certas questões relacionadas à aquisição e à mudança, expressas nos seguintes termos: (i) que evidências teriam levado as crianças a reanalisarem as sentenças SV(X) com ênclise, atribuindo a Spec,CP o estatuto de posição-A, ou seja, estatuto de posição de checagem de caso/conc do sujeito "topicalizado"? (ii) por que se deveria associar a perda da TOPV2 a esta reanálise? No que se segue, tentarei encontrar uma resposta para cada uma delas.

Em primeiro lugar, note-se que ainda não está muito clara, em termos de uma teoria de aquisição e mudança, a relação que tenho tentado estabelecer entre a perda da TOPV2 com o desenvolvimento da ênclise, i.é., com a reanálise da ordem SV(X). Como vimos pelos nossos dados (cf. Tabela, I), a ordem XV era bastante freqüente no século XVIII. Se consideramos que a ordem SV(X) com próclise era

¹²² Observe-se que nossa análise da mudança que se verifica na passagem do português do século XVIII para o PE tem pontos em comum com a proposta de Galves (1994). Embora a autora não reconheça uma posição especial para os clíticos, ela propõe que a passagem do português clássico para o PE está baseada em dois parâmetros. (1) Seguindo Roberts (1993a), a autora propõe que C tem um traço [+Agr] o qual força o movimento do V para esta posição. (2) Agr se move para C antes ou depois da checagem dos seus traços relacionados lexicalmente.

As diferenças entre os dois períodos reside no fato de que, enquanto o parâmetro 1 conserva o mesmo valor, ambas as línguas diferem em relação ao parâmetro 2: no português clássico, Agr se move para C após a checagem de seus traços-N e traços-V. No PE, Agr se move antes desta checagem sempre que C não tem seus próprios traços para serem checados. A consequência disto é que, enquanto no português clássico os traços-N de Agr são checados com o sujeito no Spec,IP, no PE, são checados com o sujeito em Spec,CP. Neste caso, o V se move diretamente para C e o sujeito diretamente para Spec,CP. Esta mudança resulta da reanálise de Spec,CP como posição do sujeito nas construções enclíticas.

também analisada pelos falantes do português clássico como uma ordem XV, esta frequência aumenta ainda mais, uma vez que, na maioria dos autores, a ordem SV(X) com próclise é superior à ordem SV(X) com ênclise. Em outras palavras, o século XVIII é um século do prestígio da próclise e do prestígio da TOPV2 e, de acordo com o que meus dados revelaram, ainda se parece com o português quinhentista neste aspecto.

Nestes termos, se a ordem XV(S) com próclise era um dado robusto (frequente) no português clássico do século XVIII, o que teria levado a criança do português moderno a ignorá-lo? Lembramos que Lightfoot (cf. Cap.1) afirma que criança é um aprendiz de Graug-0, pois aprende apenas com base nas estruturas simples e robustas. Ora, nada mais frequente e simples na experiência lingüística da criança do que a estrutura SV(X).

Na tentativa de dar conta deste paradoxo, proponho que a criança passou a ignorar a TOPV2 com próclise e reanalisou Spec,CP como posição do sujeito nas construções enclíticas em consequência de uma propriedade marcante do português, evidente no fato de que esta língua se caracteriza tipologicamente como uma língua de sujeito nulo. No que se segue, tentarei argumentar a favor desta hipótese.

Antes porém, lembre-se de que no século XVIII, tanto a próclise quanto a ênclise são possíveis em estruturas SV(X). Lembre-se ainda que assumimos que o falante deste período analisa as sentenças SV(X), com próclise, como estrutura V2, ou seja, o NP sujeito checa caso/conc em Spec,AgrSP e se move para Spec,CP para checar um traço [+top] em configuração espec-núcleo com V+Agr em C. Por sua vez, as sentenças SV(X) com ênclise são analisadas pelos falantes deste período como estruturas de deslocamento. Note-se, porém que, mesmo nestes contextos, a posição pré-verbal do sujeito não é uma posição de checagem de caso. Em outras palavras, temos assumido que tópico deve estar na posição designada para licenciar

o traço tópico. Similarmente, o sujeito deve estar na posição designada para licenciar os seus traços de caso/conc. A posição de checagem de caso é distinta da posição de checagem de tópico.

5.7.1. Uma língua de sujeito nulo

Em vários pontos desta dissertação foi comentado que uma das propriedades mais marcantes do português, presente em todas as etapas do seu desenvolvimento, é a alta frequência da ordem V1 com sujeito nulo fonologicamente. Como foi também observado, a principal consequência da possibilidade da ordem V1 na história do português parece ser a de que o licenciamento do sujeito nulo não está dependente dos contextos de inversão, ou seja, pro pode ser licenciado e identificado em posição pré-verbal. Lembramos que, no desenvolvimento do francês, a ordem V1 era muito rara, justamente porque o licenciamento de pro estava limitado aos contextos de inversão. Ora, no meu entender, é justamente esta robustez da ordem V1 que nos permite propor que estas estruturas funcionaram como experiência detonadora para a reanálise de Spec,CP como posição do sujeito nominativo, estabelecendo uma relação entre as ordens V1, SV, e XV. Em outras palavras, a hipótese que a criança faz de que pro é licenciado em posição pré-verbal nas estruturas V1 se estende naturalmente às outras estruturas com sujeito nulo e com sujeito lexical pré-verbal.¹²³

¹²³ Outras propostas têm sido apresentadas na literatura recente para dar conta da afirmação da ênclise nas sentenças finitas no PE. Uma delas, apresentada por Galves & Galves (1993), mostra que a passagem do português clássico para o português moderno, caracterizada pela reanálise das estruturas com ênclise, decorre de uma mudança prosódica que teria acontecido na língua no final do século XVIII. A idéia é que a criança confia em seu conhecimento prosódico para selecionar a gramática, ou seja, a criança aprende, em primeiro lugar, a prosódia e analisa as sentenças a que está exposta em função deste conhecimento. Espera-

Iniciemos, portanto, com as hipóteses a respeito da natureza das estruturas XV. Como ficou claro pelo que apresentei no Quadro II, Cap.4 , é muito alta, no século XVIII, a percentagem de sujeito nulo nestas construções, e exemplos como estes em (6a-d) superam de longe os casos em que o sujeito lexical, ou pronominal, está em posição pós-verbal instanciando a inversão sujeito -verbo.

(6)

- a. E desta forma ficarão fartos e até aborrecidos. (MR,52)
- b. Agora quero dar a razão do nome. (MS,110)
- c. em consequência das sobreditas leis, me vi obrigado a praticar com a dita embarcação o que elas determinaram. (MR,174)
- d. Eu sou estrangeiro, e com dificuldades me explicarei em uma língua que não mamei no berço. (VY,37)
- e. As fortalezas todas achei muito bem reedificadas. (MS,711)

Se novamente pensamos na maneira pela qual as crianças assentam os valores paramétricos de sua língua materna, interagindo com a experiência lingüística relevante, podemos nos perguntar o que a freqüência robusta de sentenças XV com sujeito nulo estaria dizendo para estas crianças do século XVIII e de que modo elas poderiam analisar estas estruturas supondo o sujeito nulo em posição pré-verbal. Em primeiro lugar, vejamos o que nos revelaram os dados relativos ao português clássico do século XVIII. Como vimos, neste período, apesar da alta freqüência de ordem V1 e de estruturas XV com sujeito nulo, os fatos relacionados aos contextos de próclise e ênclise evidenciam fortemente que a operação de checagem de caso/conc, tanto do sujeito nulo, quanto do sujeito lexical se dá normalmente em posição pós-verbal.

Por outro lado, consideremos que autores como Verney e

se, portanto, que a mudança prosódica possa detonar a mudança sintática.

Marquesa de Alorna, fazem um uso mais freqüente da ênclise, tanto nas construções SV(X), como também nas construções XV. Ora, esta freqüência maior de ênclise encontrada nestes autores permite hipotetizar que, ao menos para alguns falantes, tanto a ordem XV (aqui incluindo SV), como a ordem VI podem ser ambíguas entre uma interpretação na qual o sujeito nulo está em posição pré-verbal, resultando na seqüência XproV, ou proV, e uma interpretação na qual o sujeito nulo é pós-verbal, resultando na seqüência XVpro, ou Vpro. Naturalmente, apenas no segundo caso, a ordem XV instancia a construção de TOPV2 com próclise obrigatória.

Vejamos, então, como esta duas possibilidades de análise do sujeito nulo se manifestariam numa sentença com a ordem XV.

(7)

As fortalezas todas achei muito bem reedificadas.

(MR,211)

- a. As fortalezas todas pro achei muito bem reedificadas.
- b. As fortalezas todas achei pro muito bem reedificadas.

Fica claro pelos exemplos em (7) que se algumas crianças do século XVIII optaram por uma análise como em (7a), na qual o sujeito nulo está licenciado em configuração espec-núcleo com o verbo finito, o elemento inicial está deslocado, deixando a posição Spec,CP para checagem dos traços de pro. Como dissemos, a possibilidade desta operação de checagem dos traços-NP em Spec,CP, relacionados ao sujeito gramatical, evidencia que as crianças não mais consideram que, nas sentenças "neutras", Spec,CP possa ser uma posição A', relacionada com categorias frasais com funções gramaticais e papéis temáticos arbitrários. Em outras palavras, (7a) não instancia a TOPV2. Além disso, a ausência do traço-NP tópico em C, permite que a operação Agr1 para C se efetue e que, se clíticos complementos estão presentes, estes são enclíticos ao verbo finito.

Por outro lado, se as crianças optam por analisar o sujeito nulo em posição pós-verbal, como em (7b), temos uma ordem de inversão sujeito-verbo, com o elemento inicial em Spec,CP. A presença deste elemento no Spec,CP, neste período, evidencia um traço-NP tópico em C, o qual impede o movimento Agr1 para C. Ora, como dissemos, na maioria dos autores do século XVIII, a próclise ocorre com frequência muito maior do que a ênclise nestes contextos, o que nos leva a concluir que a ordem XV com sujeito nulo instancia, normalmente, a TOPV2.

Vejamos a seguir o que os dados do século XIX nos mostraram a este respeito e observemos que, se levamos em consideração a análise que os falantes do português moderno fazem das estruturas de ênclise e próclise, somos forçados a admitir que estes não mais são sensíveis ao uso das duas possibilidades oferecidas pela gramática do português do século XVIII, ou seja, não mais reconhecem as duas diferentes hipóteses que alguns falantes do século XVIII atribuíram para a seqüência XV e para as estruturas V1. Naturalmente, isto evidencia que a geração de Garrett teria reanalisado a posição Spec,CP como a posição de checagem do nominativo e teria optado por atribuir à ordem XV uma análise na qual o sujeito nulo está em posição pré-verbal. Como já comentamos anteriormente, a consequência desta reanálise de Spec,CP, é possibilitar que o elemento inicial nas construções XV não mais seja considerado um ocupante de Spec,CP, mas um constituinte em TOP. Ora, a partir do momento em que a topicalização cessa de detonar V2, tem início o declínio da TOPV2 com próclise e a afirmação, nos dados, da Topicalização com ênclise. Em outras palavras, afirmamos que foi justamente a possibilidade de análise ambígua para as sentenças XV e V1 que permitiu que a criança reanalisasse estas sentenças postulando que pro pode ser ocupante de Spec,CP. Assim, a evolução dos contextos de ênclise depende desta reanálise.

Portanto, repetindo, minha hipótese é a de que a criança, que fala o português moderno, já analisou as estruturas V1 assumindo que pro é licenciado em posição pré-verbal. A partir desta hipótese a respeito do sujeito nulo, a criança analisa a ordem SV como a estrutura V1, ou seja, o sujeito checa caso/conc em posição inicial. A mesma análise se estende às sentenças XV com ênclise. Nestas, pro é licenciado em Spec,CP enquanto o elemento topicalizado está em posição periférica.

Finalmente, podemos supor ainda que é a alta freqüência do sujeito nulo que explica porque a ocorrência da ordem V3 é tão rara nos dados, mesmo após a reanálise da posição do sujeito pré-verbal, e reanálise das sentenças XV como contextos de ênclise. De fato, observe que sentenças XV do tipo ilustrado em (7a) são, na verdade, estruturas V3 no sentido estrutural, ou seja, estruturas nas quais o elemento inicial não cocorre com a inversão sujeito-verbo. Em outras palavras, elas não são V3 no sentido fonológico, justamente pelo fato de o sujeito ser nulo fonologicamente.

Assim, enquanto no português clássico, estruturas de Topicalização como em (8) e (9) abaixo estão disponíveis, a estrutura em (10) se afirma somente a partir do século XIX. Posteriormente, com a afirmação de (10) que resulta da reanálise de Spec,CP como posição nominativa e do enfraquecimento do traço-NP [+top] em C, a estrutura em (8) desaparece do português moderno. Na verdade, a ordem só é permitida se o elemento em posição inicial for focalizado, ou seja, se esta for uma construção de Focalização.

- (8) Top [CP Top cl+V [Agr1P t [AgrP t ...
 (9) Top [CP V+cl [Agr1P t [AgrP pro ...
 (10) Top [CP suj V+cl [Agr1P t [AgrSP t ...

5.7.2. A reanálise dos contextos de próclise e ênclise

Voltemos agora à questão que levantamos anteriormente, a respeito de como saber porque a criança, ao reanalisar as construções com a ordem SV(X), não manteve a próclise uma vez que, em termos de uso, ela era a preferida no século XVIII(cf.Quadro VI,Cap.4). Para responder a esta questão, temos que descobrir a relação que a criança estabeleceu entre a colocação pronominal e a reanálise de Spec,CP como posição de checagem dos traços caso/conc do sujeito pré-verbal.

A hipótese que gostaria de apresentar para dar conta desta relação é a de que a perda da próclise nos contextos SV(X) ocorreu porque, no PE, ela sempre esteve associada aos traços morfológicos de C. De fato, a criança sempre ouviu a próclise em contextos relacionados, ou com a classe dos operadores "afetivos", ou nos contextos V2, em particular, nas construções denominadas TOPV2, em que um traço-NP forte relacionado a tópico detona uma operação de checagem na sintaxe visível. Portanto, embora SV(X) com próclise fosse, durante muitos séculos, um contexto "neutro", ou não-marcado, e embora tenha ocorrido em variação com a ordem SV(X) e ênclise, o que esteve sempre em questão foi o traço [+top] relacionado a C. Como vimos, este impede o movimento de Agr1 para C, e conseqüentemente, a ênclise. O que propomos, portanto, é que com a reanálise de Spec,CP como posição do sujeito, há uma mudança paramétrica na valência do traço-NP tópico, o qual de forte passa a fraco, levando à perda da possibilidade de a topicalização ser realizada no interior do CP. Como estes contextos de TOPV2 estiveram sempre relacionados à próclise, o seu desaparecimento leva "naturalmente" ao desaparecimento da próclise, a qual fica

restrita a contextos "marcados", em que o elemento que ocupa Spec,CP está, ou focalizado, ou pertence a uma classe de elementos com "força de operador". Dizendo de outra maneira, a próclise se restringe aos contextos de Focalização.¹²⁴

Por outro lado, como dissemos, os contextos de ênclise são caracterizados por um movimento de Agr1 para C. Este movimento, porém, só é possível com a ausência dos traços morfológicos de C. Deste modo, ao reconhecer Spec,CP como a posição para a checagem de caso/conc do NP sujeito em posição pré-verbal, a criança "automaticamente" associou a ordem SV(X) à ênclise. Em seguida, portanto, acontece a afirmação de um terceiro tipo de construção, a Topicalização com ênclise. Esta é, pois, uma nova evidência de que SV(X) tem uma outra análise e de que elementos que deixam de ocupar Spec,CP são elementos que podem estar em TOP, ou em posição periférica.

Com esta explicação, podemos conectar os três desenvolvimentos: perda da próclise nas afirmativas SV(X), perda da TOPV2 e possibilidade da TOP com ênclise. Lembramos ainda que uma das particularidades da ênclise é que ela é caracterizada como um fenômeno de raiz. De fato, nas subordinadas, a próclise é o padrão normal. Ora, diante desta dicotomia dos contextos enclíticos entre principal/subordinada, qualquer análise que envolve a colocação dos pronomes clíticos no PE têm que dar conta deste fato. Assim, o sistema que estou propondo para dar conta da ênclise e próclise nas principais finitas me permite analisar a ausência da ênclise nas encaixadas da seguinte forma: nesses contextos de subordinação, C tem seus traços morfológicos ativados, impedindo a operação Agr1 para C. Conseqüentemente, os traços morfológicos do verbo e dos clíticos são checados em associação com os traços de Agr1,

¹²⁴ Para uma apresentação de dados a respeito da aquisição da ênclise e próclise no PE, veja Frota(1992).

resultando na próclise.

No entanto, como se sabe, existe a possibilidade de ênclise em certas subordinadas, em particular, nos contextos de Topicalização e Deslocação à Esquerda Clítica (cf. Parte II, Cap.3). Nestes casos, porém, as subordinadas têm a natureza de sentença matriz, de modo que o verbo da sentença principal licencia CP recursivo, permitindo, novamente, que os contextos de ênclise possam ser configurados.

5.7.3. O assentamento de parâmetros e os passos na mudança

Na Parte II do Cap.1 estivemos comentando sobre algumas propostas apresentadas na literatura recente, particularmente em autores como Lightfoot (1982,1991) e Roberts (1993a), relativas a uma teoria da mudança relacionada com a teoria da aquisição .

Enfatizamos, principalmente, que estes autores visam relacionar o problema lógico da aquisição -o que leva a criança a fixar os parâmetros de sua língua- com o problema lógico da mudança - o que leva a criança a falhar na aquisição da gramática correta. Obviamente, esta tentativa de estabelecer uma relação entre assentamento de parâmetros e mudança paramétrica impõe tarefas cruciais, entre elas, a da necessidade de se caracterizar a experiência detonadora relevante e a relação que se estabelece entre ela e a criança durante o processo da aquisição e da mudança.

Como Roberts enfatizou, não basta, na abordagem da mudança, afirmar que a experiência detonadora se tornou de tal forma ambígua, ou obsoleta, a ponto de obrigar a um reassentamento de parâmetros. Segundo o autor, é difícil ver como se pode explicar plenamente as mudanças paramétricas apenas em termos das propriedades da experiência lingüística. Além disso, leve-se em consideração que um dos pontos mais importantes defendidos na

gramática gerativa é o de que as crianças acabam por adquirir um sistema muito mais complexo do que se poderia esperar se a aquisição da linguagem fosse totalmente determinada pela experiência detonadora à qual elas estão expostas. Isto leva, portanto, os autores acima mencionados a postularem e assumirem estratégias de aquisição e mudança, entre elas, a hipótese de que a criança é um aprendiz de Grao-0, ou o Princípio do Subconjunto e o Princípio do Menor Esforço. Todas estas estratégias direcionariam as crianças, determinando as escolhas que elas devem fazer, ou durante a aquisição, ou durante o processo de reassentamento de parâmetros, o qual leva à mudança paramétrica no desenvolvimento das línguas.

Lembramos que para Roberts (1993a) as sentenças SVO no francês medieval são analisadas como AgrPs e não mais como CPs como resultado de um princípio de aquisição denominado Princípio do Menor Esforço, e não por uma necessidade da GU. Por seu lado, Lightfoot afirma que não se segue da natureza dos parâmetros o que é necessário para fixar parâmetros. Isto reflete uma teoria da aquisição, ou uma teoria da aprendizagem.

No entanto, embora concorde plenamente com estes autores que a relação entre a criança e a experiência detonadora não é direta tanto na aquisição, quanto na mudança, não farei nenhuma tentativa para propor que as reanálises gramaticais que se verificam no desenvolvimento do português a partir do século XVIII, resultam de uma determinada atuação de uma destas estratégias, estabelecidas em termos de representações sintáticas.

Pelo contrário, pode se pensar em considerar nesta discussão a hipótese formulada por Chomsky (1986a,1992) de que estão presentes na GU, além dos vários princípios universais de gramática e parâmetros em aberto para serem fixados, certos Princípios de Economia, os quais servem de "guidelines" que, no meu entender, poderiam direcionar a criança na aquisição e nas escolhas que ela

faz no processo de reassentamento dos parâmetros morfológicos de sua língua.

Assim, pode se afirmar, por exemplo, que as crianças que adquiriram o português do século XIX teriam optado por reanalisar a posição de Spec,CP como posição-A nas sentenças com ordem direta, como resultado de dois destes Princípios de Economia. O primeiro, o Princípio do Menor Esforço, teria levado as crianças a preferirem tratar Spec,CP como uma posição A, porque o movimento do sujeito para esta posição resulta em uma derivação menor do que aquela requerida pela operação de topicalização em Spec,CP, neste caso, tratado como uma posição A-barra.

Um segundo princípio em atuação, o Princípio da Avidez, determinaria que todo movimento na sintaxe visível é realizado em proveito próprio. De fato, como discutimos anteriormente, o movimento dos verbos e dos NPs que postulamos para derivar as diferentes ordens foram todos justificados por esta restrição, uma vez que sempre estiveram motivados para checar traços morfológicos visíveis na FF.

Assumimos também com Roberts (1993a) que há etapas na mudança sintática, e que estas etapas precisam estar caracterizadas de modo que as relações entre elas possam se vistas claramente. Assim, considero alguns passos na evolução do português, de modo que se pode dizer que a ênclise categórica nas sentenças principais no PE resulta de uma seqüência destes passos, cada um deles, uma etapa necessária que precede a etapa seguinte, permitindo que certas estruturas se tornem mais raras e que sejam eliminadas posteriormente através das reanálises gramaticais.

1º) Afirmação da ordem SV como contexto de próclise a partir do século XVI, ao lado da construção com a ordem XV.

2º) Perda da Interpolação no século XVII. O clítico é reanalisado como clítico verbal e forma uma unidade com o verbo tanto na ênclise, quanto na próclise.

3º) Reanálise de Agr1 como a posição dos clíticos e dos verbos tanto na próclise quanto na ênclise. A perda da Interpolação não leva à perda de Agr1.

4º) Reanálise da posição Spec,CP como posição de checagem do Nominativo, resultando na perda do traço-N forte [+tópico] em C, e na afirmação da ênclise nestes contextos.

4º) Perda da construção de TOPV2 com próclise.

5º) Afirmação da construção de TOP com ênclise.

6º) Restrição da próclise a contextos que se relacionam com os traços [+foco], [+wh].

Note-se que a reanálise crucial responsável por todas as diferenças que se verificam entre o PE (e galego) e as outras línguas românicas em relação à sintaxe dos verbos e clíticos é aquela que diz respeito à reanálise de Agr1. Assim, enquanto as outras línguas perderam Agr1, isto não aconteceu com o PE.

Note-se também que, embora mantenha como as línguas germânicas V2 o movimento do V para uma posição funcional mais alta, a perda do traço-N em C, responsável pela interpretação de Spec,CP como posição de tópico, diferencia o PE das línguas V2 "rígidas", colocando-o ao lado das línguas V2 residuais. Assim, como ocorre com as outras línguas românicas, o PE permite a ordem V3, em que um XP em posição inicial não detona a inversão obrigatória sujeito-verbo.

5.8. Considerações Finais

Ao longo deste estudo, procurei dar destaque às construções com a ordem XV, caracterizadas como TOPV2 por ter as propriedades das construções típicas das línguas V2, em particular, a propriedade de evidenciar uma posição distinta para o sujeito gramatical e para o sujeito "topicalizado." Procurei ainda mostrar que estas estruturas se perdem a partir do início do século XIX,

quando a criança reanalisa a ordem SV(X) como ordem direta, ou seja, quando elas atribuem ao sujeito "topicalizado" o estatuto de sujeito gramatical. Como a checagem de caso/conc do NP sujeito se realiza em Spec,CP, os elementos [+top] não mais ocupam esta posição, mas devem estar em TOP, ou em adjuncção a CP. Finalmente, observei que uma das conseqüências deste rearranjo é a restrição severa aos contextos em que a próclise pode ocorrer. Estes contextos estão agora restritos a construções que envolvem os operadores "afetivos", aí incluindo sintagmas interrogativos, negativos, operadores de foco, etc. Em outras palavras, a próclise nas sentenças principais declarativas envolve construções de Focalização, mas não mais construções de TOPV2.

Martins (1994) apresentando a história dos clíticos no português chega a resultados diferentes dos que apresentei neste estudo.¹²⁵ Em primeiro lugar, a autora afirma que a gramática de Vieira, o autor do século XVII, já se apresenta bastante próxima do português atual, não se distinguindo assim da gramática de Verney, no século XVIII, ou da gramática de Garrett, no século XIX.

Em segundo lugar, analisando justamente as sentenças que denomino TOPV2, Martins chega à conclusão de que estas instanciam estruturas de Focalização, já a partir do período antigo, com as mesmas propriedades da Focalização do PE (cf. Parte II, Cap.3). Além disso, a autora não assume que o paradigma de Huber descreva a natureza das construções com próclise e ênclise para este período. Retomemos, portanto, alguns pontos da sua argumentação, inicialmente através de exemplos que representam a distribuição dos clíticos para a fase antiga do português.

(11)

¹²⁵ Como só recentemente recebo a tese de Martins, sobra-me muito pouco tempo para estudar com mais profundidade os seus argumentos. Assim mesmo espero ter compreendido bem este particular aspecto do seu trabalho que está bastante relacionado ao meu e ter usado sem nenhuma manipulação os aspectos relevantes da sua discussão.

a. As virtudes que eu perdi com priguiça, com santa diligência elles as percalçaram.

b. E esto lhe fazia o prazer.

Observando os exemplos do tipo ilustrado em (11a-b), a autora afirma que está negado o paradigma de Huber, uma vez que em (11a) não está presente nenhum elemento que torne a próclise obrigatória. Repare que este exemplo ilustra uma construção de DEC, a qual exige ênclise obrigatória se nenhum elemento "proclisador" ocorre na frase. Para os casos do tipo ilustrado em (11b), a autora afirma que não está transparente qual estrutura sintática atribuir a esta sentença, uma vez que três possibilidades podem ser consideradas. Na primeira, o elemento inicial pode ser interpretado como foco, e, neste caso, deve ocorrer no interior da sentença, detonar a próclise e a inversão sujeito-verbo e receber ênfase. Assim, está configurada uma construção de Focalização e, como Martins (1994,43) observa, "teremos mais uma vez uma construção em que a colocação obrigatoriamente pré-verbal dos clíticos se mantém constante desde o português antigo até o actual": (p299)

Uma segunda possibilidade é interpretar o elemento inicial como tópico, configurando uma construção de DEC, embora o pronome resumptivo não esteja presente. Finalmente, uma terceira alternativa é analisar tal sentença como Topicalização nos moldes do PE. Neste caso, como Martins conclui,

"haverá uma mudança radical a registrar, pois actualmente o pronome é necessariamente pós-verbal. Note-se que nesta última eventualidade seria esta a única construção em que haveria evolução da anteposição obrigatória do clítico para a sua posposição obrigatória". (p.43)

Observe-se que esta última afirmação da autora a respeito da construção de Topicalização para o período antigo, é semelhante àquela que fiz para o português clássico do século XVIII, ou seja,

a Topicalização com ênclise é um desenvolvimento tardio da língua. Porém, ao contrário do que propus, a autora não vê a possibilidade de que uma sentença do tipo ilustrado em (11b) possa ser analisada como TOPV2, ou seja, como uma construção que se distingue da Focalização porque o elemento inicial pode ser interpretado também como tema/tópico da sentença e não unicamente como foco contrastivo. Na verdade, está claro pela argumentação da autora que ela opta por analisar este caso como Focalização, tomando como único critério a colocação dos clíticos.

No PE, como se sabe, a Focalização se distingue da Topicalização por apresentar características prosódicas distintas e por diferenças na colocação dos clíticos. A autora afirma, porém, que "a prosódia não pode infelizmente ser tomada como critério de avaliação para os exemplos do português medieval e clássico (p.43). Assim, ao optar por analisar sentenças como (11b) como estruturas de Focalização, a autora associa a próclise unicamente com contextos enfáticos. Ora, esta associação não se justifica, uma vez que as sentenças SVO, consideradas como contextos "neutros", apresentam a alternância da colocação proclítica e ênclítica do pronome em todo o desenvolvimento do português antigo a clássico.

De fato, é justamente esta associação que faz da próclise com contextos enfáticos que leva a autora a negar o paradigma de Huber, em exemplos como em (11a). Entretanto, está claro que, no exemplo (11a), a próclise se justifica porque o sujeito é uma destes elementos que "conta" como elemento inicial permitindo que a próclise possa ocorrer.

Voltemo-nos agora para o período clássico do século XVII, em particular para os os textos de Vieira. Aqui, vemos que a autora considera novamente o critério da colocação pronominal para caracterizar, como foco, o elemento inicial nas sentenças com a

ordem XV, como estas ilustradas abaixo:¹²⁶

(12) e posto que Ruben perdeu este direito, e se fez indigno da corôa, pela gravíssima injuria que commeteu contra seu pai, no incesto que todos sabem; a Rubem seguia-se com o mesmo direito Simeão, que era o filho segundo, e a Simeão se seguia Levi, que era o terceiro. Pois porque não deu Jacob a bênção ou a investidura do reino, nem a Simeão, nem a Levi, senão a Judas(...)

(13) O mundo a conhece com o nome de Isabel; a nossa patria, que lhe não sabe outro nome, a venera com a antonomasia de Rainha Santa. Com este titulo que excede todos os titulos a canonizou em vida o pregão de suas obras: a este pregão se seguiram as vozes de seus vassallos; a estas vozes a adoração, os altares, os applausos do mundo.

Mais uma vez, pode se concluir facilmente que os exemplos que Martins destaca como Focalização nos textos de Vieira, são os mesmos que eu tenho considerado como evidências para postular a TOPV2. Note-se, porém, que ao deixar de observar, no mesmo texto, a estrutura XV com ênclise, a autora não estabelece o paralelo perfeito entre as duas estruturas, como ilustrado abaixo:

(14)

a. a Rubem seguia-se com o mesmo direito Simeão, que era o filho segundo

b. e a Simeão se seguia Levi, que era o terceiro.

Ora, se não estou enganada, parece-me que as duas sentenças acima estão ilustrando a possibilidade de alternância livre entre próclise e ênclise em idênticos contextos. Em outras palavras, parece-me que podemos considerar que ambas as sentenças em (14) evidenciam que a gramática de Vieira, embora ainda produza o que

¹²⁶ Aviso que não conservei a numeração da autora.

temos denominado de TOPV2 (14b), também apresenta um aspecto inovador evidenciado na produção da Topicalização com ênclise do PE (14a). A interpretação que Martins faz do constituinte inicial em (14b) como foco nos leva a prever que a sentença (14a) deveria ocorrer também com próclise, pois, ambas estão inseridas em contextos iguais. Como ênclise nunca esteve associada com contextos enfáticos, a única forma de considerar as duas estruturas em variação é analisar a ambas como Topicalização, embora com estruturas sintáticas distintas. Assim, parece evidente, mais uma vez, que apenas o critério da colocação pronominal não é suficiente para caracterizar, como Focalização, as sentenças com a ordem XV no período antigo e clássico da língua portuguesa.

Observemos ainda as duas sentenças abaixo, também extraídas dos Sermões e consideradas por Martins como estruturas de Focalização.

(15)

- a. O mundo a conhece com o nome de Isabel;
- b. A nossa patria, que lhe não sabe outro nome, a venera com a autonomasia de Rainha Santa.

A mesma argumetação que venho desenvolvendo para justificar que as sentenças XV com próclise ilustram uma construção distinta da Focalização e da Topicalização moderna é agora pertinente para dar conta da próclise ilustrada em (15a-b). Novamente, parece-me legítimo afirmar que a próclise com a ordem SV(X) evidencia claramente que Vieira está fazendo uso dela com sujeito referencial, mas que este sujeito não está enfatizado. Dizendo em outras palavras, acreditamos que, também nestes casos, não estamos diante de uma construção de Focalização, uma vez que não há nenhuma evidência de que o sujeito pré-verbal deva ser analisado como foco

contrastivo. Além disso, os exemplos de sentenças SVO com próclise que Martins apresenta para o período arcaico, os quais são considerados por ela como contextos "neutros", em nada se diferenciam destes exemplos apresentados em (12a-b), e analisados agora como contextos de Focalização.

É interessante destacar que Martins observa que Vieira tem um comportamento distinto que não é observado em outros autores. Assim, D.Francisco Manuel de Mello, nascido no mesmo ano de Vieira, "Não se distingue dos autores do século anterior, no que diz respeito à colocação dos clíticos". (p.274-275) Esta variação, segundo a autora, evidencia que o primeiro é representante da gramática conservadora, enquanto Vieira representa a nova gramática. A modernidade de Vieira se manifesta, segundo Martins, não só na frequência de ênclise em orações declarativas neutras, mas também na ausência da interpolação. Até mesmo os 30% de próclise que ela encontra nas sentenças principais, e que poderiam estar evidenciando um traço do quinhentismo nos textos do autor, ao serem analisados como caso de Focalização, não invalidam sua hipótese de que a mudança na colocação dos clíticos já está consolidada em Vieira.

A autora afirma ainda que dos 117 casos de próclise registrados em Vieira, 114 ocorrem em potenciais contextos de Focalização nos quais "o clítico está precedido (imediatamente ou não) de um constituinte que pode, hipoteticamente, estar focalizado". (p.279) Nos três casos que sobram, o clítico está

antecedido por uma conjunção coordenada.

Do que expusemos acima, parece ter ficado claro que, ao considerar Vieira como um representante da gramática moderna, a autora leva em conta que o autor não mais produz a próclise, a não ser em contextos marcados. No entanto, se levamos em conta os argumentos que apresentamos acima, os quais nos permitem atribuir uma outra análise ao que Martins chama de Focalização, podemos chegar a diferentes conclusões e assumir que Vieira ainda é falante do português clássico, embora faça um uso maior das estruturas de ênclise. Da mesma forma, podemos concluir que o século XVII é ainda um século de falantes do português clássico.

Outro ponto interessante, notado por Martins, diz respeito ao fato de que o emprego da Focalização se torna cada vez mais restrito. Assim, no seu autor da 2ª metade do século XIX, Oliveira Martins, "há apenas dois exemplos da construção da Focalização nas cinquenta páginas de texto que estão em causa" (p.298) Como a autora observa ainda,

"Não deixa de ser significativo, em todo o caso, que Oliveira Martins a use muito pouca vez ao longo das referidas cinquenta páginas. Neste aspecto, comporta-se diferentemente de Vieira, Verney e Garrett que, com frequência, focalizam. Creio ser isto revelador de um decréscimo da produtividade da construção de Focalização em português. Fazendo uma apreciação meramente intuitiva, diria que esta construção está hoje praticamente ausente do português falado e só esporadicamente emerge no registro escrito". (p.298)

De acordo com a autora, este declínio deve ser considerado como resultado de uma perda gradual da produtividade desta construção, sem implicações na colocação dos clíticos. Ora, a meu ver, este parece ser um novo argumento para corroborar a hipótese de que as estruturas XV que ocorrem nos textos dos autores clássicos podem ser analisadas como estruturas de TOPV2. A meu ver,

o desaparecimento da construção de Focalização que se verifica a partir do século XIX, seria resultado de um longo processo de mudança, que se inicia já no período clássico, e que envolve duas etapas: na primeira, há o declínio e posterior desaparecimento da TOPV2; posteriormente, há o declínio da Focalização.

Além disso, se assumimos a hipótese de que a construção TOPV2 nunca aconteceu na história do PE, fica difícil explicar porque esta construção, não apenas desapareceu da língua, mas também porque o seu desaparecimento ocorre concomitantemente ao aparecimento das estruturas de Topicalização, que se diferenciam das anteriores apenas pela posição dos clíticos. Martins não deixa de perceber também que a construção de Topicalização com a ênclise é uma particularidade do PE, não existindo nas outras línguas românicas. Interessante e surpreendente é que ela tenha concluído, após a sua decisão de considerar como Focalização os 30% de próclise encontrados em Vieira que

" A Topicalização aparece pois como uma construção nascida dentro do português, em época que não estou em condições de precisar. A hipótese que deixo no ar é a de que a construção de Topicalização tenha nascido, em português, de uma reanálise da construção de Focalização, assim se entendendo melhor a menor produtividade e o sabor literário que a Focalização tem modernamente no português. Além disso, admito também, como hipótese a verificar, que esse processo de reanálise tenha ocorrido em meados do século XIX, assim se explicando o salto dos 19% de próclise em Garrett para os 2,4 em Oliveira Martins (em contraste com o decréscimo progressivo atestado de Vieira e Garrett" (p. 299).

Achei importante colocar aqui as reflexões de Martins a respeito da mudança na colocação dos clíticos no português porque elas são semelhantes às que eu também fiz a respeito dos fatos relacionados à sintaxe dos verbos e dos clíticos no desenvolvimento do português. No entanto, penso que ao colocar a discussão deste fato dentro da discussão corrente a respeito do V2, pude chegar

mais perto de uma proposta para o aparecimento da construção de Topicalização, aparecimento este relacionado com a reanálise das estruturas SVO e com o desaparecimento da TOPV2.

OBRAS CONSULTADAS

SÉCULO XVIII

- ALORNA, Marquesa de. Inéditos, Cartas e Outros Escritos Selecção, prefácio e notas de Hernani Cidade. Livraria Sá da Costa. Ed.Lisboa, 1941.
- AUTOR DESCONHECIDO."Os Três Corcovados de Setúbal", em Novelistas e Contistas Portugueses dos Séculos XVI e XVII.Selecção de João Palma Ferreira. Biblioteca de Autores Portugueses. Casa da Moeda, 1981.
- CASTRO, João B. de. "De Hora de Recreio", em Novelistas e Contistas Portugueses dos Séculos XVI e XVII. Selecção de João Palma Ferreira. Biblioteca de Autores Portugueses. Casa da Moeda, 1981
- CRUZ, Ligia, Pina Manique e a Universidade de Coimbra -Cartas do Intendente e de José Rodrigues Lisboa para o Doutor Francisco Montanha. Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1984
- GUSMÃO, Alexandre. Cartas. Casa da Moeda, 1982
- LAVRADIO, Marquês do. Cartas do Rio de Janeiro 1769-1776.Governo Faria Lima. Secretaria de Estado de Educação e Cultura, 1978
- LAVRADIO, Marquês do. Cartas da Bahia 1768-1769. Arquivo Nacional. Ministério da Justiça. Série de Publicações nº68, Rio de Janeiro, 1972.
- OLIVEIRA, Francisco Xavier de. Cartas Familiares. Colecção de Clássicos Sá da Costa. Livraria Sá da Costa. Ed.Lisboa,s/d.
- SILVA, António José da, "Esopaida, ou a vida de Esopo". A Vida de Esopo e Guerras do Alecrim e da Manjerona. Ediouro/41337. Coleção Prestígio, s/d.
- VERNEY, Luís António, Verdadeiro Método de Estudar. Ed. de António Salgado Júnior. Vol I: Estudos Lingüísticos Livraria Sá da Costa. Lisboa, 1949.

SÉCULO XIX

CÂMARA, João da- Triste Viuvinha. Livraria Teixeira Vieira Pontes, s/d.

CASTELO BRANCO, Camilo - Cartas de Camillo Castello Branco a Thomaz Ribeiro. Portugalia Editora. Lisboa, 1922.

CASTELO BRANCO, Camilo - O Morgado de Fafe em Lisboa- Comédia em dois actos - Parceria Antonio Maria Pereira - Livraria Editora. Lisboa, 1929.

DANTAS, Júlio "Comédia do Amor". Elogio do Sorriso. Livraria Lello & Irmãos. Porto, 1948.

DINIZ, Júlio - "As Duas Cartas". Obras Completas de Júlio Dinis. Teatro Inédito. Livraria Civilização. Porto, 1956.

DINIZ, Júlio- "Cartas Familiares". Obras Completas de Júlio Dinis. Cartas e Esboços Literários. Livraria Civilização. Porto, 1956.

GARRETT, Almeida -"Cartas Íntimas". Obras Completas de Almeida Garrett. Sociedade Editora. Lisboa, 1904.

GARRETT, Almeida - "Dizer a Verdade a Mentir". Theatro. Obras Completas de Almeida Garrett. Sociedade Editora. Lisboa, 1904.

GARRETT, Almeida- " O Camões do Rocio". Theatro. Obras Completas de Almeida Garret. Sociedade Editora. Lisboa, 1904.

PATRÍCIO, A. "Pedro, o Cru". Teatro Completo. Lisboa, 1982.

BIBLIOGRAFIA*

- ADAMS, Marianne (1987) Old French, Null Subjects, and Verb Second Phenomena, PhD Dissertation, University of California, Los Angeles.
- ADAMS, Marianne (1988) "Les Effets V2 en Ancien et en Moyen Français", in Hirschbühler, P. & Rochette, A. (eds.), Aspects de la syntaxe historique du français, Revue québécoise de linguistique théorique et appliquée, 7, 13-40.
- ÂMBAR, Manuela (1988) "Para uma sintaxe da inversão sujeito verbo em português", Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa-Faculdade de Letras.
- ÂMBAR, Manuela (1992) Para uma Sintaxe da Inversão Sujeito-Verbo em Português, Edições Colibri, Lisboa.
- ANDERSON, Stephen (1993) "Wackernagel's Revenge: Clitics, Morphology and the Syntax of Second Position", Language, 69, 68-98.
- AUTHIER, J.-Marc (1992) "Iterated CPs and Embedded Topicalization", Linguistic Inquiry, 23, 329-337.
- BARBOSA, Pilar (1991) "Clitic Placement in European Portuguese", ms., MIT, Cambridge, Mass.
- BARBOSA, Pilar, (1993) "Clitic Placement in Old Romance and European Portuguese and the Null Subject Parameter", MIT, Cambridge, Mass.
- BELLETTI, Adriana (1988) "The Case of Unaccusatives", Linguistic Inquiry, 13, 1-38
- BELLETTI, Adriana (1990) Generalized Verb Movement, Aspects of Verb Syntax, Rosenberg & Sellier, Torino.
- BELLETTI, Adriana (1994) "Case Checking and Clitic Placement. Three Issues on (Italian/Romance) Clitics", ms., Université de Genève.

* Não estão mencionadas na Bibliografia as obras secundárias.

- BENINCÀ, Paola (1984) "Un'ipotesi sulla sinassi delle lingue romanze medievali," Quaderni Patavini di Linguistica, Università di Padova.
- BENINCÀ, Paola (1989) " L'ordine delle parole nelle lingue romanze medievali", XIX Congresso Internacional de Lingüística e Filoloxia Romanicas, Santiago de Compostela.
- BENINCÀ, Paola (1991) "Complement Clitics in Medieval Portuguese and the Tobler-Mussafia Law", a publicar em A. BATTYE e I. ROBERTS (eds.), Language Change and Verbal Systems.
- BENINCÀ, Paola e CINQUE Guglielmo (1991) " Su alcune differenze fra enclisi e proclisi", Ed. Programma - Miscellanea Folena.
- BERLINCK, R. (1989) "A construção V SN no Português do Brasil: Uma Visão Diacrônica do Fenômeno da Ordem," em Fernando TARALLO (org.), Fotografias Sociolinguísticas, Editora Pontes, Campinas.
- BOBALJIK, J. D. & CARNIE, A.H. (1993) " A Minimalist Approach to Some Problems of Irish Word Order", ms., MIT, Cambridge, Mass.
- BRODY, M. (1990) "Some Remarks on the Focus Field in Hungarian", University College London Working Papers in Linguistics, 2, 201-225.
- CARDINALETTI, Anna & ROBERTS, Ian (1991) "Clause Structure and X-Second", a publicar em W. CHAO e G. HARROCKS (eds.), Levels of Representation, Foris, Dordrecht.
- CASTILHO, Ataliba T. (1990) Gramática do Português Falado, em Ataliba Teixeira de CASTILHO (org.), Volume I: A Ordem, FAPESP, Editora da UNICAMP.
- CHOMSKY, Noam (1975) Reflections on Language, Pantheon Books, New York.
- CHOMSKY, Noam (1981) Lectures on Government and Binding, Foris, Dordrecht.
- CHOMSKY, Noam (1986a) Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use, Praeger, New York.
- CHOMSKY, Noam (1986b) Barriers, MIT Press, Cambridge, Mass.
- CHOMSKY, Noam (1988) Language and Problems of Knowledge. The

Managua Lectures, MIT Press, Cambridge, Mass.

CHOMSKY, N. (1992) "A Minimalist Program for Linguistic Theory", em Occasional Papers in Linguistics, Vol.1, MIT, Cambridge, Mass.

CHOMSKY, N. (1994) "Bare Phrase Structure", ms., MIT, Cambridge, Mass.

CHOMSKY, Noam & LASNICK, Howard (1991) "Principles and Parameters Theory", ms., MIT, Cambridge, Mass.

CINQUE, Guglielmo (1991) Types of A'-Dependencies, MIT Press, Cambridge, Mass.

CLARK, Robin e ROBERTS Ian (1993) "A Computational Model of Language Learnability and Language Change", Linguistic Inquiry, 24, 299-345.

CYRINO, Sonia Maria L. (1993) "Observações sobre a Mudança Diacrônica no Português do Brasil: Objeto Nulo e Clíticos", em, Ian ROBERTS e Mary A. KATO, (orgs.), Português Brasileiro. Uma Viagem Diacrônica, Editora da UNICAMP, Campinas.

DECAT, B. (1989) "Construções de Tópico em Português: Uma Abordagem Diacrônica à Luz do Encaixamento no Sistema Pronominal", em Fernando TARALLO (org), Fotografias Sociolinguísticas, Editora Pontes, Campinas.

DIESING, M. (1990) "Verb Second in Yiddish and the Nature of the Subject Position", Natural Language and Linguistic Theory, 8, 41-80

DUARTE, Maria Eugênia L. (1993) "Do Pronome Nulo ao Pronome Pleno: A Trajetória do Sujeito no Português do Brasil", em, Ian ROBERTS e Mary A. KATO, (orgs.) Português Brasileiro. Uma Viagem Diacrônica, Editora da UNICAMP, Campinas.

DUARTE, M. Inês P. da Silva (1987) A Construção de Topicalização na Gramática do Português: Regência, Ligação e Condições sobre Movimento, Dissertação de Doutorado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

DUARTE, M. Inês P. da Silva (1994) "Topicalização, Deslocação à Esquerda Clítica e Objecto Nulo: O(s) Caso(s) do Português", ms., Universidade de Lisboa.

- FROTA, Sónia (1994) "Is Focus a Phonological Category in Portuguese?", em, Peter ACKEMA e Maaaike SCHOORLEMMER, (eds.), Console I Proceedings, Holland Academic Graphics, The Hague, 70-86.
- GALVES, Charlotte (1992a) "Enclise, Infinitif Fléchi, Extraction du Sujet et Montée du Verb: Arguments pour Deux Accords en Portugais Européen," ms., UNICAMP.
- GALVES, Charlotte (1992b) "Agreement and Subjects in Brazilian Portuguese", ms., UNICAMP.
- GALVES, Charlotte (1993) "O Enfraquecimento da Concordância no Português Brasileiro", em, Ian ROBERTS e Mary A.KATO, (orgs.), Português Brasileiro. Uma Viagem Diacrônica, Editora da UNICAMP, Campinas.
- GALVES, Charlotte (1994) "Clitic Placement and Parametric Change in Portuguese", ms., UNICAMP.
- GALVES, A. & GALVES C. (1994) "A Case Study of Prosody Driven Language Change. From Classical to Modern European Portuguese", ms., Universidade de São Paulo / UNICAMP.
- GUILFOYLE, E. & NOOMAN, M.(1991) "Functional Categories and Language Acquisition", ms., Boston University.
- HAIDER, H. & PRINZHORN (1986) Verb Second Phenomena in Germanic Languages, Foris, Dordrecht.
- HYAMS, N.(1986) "The null Subject Parameter in Language Acquisition", em O. JAEGGLI, & K. SAFIR (eds.), The Null Subject Parameter, Kluwer, Dordrecht.
- HORNSTEIN, Norbert (1994) "The Grammar of LF: From GB to Minimalism", ms., University of Maryland.
- HOLMBERG, Anders & PLATZACK Crister(1988) "On the Role of Inflection in Scandinavian Syntax", em Working Papers in Scandinavian Syntax, 42, 25-42
- HULK, A. & van KEMENADE, Ans (1991) "Licensing V2, case and pro-drop", ms., Amsterdam.
- IATRIDOU, Sabine (1992) "Clitics and Islands Effects", ms., MIT, Cambridge, Mass.
- IATRIDOU, Sabine e KROCH, Anthony (1992) "The Licensing of CP-

Recursion and its Relevance to the Germanic Verb-Second Phenomenon", ms., University of Pennsylvania.

ILARI, Rodolfo, (1992) Perspectiva Funcional da Frase Portuguesa, Ed.da UNICAMP, Campinas.

JACKENDOFF, R. (1972) Semantic Interpretation in Generative Grammar, MIT Press, Cambridge, Mass.

JAEGGLI, O. & SAFIR K. (1989) The Null Subjects Parameter, Kluwer, Dordrecht.

JONAS, Dianne e BOBALJIK, Jonathan David (1993) "Specs for Subjects: The Role of TP in Icelandic", MIT Working Papers in Linguistics, Papers on Case and Agreement, VOL.18, MIT, Cambridge, Mass.

KATO, Mary Aizawa et all (1990) "Topicalização e Deslocamento à Esquerda: Sintaxe e Prosódia", ms., UFRJ, Rio de Janeiro.

KATO, Mary Aizawa (1991a) "The Distribution of Pronoms and Null Elements in Object Position in Brazilian Portuguese", ms., UNICAMP.

KATO, Mary Aizawa (1991b) "A Theory of Null Objects and the Development of a Brazilian Child Grammar", Paper presented at the Tübingen 1991 Conference: Crossing Boundaries: Formal and Functional Determinants of Language Acquisition.

KATO, Mary Aizawa & TARALLO, Fernando (1993) "The Loss of VS Syntax in Brazilian Portuguese", ms., UNICAMP.

KAYNE, Richard (1989) "Null Subjects and Clitics Climbing", em Osvaldo JAEGGLI & K. SAFIR, (eds.), The Null Subject Parameter, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht.

KAYNE, Richard (1991) "Romance Clitics, Verb Movement and PRO", Linguistic Inquiry, 22, 647-686.

KAYNE, Richard (1993) "The Antisymmetry of Syntax", ms., Cuny.

de KOK, Ans (1985) La Place du Pronom Personnel Régime Conjoint en Français. Une Etude Diachronique, Rodopi, Amsterdam.

KOOPMAN, Hilda e SPORTICHE, Dominique (1990) "The Position of Subjects", ms., University of California, Los Angeles.

- KROCH, Anthony S. (1989) "Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change", Journal of Language Variation and Change, 1, 199-244.
- LEMA, José & RIVERO, María-Luisa (1989) "Inverted Conjugations and V-Second Effects in Romance", ms.
- LEMIEUX, Monique e DUPUIS, Fernande (1991) "The Locus of Verb Movement in non-asymmetric Verb Second Languages: the Case of Middle French", ms., Université du Québec a Montreal.
- LEMIEUX, Monique, GOSSELIN, Daniel e DUPUIS, Fernande (s/d) "Variation Paramétrique: L'Expression du Sujet en Moyen Français", ms., Université du Québec a Montreal.
- LI, Charles & Thompson, S. (1976) "Subject and Topic: a New Typology of Language", em Charles LI (ed.), Subject and Topic, Academic Press, New York.
- LIGHTFOOT, David (1979) Principles of Diachronic Syntax, The MIT Press, Cambridge, Mass.
- LIGHTFOOT, David (1982) The Language Lottery: Towards a Biology of Grammars, The MIT Press, Cambridge, Mass.
- LIGHTFOOT, David (1991) How to Set Parameters. Arguments from Language Change, The MIT Press, Cambridge, Mass.
- LIGHTFOOT, David (1993) "Why UG Needs a Learning Theory: Trigger in Verb Movement", em C. JONES (ed.), Historical Linguistics: Problems & Perspectives, Longman.
- LOBO, Tânia (1992) A Colocação dos Clíticos em Português. Duas Sincronias em Confronto, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- LOBO, Tânia (1990) "A Colocação dos Pronomes Átonos: um Estudo Comparativo", ms., Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MADEIRA, Ana Maria (1992) "On Clitic Placement in European Portuguese", University College London Working Papers in Linguistics, 4, 95-122.
- MAHAJAN, Anoop Kumar (1990) "The A/A-bar Distinction and Movement Theory", Doctoral Dissertation, MIT, Cambridge, Mass.

- MANZINI, M. Rita (1992) "Second Position Dependencies", ms., University of London.
- MARTINS, Ana Maria (1991) " Clitic Placement from Old to Modern European Portuguese", ms., Universidade de Lisboa.
- MARTINS, Ana Maria (1992) "Quantifiers and Clitics in European Portuguese", ms., Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MARTINS, Ana Maria (1993) "Enclisis, VP-deletion and the Nature of Sigma", Comunicação apresentada em Going Romance 1993, Utrecht, a publicar em Probus.
- MARTINS, Ana Maria (1994) "Clíticos na História do Português," Dissertação de Doutorado, Universidade de Lisboa
- MATEUS, M. H., BRITO, A. M., DUARTE, I. & FARIA, I.H. (1989) Gramática da Língua Portuguesa, Caminho, Lisboa.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989) Estruturas Trecentistas. Elementos para uma Gramática do Português Arcaico, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.
- MEISEL, Jurgen M. (1990) "Verbal Functional Categories in Early Grammatical Development. Evidence from Simultaneous Acquisition of Two First Languages: French and German", ms., Universitat Hamburg.
- NASCIMENTO, Milton do, (1984) "Sur La Posposition du Sujet dans le Portugais du Brésil", Tese de Doutorado, ms., Université de Paris VIII.
- PÁDUA, M. Piedade Canaes de (1960) A Ordem das Palavras no Português Arcaico, Instituto de Estudos Românicos, Coimbra.
- PAGOTTO, Emílio Gozze (1992) A Posição dos Clíticos em Português. Um Estudo Diacrônico, Dissertação de Mestrado, UNICAMP.
- PAGOTTO, Emilio G. (1993) "Clíticos, Mudança e Seleção Natural", em Ian ROBERTS e Mary A. KATO, (orgs.), Português Brasileiro. Uma Viagem Diacrônica, Editora da UNICAMP, Campinas.

- PLATZACK, Christer (1986) " The Position of the Finite Verb in Swedish", em Haider Hubert & Martin Prinzhorn (eds.), Verb Second Phenomena in Germanic Languages, Foris, Dordrecht 27-48.
- PLATZACK, Christer e HOLMBERG, Anders (1989) "The Role of AGR and Finiteness", Working Papers in Scandinavian Syntax, 43, 51-76.
- PINTZUK, Susan (1992) " Verb Seconding in Old English: Verb Movement to INFL", a publicar em The Linguistic Review, 10.
- PINTZUK, Susan (1993) "Phrase Structure Variation in Old English", University of Pennsylvania.
- POLLOCK, Jean-Yves (1989) " Verb Movement, Universal Grammar, and the Structure of IP", Linguistic Inquiry, 20, 365-424.
- PONTES, Eunice (1982) " A Ordem VS em Português", Ensaios de Lingüística, 7, 90-137.
- PONTES, Eunice (1987) O Tópico no Português do Brasil, Pontes Editores, Campinas.
- RAPOSO, Eduardo e URIAGEREKA, Juan (1993) "Two Types of Small Clauses", comunicação apresentada em GLOW 1993. ms., University of California at Santa Barbara / University of Maryland at College Park.
- RAPOSO, Eduardo (1994a) "Affective Operators and Clausal Structure in European Portuguese and European Spanish", UCSB.
- RAPOSO, Eduardo (1994b) "Construções com se, Operadores Afectivos e Posicionamento dos Clíticos em Português Europeu", UCSB.
- RIBEIRO, I. (1991) "Evidence for a V2 Phase in Old Portuguese", a publicar em A.BATTYE & Ian ROBERTS (eds.), Language Change and Verbal Systems.
- RIBEIRO, I. (1995) "A Sintaxe da Ordem no Português Arcaico: O Efeito V2", Tese de Doutorado, UNICAMP.
- RIVERO, M. Luisa (1986) "Parameters in the Typology of Clitics in Romance and Old Spanish", Language, 62, 774-807.

- RIVERO, M. Luisa (1992) "Clitic and NP Climbing in Old Spanish," em Current Studies in Spanish Linguistics, Ed. por H. Campos and F. Martínez-Gil Georgetown U. Press, Washington, D.C.
- RIVERO, M. Luisa (1993) "Long Head Movement and V2 vs Null Subjects in Old Romance", Lingua, 89, 217-245.
- RIZZI, L. (1986) "Null Objects and the Theory of pro", Linguistic Inquiry, 17, 501-557.
- RIZZI, L. (1990a) Relativezed Minimality, MIT Press, Cambridge, Mass.
- RIZZI, Luigi (1990b) "Speculations on Verb-Second", em Nespor, M. e all: (eds.), Grammar in Progress: A Festschrift for Henk van Riemsdijk, Foris, Dordrecht.
- RIZZI, Luigi (1991) "Residual Verb Second and the WH Criterion", ms., Université de Genève.
- RIZZI, Luigi (1993) "Some Notes on Romance Cliticization", ms., University of Geneva.
- ROBERTS, Ian (1991) "Long Head Movement, Comp and Agreement in Romance", ms., University of Wales, Bangor.
- ROBERTS, Ian (1992a) "Object Movement and Verb Movement in Early Modern English", ms., University of Wales, Bangor.
- ROBERTS, Ian (1992b) "A Formal Account of Grammaticalisation in the History of Romance Futures", ms., University of Wales, Bangor.
- ROBERTS, Ian (1993a) Verbs and Diachronic Syntax, Kluwer. Dordrecht.
- ROBERTS, Ian (1993b) "Universal Grammar and L1 acquisition", ms., University of Wales, Bangor.
- ROBERTS, Ian (1994) "Inversion in a Minimalist Framework: Towards an Analysis", ms., University of Wales, Bangor.
- ROBERTS, I. & KATO, M.A. (1993) (orgs.), Português Brasileiro. Uma Viagem Diacrônica, Editora da UNICAMP, Campinas.

- ROSSI, Maria Aparecida G. L. (1993) "Estudo Diacrônico sobre as Interrogativas do Português do Brasil", em Ian ROBERTS e Mary A. KATO, (orgs.), Português Brasileiro. Uma Viagem Diacrônica. Editora da UNICAMP, Campinas.
- ROUVERET, Alain (1992) "Clitic Placement, Focus and the Wackernagel Position", Comunicação apresentada em ESF Workshop on Clitics, Donostia, ms., Université de Paris-VIII.
- SAID ALI, M. (1908) Difficuldades da Língua Portuguesa, Laemmert & C Livreiros, Rio de Janeiro-Sao Paulo
- SAID ALI, M. (1964) Gramática Histórica da Língua Portuguesa, São Paulo, Melhoramentos.
- SALVI, Giampaolo (1990) "La sopravvivenza della legge di Wackernagel nei dialetti occidentali della Penisola Iberica", Medioevo Romano, 15,117-210.
- SALVI, Giampaolo (1991) "Difesa e illustrazione della legge di Wackernagel applicata alle lingue romanze antiche: la posizione delle forme pronominali clitiche", em Miscellanea per Giovan Battista Pellegrini, Unipress. Padova, 439-462.
- SALVI, (1992) "La Posizione del Pronomi Personali Clitici in Galego-Portoghese", ms., Budapeste.
- SALVI, Giampaolo, (1993) "Ordine Delle Parole e Struttura Della Frase Nelle Lingue Romanze Antiche", ms., UNESP, São Paulo.
- SPORTICHE, Dominique (1992) " Clitic Constructions", ms., University of California, Los Angeles.
- SANTORINI, Beatrice (1992) "Variation and Change in Yiddish Subordinate Clause Word Order", Natural Language and Linguistic Theory, 10,595-640.
- TARALDSEN, K.T. "On Verb Second and the Funcional Content of Syntactic Categories", em Hubert Haider & Martin Prinzhorn (eds.), Verb Second Phenomena in Germanic Languages, Foris, Dordrecht, 7-25.
- TARALLO, F. & KATO, M. A. (1989) "Harmonia Transistêmica:Variação Intra e Interlingüística", Preedição 5.

- TEYSSIER, Paul (1974) Manuel de Langue Portugaise, Klincksieck, Portugal-Brésil.
- THRAISSON, H.(1986) " V1, V2, V3 in Icelandic", em Huber Haider & Martin Prinzhorn (eds.), Verb Second Phenomena in Germanic Languages, Foris, Dordrecht, 169-194.
- TORREGO, Esther (1984) "On Inversion in Spanish and Some of its Effects", Linguistic Inquiry, 15, 103-127.
- TORRES-MORAIS, Maria Aparecida C.R. (1993) "Aspectos Diacrônicos do Movimento do Verbo, Estrutura da Frase e Caso Nominativo no Português do Brasil", em Ian ROBERTS e Mary A. KATO (orgs.), Português Brasileiro. Uma Viagem Diacrônica, Editora da UNICAMP, Campinas.
- TSIMPLI, Ianthi-Maria (1991) "On the Maturation of Functional Categories: Early Child Speech", em UCL Working Papers Linguistics 3 London.
- URIAGEREKA, Juan (1992b) "A Focus Position in Western Romance", Comunicação apresentada em GLOW 1992, Lisboa, ms., University of Maryland, College Park.
- URIAGEREKA, Juan (1994a) "Some Aspects of the Syntax of Clitics Placement in Western Romance", a publicar em Linguistic Inquiry.
- URIAGEREKA, Juan (1994b) A Minimalist Dialogue between Chomsky and Hawking, ms. University of Maryland, College Park.
- VANCE, Barbara (1988) "L'évolution de Pro-drop en Français Médiéval", in Hirschbühler, P. and Rochette, A.(orgs.), Aspects de la syntaxe historique du français, revue québécoise de linguistique théorique et appliquée, 7, 85-112.
- VANCE, Barbara (1989) "Null Subjects and Syntactic Change in Medieval French", PhD Dissertation, Cornell University.
- VANCE, Barbara (1991) "Subject Inversion in Old and Middle French", ms., Harvard University.
- VANELLI, L., RENZI, L. & BENINCÀ, P. (1986) "Typologie des Pronoms Sujets dans les Langues Romanes", Actes du XIIe Congrès de Linguistique et Philologie Romanes, Aix-en-Provence.

- VIKNER, Sten (1991) "Verb Movement and the Licensing of NP-Positions in the Germanic Languages", ms., University of Geneva.
- WATANABE, Akira (1993) "AGR-Based Case Theory and its Interaction with the A-bar System", ms., MIT Cambridge, Mass.
- WEXLER, K. & MANZINI, M. R. (1987) "Parameters and Learnability in Binding Theory," em T. ROEPER & E. WILLIAMS (eds.), Parameter Setting, Dordrecht.
- ZWART, C. Jan-Wouter (1992) "Verb Movement and Complementizer Agreement", ms., University of Groningen & MIT.
- ZWART, C. Jan-Wouter (1993) "Dutch is Head Initial." ms., University of Groningen.
- ZANUTTINI, Raffaella (1991) "Syntactic Properties of Sentential Negation. A Comparative Study of Romance Languages." PhD Dissertation, University of Pennsylvania.
- ZUBIZARRETA, M. L. (1993) "The Grammatical Representation of Topic and Focus: Implications for the Structure of the Clause", ms., USC, Los Angeles.